

ELIELSON ANTONIO SGARBI

***OS APONTAMENTOS* – Crônicas políticas (1972 -1975):
Portugal segundo José Saramago**

**ASSIS
2020**

ELIELSON ANTONIO SGARBI

***OS APONTAMENTOS* – Crônicas políticas (1972 -1975):
Portugal segundo José Saramago**

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras
de Assis – UNESP – Universidade Estadual
Paulista para a obtenção do título de Doutor em
Letras (Área de Conhecimento: Literatura e Vida
Social)

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Ferreira

**ASSIS
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Laura Akie Saito Inafuko - CRB 8/9116

S523a Sgarbi, Elielson Antonio
Os apontamentos – Crônicas políticas (1972 -1975):
Portugal segundo José Saramago / Elielson Antonio Sgarbi.
Assis, 2020.
168 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Sandra Aparecida Ferreira

1. Literatura portuguesa. 2. Migração. 3. Portugal -
História - Revolução, 1974. 4. Iberismo. I. Título.

CDD 869.09



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: OS APONTAMENTOS - Crônicas Políticas (1972-1975): PORTUGAL SEGUNDO JOSÉ SARAMAGO

AUTOR: ELIELSON ANTONIO SGARBI

ORIENTADORA: SANDRA APARECIDA FERREIRA

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em LETRAS, área: Literatura e Vida Social pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. SANDRA APARECIDA FERREIRA
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE VICENTE VALENTIM
Departamento de Letras / UFSCar/São Carlos

Profa. Dra. TELMA MACIEL DA SILVA
Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas / UEL/Londrina

Prof. Dr. ALVARO SANTOS SIMÕES JUNIOR
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/Assis

Prof. Dr. MARCIO ROBERTO PEREIRA
Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação / UNESP/Assis

Assis, 29 de abril de 2020

A meus pais, Carlos e Santina, e a minha orientadora, Sandra, pelos ensinamentos e amizade.

Agradecimentos

À minha orientadora, Sandra, pela paciência, amizade, compreensão, profissionalismo e alegria com que conduziu as orientações, tornando esse percurso muito mais brando e agradável.

Aos professores Drs. Álvaro Santos Simões Júnior e Márcio Roberto Pereira, pela leitura atenta e pelas valiosas contribuições no exame de qualificação.

Aos professores Drs. Jorge Vicente Valentim e Telma Maciel da Silva, por aceitarem o convite para compor a banca e pelas importantes contribuições dadas a este trabalho.

A todos os funcionários da Seção de Pós-graduação, pela solicitude e profissionalismo.

Aos amigos Leandro e Andrea, por serem, ainda que distantes, meu porto seguro em momentos de desalento.

À Michele Orsi, amiga incomparável, que acompanha minha jornada desde os tempos da graduação e que sempre me acolheu de braços abertos em sua casa.

À Adriana, Cleomar e Fernanda, saramaguianos incondicionais.

À Ana Paula dos Santos Martins, pelas palavras sempre otimistas e apoio constante.

À Nathalia Soares, pelo apoio e amizade.

À Laura A.S. Inafuko, por todos os serviços prestados durante e depois da defesa.

A Saramago, por nos ensinar a nunca desistir.

Political language is designed to make lies sound truthful and murder respectable, and to give an appearance of solidity to pure wind.

George Orwell. *Why I write.*

SGARBI, Elielson Antonio. *Os Apontamentos – Crônicas políticas (1972 -1975): Portugal segundo José Saramago*. 2020. 168 f. Doutorado (Doutorado em Letras). – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2020.

RESUMO

Esta tese efetua uma análise das crônicas políticas reunidas em *Os Apontamentos* (1990), de José Saramago (1922 – 2010), com o objetivo de elucidar as relações estabelecidas entre as crônicas e os acontecimentos que nortearam a política portuguesa e europeia nos anos 70. A hipótese é a de que essas crônicas apresentam, por meio de uma atenção rigorosa às manifestações dos dirigentes, uma reflexão destinada a apontar o alcance e as limitações da esfera governamental. Para fundamentar essa hipótese, apresenta-se o posicionamento de Saramago quanto ao intenso processo migratório derivado das péssimas condições de vida do campesinato, da precária industrialização, dos baixos salários e da exploração do trabalhador pela elite lusa. O permanente desassossego de Saramago com as limitações e assimetrias socioeconômicas de Portugal é também explicitado na discussão sobre a natureza do vínculo entre portugueses e europeus, que dá ensejo à vocação ibérica do escritor, francamente contrário ao paradigma neoliberal europeu. Em *Os Apontamentos*, destaca-se também o compromisso do escritor com os ideais comunistas, balizadores das esperanças e das decepções de José Saramago com a Revolução dos Cravos (25/04/1974) com destaque para as adversidades do período pós-revolucionário, bem como para a consecução de projetos políticos para a instauração da democracia. Dentre as obras que norteiam a análise do perfil jornalístico de José Saramago empreendida nesta tese, estão *O Império derrotado* (2006), de Kenneth Maxwell, *Portugal: 50 anos de ditadura* (1976), de António de Figueiredo, *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*, de Victor Pereira (2014), *Labirinto da Saudade* (1988), de Eduardo Lourenço e *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (2010), de Boaventura de Sousa Santos.

Palavras-chave: José Saramago. Emigração. Revolução dos Cravos. Censura. Iberismo.

SGARBI, Elielson Antonio. *Os Apontamentos (The Notes – 1972 - 1975) – Political chronicles: Portugal according to José Saramago*. 2020. 168 p. Thesis (Doctorate in Literature). São Paulo State University (UNESP), Faculty of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2020.

ABSTRACT

This thesis analyses the political chronicles in *Os Apontamentos* (1990) by José Saramago (1922 - 2010) aiming to elucidate the relationships established between the chronicles and the events that shaped Portuguese and European politics in the 1970s. The hypothesis is that these chronicles present a reflection aimed at pointing out the scope and limitations of the governmental sphere paying careful attention to leaders' manifestations. To support this hypothesis, Saramago's position on the intense migratory process derived from the poor living conditions of the peasantry of precarious industrialisation, low wages and the exploitation of workers by the Portuguese elite is presented. Saramago's permanent unrest with Portugal's socioeconomic limitations and asymmetries is also explained in the discussion on the nature of the link between the Portuguese and Europeans, which gives rise to the writer's Iberian vocation, frankly contrary to the European neoliberal paradigm. In *Os Apontamentos*, we highlight the writer's commitment to communist ideas, which are delineators of José Saramago's hopes and disappointments with the *Revolução dos Cravos* (Carnation Revolution) (April 25, 1974), emphasising the adversities of the post-revolutionary period, as well as the achievement of political projects to establish democracy. Among the works that guide the analysis of José Saramago's journalistic profile undertaken in this thesis are Kenneth Maxwell's *O Império derrotado* (2006), *Portugal: 50 anos de ditadura* (1976), by António de Figueiredo, *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)* by Victor Pereira (2014), *Labirinto da Saudade* (1988) by Eduardo Lourenço and *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (2010), by Boaventura de Sousa Santos.

Keywords: José Saramago. Emigration. Carnation Revolution. Censorship. Iberism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem de um <i>bidonville</i> de Francs-Moisins, em Saint-Denis (1969)	90
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
A crônica.....	15
José Saramago, o cronista.....	18
<i>Os Apontamentos</i> : retratos de Portugal.....	26
I – PORTUGAL: PARADOXOS E PARADIGMAS	
1.1. A agricultura portuguesa e o mito da autossuficiência.....	32
1.2. Saramago e a censura.....	43
1.3. Portugal: da inércia política à letargia cultural.....	58
II – RETRATOS DE UMA NAÇÃO EMIGRANTE	
2.1. O <i>homo viator</i>	72
2.2. Emigração portuguesa: realidades e dissimulações.....	86
III – SARAMAGO E A REVOLUÇÃO	
3.1. Um homem, um sonho.....	105
3.2. Da utopia socialista à distopia socialdemocrata.....	121
3.3. Portugal europeu ou Portugal na Europa?.....	140
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
REFERÊNCIAS.....	160

INTRODUÇÃO

Esta tese efetua uma análise das crônicas políticas de *Os Apontamentos*, escritas entre os anos de 1972 a 1975, período que, em Portugal, coincide com uma das ditaduras mais reacionárias da Europa, sob o comando do Marcello Caetano. Os textos, segundo Saramago, estão vinculados a dois momentos fundamentais de sua vida como escritor jornalístico. O primeiro, vivido no *Diário de Lisboa*, refere-se aos anos de 1972 e 1973, período em que o marcelismo encontrava-se em fase de dismantelamento. Nestes dois anos em que escrevera para o *Diário de Lisboa*, José Saramago revelou por meio de suas crônicas um país imerso em uma ditadura, cujos preceitos consubstanciavam-se no escamoteamento da realidade, na repressão política e cultural e no otimismo exacerbado de Caetano. O segundo momento, vivido no *Diário de Notícias*, coincide com os acontecimentos revolucionários do pós-25 de Abril, estabelecendo relações com os golpes de 11 de Março de 1975 e o 25 de Novembro daquele mesmo ano, e revelando os divisionismos e as pretensões políticas de personalidades que norteariam os caminhos da democracia portuguesa.

Este trabalho procura, portanto, 1) traçar um panorama do contexto histórico de Portugal na década de 70 por meio das crônicas políticas, possibilitando, dessa forma, o rastreamento dos principais temas que incidem nos textos de *Os Apontamentos*; 2) organizar as crônicas por áreas temáticas, buscando identificar os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais no panorama português e 3) estudar o processo ideológico-político que se cristalizou a partir da Revolução dos Cravos, explicitando as pretensões políticas do escritor, bem como os caminhos que o movimento revolucionário tomaria a partir do golpe de 25 de novembro de 1975.

O trabalho consiste de uma breve introdução sobre o percurso cronístico do escritor, oferecendo uma síntese das linhas mestras e dos temas que compõem os quatro livros de crônica de José Saramago: *Deste Mundo e do Outro*, *A Bagagem do Viajante*, *As opiniões que o DL teve* e *Os Apontamentos*, destacando-se a importância dessas crônicas que, além de fornecer um panorama vívido das circunstâncias pré- e pós-revolucionárias, guardam, segundo Adriana de Paula Martins (1999), o embrião de romances futuros.

O primeiro capítulo fará uma análise do panorama econômico e social luso, cujas diretrizes, segundo Elizabeth Leeds (1983), fundamentam-se em um sistema educacional elitista, nos baixos salários, na manutenção da mão de obra barata e na baixa instrução. Neste sentido, a análise do escritor português elucida todas essas assimetrias, paradoxos e limitações por meio de um tom direto, centrado na dicção irônica e em frases cujos torneios linguísticos

aderem a preâmbulos para introduzir essas adversidades cautelares da sociedade portuguesa. Além de efetivar uma leitura da política socioeconômica de Portugal, Saramago também revela de modo direto as imperfeições de uma sociedade sobrepujada pela alienação e a falta de interesse político e cultural. Este primeiro capítulo também trará a lume a censura instituída por Salazar e prosseguida pelo então sucessor, Marcello Caetano, que além de ter trazido perdas irreparáveis à economia e amputação à cultura artística lusa, também frustrou, segundo Ana Cabrera, as esperanças de uma abertura política e a instauração de um modelo mais democrático no país. Entre as principais obras que ajudarão a compor as análises, destacamos *Caminho difícil* – do salazarismo ao caetanismo (1973), de Mário Soares, *Portugal: 50 anos de ditadura* (1976), de António de Figueiredo, *O labirinto da saudade* (1988), de Eduardo Lourenço, e *A censura ao teatro no período marcelista* (2008), de Ana Cabrera. Essas obras tecem importantes comentários sobre a sociedade portuguesa nos anos 70, efetuando, desse modo, um diálogo com as crônicas políticas de José Saramago, escritas desde o início até meados dos anos 70.

O segundo capítulo fará uma reflexão sobre a experiência migratória portuguesa, que, devido às condições precárias do campesinato, obriga, segundo Victor Pereira (2014), quase um milhão de portugueses a sair de sua pátria para formar a primeira comunidade estrangeira na França. Motivados pela política interna portuguesa, que segregava o camponês e o pequeno proprietário rural e pelos acontecimentos que nortearam a política econômica da Europa nos anos 60 e 70, o português viu na emigração a única forma de destituir-se da vida insípida e letárgica à qual era submetido. Se, por um lado, no entanto, o escritor relata em seu discurso a experiência emigratória como via de libertação das amarras salazaristas, cujo pendore ideológico se circunscreve sob a égide da exaltação do seu líder e da vida campesina, como destaca António de Figueiredo, por outro, o capítulo “Retratos de uma nação emigrante” revela as adversidades que os trabalhadores emigrantes enfrentaram na França, como o preconceito, os baixos salários e a consequente perda de sua identidade.

A análise destes textos fundamenta-se em ensaístas cujos estudos se voltam diretamente ao fenômeno migratório português, revelando dados históricos que se ligam intimamente às reflexões de Saramago, como a crise iniciada em 1973 devido à alta do petróleo. Entre os autores consultados destacam-se Joel Serrão, com sua obra *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa* (1976), Victor Pereira (2014), cuja obra *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)* acrescenta dados fundamentais para a interpretação das crônicas, como o interesse das elites portuguesas em manter vivo o ensino da língua portuguesa de modo a impedir o completo

desvencilhamento do camponês de sua pátria. Igualmente importante para a compreensão das ponderações do escritor português e seu entorno, destaca-se Nuno Rocha, jornalista português que acompanhou a saga da emigração portuguesa de perto, pontuando os dramas, os sucessos e os riscos desta luta que se configurava como uma das mais importantes da história de Portugal. Em *França: a emigração dolorosa* (1965), Rocha, assim como Saramago, traz a lume as péssimas condições de vida suportadas pelos portugueses. Analogamente, *100 ans d'histoire des Portugais en France* (2016), de Marie-Christine Volovitch-Tavares, garante a este segundo capítulo dados históricos e componentes fotográficos para complementar as ponderações de Saramago.

O último capítulo fará uma análise das relações do escritor português com a Revolução dos Cravos (1974) e o período pós-revolucionário, explicitando, como destaca o próprio Saramago no prefácio de *Os Apontamentos*, as agitações trabalhistas e o movimento contrarrevolucionário, a consecução de projetos políticos “enquadrados e legitimados pela opção socialista e as tentativas - finalmente (mas provisoriamente) triunfantes” (SARAMAGO, 1998, p.193) - de impedir o esfacelamento das vitórias revolucionárias em prol da revolução já consumada. No capítulo final, também propomos discutir as relações e os embates entre portugueses e europeus, concentrando instigantes reflexões sobre o lugar de Portugal dentro da Europa, tema que será recuperado dez anos depois para a consecução do romance *A Jangada de Pedra* (1986). Dentre as obras que compõem o rol de referências, destacam-se *A Europa desencantada – Para uma mitologia da Saudade* (1994) e *O Labirinto da saudade* (1988), ambos os textos de Eduardo Lourenço, e *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade* (2010), de Boaventura de Sousa Santos, cujas reflexões revelam a existência de realidades distintas daquela propalada nos discursos europeus em relação a Portugal, país condenado ao apequenamento e a um grau de subalternidade sem precedentes, como pontuou Saramago em entrevista a Xavi Ayén¹ para a revista espanhola *Magazine*. O último capítulo proporá, dessa forma, uma análise que situe estes textos cronísticos no âmbito histórico do pós 25 de Abril, reafirmando o compromisso de José Saramago com os postulados comunistas e o estabelecimento da democracia. Dentre as obras que ajudarão a compor as análises, destacam-se *O Império derrotado* (2006), de Kenneth Maxwell, *A Revolução dos Cravos: A Crise do Império Colonial Português* (2004), de Lincoln Secco, *Portugal: ensaio contra a autoflagelação* (2011), de Boaventura de Sousa Santos e *25 de Abril: mitos de uma revolução* (2007), de Maria Inácia Rezola.

¹ “Lisboa y El Mundo, en palabras de Saramago”. Revista *Dominical Magazine*, Barcelona, 8 de janeiro de 2006 [Entrevista a Xavi Ayén]. In: AGUILERA, Fernando Gómez (sel. e org.) *As palavras de Saramago: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

A crônica

Antonio Candido (1987) em seu ensaio “A vida ao rés-do-chão” nos convida a viajar pelo mundo da crônica, gênero que talvez não desfrute do mesmo prestígio que o romance ou conto. Este gênero, que nasce no século XIX, configurava-se, segundo Jorge de Sá (1987), como uma seção “quase que informativa, um rodapé onde eram publicados pequenos contos, pequenos artigos, ensaios breves, poemas em prosa, tudo, enfim, que pudesse informar os leitores sobre os acontecimentos” (SÁ, 1987, p.08) de um dia ou semana específica, recebendo o nome de *folhetim*. Embora considerada por muitos críticos como um gênero menor, pode-se afirmar, segundo Afrânio Coutinho (1971), que o fértil lastro de temas entrevistados nas crônicas de muitos escritores brasileiros converteu-se em matéria-prima para a criação do romance urbano ou de costumes, a exemplo de *Memórias de um Sargento Milícias* (1852), caracterizado pelo tom cronístico, marcado pela linguagem coloquial, irônica e próxima do estilo jornalístico.

A expressão gênero marginal, periférico ou menor, no entanto, é para Antonio Candido uma expressão questionável e parcial. Mesmo que o ponto de vista do cronista não seja o dos que escrevem do topo da montanha, mas do simples rés do chão, como ele afirma em seu ensaio, a crônica pode assumir um caráter literário e sua relação com os flagrantes cotidianos pode estar impregnada de elementos expressivos que darão ao texto uma carga poética ou mesmo um tom de crítica político-social, como é o caso das crônicas políticas.

Devido a sua temática aparentemente solta e efêmera e a um estilo simplificado, que converge para a oralidade e coloquialidade, a crônica se adapta à sensibilidade do dia a dia, elaborando “uma linguagem que fala de perto ao nosso modo de ser mais natural.” (CANDIDO, 1987, p.5). Despretensioso, este gênero não tem a intenção de transcender, e muito menos de permanecer na memória da posteridade, uma vez que a crônica trava um duelo com a contingência, tendendo ao esquecimento. Assentada em uma sintaxe simples e desvinculada do purismo gramatical, a crônica representa o esfacelamento do monumental e da ênfase, segundo Candido, tendo como ponto de partida os *fait divers*, muitas vezes, estruturados em um tom humorístico, com o seu *quantum satis* de poesia, representando a maturidade e a união mais pura da crônica consigo mesma. Para o crítico brasileiro, o cronista,

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas

mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor. (CANDIDO, 1987, p.5-6).

Horácio Costa (1997), oportunamente, em *José Saramago – O período formativo*, também aponta a semelhança entre a crônica e a poesia, validando a indissociabilidade dos dois gêneros:

Em poucas palavras, no território da crônica, a figura da analogia, implícita na digressão que caracteriza aquela e no tensionar deste princípio com o da concisão, faz aproximar o texto em prosa da pulsação da poesia: através dela o prosaísmo inerente à crônica cede *metodicamente* lugar para um tipo de texto que, sejam quais forem os condimentos que o caracterizam na sua hibridez, jamais se afasta de um horizonte poético, ainda que o seja apenas parcialmente. (COSTA, 1997, p.89)

Se o tecido narrativo da crônica responde por um caráter híbrido, que está entre o limiar do literário e do jornalístico, alimentado por fatos miúdos, contingentes e efêmeros, também é verdade que esse gênero responde por um devir fragmentário, que não tenciona a totalidade dos fatos, “como uma fotografia da realidade que capta poeticamente o momento, dando a este uma dimensão de eternidade.” (ROSSETTI, 2012, p. 43). Neste sentido, Eduardo Portella explicita que a crônica se transformou no cenário urbano, que apregoa desinibidamente a fragmentariedade do mundo moderno. Segundo Portella, “a fragmentação do Todo imperial” (PORTELLA, 1986, p.9), se expandiu em uma imagem policêntrica, aberta e multitudinária, que amalgama um tecido amorfo e se “reconhece, se aceita e se festeja enquanto fragmento” (PORTELLA, 1986, p. 9).

Dado o seu caráter multifacetado, a crônica abarca temáticas que prescrevem desde a “o lirismo, a memorialística, o comentário histórico ou moral, o exercício crítico multidireccionado [...], e mesmo o metalinguístico (ou seja, autocrítico) [...] (COSTA, 1997, p.87), e é caracterizada por um discurso encapsulado em metáforas, analogias, alegorias, diálogos ou versos, que equilibra, segundo Horácio Costa, uma lógica entre “os polos do eventual e do não-eventual, de descritivo ao eminentemente reflexivo, da notícia e da não-notícia [...]” (COSTA, 1997, p.88). Por transitar pelas veredas do jornalismo, a crônica compreende motes que circunscrevem várias manifestações da linguagem; entretanto, por causa de sua pungência poética, a crônica mimetiza a realidade e acaba por se aproximar da literatura, espaço tradicionalmente criador em termos de linguagem.

Maria Alzira Seixo também faz uma importante ponderação sobre o texto cronístico, refletindo sobre seu aspecto efêmero e multifacetado, que estabelece uma relação com o passado:

[...] a crônica corresponde a um texto curto, de inspiração imediata e não necessariamente aprofundada, de diálogo com o cotidiano ocasional, mas que, por outro lado, por isso mesmo exige grande capacidade de medida e concentração, possibilidade de resposta e estímulos nem sempre muito relevantes e uma relação com o tempo [...] coloca o sujeito da escrita numa posição polivalente de que capta a vibração do momento que passa, prolongando as suas ressonâncias pela fundura de um passado que o promove em sabedoria reflectida e pelo projecto de um futuro que o texto pressupõe em acção transformadora. (SEIXO, 1999, 16).

A crônica, entretanto, não se configura apenas como aquele gênero que retrata os fatos miúdos, atrelados ao cotidiano. Ela transcende o universo dos *fait divers* para abarcar o domínio político e social de uma sociedade. Para Eduardo Portella (1986), a crônica compõe um matiz crítico, capaz de denunciar as mazelas presentes na vida cotidiana. Portella ainda sustenta que:

A atitude da crônica, nessas reconstruções diversificadas do cotidiano, tem sido visceralmente crítica. Em qualquer hipótese, inconformista. Frequentemente revisionista. Sob o registro poético, ou sob o matizado alcance irônico, propaga-se o desmascaramento das relações autoritárias, das formas de vida que a perversidade da Razão desdobrou a pretexto da urbanização ou da modernização. (PORTELLA, 1986, p.11)

Neste sentido, o cronista se apresenta como um fustigador, um guia pelas veredas literárias e também nos convida a deixar de ser meros transeuntes da sociedade para nos levar ao cerne de questões políticas, econômicas e sociais. Jorge de Sá (1987) refere-se ao cronista como uma entidade coletiva, com quem estabelecemos um vínculo para podermos desfrutar da obra enquanto mote literário e político:

Ora, por mais que o narrador-repórter seja o escritor de carne e osso, nervos e músculos, e nunca personagem ficcional, ele representa um ser coletivo com quem nos identificamos e através de quem procuramos vencer as limitações do nosso olhar. Queremos ver mais longe – para a frente e para trás – e só o conseguimos com o auxílio de quem nasceu para narrar o mundo. (SÁ, 1987, p.15)

Partindo do pressuposto antes transcrito, pode-se afirmar que nas crônicas políticas, José Saramago leva o leitor a descobrir as adversidades da sociedade portuguesa sob um olhar crítico, às vezes cético, outras vezes pessimista, que se desvincula daquela visão ortodoxa do Estado, fundamentada em um modelo autoritário e corporativista. Assim, o cronista leva o leitor a refletir e se posicionar enquanto cidadão, estabelecendo-se um vínculo entre o escritor e aquele leitor, que vive, muitas vezes, em seu próprio mundo, incapaz de se tornar voz atuante e protestar contra o discurso das elites e das forças governamentais.

José Saramago, o cronista.

O percurso cronístico de Saramago tem início em 1968, quando começou a assinar regularmente crônicas no jornal *A Capital* e no semanário *Jornal do Fundão*. Desde então escreveria mais de 120 crônicas que seriam recolhidas em *Deste Mundo e do Outro* (1971), considerado por João Palma Ferreira (1972) um dos mais belos livros de crônicas publicadas em Portugal naquela época, revestido de uma escrita clara, serena, bem medida e com uma elegância da qual a lide literária portuguesa carecia.

Entre 1972 e final de 1973, toda colaboração regular do escritor português em território jornalístico desembocaria na assunção da responsabilidade de editor do *Diário de Lisboa*. Apesar de não ser propriamente jornalista, já que carecia de experiência com reportagens, entrevistas, artigos e pesquisas redacionais, Saramago encontrava-se agora em um fértil território que o capacitaria a trabalhar profissionalmente no cerne de uma equipe de jornalistas com a função de redigir artigos que norteariam a linha editorial. Para João Marques Lopes (2010), nessas crônicas de 1972 e 1973 do *Diário de Lisboa*, o escritor português “mostrava uma intervenção cívica audaz em prol da transformação política, social e econômica de um país ainda cerceado pelo fascismo, e, na medida do possível, em conformidade com o ideário comunista que lhe dava base”. (LOPES, 2010, p.65).

Do seu legado de ficções breves, quatro são os livros que compõem o rol das crônicas de Saramago: *Deste Mundo e do Outro* (1971), *A Bagagem do Viajante* (1973), *As Opiniões que o DL teve* (1974) e *Os Apontamentos* (1976). Enquanto os textos de *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante* apresentam-se como crônicas literárias, como afirma Horácio Costa (1997), *As Opiniões que o DL teve* e *Os Apontamentos* constituem trabalho de jornalismo político vinculado às condições gerais anteriores e posteriores à Revolução dos Cravos. Essas crônicas políticas evidenciam abertamente as convicções, opiniões e angústias do escritor português, frente à realidade portuguesa da conturbada década de 1970.

Deste Mundo e de Outro e a *Bagagem do Viajante*, por outro lado, observa Maria Alzira Seixo, compõem um cariz multitemático que abarca as fronteiras da memória e perpassa os domínios de cariz onírico-fantástico. A ensaísta, assim, resume os temas das duas obras em questão:

Que campos cobrem as crônicas de José Saramago? Os da actualidade (parte-se por vezes de uma notícia nos jornais); os da memória (regressa-se à infância, suas marcas, suas recordações, suas nostalgias); os do ambiente (evoca-se a cidade, outras cidades conhecidas, o campo, os vários tipos de ruralidade); os da tipologia humana (o amola-tesouras, o cego do harmónico, os frequentadores de café, etc.,

etc.) os da sugestão frásica e vocabular (um verso, uma frase – a sua capacidade evocativa poderão ser matéria para uma crônica); os da cultura (domínios da arte, vultos de escritores, leituras, etc); miúdas situações do quotidiano anónimo; efabulações de tipo onírico que hesitam entre a vocação para um destinatário infantil e uma acentuada propensão do escritor para os domínios do maravilhoso e do fantástico que mais tarde veremos concretizar-se melhor na sua restante obra. (SEIXO, 1999, p.19-20).

Para Horácio Costa, nos dois primeiros livros de crônicas de Saramago, o devir textual apregoa uma escrita solta, desconhecendo, portanto, limitações temáticas, já que muitos dos textos percorrem a pungência memorialística, o historicismo e os fatos miúdos; nos seus dois últimos trabalhos cronísticos, o panorama histórico, supõe “um posicionamento político explícito e participante, constitui um terreno de referência todo-poderoso que necessariamente lhes estreita os horizontes enquanto factos literários.” (COSTA, 1997, p.86).

Nestes pequenos textos de Saramago, de proveniência multitemática, o estudioso identifica três polos significativos que se desenham na tessitura narrativa dos seus dois primeiros livros de crônica: 1. A escrita memorialística; 2. O cariz de reflexão moral e 3. As instâncias da ficcionalização, que, a seu turno, ampliam o rol de temas, por meio da glosa de escritores e textos antigos, completos ou originais (cf. COSTA, 1997, p.93), além de recuperar motes futurante-distópicos que se encontram em consonância com a escrita do americano Ray Bradbury (1920 -2012). Costa, assim, conclui:

Como vemos, estes núcleos temáticos vão do polo da absoluta subjectividade, aquele da escrita memorialística, até o polo da absoluta objectivação, que é o completo travestimento do “eu” numa situação ficcional projectada, passando por um espaço intermediário em que a dominante preocupação é uma leitura de uma situação social determinada, a partir de um “eu” moralizante e aglutinador (ou ao contrário se se preferir: uma leitura do “eu” feita a partir de uma situação social determinada). (COSTA, 1997, p.93).

Se a tessitura narrativa de algumas crônicas, como pontua o ensaísta, enveredem para as memórias, remetendo à infância do escritor, e evocando, portanto, personagens ligadas à vida de José Saramago, muitos dos seus textos curtos também se transvestem de uma roupagem neorrealista, direcionando sua crítica para a injustiça, a censura e a degradação da democracia, temas recorrentes nas reflexões sociais e políticas do escritor português.

No caleidoscópico universo da crônica saramaguiana, vários são os textos de fundo autobiográfico, muitas vezes construídos em tom crítico, conclamando o leitor a assumir as responsabilidades cívicas em meio a uma sociedade alienada e dominada pela máquina do Estado. Não é por acaso que a crônica que abre *Deste Mundo e do Outro*, sugestivamente intitulada “A Cidade”, aponta para a possibilidade, segundo Isabel Moutinho (1999), de o

protagonista ser o próprio Saramago. Todo conteúdo narrativo é pontuado de forma indeterminada (um homem, a cidade, algum crime), verbalizando nuances arquetípicas. Moutinho ainda sugere que a temática entrevista na crônica, como o desejo de lutar para conseguir algo inalcançável, a incansável luta consigo mesmo para driblar os medos e anseios, e, finalmente, a reconquista da cidade da qual José vivia exilado marcam o foro autobiográfico de “A cidade”. Essa ideia de predestinação também permite fazer uma segunda leitura da crônica, já que vários elementos revelam um narrador que vive longe de si mesmo, mergulhado em seu próprio mundo, alheio a tudo que é coletivo, mas, que, posteriormente, conscientizar-se-á de seu próprio poder e obrigação, e reunirá forças para a retomada desta cidade, por assim dizer, sitiada.

Analogamente, “Retrato de antepassados”, “Moliere e Toutinegra”, “O melhor amigo do homem”, “O meu avô, também” e “Criado em Pisa” são, segundo João Marques Lopes (2010), apenas alguns exemplos cuja narrativa descreve o passado distante e próximo do autor, apresentando origens modestas de seus ascendentes, a educação que Saramago recebera, bem como as suas viagens ao exterior.

O segundo núcleo temático contempla crônicas de reflexão moral, fazendo uma severa crítica sobre o panorama sócio-político, denunciando o Estado estanque e a fragilidade das instituições portuguesas que vivem à sombra de um governo corrupto e autoritário. A crônica “Carta para Josefa, minha avó”, apesar da pungência autobiográfica, não pode ser dissociada do cariz neorrealista, uma vez que prescreve o camponês excluído das benesses da vida moderna. Para Costa, o relato sobre uma personagem ligada a Saramago, marca a entrada temática da complexa relação do escritor com o panorama sociopolítico vigente em Portugal na década de 70.

Outros textos, como aponta João Marques Lopes, enveredam para um momento de reflexão em forma de parábola, fundamentados no panorama histórico lusitano e internacional, adquirindo o país, invariavelmente, um tônus metafórico em crônicas como “Teatro todos os dias” (*A Bagagem do viajante*), cujo caráter alegórico teria imunizado o texto do escritor português contra os censores. Na crônica em questão, um dos atores é amordaçado por uma fita adesiva, que sinaliza, alegoricamente, para um tema que se diluirá em muitos dos trabalhos de Saramago, a censura:

O Primeiro Actor aproxima-se indeciso, do Segundo Actor. Estende a mão num gesto indefinido, mas retira-se rapidamente. O Segundo Actor escorrega, cai no chão, e ali, a torcer-se todo, luta com o adesivo. O público levanta-se. Alguns espectadores mais sensíveis tapam os olhos ou retiram-se. O pano de fundo escurece lentamente. Todos os projectores da sala focam agora o Segundo Actor. O silêncio é

total. Num último esforço, o Segundo Actor arranca o adesivo. (SARAMAGO, 2010, p.105)

“Os olhos de pedra” de *A Bagagem do Viajante* também reitera a temática da censura por meio de uma estátua petrificada que “não fala, não respira, mas vê” e seus “olhos lisos, nus olham implacavelmente” (SARAMAGO, 1985, p.63) para os transeuntes. A figura de carne petrificada metaforiza as forças operantes do Estado, sempre prontas para punir aqueles cidadãos considerados subversivos. Nutrido por uma militância confessa, o narrador conclui que é também preciso “coragem de ser firme no tempo da inconsistência. Mas talvez, para tanto, seja preciso ser de pedra. Ou ter olhos de pedra. Ou ser olhos de pedra.” (SARAMAGO, 1985, p.64)

“O Planeta dos Horrores” aponta, segundo Adriana Alves de Paula Martins (1999), para a necessidade de olhar, ver e reparar, pois o cronista alerta para o fato de andarmos absortos. Assim, o gesto de tirar e limpar os óculos, segundo Martins, é feito pelo narrador para entender a escuridão que embriaga o mundo mais do que para potencializar a recuperação do sentido da visão. O gesto sugere ao leitor que abandone sua ingenuidade e alienação e assuma uma posição mais crítica frente aos percalços que afligem a humanidade:

Esta manhã, ao sair para a rua, achei que o mundo estava escuro. Em casos destes, começo sempre por deitar culpas aos óculos: tirei-os, pois, limpei-os escrupulosamente, tornei a pô-los: não havia dúvida, o mundo escurecera. Fui apalpar o fígado, que estas coisas, às vezes, vêm de perturbações hepáticas. Nada de anormal. (SARAMAGO, 1985, p.191)

O terceiro e último núcleo temático agrega uma linhagem de crônicas em que se firma, segundo João Marques Lopes (2010), o diálogo com a tradição literária lusitana, representada por vozes como as de Fernando Pessoa, Almeida Garrett e Fernão Lopes, e o devir ficcional, responsável pela configuração de situações, personagens e ambientes, posteriormente aproveitados na consecução de sua produção romanesca. “Os portões que dão para onde?” contém os torvelinhos de obras futuras, como o *Memorial do Convento* (1982) e *História do Cerco de Lisboa* (1982).

Na crônica “Travessa de André Valente”, o narrador saramaguiano, ao perambular pelo bairro lisboeta, encontra-se com Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), dando início a uma conversa com o poeta árcade, cujo verso “Do mais e de mim mesmo ando esquecido” (BOCAGE apud SARAMAGO, 1985, p.74) surge, como observa Costa, no final da crônica, funcionando como “um mote - de trás para a frente, ou ao revés, se quisermos”

(COSTA, 1997, p.108), uma vez que a parte suprimida do verso mencionado “metaforiza o tema do relato” (COSTA, 1997, p.108), que remete, em primeira instância, ao apagamento ou à conservação de gerações literárias, que a circunstância paranormal do encontro entre o escritor e o poeta árcade evoca, como afirma Costa.

O terceiro núcleo também compreende uma vertente de textos cujo percurso narrativo conflui para o gênero da ficção científica. O gosto pelo gênero futurante científico-apocalíptico, segundo Horácio Costa, teria surgido devido à corrida espacial encabeçada pelos Estados Unidos e a ex-União Soviética nas décadas de 60 e 70, período também em que as crônicas foram escritas. Escritores como de H. G. Wells, Ray Bradbury, Doris Lessing, Aldous Huxley e George Orwell, que fizeram da literatura distópica uma arma no combate ao totalitarismo, tiveram um papel crucial na consecução das crônicas de *Deste mundo e do outro*. Além de responderem por uma vertente um tanto peculiar dentro da obra saramaguiana, estes textos representam, em suma, o embrião de alguns de seus célebres romances, que levariam Saramago ao panteão de grandes escritores da literatura portuguesa e internacional, a exemplo de Fernando Pessoa, Eça de Queiros ou George Orwell.

“Três horas da madrugada”, por exemplo, prefigura o embrião da cidade empestada de *Ensaio sobre a cegueira* (1995), romance que, segundo Sandra Aparecida Ferreira (2004), comunga de sua perspectiva cruel de mundo e da vida, liga-se ao mundo destroçado, em que a comunicabilidade tornou-se praticamente imaterial, podendo equiparar-se aos quadros expressionistas de Edvard Munch, marcados por imagens desfiguradas, denotando angústia, morte e depressão, traços que percorrem tanto a crônica antes transcrita como *Ensaio sobre a Cegueira*. Da crônica de *Deste Mundo e do Outro* nasce um mundo de pesadelo e desespero:

Em um lugar da cidade, alguém que dorme chama alguém que dorme, e esta atmosfera que se move no vento frio é toda ela atravessada de apelos urgentes. Abrem-se as paredes deste dormitório de um milhão de almas, longa enfermaria ou camarata multiplicada até ao infinito por um enfeito de espelhos. E as figuras dos sonhos juntam-se aos seres adormecidos, e Lisboa aparece-me irreal, como suspensa entre o ser e o não ser já. (SARAMAGO, 1985, p.77-78)

O mesmo tom apocalíptico e aterrador que permeia a crônica acima também reaparecerá em *Ensaio sobre a Cegueira*:

Havia mais camaratas, corredores longos e estreitos, gabinetes que deviam ter sido de médicos, sentinas encardidas, uma cozinha que ainda não perdera o cheiro de má comida, um grande refeitório com mesas de tampos forrados de zinco, três celas acolchoadas até à altura de dois metros e forradas de cortiça daí para cima. Por trás do edifício havia uma cerca abandonada, com árvores mal cuidadas, os troncos

davam a ideia de terem sido esfolados. Por toda a parte se via lixo. (SARAMAGO, 2008, p.47)

As “camaratas”, referidas como dormitórios na crônica, adquirem o estatuto de manicômio em *Ensaio sobre a Cegueira*, dando ao romance, e mesmo à crônica, uma visão distópica, que, segundo Northrop Frye (1973), condensa o mundo do não desejo e das imagens demoníacas, convertendo o manicômio em um espaço que reflete o mundo exterior em todas as suas imperfeições.

“Os Animais Doidos de Cólera” também prefigura com muita exatidão a situação ficcional que anos mais tarde seria desenvolvida em *Ensaio sobre a Cegueira* e *O Ano de 1993*. Na crônica em questão, os animais parecem rebelar-se contra os humanos, situação que também ocorre na citada obra poética de Saramago:

Será o primeiro sinal. O potro sairá do prado verde e meterá às estradas dos homens. Por onde passa, levanta o motim, desperta a cólera, bate com as patas nos troncos das árvores e as tocas sombrias. Ergue a cabeça transfigurada para as nuvens e chama as aves do céu. Por todo mundo começa a mover-se o grande exército dos animais. (SARAMAGO, 1985, p.142)

Uma cena apocalíptica marcada pela rebelião dos animais também ganha relevo em *O Ano de 1993*, quando um macaco domesticado que divertia uma senhora “nas horas de aborrecimento a crucificou no portão do jardim enquanto as galinhas saíram da capoeira para vir arrancar-lhe à bicada as unhas dos pés.” (SARAMAGO, 2007, p. 47)

Como se pode observar, não se pode refletir sobre as crônicas de José Saramago sem discutir as reverberações que estas tiveram na sua produção romanesca. O próprio escritor, em conversa com Carlos Reis, reconhece que as crônicas desempenharam um papel fundamental na sua formação de ficcionista: “Há personagens, situações, ambientes, embriões de coisas que vieram a ser tratadas mais tarde.” (REIS, 1998, p.53). Neste sentido, Adriana Alves de Paula Martins elucida que o estudo das crônicas de Saramago constitui uma fonte indispensável para o conhecimento de sua pessoa e das percepções do mundo, salientando ainda que o escritor português encontra no romance um meio de explicitar suas principais obsessões e preocupações acerca da humanidade. A conjugação destas duas declarações, portanto, permite-nos conceber a crônica de Saramago, segundo Martins, como uma oficina de seus romances, “um acervo de material importante e revelador das linhas de orientação do projeto literário” (MARTINS, 1999, p.96) que servirá de respaldo para a configuração de sua produção poética, a exemplo do *Ano de 1993* (1975), e de romances futuros, como *Memorial*

do Convento (1982), *História do Cerco de Lisboa* (1989) e o *Evangelho segundo Jesus Cristo*.

Maria Alzira Seixo, em *Lugares da Ficção em José Saramago* (1999), já revelara este entrecruzamento entre as crônicas e o restante da obra de Saramago:

Costuma dizer o autor, referindo-se à relação que as crônicas entretecem com a sua restante obra, que “está lá tudo”; e, com efeito, quase tudo, pelo menos, parece já lá estar. Não só no que diz respeito à temática: a relação identidade/alteridade; a articulação entre o homem e a terra; o projecto humano e a sua transposição, ou transcendência; a concepção do “homo viator” e a sua incidência temporal; não só também no que diz respeito à constelação de motivos preferenciais que preenchem essa temática: a água, a embarcação, a estrela, o silêncio, a pedra, o rumor – mas também nas atitudes dominantes: o cepticismo radical no limite do desengano em fulgurações entretecido por um ilimitado entusiasmo na capacidade de construção humana, no projecto que é o sonho; mas também ainda na fase tensa que não se fecha completamente à irrupção lírica, na mordacidade que não exclui a ternura, na ironia que quase sempre traz a cumplicidade do afago. (SEIXO, 1999, p.18-19)

Feita a amostragem das linhas de força das crônicas literárias, passamos à consideração de um ângulo pouco conhecido da obra do escritor português: a crônica política. Embora não possa ser estudada como um mote isolado de sua obra, há ainda certo silêncio por parte da crítica saramaguiana em relação a esses textos, fundamentais para a compreensão do panorama sociopolítico português nos anos 70. As crônicas políticas, reunidas em *Os Apontamentos* e *As opiniões que o DL teve* representam uma síntese dos acontecimentos ocorridos no cenário português, na esfera política, social e econômica, já que ajudam o leitor, como o próprio Saramago afirma no prefácio de *Os Apontamentos*, “a localizar onde e quando, no tempo e na acção política, o processo (revolucionário) português sofreu o seu mais grave desvio desde o movimento do 25 de abril.” (SARAMAGO, 1998, p.192).

De acordo com Margarida Braga Neves (1999), esta linhagem de crônicas é relevante na obra de Saramago porque o escritor pôde acompanhar de perto o esfacelamento da ditadura salazarista e a consolidação da democracia em um país que vivera sob um regime totalitário por quase 50 anos. Desse modo, como salienta Neves, as intervenções políticas e cívicas foram organizadas em dois volumes, que teriam edição conjunta, sob o nome do segundo título. Organizados cronologicamente, *Os Apontamentos* e *As opiniões que o DL teve* contemplam quase 200 crônicas recolhidas entre os anos de 1972 e 1975, elucidando temas que destacam desde a emigração portuguesa, a precária educação lusitana, que carecia até mesmo de infraestrutura física adequada para acolher os alunos, e o subdesenvolvimento português, resultante de uma fracassada política colonial.

Para Horácio Costa, o conjunto de crônicas políticas reflete um arquétipo documental do embate intelectual/sociedade (cf. COSTA, 1997, p.86), em que o escritor português assume a função crítica do homem de cultura, cuja tarefa é desestabilizar, pelo questionamento, uma realidade que considerou obscura, equívoca e injusta. Saramago exercita, assim, o que Norberto Bobbio em *Os Intelectuais e o Poder* (1997) acredita ser o papel do intelectual:

Além do dever de coerência diante de si mesmo, além do dever de ajudar àqueles que sofrem sem culpa em decorrência da crueldade de outros, o intelectual tem o dever de iluminar a opinião pública a respeito dos perigos que ameaçam a conservação de alguns bens supremos, aos quais a sociedade civil não pode renunciar. (BOBBIO, 1997, p.61).

Diferentemente da maioria de seus romances, em que a alegoria é, muitas vezes, figura-chave para a compreensão de fatos históricos ou mesmo das mazelas que afligem a sociedade, os textos de *Os Apontamentos*, como esclarece João Marques Lopes, verbalizam a atualidade noticiosa, incorporando, portanto, “uma dose mais reduzida de imaginação, transfiguração e literariedade” (LOPES, 2010, p.62). A figura central desta escrita é o homem político e não o escritor em si. Embora este conjunto de crônicas careça de certa criatividade e características literárias, José Saramago, motivado pelo perfil oposicionista do *Diário de Lisboa*, não poupou esforços para radicalizar toda sua insatisfação contra as autoridades, a emigração, o preconceito racial e o cerceamento das liberdades democráticas, polemizando nuances sensíveis do panorama político nacional e internacional.

Para Maria Alzira Seixo (1999), sem tencionarem uma integração imediata no fértil lastro literário, estes dois últimos livros de crônicas constituem documentos fundamentais para a história da cultura portuguesa contemporânea. A ensaísta também pontua brevemente as características destes dois textos políticos de Saramago:

Nas *Opiniões*, Saramago manifesta as interrogações e perplexidades a que podia ter direito a condicionada liberdade de expressão dos tempos do caetanismo; nos *Apontamentos* (e apenas dois anos mais tarde, portanto), assume uma frontal posição de coincidência com o processo revolucionário de 75, não escamoteando, no entanto (e será bom recordá-lo), críticas severas a algumas faces desse processo; dois longos anos, de um lado, seis escassos meses, do outro, em precipitado empenho de construção que se termina pela decepção do seu abalo. (SEIXO, 1999, p.17)

Se na primeira parte da obra Saramago mostra-se mais comedido evitando se indispor com as autoridades governamentais, na última parte de *Os Apontamentos*, o escritor critica abertamente as figuras políticas do período pós-revolucionário, citando nomes e revelando

suas posições políticas, muitas vezes, contrárias ao projeto socialista, tão defendido por Saramago.

1.3. Os *Apontamentos*: retratos de Portugal

A versatilidade de José Saramago é responsável por uma extensa produção de textos que percorrem, segundo Adriana Alves de Paula Martins (1999), os diferentes gêneros literários: inicia-se com o romance, faz uma breve aparição em territórios poéticos e cronísticos, passa pelos domínios do conto e do teatro e converge, de forma definitiva, para a escrita romanesca, que o colocaria na lista de prestigiados escritores como Fernando Pessoa, Eça de Queiros, Ramalho Urtigão, Joaquim Namorado, Antônio Lobo Antunes e José Régio. Se, por um lado, Saramago tornou-se conhecido pelos seus romances, imbuídos de polivalência temática e marcados por um mote político-social, por outro, muitas de suas obras, particularmente as crônicas políticas, foram ofuscadas pelos seus romances, havendo certo silêncio por parte da crítica saramaguiana em relação a sua poesia, dramaturgia e, principalmente, aos textos jornalísticos, que, embora parcialmente desprovidos de literariedade, formam o arcabouço para uma pontual interpretação da vida portuguesa da década de 70, marcada pela censura salazarista/marcelista e pelo lapso econômico que levaria centenas de portugueses a deixarem o país em busca de melhores condições de vida.

Segundo Carlos Reis (1998), o exercício da crônica é responsável pela consecução de grande parte do acervo romanesco do escritor e permite-nos compreender o processo pelo qual o escritor passou para chegar a obras de grande renome, a exemplo do romance alegórico *A Jangada de Pedra* (1986), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e o híbrido *O Ano de 1993* (1975). O ensaísta declara:

A verdade é que José Saramago, como escritor, não vem propriamente do nada, até porque, em termos de criação literária, o **nada** é um lugar que não tem outra existência que não seja a dessa imaginação idealista que aqui não faz qualquer sentido. O romancista José Saramago vem, de facto, de uma actividade anterior ao seu primeiro romance de grande projecção pública (*Levantado do Chão*, de 1980), actividade essa que é a de uma experiência ficcional até há pouco praticamente esquecida (o romance *Terra do Pecado*, de 1947) e, depois de um longo interregno, a d'Os *Poemas Possíveis* (de 1966); a par disso, as crônicas em jornais e os contos de *Objecto Quase* (de 1978) e onde se encontram relatos de uma apuro técnico notável) permitem entender como este romancista se foi constituindo enquanto tal, num processo que, sem esforço nem desprestígio, podemos entender como de aprendizagem narrativa. (REIS, 1998, p.13)

Segundo Adriana de Alves de Paula Martins, *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante* constituem “o laboratório de aprendizagem narrativa” (MARTINS, 1999, p.99) do escritor português, enquanto *As opiniões que o DL teve* e *Os apontamentos* representam, em suma, a opinião subjetiva do escritor, que se amplia para também conceber uma imagem coletiva, que é a do público leitor, afeto ao *Diário de Lisboa* e o *Diário de Notícias*.

Para Isabel Moutinho, *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante* são duas obras exemplares que prescrevem um escritor que domina o gênero cronístico graças a sua experiência poética que tivera com *Os Poemas Possíveis* (1966) e *Provavelmente Alegria* (1970). Moutinho ainda esclarece que

Com a sensibilidade e a experiência do poeta que fora até então, Saramago chega à crônica com a capacidade de extrair dos pequenos incidentes do real cotidiano os significados latentes a que o seu olhar perscrutante dá sentido, transformando-os em páginas de sempre renovada beleza. Nas crônicas assume um gesto de intervenção, nelas abre novos caminhos à prosa portuguesa com o seu original modo pós-modernista de pensar e escrever, nelas exercita uma voz que é já pessoalíssima, ora terna, ora inquisidora, ora crítica e irônica, sempre problematizadora. (MOUTINHO, 1999, p.90)

Diferentemente destas duas primeiras obras, que evidenciam um manejo linguístico envolto em metáforas e alegorias, revitalizadas pelos *fait divers*, que se transformam na matéria-prima para a consecução dos textos daquelas duas primeiras obras, *As opiniões que o DL teve* (1974) e *Os Apontamentos* (1976) contemplam textos de intervenções políticas e cívicas centradas em torno da política do Estado Novo e da consolidação da democracia portuguesa, concretizada em 25 de Abril, pondo fim a uma ditadura de quase meio século. A partir de 1990, os textos de *As opiniões que o DL teve* e *Os Apontamentos* ganham uma nova edição conjunta sob o título deste último, agregando todas as crônicas políticas que Saramago escrevera ao longo de sua carreira como jornalista. O próprio escritor, no prefácio da primeira edição do livro, destaca as linhas mestras que norteiam *Os Apontamentos*:

[...] Ao proclamar que todos um dia faríamos jornais, o que eu tentei foi exprimir uma espécie de aspiração cívica, evidentemente utópica, segundo a qual o direito de informar e de ser informado se regeria por exclusivos ditames de verdade e de dignidade, sem cedências ou contemporizações com qualquer forma de poder. Não estaríamos a salvo do erro, porém justificar-nos-ia a boa-fé. Estas ideias, que a muitos hão-de parecer, hoje, antiquadas e fora de uso, quando os jornais são, eles próprios, na sua maioria, poder ou instrumento de poder, criaram-se e alimentaram-se durante as duas épocas em que, mais por imperativas circunstâncias do momento do que por apetites irresistíveis de vocação, me achei a trabalhar na imprensa. A primeira foi vivida no *Diário de Lisboa*, nos anos de 1972 e 1973, quando o marcelismo já estava na sua fase de decomposição. A segunda, no *Diário de Notícias* durou muito menos: tendo começado nos princípios de 1975, no resultado dos acontecimentos de 11 de Março, veio a terminar no dia 25 de Novembro desse

mesmo ano, por óbvias razões. Experiências diferentes, mas, tanto numa como noutra, foi de liberdade que se tratou: no primeiro caso, uma liberdade que se pressentia; no segundo caso, uma liberdade que afinal era preciso aprender. (SARAMAGO, 1998, p. 14-15).

Neste sentido, os textos escritos no início da década de 70 encapsulam temas como a censura, o fracasso das instituições portuguesas, a emigração, a questão sanitária, pautados em uma série “de faltas, de incúrias, de ineficácias [...] e de pouco amor”. (SARAMAGO, 1998, p.63), o atraso português, o descaso com o povo lusitano, a reforma agrária e a educação portuguesa, mantida no obscurantismo pelo governo salazarista, como destaca António de Figueiredo (1976).

A segunda parte, por sua vez, estabelece uma relação com o pós- 25 de Abril, revelando o fascismo disfarçado “sob as roupagens neutras e com a voz melíflua dos convertidos da última hora [...]” (SARAMAGO, 1998, p.209), o projeto socialista, condenado pela Europa plutocrática, a crítica ao PSP (Partido Socialista Português) e GNR (Guarda Nacional Republicana), que “em momentos de tensão e crise desatada” (SARAMAGO, 1998, p.227), negligenciam o povo português, entregando-o à própria sorte. Saramago aborda desde a aliança entre o MFA (Movimento das Forças Armadas) e a população portuguesa e os golpes contrarrevolucionários de 11 de março e o 25 de novembro, data que marcaria o esfacelamento do projeto socialista desejado por Saramago.

Os *Apontamentos* abarcam, portanto, textos organizados cronologicamente, nascidos do mais casual, elencando crônicas de intervenção política, publicadas sem a assinatura do autor nas crônicas da primeira parte da obra (*As opiniões que o DL teve*), cujo rol será enriquecido por meio de textos inéditos, impublicáveis durante a ditadura Salazarista (cf. NEVES, 1999, p.121). Caracterizadas pela concisão e espontaneidade, essas crônicas testemunham uma reação, de acordo com Margarida Braga Neves (1999), à evolução de episódios decisivos na história recente de Portugal. Essa característica justificou, segundo Saramago, a necessidade de recuperação dos textos escritos no *Diário de Lisboa* entre Abril e o 25 de Novembro de 1975, data que marca a instauração de uma democracia pluralista. Neves elucida que a partir das crônicas políticas é possível “determinar com exatidão os desvios que o processo revolucionário sofreu” (NEVES, 1999, p. 121), acrescentando ainda que tais textos encontram-se vinculados por “esse fio histórico que é o seu sentido e por essa outra história que é de uma reflexão discorrendo sobre os fatos e os ditos do tempo dos homens portugueses de hoje.” (SARAMAGO, 1998, p. 121). A relação, como destaca Neves, é dupla, pois:

Encadeados na história, os acontecimentos aparecem organizados e como que cimentados por um olhar individual que lhes confere um sentido determinado, o que significa que os ilumina e sobre eles reflecte, mas sem que essa reflexão de algum modo escamoteie o facto de serem um produto “de uma determinação colectiva que a alguém caberia dar forma.” (NEVES, 1999, p.121).

Os textos que compõem *Os Apontamentos*, portanto, fazem uma leitura da história portuguesa do início da década de 70, discorrendo sobre as adversidades de um país que, segundo José da Silva Lopes (1999), era um dos mais pobres da Europa Ocidental, ao lado de Grécia e Turquia. Muitas das crônicas escritas entre os anos de 1972 e 1973 testemunham a intransigência do regime ditatorial, que, autoritário, mantinha uma política unipartidária, e, mesmo com a ascensão de Marcello Caetano ao poder em 1968, continuou a ser muito mais uma política de continuidade do que de mudança, como informa Pedro Emanuel Mendes (2020), mesmo depois das eleições legislativas de 1969:

Marco fundamental da primavera política marcelista, as eleições de 1969 foram simultaneamente um sinal de esperança e de frustração. Por um lado, existiu uma campanha eleitoral relativamente concorrencial. Por outro, os resultados foram os mesmos das eleições anteriores, isto é, a negação de participação política efetiva aos membros da oposição. Neste contexto, a grande oportunidade política perdida de Marcello foi a negação da criação de partidos políticos, principal condicionamento para uma transição democrática. (MENDES, 2020, p.4)

Essa censura que enegrece os tumultuados anos 70, de acordo com Graça Almeida Rodrigues (1980), remonta ao século XIX, ecoando, por sua vez, por um longo período do século XX, particularmente na década de 70. Escritores como Aquilino Ribeiro, Soeiro Pereira Gomes, José Régio e Alves Redol viram-se diante de um encarceramento intelectual, superado apenas por alegorias ou metáforas para passar despercebidos pelos censores. Similarmente, o teatro português também sofrerá uma espécie de morte civil, com a proibição da publicação dos títulos de muitas obras, bem como o nome de seu respectivo autor.

Se, por um lado, Saramago problematiza as adversidades as quais Portugal enfrenta, apontando as deficiências de um Estado corrupto e totalitário, encapsulado em uma riqueza mais aparente do que real, no dizer de Carlos Almeida e António Barreto (1976), por outro, o escritor também se posiciona em relação ao povo português, acusando-o cabalmente de alienado e pouco participativo da vida política do país. Em “Fazer política, ou fazer políticos” Saramago questiona a existência de um partido único e critica a contração do cidadão e o abandono das responsabilidades cívicas, que cedem lugar à letargia política culminando com morte da democracia:

Reconhece-se a existência da falta de prática política, e julga-se poder emendá-la condicionando e canalizando, logo de entrada, os modos de modificar a situação. Ainda por cima, supõe-se ter encontrado a solução da dificuldade pela formação de políticos em maior número no seio da única organização política legitimada no nosso país. Contrariamente às esperanças do presidente da Comissão Distrital de Lisboa da ANP, não acreditamos que os portugueses ganhem assim a “prática política” que lhes falta. Da vida política de um país é que surgem os políticos, e mau é quando estes actuem sobre um letargo cívico generalizado. (SARAMAGO, 1998, p. 61).

Em seu processo criativo, Saramago imprime às crônicas de *Os Apontamentos* uma carga epistemológica e ideológica, já que essas fazem uma leitura da vida política moderna portuguesa dos anos 70. Como formula Aguilera (2010), Saramago assume o impulso crítico como tarefa, rejeitando fórmulas pré-concebidas e práticas ilícitas exercidas pela máquina do poder. Pautado em uma ideologia comunista e revestido por um humanismo profundo, Saramago soube conciliar a literatura com a militância no Partido Comunista Português, direcionando sua escrita para o desvendamento dos mecanismos do poder, a degradação das democracias, as desigualdades sociais e o próprio preconceito racial, de uma forma desassombrada.

CAPÍTULO I
PORTUGAL: PARADOXOS E PARADIGMAS

1.1. A agricultura portuguesa e o mito da autossuficiência

Além de criticar o poder censório, a emigração, a burocracia e o alheamento do povo português, *Os Apontamentos* também portam reflexões sobre a precária agricultura lusa, uma das razões pelas quais muitos portugueses emigraram maciçamente para outras nações mais prósperas, a exemplo da França e Alemanha. Em seu discurso, Saramago alude à necessidade de uma reforma agrária, condição *sine qua non* para uma vida mais digna no campo, que pudesse garantir a ascensão social dos camponeses.

“Elucidar e dignificar”, crônica que parece moldar os caminhos de *Levantado do Chão*, explicita o abandono da agricultura portuguesa em um movimento simbiótico com o fenômeno migratório, já entrevisto em várias crônicas da obra. O exórdio faz referência à realização da Assembleia Geral de Crédito Agrícola de Alter do Chão, que emite uma nota sobre a agricultura portuguesa, circunscrita aos limites de um modelo arcaico e estagnado, em que os pífios investimentos retardam seu desenvolvimento. Saramago denuncia o abandono da agricultura portuguesa, caracterizada pela “constância e antiguidade” (SARAMAGO, 1998, p.82). O uso do provérbio “Não se pode ter sol na eira e chuva no nabal”, remete à ideia de que não se pode ter tudo ao nosso gosto, conforme nossos desejos e ideias (um provérbio que recomenda moderação, resignação às frustrações). No trecho transcrito, Saramago afirma a sabedoria dos provérbios, mas restringe seu alcance, ou seja, Portugal, que outrora fora uma nação próspera, pioneira da corrida ultramarina, vê-se agora reduzido à condição de país predominantemente agrícola:

A recente realização da Assembleia Geral da Caixa de Crédito Agrícola de Alter do Chão justifica algumas observações forçosamente breves e fundamentalmente orientadas para a necessidade cada vez mais urgente de uma revisão drástica dos problemas da vida agrária nacional. As queixas da agricultura, presumimos nós que são unânimes no mundo todo, mas as que têm vindo a ser formuladas em Portugal distinguem-se pela constância e pela antiguidade e têm razões muito mais fundas do que a ambição que, de modo pitoresco, se definiu na fórmula “sol na eira e chuva no nabal.” Os ditados resultam de uma persistente observação da realidade, mas não aspiram a contemplá-la toda. (SARAMAGO, 1998, p.82-84).

Para que as deficiências na agricultura portuguesa sejam amenizadas, as Assembleias propõem o financiamento de crédito pelas Caixas de Crédito agrícola, organismos que contribuem para a inserção no circuito financeiro das pessoas cujo acesso lhes é tolhido pelo seu insulamento e falta de conhecimento:

Propôs-se esta Assembleia discutir a anunciada reforma do crédito agrícola e perante ela justificou a direção da Caixa a sua convicção de que são aqueles organismos os que em melhores condições se encontram para financiar a lavoura baseando-se numa experiência de dezenas de anos, no seu conhecimento íntimo dos mutuários, donde resultarão empréstimos feitos com segurança. Esta vai ao ponto de incluir o conhecimento “do caminho dos capitais mutuados”, o que à primeira vista, pelo menos parece ser um bom argumento adicional em favor do incremento da atividade das Caixas de Crédito agrícola. (SARAMAGO, 1998, p.83).

Se para Portugal a reforma de crédito agrícola representa novos rumos para a agricultura, garantindo maior rentabilidade ao pequeno produtor rural e a sua inclusão no circuito financeiro cujo acesso lhe é “dificultado pelo seu isolamento e conhecimento” (PINA, 2012, p.36), por outro, vê-se que o esfacelamento agrícola, além de estar intimamente ligado ao clima pouco propício da Península Ibérica, a agricultura sofre, segundo Saramago, com a falta de mão de obra, visto que as mulheres e as gerações mais jovens se recusam a executar a colheita da azeitona, produto de extrema importância para a economia portuguesa.

Diz o relatório. “Dado que as mulheres particularmente utilizadas neste serviço são cada vez menos nos trabalhos, pois que nas gerações mais novas, e no concelho, as raparigas praticamente deixaram de labutar no campo, em campanhas mais ou menos razoáveis, como a decorrente, a apanha prolonga-se excessivamente, motivando naturalmente sensíveis prejuízos.” (SARAMAGO, 1998, p.83).

Neste sentido, quando Saramago amplia a esfera de alcance do abandono da agricultura para todo o território português, o escritor contrapõe a face de uma nação outrora imperialista que se configura como nação subalterna, incapaz de suprir as necessidades mínimas de seus habitantes. Para se compreender as razões pelas quais o grande número de portugueses rejeita o trabalho na agricultura, Saramago reforça a necessidade de se dizer a verdade, sem distorcer os fatos como a esfera dirigente o faz:

Eis uma evidência de Alter do Chão que pode, sem exagero, ser ampliada ao tamanho do País inteiro: as gerações mais novas viram realmente as costas ao trabalho agrícola. Mas não basta afirmá-lo queixosamente, e talvez com acrimônia: importaria muito mais, e seria mais útil, que a verificação de facto fosse acompanhada de uma explicitação franca das razões desse abandono. Se é possível resumi-las em poucas palavras, diríamos que os antigamente conformados habitantes dos nossos campos descobriram, enfim, que tinham direito a um nível de vida que os não desumanizasse, mesmo que para alcançar ainda tivessem de passar por estádios donde a desumanização não estaria ausente. (SARAMAGO, 1998, p.83-84).

No parágrafo final, Saramago retoma o título da crônica e elucida que “Parece-nos, pois, singularmente insuficiente a proposta, dirigida aos organismos oficiais e ao setor privado, de promoverem, junto das camadas mais jovens, uma campanha de elucidação e

dignificação do trabalho agrícola.” (SARAMAGO, 1998, p.84). Assim, o cronista argumenta que “poder-se-ia afirmar que precisamente por estarem ‘elucidadas’ do que é o trabalho agrícola, é que as camadas jovens o abandonam...” (SARAMAGO, 1998, p.84), ou seja, o descaso com a agricultura e principalmente com o camponês, que é esmagado pelo braço das esferas dirigentes, faz com que a população mais jovem rejeite o trabalho na agricultura. Observa-se a ironia e o paradoxo criado pelo escritor no último parágrafo já que as autoridades ensinam tornar digna uma agricultura predominantemente arcaica. Como o próprio escritor relata, a dignificação só é concedida quando se perde a dignidade; o que denota o desejo de se demonstrar uma realidade dissimulada para remeter a uma nação autônoma. Neste sentido, as autoridades têm plena consciência da precariedade agrícola e precisam, como de praxe, distorcer as informações:

[...] Quanto à dignificação, teremos de lembrar que só precisa de ser dignificado o que tiver perdido dignidade, e ainda aqui (e sobretudo aqui) haveria de reconhecer-se que o trabalho agrícola, não sendo em si menos digno que qualquer outra tarefa, foi realizado, durante gerações e gerações, em condições que só com boa vontade extrema e cegueira para as realidades se poderiam considerar dignas... Elucidar e dignificar? Pois seja, se tal ajuda (SARAMAGO, 1998, p.84).

Segundo João Marques Lopes (2010), na crônica em questão, Saramago por meio de uma “linguagem alusiva e elíptica” (LOPES, 2010, p.65), não esconde o seu desejo manifesto de se implementar uma reforma agrária para dismantelar os sustentáculos latifundiários do modelo fascista, existentes em Portugal e possibilitar que aquele camponês depauperado pudesse ascender social e economicamente na estratificada pirâmide social portuguesa. O discurso de Saramago é também um alerta, como afirma Lopes, à desumanização que as relações sociais de produção provocavam tanto na agricultura quanto no setor industrial, concluindo que o problema é de cunho socioeconômico e político. Assim, a rejeição dos portugueses em executar o trabalho no campo ocorre, segundo Manuela Silva (1982), porque os trabalhadores não conseguem tirar da terra o mínimo para sua sobrevivência, promovendo, portanto, o nascimento de uma grande massa social e culturalmente marginalizada:

A maior percentagem da população pobre encontra-se efectivamente entre a população que vive nas zonas rurais. Entre esta, são pobres, sobretudo os assalariados agrícolas sem terra (o rendimento médio dos trabalhadores agrícolas proveniente do trabalho era, em 1973, 14,7 contos/ano). No mesmo grupo contam-se também os pequenos agricultores que, por conta própria ou com a ajuda de familiares não remunerados, trabalham pequeníssimas parcelas de terra, das quais não retiram um rendimento equivalente ao da satisfação de necessidades primárias [...] (SILVA, 1982, 1081)

Em uma crônica escrito no dia 20 de fevereiro de 1973, “A difícil claridade”, cujo título retoma ironicamente o rebuscamento retórico, condicionado por alguns oficiais técnicos do governo em um encontro de técnicos agrícolas e agricultores da região de Barrô, Saramago oportunamente abre a crônica questionando a linguagem utilizada em determinada situação:

Nem sempre a melhor lição está onde se julgou pô-la, nem sempre o caminho para o entendimento alheio se abre com as palavras que supusemos mais claras e apropriadas. E quando, por nossa vez, nos queixamos de não entender quem nos fala, haverá que apurar onde e por que se perdeu o fio que estava servindo a ambas as partes, regressar ao ponto onde nos tínhamos separado e aprender que será inútil num passo mais que não seja de companhia. Tenha-se sempre presente esta pequena regra, ou facilmente se cairá em incompreensões mútuas e em recriminações que será tanto mais fáceis quanto mais longe de acordo tiverem fechado os dialogantes. (SARAMAGO, 1998, p.84)

No prosseguimento do texto, Saramago ilustra suas observações com “a recente reunião de técnicos agrícolas e de lavradores da freguesia de Barrô.” (SARAMAGO, 1998, p.85), cujo principal objetivo era a “solução para os problemas agrários que afligem a região” (1998, p.85), adversidade, aliás, que atingia a maior parte do território português, dada a negligência das autoridades.

Se, por um lado, Saramago alude à precariedade da agricultura portuguesa, fundamentado na débil mecanização e no provincianismo cultural dos camponeses, por outro, o escritor reflete sobre o afastamento cultural e a incomunicabilidade entre os lavradores e a equipe técnica portuguesa:

Contudo, e segundo afirma quem à reunião assistiu, não obstante as palestras, os filmes projectados e todo o estímulo polémico deliberadamente imprimido aos trabalhos, o colóquio subsequente foi breve e muito pouco adiantou para os fins em vista, “atendendo a que os lavradores presentes não intervieram, talvez por acanhamento, talvez por desinteresse ou também por não terem sido por si apreendidas as dissertações dos dois técnicos agrícolas”. E, para remate da sessão, o chefe da IV Região Agrícola reconheceu ter-se “divagado muito por problemas técnicos, talvez muito profundos em demasia em que teriam ficado melhor em ambiente mais reduzido.” (SARAMAGO, 1998, p.85).

Esta imagem, na qual se ouvem já ecos de *Levantado do Chão*, obra que projetou Saramago no cânone literário português e dissecou as adversidades às quais o camponês é submetido, converge para dois princípios opostos. O primeiro reflete sobre os lavradores, que devido a seu pouco ou nenhum domínio técnico e retórico, são tacitamente segregados. Esses camponeses, para usar as palavras de Saulo Gomes Thimóteo (2010), representam o espelho da realidade política salazarista-marcelista, que, segundo António de Figueiredo (1976),

possuía uma política centrada na desvalorização da educação e na exploração do campesinato. O segundo princípio deixa entrever o cidadão politizado, cujo discurso parece fundamentar-se naquele empreendido pelo Salazarismo, que pregava justamente a segregação social e cultural do campesinato.

A partir do quarto parágrafo, Saramago desmonta o discurso da equipe técnica, resignada por ter sido incapaz de elucidar as deficiências da agricultura portuguesa, bem como de orientar os camponeses a superar tais adversidades. Para Saramago, as elucidações provenientes da equipe de técnicos não refletem o desinteresse proveniente das classes trabalhadoras de Barrô, “se nos lembrarmos que ali se reuniram cerca de duas centenas de agricultores precisamente por causa da situação difícil que a agricultura atravessa naquela região.” (SARAMAGO, 1998, p.85-86). Analogamente, pode-se justificar, ainda que parcialmente, tal falta de interesse por constrangimento:

[...], pois não é de um momento para outro que hábitos de silêncio e acatamento tradicional se transformam em ousadias verbais e interpretações diretas: as fórmulas “senhor doutor” e “senhor engenheiro” transpiram um poder mágico e inibitório, uma espécie de respeito supersticioso nada favorável à comunidade franca. (SARAMAGO, 1998, p.86).

Neste sentido, a palavra se torna obstáculo intransponível para a inclusão e apreensão do discurso formulado pelos técnicos, enaltecido por um paradigma cujo *status quo* se sustenta no verbalismo e na hierarquia social, opondo-se radicalmente à simplicidade e carência do camponês. Esse discurso é fruto do modelo herdado de Oliveira Salazar, que também parece ter sido adotado por Marcello Caetano. Segundo Fernanda Miranda Menéndez (2007), Salazar pregava que a pobreza não constitui um estado indigno, a menos que esta exista na alma. Dada a condição social do camponês, muitas vezes iletrado e alheio aos acontecimentos políticos, o discurso do governo encontra sua plena cristalização nas mentes inertes desses indivíduos, que dada sua condição apática, aceitam passivamente o discurso que lhes é imposto. Menéndez ainda pontua que:

A intensidade dramática que punha nas suas palavras, fazia excitar a piedade e a comunhão conjunta no povo que o escutava. Sabia usar a característica mesquinha do português que inveja o rico e o poderoso, como ninguém, exaltando o humilde, o trabalhador braçal, o retalho de terra conseguido e mantido com o sangue e o suor de cada geração. O discurso de Salazar mostra toda uma arte retórica em fazer crer ao pobre que a sua pobreza é digna. Não é defensor da miséria, porque no mundo ideal dos discursos salazaristas, a miséria existe na alma, não tem nada a ver com as questões de sobrevivência. (MENÉNDEZ, 2007, p.4)

O manejo da linguagem e dos mecanismos linguísticos empreendidos pela equipe técnica separam distintamente as duas classes que aparecem na narrativa. Saramago, assim, descreve de modo direto que tais mecanismo esboçam a política de segregação do governo:

Mas onde o nó do caso parece estar (embora não excluindo a influência convergente de outros fatores) é na presumível não apreensão das dissertações dos técnicos. Os hábitos de gabinete, o cultivo de uma linguagem que só para os iniciados não exige código prévio de decifração, levantam uma barreira muitas vezes intransponível ao entendimento de duas partes já separadas pela estratificação social. Pode a exposição ser metódica, brilhante, exemplar de rigor científico, se a tornarmos em si mesma, mas pode também mostrar-se gravemente inadequada à circunstância de tempo e de lugar que importaria servir. Se não estamos muito errados, este foi o caso. (SARAMAGO, 1998, p.86).

Saulo Gomes Thimóteo (2010) já havia aludido em uma crônica intitulada “Carta para minha avó Josefa”, de *Deste Mundo e do Outro* esse obstáculo que a linguagem representa para aquela população iletrada por meio de uma dualidade: o camponês, ao mesmo tempo incapaz de compreender a retórica propagada pelas autoridades e segregado do mundo sociopolítico, da qual Josefa figura como um espelho; e o cidadão letrado, que “entende as ciências que explicam o mundo, tendo como representante o próprio narrador.” (THIMÓTEO, 2010, p.45). Na crônica de *Os Apontamentos*, assim como na crônica de *Deste Mundo e do Outro*, Saramago faz questão de ressaltar a barreira da língua como forma de segregação daqueles, mormente, analfabetos:

Não sabes nada do mundo. Não entendes de política, nem de economia, nem de literatura, nem de filosofia, nem de religião. Herdaste umas centenas de palavras práticas, um vocabulário elementar. Com isto viveste e vais vivendo. És sensível às catástrofes e também aos casos de rua, aos casamentos de princesas e ao roubo dos coelhos da vizinha[...]. Para ti, a palavra Vietname é apenas um som bárbaro que não condiz com o teu círculo de légua e meia de raio². (SARAMAGO, 1985, p. 27)

Considerando a condição precária da agricultura portuguesa, José Saramago também destacou a necessidade de uma política externa, baseada na exportação de seus produtos de grande relevo, como o vinho. Em “As perspectivas de Mofina Mendes”, de 19 de julho de 1972, Saramago anuncia um possível acordo entre Austrália e Portugal, o qual poderá exportar vinho para o país da Oceania. O exórdio interpolado pelo escritor faz prontamente uma crítica às esferas dirigentes, em que, diante de tantas adversidades enfrentadas por Portugal, as figuras políticas passam a ocupar-se com assuntos dissociados das necessidades

² SARAMAGO, José. *Deste Mundo e do Outro*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1985.

portuguesas, daí a evocação da personagem vicentina, considerada uma figura completamente irresponsável na peça de Gil Vicente³.

Longe de nós o propósito de tratar ligeiramente matérias em que a máxima seriedade nunca seria demasiada. Admita-se, porém, que certos episódios podem suscitar alguma estranheza, na medida que, através deles, parece manifestar-se um desconcertante alheamento das realidades imediatas, ou, mesmo quando expressamente o não façam, um comprazimento numa auto-satisfação verbal que em si mesma encontra justificação. Também quando os Turcos cercavam Constantinopla, um concílio ali reunido discutia subtilmente o grave problema do sexo dos anjos... (SARAMAGO, 1998, p.55).

Saramago remete, desse modo, no trecho antes transcrito, aos exercícios verbais estéreis, que parecem dizer muito, quando em verdade nada dizem. A arte de iludir com belas palavras sem consequências no plano da realidade. O contexto geral da crônica está relacionado a uma questão em torno da qual há um discurso eloquente, sem ação que o efetive. E o resultado dessa prática nefasta do muito dizer e pouco realizar é historicamente conhecido: perde-se a ocasião de intervenção efetiva. Saramago afirma que o Concílio de Constantinopla discutira o “sexo dos anjos” (discurso vão, cuja matéria não pode ser verificada...) ao invés de empenhar-se em ações para a defesa, resultando, portanto, na tomada de Constantinopla pelos turcos. Agentes governamentais de todos os quadrantes, infelizmente, são muito suscetíveis a esses comprazimentos com as palavras pelas palavras, sem planos de ação efetiva, enquanto a população sofre golpes de toda sorte (na economia, na saúde, na educação, na segurança, nos transportes etc.)

Saramago, na crônica em análise, exige das autoridades clareza em relação à inserção de produtos portugueses no mercado australiano, sugerindo que é melhor aprender com os erros dos outros do que com os próprios:

Releve-se a ironia, em que não existe intenção ofensiva ou pejorativa, reconheça-se que a alusão histórica tem alguma razão de ser perante a reunião recentemente efectuada no Porto, na delegação do Fundo de Fomento de Exportação, para a apreciação das perspectivas de exportação de produtos portugueses para o mercado australiano...Que esses produtos possam ser colocados em qualquer parte do mundo,

³ Mofina Mendes é uma personagem da Peça *O Auto de Mofina Mendes*, de Gil Vicente. Mofina, a desajeitada pastora de Paio Vaz representa, segundo, Ronaldo Menegaz (2012), uma alegoria da dúvida e da inconstância dos acontecimentos mundanos, opondo-se ao arcano da encarnação. A personagem vicentina, inconstante e debochada, contrapõe-se ao plano divino, cujos eventos se realizam no momento adequado, conduzido pela Providência. Contrariando a orbe divina, onde impera a sublimidade, a proteção e a vida eterna, existiria outro mundo dissonante, em que todas as coisas são transitórias e imprecisas. Neste sentido, destaca Menegaz, “o discurso de Mofina é completamente irresponsável. Mofina se liga a um mundo que não é aquele a que se liga ao discurso das alegorias das virtudes da Virgem Mãe de Deus. A um Paio Vaz, aflito para saber o estado de seu rebanho que a ela fora entregue, responde Mofina com respostas que só fazem aumentar a ansiedade de seu amo. Em lugar de dar conta a seu patrão do estado de seu gado, Mofina Mendes quer saber apenas do salário a que pensa ter direito” (MENEGAZ, 2012, p.67-68).

é premissa que não se discute, hipótese mais ou menos realizável, susceptível portanto de exame e discussão, mas um mínimo sentido das realidades deveria estar sempre presente em reuniões como estas, para que não se criem falsas esperanças que terão como fruto amargas decepções (SARAMAGO, 1998, p.55)

Saramago parece colocar em questão a ingenuidade ou até o desconhecimento do delegado do Porto sobre a política econômica de Portugal, já que a Austrália, sendo um país rico, obviamente, precisa de matérias-primas, e não de outros produtos manufaturados, que poderiam até mesmo competir com o mercado australiano.

Foi dito que os nossos produtos penetram muito pouco no mercado australiano, mas que sobretudo a indústria química, a maquinaria e os têxteis “tem evidentes possibilidades de expansão”. Sobre este decidido optimismo, logo foi lançada a água fria de uma outra realidade: de que o mercado australiano necessita de importar, principalmente, matérias-primas ou semimanufaturadas, o que não é rigorosamente a mesma coisa... E se a primeira afirmação veio de quem deverá estar seguro dela (fê-la o delegado do Porto), a segunda é do cônsul honorário de Portugal em Sidney, apresentado como conhecedor da economia australiana. Por nossa parte atrever-nos-íamos a apostar na razão do segundo. (SARAMAGO, 1998, p.55)

Sendo o vinho português tradicionalmente um produto de extremo valor para cultura e para a economia lusa, Saramago afirma que “neste mundo industrializado ou que velozmente procura industrializar-se, o vinho é apresentado como nosso grande trunfo econômico: nele depositamos as maiores esperanças, [...]” (SARAMAGO, 1998, p.56). Reitera em tom ligeiramente exacerbado que o produto resgatará o país inteiro de sua inanição, tornando-se alimento de toda uma nação:

[...] e pouco falta já para que o slogan célebre: “beber vinho é dar de comer a um milhão de portugueses”, se veja actualizado em “exportar vinho é alimentar o país inteiro...” No caso da Austrália, seria mais uma possibilidade. Não faltam possibilidades, como se vê. Quanto às realidades... (SARAMAGO, 1998, p.56).

Apesar da visão otimista apresentada no devir narrativo da crônica, o escritor revelará no parágrafo seguinte os obstáculos a serem enfrentados por Portugal para que seu vinho seja consumido na Austrália:

Quanto às realidades, lembrou o cônsul de Portugal “que era da máxima importância estudar profundamente o mercado e, essencialmente, estar presente nas várias feiras internacionais que se realizam no país.” Também acentuou que “a longa distância que nos separa da Austrália é, sem dúvida, um obstáculo, reforçado pela escassez de carreiras de barcos”, e terminou por “alertar os exportadores portugueses para a concorrência dos países asiáticos.” (SARAMAGO, 1998, p.56).

No parágrafo final, Saramago revela o cenário econômico e social português, contrário àquele perfil utópico que o governo insiste em mostrar. O escritor descreve sumariamente um país que se reconhece como nação pobre e limitada, incapaz de competir com as demais nações no mercado internacional, dado a sua deficiência estrutural, como a ausência de barcos para levar o vinho até à Austrália. A crônica é um manifesto contra um governo míope, que, muito embora enseje mostrar ao mundo uma nação independente, não passa impune à lente do escritor, que extingue o mito de país autônomo e superior:

O panorama despoja-se de repente daquelas fáceis imaginações que já caracterizavam a vicentina Mofina Mendes. Perdemos mercados, temos em alguns uma presença simbólica, lutamos por defender dois ou três produtos tradicionais – tudo isto ao pé da porta, como quem defende últimos redutos. Mas, com este incorrigível optimismo, tão fatalista como a negra tristeza em que também facilmente caímos, pensamos em conquistar a Austrália com máquinas, têxteis e vinhos. Longe, sem barcos e com os concorrentes já instalados. Estaremos realmente acordados? (SARAMAGO, 1998, p.56).

Muito embora Marcello Caetano não desfrutasse do mesmo carisma de seu antecessor, Caetano manteve, a seu modo, uma política de continuidade, colocando os trabalhadores rurais de lado e proclamando uma nação democrática e uníssona. Não tardou, entretanto, para além do otimismo inerente ao governo marcelista, que Portugal demonstrasse fragilidade ao primeiro sinal de crise, nascida a partir da primeira crise petrolífera, em 1973. Assim, um país tradicionalmente agrícola, com uma insípida indústria e uma gestão que tentava a todo custo escamotear as adversidades portuguesas, revelou ser justamente o contrário do que pregava Salazar e Marcello Caetano.

Em uma crônica de 4 de dezembro de 1973, sob o título de “A gasolina e outras coisas”, Saramago verbaliza em seu discurso a fragilidade das economias capitalistas, incapazes de responderem à crise petrolífera, cujos resultados econômicos catastróficos repercutiram na comunidade portuguesa de países como a França, que mediante o colapso iminente, exigiria que os “franceses de torna-viagem” deixassem a França para se reestabelecer definitivamente na decadente nação lusa, que também não seria poupada do abalo econômico mundial. O escritor utiliza o jargão da política internacional, notabilizada pela expressão “diplomacia do bidão”, para fazer referência à exploração das grandes potências europeias, que encabeçadas por um modelo socialdemocrata, transformavam os seus vizinhos subalternos em semicolônias, dependentes do seu poderio.

Porventura escandalizado com isto a que os comentadores políticos internacionais deram em chamar “diplomacia” do bidão, o entanguido e imobilizado cidadão da

Europa Ocidental poderia dedicar os seus forçados ócios ao estudo da não muito antiga história daquele tempo em que se praticava a “diplomacia da canhoneira”, a qual, desde já adiantamos para poupar trabalho ao dito cidadão, era abundantemente praticada pelas potências europeias... (Ficou o período longo, mas não tão longo como essa chocante página da história das relações entre europeus e árabes). (SARAMAGO, 1998, p.180-181)

A crônica também constitui para Saramago o *locus* para registrar velhas divergências sociopolíticas diluídas ao longo da história, perpetuadas pela opressão da política imperialista europeia, potencializando a velha batalha entre europeus e muçulmanos, ocorrida no século VIII:

Agora se poderia dizer que é curta a memória dos ofensores, visto o ar escandalizado com que veio a descobrir-se a solidez da memória dos ofendidos. E não faz muito ao caso que as gerações sejam outras, e outros os níveis de sensibilizações: a relação entre causa e efeito nunca é rectilínea (lugar-comum), antes se desenvolve segundo uma linha sinuosa em cujo traçado necessariamente influem outros efeitos e outras causas de muito diferente matriz... (SARAMAGO, 1998, p. 181).

Se, por um lado, a crônica saramaguiana reflete sobre o arquétipo sociopolítico do início dos anos 70 no continente europeu, por outro, ela também elucida por meio de um discurso simultaneamente fluído e assertivo, próprio do escritor português, a fragilidade do ser humano, moldado pela perda da racionalidade e de seu bom senso, traduzida por um capitalismo em agonia, uma atmosfera caótica e uma sociedades decadente. Assim como nas narrativas curtas de *Objecto Quase* (1978), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e *As intermitências da morte* (2005), a crônica revela a desumanização, transpondo os limites do literário e jornalístico.

Se tivéssemos (nós que só de casos nacionais costumamos curar) de resumir apenas numa palavra a lição deste embargo do petróleo, escreveríamos “fragilidade”. A fragilidade de um complexo social, político e econômico subitamente posto em xeque por aquele factor que mais fácil de manobrar parecia ser, a fragilidade de uma civilização que de repente não tem para dar mais do que homens em pânico, reagindo como peixes fora de água, ansiosos por gasolina como por vida, mesmo que esta se resuma ao funcionamento regular dos cilindros de um motor... A Europa está em risco de parar, e aos europeus é como se lhes faltasse o coração no peito. (SARAMAGO, 1998, p.181).

A voz do cronista revela que a ganância abre vazão fatalmente à insanidade, que desmoraliza e destitui o indivíduo de seus traços humanos, transformando-os em seres desprovidos do bom senso comum e caráter, consubstanciado na pilhagem de combustível, exacerbando, de modo violento, a barbárie humana, construída em torno da falta de combustível que incidira em todos os países do globo.

Tréguas, porém, nesta filosofia de trazer por casa, e cuidemos de ver, muito praticamente, como vamos aguentar-nos nesta repentina crise. Já se sabe dos egoísmos individuais, das impaciências, dos conflitos à beira dessas novas fontes preciosas que são os postos de abastecimento. Já se sabe dos furtos de gasolina, pela calada da noite (até na civilizada Alemanha Federal dizem as notícias que o mesmo acontece), do mercado negro, do açambarcamento, da alienatória preocupação de manter sempre o depósito atestado. (SARAMAGO, 1998, p.181)

Além de fazer referência ao colapso econômico petrolífero, desencadeado pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo, que representaria a aumento exponencial do produto, a crônica também contesta, segundo Marta Cristina Spínola Aguiar (2014), a imagem romantizada que Oliveira Salazar instituiu de Portugal como país autossuficiente e independente dos demais países europeus. O discurso observado na crônica reafirma, portanto, as ponderações de Saramago entrevistas em outros textos de *Os Apontamentos*, sobre uma nação empobrecida e subalterna, dependente de seus vizinhos centrais e daqueles que detêm matéria-prima essencial para o desenvolvimento socioeconômico, como o petróleo.

[...] Já se sabe, enfim, que a vida do País sofreu uma transformação de aspectos múltiplos, que o tempo fará avultar ainda mais, e que um desses aspectos mais importantes é precisamente a súbita sensação de insegurança que se instalou no espírito das gentes. **Foi preciso faltar gasolina para que o português médio descobrisse a que ponto está dependente do mundo, ele que tinha sido ensinado a considerar-se auto-suficiente.** (SARAMAGO, p.181-182 – negrito meu).

Nota-se que muitos textos de *Os Apontamentos* expõem o otimismo exortado pela máquina governamental, que esconde a fragilidade portuguesa, e por isso torna-se alvo do ceticismo e da crítica demolidora de Saramago. O cronista, balizado por um tom pessimista, rebate as afirmações das autoridades portuguesas ao suporem que havia, naquele momento, possibilidade de resolução do problema, mas não apresentavam medidas efetivas para a crise de combustível:

Ora, ou muito nos enganamos, ou precisamente esta noção de auto-suficiência (inculcada nos discípulos, convicção particular dos mestres) é responsável pela indecisão de que estão a dar provas os organismos oficiais no tocante às medidas a tomar e a impor. No fundo, é como se se quisesse aguardar até o último minuto, na esperança de que antes disso as coisas se componham lá fora, para se poder cantar vitória cá dentro. (SARAMAGO, 1998, p.182).

No parágrafo final, Saramago apresenta duas reflexões cruciais em meio ao caos estabelecido: a primeira solicita que os olhares sejam dirigidos especificamente para a nação, e não para o governo e demais ramificações deste; a segunda exige deste mesmo governo que

o povo português seja ouvido, visto ser o único a sofrer com as oscilações econômicas internas e mesmo aquelas exógenas ao país. Trata-se da luta contínua de Saramago contra um silenciamento há muito tempo empreendido pelos dois ditadores portugueses, que mantiveram a nação sob um falso otimismo, balizado pela pobreza e analfabetismo.

E também é preciso (voltemos a voar baixo) que urgentemente se encontrem as soluções para um abastecimento racional, que respeite as realidades. Bem sabemos que qualquer racionamento (e este em particular) é politicamente antipático: porém, o que acima de tudo deve importar é servir o País, não a política. E se com isto parecemos estar a dar lições a quem delas tem declarado não precisar, seja-nos revelado o atrevimento: também nascemos nesta terra, também temos algumas ideais... O que, para o caso, supomos que basta. (SARAMAGO, 1998, p.182)

Com tais adversidades colocadas a lume, desmascaradas pelo escritor, restará ao povo português a difícil decisão de migrar para as grandes cidades portuguesas, ou, mais radicalmente, emigrar para outras nações mais prósperas, como é o caso da França. O parco investimento no setor agrícola, a extrema pobreza no campo, a censura e as guerras coloniais, que avultavam exponencialmente as despesas da balança com as batalhas no ultramar, constituíram as origens do movimento revolucionário, ocorrido a 25 de abril de 1974.

1.2 Saramago e a censura

O interrogatório do homem que saiu de casa depois da hora de recolher começou há quinze dias e ainda não acabou.

Os inquiridores fazem uma pergunta em cada sessenta minutos vinte quatro horas por dia e exigem cinquenta e nove respostas diferentes para cada uma.

É um método novo.

Acreditam que é possível não estar a resposta verdadeira entre as cinquenta e nove que foram dadas.

E contam com a perspicácia do ordenador para descobrir qual delas seja e a sua ligação com as outras. [...]

O ano de 1993. José Saramago⁴

⁴ SARAMAGO, José. *O Ano de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

O tom hiperbólico da epígrafe acima, transcrita de *O Ano de 1993*, sintetiza um dos períodos mais sombrios da história portuguesa, operado sob um regime ditatorial, autocrata e corporativista que perdurou em Portugal por quase meio século. Cerceado por uma ditadura que se instaurou no país em 1926, por meio de um golpe militar que pôs fim a Primeira República Portuguesa, a pequena nação lusa viu-se em meio a mais longa ditadura ocidental, cujas premissas fundamentaram-se no controle da máquina política e na abolição dos direitos dos cidadãos, agora condicionados ao controle da Igreja e do Estado.

A ascensão de Marcello Caetano ao poder, também conhecida por primavera marcelista, ocorre em setembro de 1968, após Salazar sofrer um derrame que o debilitou e o excluiu de vez da vida política. Impossibilitado de dar continuidade ao seu programa político, Salazar cede lugar a Marcello Caetano, que ocupará o gabinete até 1974, período em eclode a Revolução Portuguesa, dada a incapacidade do sucessor de Salazar em “empreender uma transição bem-sucedida para um sistema de governo mais aberto e flexível.” (MAXWELL, 2006, p.68)

Se, por um lado, a política de Caetano representou, segundo Fernando Rosas (1999), algumas mudanças significativas para o Estado, como o desenvolvimento industrial, abertura ao investimento estrangeiro, fundamentada em uma política pró-europeia, desmantelamento do condicionalismo industrial, melhoria do modelo agrícola e a melhoria da situação social do trabalho, por outro, a partir de 1970, Caetano passou a dirigir uma política, cujo *ethos* revestia-se de um rigor, segundo Rosas, antipartidário e autoritário. Neste sentido, destituiu as direções sindicais consideradas subversivas, colocou os tribunais arbitrais sob a domínio do Estado e encerrou praticamente todas as associações estudantis portuguesas, “fulcro de um intenso ativismo contra a guerra colonial, contra a repressão policial” (ROSAS, 1999, p.50) e a reforma educacional proposta por Marcello Caetano. Para Ana Cabrera (2008), a censura à época marcelista representou um instrumento de autoridade política cujo principal objetivo era o controle sumário da sociedade portuguesa. A ensaísta também declara que:

Esta estrutura tentacular foi um dos alicerces do poder de Salazar e Caetano. Servia aos interesses do Estado, a moral oficial, silenciava a oposição e criava as condições para veicular a ideologia dominante – “Deus, Pátria, Família” – que se consubstanciava no temor a Deus, no amor à Pátria de que resultava a obediência a Salazar e à família. Quando se estuda a censura numa perspectiva diacrônica conclui-se que ela procurou sempre sustentar a “moral e os bons costumes” e “defender” o público das ideias “perversas e subversivas”, contrárias, portanto, à política da ditadura. (CABRERA, 2008, p.27).

Para um escritor como Saramago que vivenciou a repressão e a censura à imprensa, várias obras tornaram-se um libelo contra o controle ideológico e os mecanismos de poder por meio de uma voz controvertida, pragmática e provocadora, repudiando o paradigma salazarista-marcelista. Em 1975, escreveu *O ano de 1993*, obra que refletia sobre o totalitarismo por meio de um discurso híbrido, entabulado na prosa e na poesia. Sua validade universal reside na força de metáforas em que se podem reconhecer os horrores dos regimes totalitários. Alguns textos de *Deste mundo e do Outro* também comungam das ponderações e preocupações com a censura, como a crônica “A estátua de pedra”, metaforicamente descrita como um olho que tudo observa, possivelmente referindo-se ao controle censório de Salazar.

No vasto rol temático de *Os Apontamentos*, várias crônicas revelam, segundo João Marques Lopes (2010), sua indignação e reprovação contra o cerceamento das liberdades democráticas, e principalmente contra a repressão à imprensa, abertamente criticada pelo escritor.

Em uma crônica não datada, possivelmente devido ao *ethos* censório da política Marcelista, conforme pontuou Saulo Gomes Thimóteo (2014), intitulado “O eufemismo como política”, o escritor explica inicialmente ao leitor o sentido de eufemismo, cuja definição dicionarística funcionará como ponto de partida para o discurso apresentado por Saramago:

O que é eufemismo? O eufemismo é aquela figura de retórica que consiste em abrandar pela expressão a crueza de certas ideias ou de certos factos, e que chega mesmo, com a antífrase, ao ponto de empregar uma palavra ou uma locução num sentido contrário à sua significação real. Esta definição, evidentemente de fonte dicionarística, funcionará como roteiro nas considerações que vamos fazer a seguir e deverá estar sempre (e permanecer depois) na mente do leitor: porque neste lugar vamos tratar, sobretudo, de como se usam palavras para servir conveniências. (SARAMAGO, 1998, p.46)

O cronista então se propõe a desnudar os discursos dissimulados, como formula Thimóteo, e a apresentar ao leitor “por meio da exposição de argumentos, as figuras ocultas que conseguiu visualizar, em meio aos eventos diários e declarações proferidas pelo governo e governantes. Saramago torna-se analista político à procura de eco, ou melhor, reverberação em seus leitores” (THIMÓTEO, 2013, p.185). Nestas crônicas, Saramago reafirma toda sua antipatia e reprovação contra as vozes autoritárias que procuram perpetuar seus discursos forjados, definido por uma fala manipuladora e fortemente intimidadora, que tenciona, em primeira instância, mascarar a realidade opressora em que vive a sociedade portuguesa.

No exórdio, formulado a partir da entrada dicionarística, Saramago abre a discussão transcrevendo um excerto do Estatuto da Imprensa, dirigida pelo então secretário de Estado de Informação:

Ao definir a orientação geral que presidiu à elaboração do Estatuto de Imprensa, o secretário da Informação afirmou que ela se traduz expressivamente num trecho do parecer da comissão eventual da Assembleia Nacional que cita: “[...] a iniciativa enquadra-se não já apenas no sentido da *descompressão* dos direitos e garantias individuais, mas nos domínios da juridicidade quanto à expressão pela Imprensa, apontando ou implicando uma tendência ou opção liberalizadora – sem deixar de ter em conta as legítimas precedências do interesse público e as exigências da conjuntura nacional, designadamente as que decorrem da necessidade e moral da Nação”. (SARAMAGO, 1998, p.46)

A partir do parecer da Assembleia Nacional, Saramago revela o tom rebuscado presente na declaração do ministro, “constantemente acautelada, temendo afirmar de mais e deixando, por isso mesmo, a margem necessária a possíveis rectificações posteriores.” (SARAMAGO, 1998, p.46). Neste sentido, os pares de sintagmas destacados por Saramago “apontando/implicando” e “tendência/opção” servem para amenizar ou mascarar a realidade na qual a nação lusa está inserida, já que “apontando” e “tendência” são mais tênues semanticamente (remetem a hipótese, possibilidade) que “implicando” e “opção” (remetem a algo mais efetivo). São evidências de um discurso cauteloso, que não quer se comprometer demais com o que afirma.

No âmbito da linguagem governamental, afirma Saramago, “vivemos um época que lembra irresistivelmente a dos barrocos seiscentistas”, cujo jogo retórico aponta para o verbalismo desenfreado para que o cidadão seja incapaz de compreender as diretrizes do regime e, desse modo, não conseguir formular argumentos para questioná-lo. Ao fazer uso do vocábulo “descompressão”, o cronista destaca o tom eufemístico oculto nas palavras proferidas pelo governo, o que reitera a ideia de uma censura sempre onipresente em Portugal, mesmo que em estado de latência. Neste sentido, o par sintagmático compressão/descompressão são eufemismos que atenuam sobremaneira a violência intrínseca da censura e das restrições sofridas por um país em regime ditatorial. Trata-se de eufemismos que ofendem a sensibilidade do cronista, uma vez que o real significado remete, em primeira instância, à opressão, à humilhação e ao controle da sociedade e de seus entornos.

Se as afirmações do ministro condensam um verbalismo atenuador da realidade, Saramago lembra constantemente o leitor de que as conotações provenientes do Estatuto da Imprensa, condicionadas por um discurso autoglorificador do regime, representam a essência da opressão. A função do cronista, segundo Thimóteo, é denunciar o jogo de palavras

utilizado pelas esferas dirigentes para encobrir as mazelas e o perfil contraproducente da política marcelista. Os torneios linguísticos de estilo cultista, salienta o ensaísta, são dissecados pelas lentes do cronista, que exige das esferas políticas um discurso mais direto no tratamento com as palavras e com os interlocutores, que, pouco letrados, não conseguem absorver o conteúdo direcionado a eles.

Mas onde está, afinal, o eufemismo? O eufemismo encontra-se sublinhado (e não por nós) na palavra descompressão (dos direitos e garantias individuais). É certo que significando a palavra descompressão “a diminuição de pressão exercida sobre qualquer coisa”, sempre se poderia afirmar que a palavra exprime rigorosamente o conceito, não havendo, portanto, eufemismo... Contudo, uma vez que a situação afirmadamente anterior (a de compressão) muito melhor se exprimiria por qualquer sinónimo, como, por exemplo, opressão, sufocação, abafamento, constrangimento, é na escolha deliberada do termo mais inócuo, daquele que menos conotações comporta, que se encontra o eufemismo. (SARAMAGO, 1998, p.47)

Contrapondo-se à fala do secretário, Saramago afirma que o discurso do Estado pressupõe ações conscientes, cuja seleção vocabular se constrói por meio da observação criteriosa dos censores sobre sua sociedade e seu entorno.

A escolha da linguagem nunca é inocente: neste caso, pretendeu-se aparar as asperezas, amortecer o choque, fazer esquecer que muito mais do que compreensão, se tratava de constrangimento, ou abafamento, ou sufocação, ou opressão, tudo situações radicalmente negativas, sem equívoco possível... (SARAMAGO, 1998, p.47)

Se Saramago censurou os modelos políticos atuais, que concentravam seus discursos nas políticas socialdemocratas, isentas de matizes democráticos, como pontua Fernando Gómez Aguilera (2010), o escritor português foi ainda mais severo e ácido ao falar da ditadura e da perda da liberdade em cenários distópicos, como foi o caso de Portugal. Segundo António de Figueiredo (1976), a política repressora de Salazar fundamentava-se, basicamente, no isolamento de Portugal do mundo exterior e na rejeição de quaisquer ideais doutrinários que pudessem pôr em risco a supremacia do Estado e as vantajosas concessões à classe dominante:

Mas para perpetuar as estruturas e os privilégios de classe, de geração em geração, não era suficiente isolar Portugal por meio da censura e da repressão da influência das grandes ideologias internacionalistas ou movimentos revolucionários do mundo exterior. Era necessário rejeitá-los ativamente, oferecer em seu lugar um sistema nacionalista de ideias, baseado em princípios religiosos e numa glorificada interpretação incorreta da história. (FIGUEIREDO, 1976, p.37-38)

Nas crônicas de *Os Apontamentos*, observa-se um escritor que dismantela o otimismo propagandístico, desnuda os eufemismos proclamados pela esfera dominante e desmonta o mito da autossuficiência portuguesa, expondo as mazelas pelas quais Portugal passa. Thimóteo remete à linguagem disfarçada do governo como um recurso demagógico que visa, sobretudo, à propagação de uma nação democrática e respeitadora dos direitos do cidadão:

Os desvios, que a política daquele período cria, têm como intuito prolongar a alienação de uma população já borbulhante com ares revolucionários; e as palavras usadas tornam-se verdadeiras barreiras que impedem o entendimento pleno da situação. José Saramago intenta espreitar entre as brechas do muro demagogo, bem como possibilitar acesso para que outros também observem o descoberto. (THIMÓTEO, 2013, p.188-189)

Defensor das liberdades individuais, José Saramago recria neste rol temático de crônicas um libelo contra o seu cerceamento das liberdades, e se torna voz atuante contra o regime que reinava em Portugal há quase 50 anos. Em “As regras da convivência”, publicada em 5 de junho de 1972, Saramago elucida ironicamente a difícil convivência entre os jornais, possivelmente referindo-se também ao *Diário de Lisboa*, onde trabalhara como editor, combativo das ações marcelistas. Várias crônicas de *Os Apontamentos* abrem os seus textos fazendo referências a declarações feitas por autoridades governamentais, sem aludir a nomes, característica que se evidenciará em seus futuros romances, revitalizando o cariz universalizante de seus textos, além de constituir um recurso que evita mencionar diretamente o nome das figuras políticas que praticavam delitos contra o povo português.

A crônica, publicada em 5 de junho de 1972, retoma a comunicação do Secretário de Estado da Informação à imprensa portuguesa, que feria e limitava o trabalho empenhado dos jornais portugueses, acusados de subversão. Em tom irônico, já entrevisto no próprio título da crônica, Saramago deixa claro que a convivência entre imprensa e Estado somente se configura quando aquela se submete ao domínio da ditadura imposta pelo governo:

Retornamos mais uma vez à comunicação do secretário de Estado da Informação aos diretores dos jornais para um rápido comentário à discriminação feita dos factos que, no âmbito do Estatuto da Imprensa, são passíveis das disposições da lei penal em vigor. Ei-los, conforme a enumeração e segundo os próprios termos da comunicação: (SARAMAGO, 1998, p.48)

Saramago elenca no parágrafo posterior os principais delitos que não devem ser cometidos pelo cidadão português e tão pouco pela imprensa. É fato observável no estratagema marcelista o rigor e o conjunto de sintagmas/ vocábulos utilizados na descrição da lei citada. Há uma inversão de valores construída por sintagmas que simultaneamente

abolem e realçam o estatuto de país autoritário. Cria-se um texto dissimulado, cuja intenção é coibir as visões perceptivas e ideológicas da imprensa e do cidadão, além de consubstanciar-se em um documento que, lido isoladamente de seu contexto, congrega apenas um conjunto de leis que será aplicado quando houver algum tipo de contravenção que possa agredir o bem-estar da nação, reiterando, dessa maneira, a imagem de país liberal a qual Salazar fazia referência:

Textos ou imagens que atentem contra a integridade e independência do País, revelação de segredos de Estado ou quaisquer outras informações de carácter secreto; afirmações susceptíveis de prejudicar as relações do Estado português com nações estrangeira; afirmações falsas, tendenciosas ou deformadas susceptíveis de fazer perigar o bom nome, o prestígio ou o crédito do País no estrangeiro, ou causar alarme ou inquietação pública; ofensas ou injúrias ao Chefe do Estado, membros do governo, deputados, magistrados, outras autoridades e seus agentes, tribunais e outras corporações públicas e órgãos do Estado; o que tenha em vista a alteração da Constituição por meios ilegais; quanto incite à suspensão das actividades económicas ou a cessação do trabalho; o que faça apologia ou instigue à prática do crime contra a segurança do Estado; o que instigue ou provoque a desobediência colectiva, tente perturbar a ordem ou tranquilidade públicas ou incite à violência ou rebelião; o que procure aliciar ou incitar ao não cumprimento dos deveres militares; difame, calunie ou injurie qualquer pessoa; divulgue informações abrangidas pelo segredo profissional, constitua ultraje à moral pública, tenha por fim qualquer acto de extorsão; ameace ou intime com o fim de coagir à prática ou omissão de qualquer acto, provoque a prática de qualquer crime ou falte ao respeito à Bandeira Nacional. (SARAMAGO, 1998, p.48)

A longa citação explicita a força com que o marcelismo impunha sua vontade aos cidadãos considerados “subversivos”. O trecho antes transcrito dá grande relevo aos delitos cometidos contra as autoridades governamentais, o que visa a justificar a postura autoritária e censória de Marcello Caetano. Neste sentido, a lei descrita serve apenas para proteger as figuras políticas que comungam do mesmo conceito monofônico de política do governo, e não para proteger o cidadão português. Observa-se que a palavra “Estado” aparece em evidência várias vezes no trecho da crônica, para denotar a supremacia do Estado sobre o cidadão. Neste sentido, Saramago cede a palavra integralmente à Lei de Censura para que ela própria se revele na sua contundente força de coibição de qualquer gesto de questionamento ao Estado. Essa Lei é dirigida sobretudo à imprensa e aos militantes (textos e imagens). Saramago opta por não resumir ou parafrasear palavras que abolem qualquer liberdade de opinião e, em razão disso, adota o recurso da citação direta. Antes e depois da citação, seguramente, faz seu comentário de dissabor.

Para Saramago, entretanto, os jornais portugueses, em suas atribuições legais, não podem ser enquadrados nos delitos elencados pelo Estado luso, uma vez que a imprensa imparcial traça apenas um panorama verídico do que acontece em Portugal nos anos 70, descaracterizando, portanto, qualquer tipo de desacato ou subversão, como sugere o texto.

Pondo de lado, por não importar aos objetivos deste comentário, a clara preocupação evidenciada pelo secretário de Estado de se abonar em disposições legais da Primeira-República (como se elas devessem avalizar o passado mais próximo), não podemos deixar de exprimir aqui a nossa perplexidade. Efectivamente, relendo a minuciosa especificação dos factos que constituem delito de Imprensa, dificilmente encontramos justificação para a permanente e ampla intervenção da censura e sofrida ao longo de tantos anos. (SARAMAGO, 1998, p.48-49)

Se Marcello Caetano coloca metaforicamente um espelho perante os cidadãos portugueses, que se veem acuados e destituídos de qualquer tipo de liberdade, Saramago reverte este espelho mostrando o paradoxo do governo marcelista, o qual deveria ser o primeiro a acatar as leis enunciadas pelo Estado. A ironia reside justamente neste ponto de intersecção, visto que a mesma Ordem Estabelecida, que exige de seus cidadãos uma postura comedida e respeitosa, é a primeira a destituir os cidadãos de seus direitos, criando, portanto, um paradoxo, que, na pena do escritor, torna-se um protesto contra a idiosincrasia marcelista;

Com as limitações legais postas à opinião e à informação (e que são exclusivamente, insistimos, as que ficaram referidas), que campo se abre daqui para diante à Imprensa? Ficamos sabendo que não se abre maior campo do que naquele que já estava aberto. Sendo assim onde está a diferença? Não estará certamente nos jornais portugueses, que cada qual no lugar que escolheu, serão iguais a si próprios. Serão as regras enunciadas também cumpridas pelas entidades encarregadas de zelar pela sua exacta aplicação? A diferença está (estará?) precisamente na resposta que for dada a esta pergunta... (SARAMAGO, 1998, p.49).

Enquanto na teoria o discurso marcelista procura expor um modelo imparcial de conduta cujas normas valem para qualquer cidadão, na prática a fala formulada pelo regime reforça cautelarmente um arquétipo intransigente e inflexível, cujo principal objetivo “era o de evitar a divulgação de ideias, de políticas, de estéticas e de opiniões que causassem obstáculo ao percurso que Salazar tinha definido para o ideário dominante (CABRERA, 2008, p.30) e, posteriormente, ao seu sucessor, Marcello Caetano. Em uma crônica de 7 de abril de 1973, sob o título “Uma contradição à luz do dia”, o consentimento das autoridades governamentais à realização do Congresso de Oposição Democrática em Aveiro é confrontado, como destaca João Marques Lopes (2010), com o veto da romaria à lápide de Mário Sacramento⁵, figura antípoda ao regime fascista de Caetano.

⁵ Mário Emílio de Moraes Sacramento (07/07/1920 - 27/03/1969) foi um médico, escritor, ensaísta e político português, tornando-se uma voz importante do movimento de oposição democrática ao regime ditatorial de Salazar e Marcello Caetano. Foi um dos principais atores do Movimento de Unidade Democrática e figura permanente da sua comissão central. Não tardou para que Sacramento estabelecesse inúmeros contatos com as camadas mais jovens, que também estavam insatisfeitas com o regime do Estado Novo e reivindicavam liberdade para toda a nação lusa. Disponível em: ><https://www.cm-ilhavo.pt/pages/1014.>>. Acesso em 16 nov. 2019.

Ao formular seu discurso, Saramago revela que a Reunião do Congresso de Oposição Democrática, cuja legitimidade é formalizada pelo regime, não desfruta propriamente de liberdade para exercer suas funções políticas e contrapor-se legalmente ao regime então vigente. A censura constrói-se sob um *ethos* ora extremamente rígido, negando as vozes contrárias ao regime, ora flexível em períodos eleitorais, dando a falsa impressão de que o regime se formula fundamentalmente em uma estrutura democrática. Saramago vai, assim, tecendo comentários, dissecando palavras, levando o leitor a refletir sobre esse agravante paradoxo, que é o regime marcelista. Há, certamente, conforme Saramago argumenta, uma oposição, incapaz de exercer suas funções no âmbito político, que, pese embora reconhecida pelas autoridades, é peremptoriamente reprimida ao manifestar suas opiniões, daí o uso constante do conceito de paradoxo pelo autor:

Parece clara a contradição em que vamos vivendo, em que estamos a viver desde há longos anos. Existe uma oposição democrática reconhecida no país inteiro, uma oposição que o Governo explicitamente reconhece ao autorizar, pela via administrativa e política mais directa, que essa oposição se reúne em Congresso. [...] Sabe-o o Governo, verifica-o o País inteiro, está à vista de todo mundo, neste momento, concreta e materializada na cidade de Aveiro, sob as vistas decerto atentas das autoridades. (SARAMAGO, 1998, p.103)

A contradição se confirma justamente neste recorte do texto, quando Saramago afirma que, “Se, ao reunir-se, a Oposição estivesse praticando algum acto ilegal, essas mesmas autoridades não se coibiriam de intervir e proibir, pura e simplesmente, o que contra a lei se realiza.” (SARAMAGO, 1998, p.103). Neste sentido, há uma dissimulação dos fatos, condicionada por leis e estatutos que criam a nítida impressão de que tudo é atrelado à liberdade para o bem do povo. Saramago desmitifica tais pressupostos registrando um incidente que se contrapõe ao suposto reconhecimento da Oposição pelo governo, o qual refuta a ideia de uma homenagem ao democrata Mário Sacramento. A crítica não é, portanto, permitida nos meios legais, carecendo de carácter verdadeiro, processando-se, dessa forma, um estado de inércia e repressão.

Mas não é assim: e é tão pouca assim, que foi “em defesa das liberdades republicanas” que o governador civil de Aveiro veio a proibir uma romagem, decerto numerosa, ao túmulo de Mário Sacramento... Qualquer observador imparcial não deixará de surpreender-se perante uma situação e um país onde uma oposição não autorizada legalmente é legalmente e excepcionalmente autorizada a reunir-se e a concorrer a eleições. (SARAMAGO, 1998, p.103).

Confirmado o paradoxo do ideal marcelista, Saramago revela mais adiante, em tom provocador e questionador que o uso das palavras nunca é inocente, há sempre, sobretudo, em um regime ditatorial, o mascaramento das verdades e a imposição da supremacia do Estado em detrimento das liberdades individuais:

Vivemos, pelo menos assim nos é dado observar, num país caracterizado por um cultivo inconsciente (?) do paradoxo. A não ser que se admita que só num comportamento paradoxal as contradições se mantêm em estado latente, sem a agudização do seu conflito e a consequente passagem a um estado de coerência, em que uma oposição tacitamente reconhecida passaria ao estatuto de reconhecimento legal que lhe é devido... Que a pura inteligência dos factos lhe deve. (SARAMAGO, 1998, p.104-105).

Não foi apenas nos jornais impressos que Marcello Caetano utilizou a máquina censória para controlar possíveis diatribes contrárias à idiossincrasia do Estado. Fundamentado em política que pouco destoava da de seu antecessor, Marcello Caetano soube usar a máquina censória para desestabilizar o teatro português, dificultando aos atores portugueses a encenação de peças consideradas fundamentais para a cultura e da sociedade lusa.

José Saramago, que repudiou cabalmente a censura e as disfunções da política marcelista, escreve em 5 de julho de 1972, uma crônica intitulada “O teatro e as estruturas”, revelando as arbitrariedades que a ditadura impusera ao teatro português, como forma de manter o ideário dominante, cujo *status quo* se fundamentava na formação e educação para colocar o cidadão ao serviço do Estado (cf. CABRERA, 2008, p.30). Nesta crônica, Saramago refere-se à publicação de “um pequeno folheto de trinta e duas suculentas páginas, sob o título *O teatro português no pós-guerra*” (SARAMAGO, 1998, p.53), efetuando uma descrição sumária dessa obra, destituída de autoria. O preâmbulo que informa o leitor sobre o folheto traz considerações do escritor sobre a natureza propagandística do folheto:

Não traz nome de autor, mas quem o escreveu mostra um conhecimento da matéria e uma fluência familiar no tratamento dela que nem sempre são apanágio de textos cuja missão costuma ter mais que ver com a propaganda do que com a informação. O leitor, português ou não, colherá neste folheto, quanto aos aspectos enumerativos do assunto, uma visão histórica bastante completa. (SARAMAGO, 1998, p. 53).

O segundo parágrafo apresenta uma ressalva, por meio do advérbio “infelizmente”, que serve como contraposição ao que foi dito anteriormente sobre o teatro português, mutilado pelo aparelho censório. A crônica reconstrói-se em um moto-contínuo em que o cronista, ao formular uma nota introdutória sobre o teatro luso, elucida posteriormente que a

rarefação de encenações teatrais em Portugal está associada à política ideológica marcelista. O poder censório não é alheio ou desinteressado, ele propositadamente proíbe as encenações teatrais produzidas pelos artistas portugueses:

Infelizmente, esta bela arte sofre de alguns senões, o maior dos quais, que chega a atingir o insólito, está no modo como se trata o facto bruto da escassez de teatro representado, em contraste com a relativa abundância de peças publicadas. Na verdade, esta publicação (que, repetimos, tem a chancela da Secretaria do Estado da Informação) refere tal escassez em termos tão impessoais e distanciados que um observador desprevenido julgará que os organismos oficiais são de todo alheios aos motivos dela. Diz-se que **“muitas peças escritas por autores portugueses, nos últimos vinte e cinco anos, e algumas das mais significativas, não foram ainda representadas”, mas não se esclarece por que motivos, em numerosos casos, essa representação se não fez...** (SARAMAGO, 1998, p.53 – negrito meu).

Segundo Ana Cabrera, “qualquer atividade cultural ou de lazer só poderia ser realizada depois de o programa ser remetido à Inspeção dos Espetáculos, efetuar os pagamentos das diversas taxas” (CABRERA, 2008, p.34) e receber o respectivo aval das autoridades. Essa retaliação ao teatro português ocorre, segundo a ensaísta, porque as peças lidas pelos censores, ficavam sujeitas a cortes ou à interdição cautelar, o que representava o desmantelamento da cultura dramática lusa. Segundo a ensaísta

Os censores liam e aprovavam, reprovavam ou aprovavam com cortes. As peças reprovadas ficavam interditadas a qualquer representação em todo o território nacional. As peças quando aprovadas, eram ainda sujeitas a um outro escrutínio: o ensaio geral. Este era obrigatoriamente supervisionado pelos mesmos censores que já tinham lido a peça. Neste ensaio geral, a observação dos censores centrava-se no texto, para verificarem se os cortes eram respeitados, nos cenários para assegurarem que todos os elementos eram apropriados e nos adereços e figurinos que deviam respeitar a “moral e a decência. (CABRERA, 2008, p.35-36)

Saramago deixa transparecer um misto de inconformismo e espanto diante da informação descrita em *O Teatro Português no Pós-Guerra*, chancelado pela Secretaria do Estado da Informação, por afirmar que Portugal não conheceu uma herança dramatúrgica ao longo de sua história, com exceção de alguns períodos esporádicos, a exemplo do atual:

Esfregamos os olhos de espanto quando, mais adiante, lemos: “É certo que não existe entre nós uma arreigada e forte tradição dramatúrgica, mas também é certo que e as estruturas sociopolíticas nunca foram, salvo em períodos intervalares, favoráveis ao estabelecimento dessa tradição”, dizê-lo desta maneira parece significar que, afortunadamente, vivemos num desses períodos intervalares, suposição que os autores de peças proibidas não confirmariam... (SARAMAGO, 1998, p. 54).

Na sequência, Saramago, além da questão censória imposta pelo regime Salazarista/Marcelista, faz referências às experimentações de temáticas sociais e da existência humana, que se alinhavam ao teatro épico de Bertholt Brecht (1898 – 1956). Esse alinhamento, segundo Márcia Regina Rodrigues (2010), se opunha à corrente naturalista, fortemente refutada pela classe artística portuguesa da época, como informa Saramago. Neste sentido, qualquer desvio da vertente naturalista poderia ser interpretado pela censura como um ato subversivo, passível de punição. Isso teria impedido que a arte dramática em Portugal ganhasse relevo. O teatro foi, dessa forma, uma das áreas fortemente censuradas em Portugal. Até mesmo José Régio, poeta consagrado, teve suas peças publicadas, mas vetadas para representação no palco.

Depois de referir o “esforço de actualização” manifestado após 1946 em obras de dramaturgos que cita (sem omitir a sua diversidade de tendências, estéticas e ideológicas), escreve-se neste folheto: “Alguns destes autores haviam iniciado tempo antes um labor dramático sistematicamente ignorado por empresários e diretores, receosos de pôr em cena tudo o que se desviasse da linha naturalista dominante. Este preconceito conjugado por vezes com a acção restritiva da censura, afectou o impulso emancipador a que as suas obras tendiam.” E dez páginas mais adiante: “Embora muitas das peças publicadas não tenham podido ser ainda representadas, alguns escritores que se firmaram noutros domínios da literatura [...] não resistiram ao sortilégio da expressão dramática.” (SARAMAGO, 1998, p.54)

Se no início dos anos 70, Saramago, por meio da crônica política, já se mostrara preocupado com a castração do teatro português, tolhido pelos cortes e proibições de várias peças, no final daquela década, José Saramago, por meio de uma linguagem mimético-realista, como pontua Horácio Costa (1997), escreveria uma peça intitulada *A Noite* (1979), cujo enredo se passa na redação de um jornal de Lisboa na madrugada do dia 24 para o dia 25 de abril, data em que eclode a Revolução dos Cravos em Portugal. A primeira cena revela uma conversa entre Abílio Valadares, chefe da redação do jornal, e o Coronel Miranda, funcionário do poder censório, que, por telefone, elucida quais páginas do jornal devem ser removidas do semanário. O foro repressivo demarcado na primeira cena da peça revela, portanto, o diálogo entre esse rol de crônicas com a peça *A Noite*:

Ligue-me ao exame prévio, se faz favor. (*Pausa o auscultador. Passa os olhos por um papel entre muitos que tem sobre a secretária*) Torres! (*Aproxima-se Torres, homem de meia-idade, sóbrio de gesto.*) Ficou-me aqui esta notícia. É do correspondente da Guarda. Se ainda houver tempo, entra hoje. Se não, fica para amanhã. Dê-me um jeito nisso. (*Torres, sem uma palavra, volta ao seu lugar. O telefone de Valadares toca.*) Está? É do Exame Prévio? Fala Valadares, do... Ligue-me ao senhor coronel Miranda. É só para saber das provas. Obrigado. (*Pausa maior.*) Coronel Miranda? Boa noite. Como vai? Ainda não tínhamos falado hoje... Como estamos de provas? Ainda bem. Então diga. 13,17, 22, 26. Não é 26? Ah, 27.

Diga, diga. Estou a tomar nota: 35, 52, 53,54,55... Que artigo é este? Deixe, não se incomode. Eu vejo aqui nas minhas. Ah, 71, 82. Mais Nada? (SARAMAGO, 1987, p.16)

Assim como qualquer regime autoritário que refuta qualquer crítica proveniente da lide intelectual, o sucessor de Salazar também tratou de mutilar a dramaturgia portuguesa. Tanto é verdade que o uso do vocábulo “sortilégio” na citação da crônica, tenta promover a inutilidade da arte dramática em Portugal, já que, pelo contexto, estaria associado à deturpação do bem-estar da nação, o que minimizaria a opção estética desses autores de teatro. A inexistência de uma tradição dramatúrgica em Portugal ocorre, portanto, pela restrição de investimentos por parte dos empresários e diretores, já que as peças eram proibidas pela censura, limitadora da cultura artística em Portugal:

Ficam assim metidos no mesmo saco de responsabilidade os empresários tímidos ou conservadores e a censura, que, se igualmente se tem mostrado conservadora, não poderá ser acusada de timidez... Fica também afirmada a persistência dos escritores portugueses, a quem se opõem dificuldades na representação delas, as quais dificuldades, se algumas vezes vêm do conservadorismo dos empresários, muitas vezes são fruto da “ação restritiva da censura”. (SARAMAGO, 1998, p. 54).

Se as restrições à cultura artística portuguesa cercavam o teatro, os jornais, rádio e televisão, a política partidária dirigida por Marcello Caetano foi igualmente restritiva, impedindo a criação de novos partidos e o reconhecimento legal daqueles já existentes, apesar de Caetano alegar que todos os partidos em Portugal gozavam de liberdade política. O que se evidencia, entretanto, é um discurso monofônico, em que o governo não legitima a Oposição enquanto entidade política.

Em “Sobre o conceito de abertura”, Saramago recorre a um recurso expressivo para explicitar a diferença entre “a Oposição” e “uma oposição”, transfigurada pelos usos dos artigos definido e indefinido. Neste sentido, entende-se por “a Oposição”, anteposta pelo uso do artigo definido e pelo uso da maiúscula, por uma oposição autêntica, que reconhece seu papel social e suas responsabilidades mediante o cenário político na era marcelista. O uso do artigo definido implica necessariamente em um conjunto coeso, composto por aqueles que antagonizam os ideais e as deliberações do governo. Em contrapartida, “uma oposição”, aferida pelo artigo indefinido remete a uma organização não legalizada ou controlada. Saramago assevera que existe em Portugal uma oposição, que em meio a um governo opressor, impede que esta oposição se torne, como ele próprio pondera, um estatuto organicamente organizado, contrário ao governo. Este jogo de gráfico que Saramago faz

reconhece-se como um recurso expressivo para explicar que a oposição portuguesa ao governo marcelista configura-se como uma entidade sem voz, que luta para se impor:

Que diferença há entre a Oposição e uma oposição? Talvez (se nos permitem o pequeno jogo gráfico) aquela que logo se deduz do emprego do artigo definido e do artigo indefinido, e também da flagrância da maiúscula em contraste com a minúscula.... Em todos os países há uma oposição, mas nem em todos existe a Oposição, e no grupo destes encontra-se precisamente Portugal, se por Oposição se entende (como nós o entendemos) um conjunto de opiniões e opções políticas manifestando-se livremente e actuando sob estatuto legal. Encarados os factos deste ponto de vista, o que há em Portugal é uma oposição operando como pode, impondo o seu natural direito de viver, contra os obstáculos que o poder constituído sucessivamente lhe opõe. (SARAMAGO, 1998, p.149).

Nesta crônica, o escritor denuncia publicamente a controversa entrevista de Marcelo Caetano ao semanário italiano *Il Tempo* revelando o cariz monofônico de sua política, fundamentada na inexistência de pluripartidarismo. Em uma entrevista concedida ao *Diário de Barcelona*⁶, em 14 de outubro de 1969, Mário Soares (1973) salientara que os partidos em Portugal eram proibidos por lei, com exceção do partido único – a União Nacional – e a Causa Monárquica, que apesar de não serem legitimados, eram tolerados pelo governo de Caetano. A Oposição, também escrita em letra maiúscula na entrevista concedida ao jornal espanhol, não tem, segundo Soares, a liberdade de estabelecer sua própria organização e muito menos entrar em contato com os eleitores, já que até o acesso aos meios de comunicação lhe são negados: “A censura continua a cortar os seus comunicados de propaganda, mesmo quando constituem respostas à ‘União Nacional’” (SOARES, 1973, p.41). Saramago dá voz ao presidente do Conselho, que diz reconhecer e respeitar a Oposição, mas prontamente emite uma ressalva revelando que, embora reconhecida pela esfera dirigente, não tem a liberdade de divulgar sua ideologia e expressar suas críticas contra o governo de Caetano:

Na entrevista que deu ao diário italiano *Il Tempo*, afirmou o presidente do Conselho que “a oposição aberta existe e pode exprimir-se por todos os meios legais”. A declaração é importante e justifica que sobre ela nos debrucemos minuciosamente ou com a minúcia possível. Em primeiro lugar, avulta o reconhecimento da existência da oposição (deixamos agora de lado a distinção que começamos a fazer), o que, mesmo nos limites de um puro formalismo, representa um passo em frente nas admissões do regime. Mas imediatamente, como consequência inelutável, avulta também a contradição entre esse reconhecimento e a negação do direito a essa oposição de se constituir em associações políticas diversificadas. (SARAMAGO, 1998, p. 149-150)

⁶ SOARES, Mario. As eleições não são livres. In: _____ *Caminho difícil: do salazarismo ao caetanismo*. Rio de Janeiro: Lidador, 1973, p.40-43.

Novamente, Saramago revela que o governo dissimula a realidade sociopolítica, amparado em um discurso que se serve do alheamento e, muitas vezes, da ignorância do povo luso para evidenciar otimismo e liberdade de expressão e revelar uma nação dissociada do perfil totalitário e opressor que ela de fato representa:

E quando o presidente do Conselho acrescenta que a oposição “pode exprimir-se por todos os meios legais”, é evidente que exclui do quadro da legalidade o que deveria ser condição primeira, isto é, a legalização da oposição... Por outras palavras: a oposição portuguesa, não legalmente admitida, vem afinal a exprimir-se, segundo esta entrevista, por todos os meios legais. Em nossa opinião, e muita gente decerto pensará como nós, a palavra “todos” é claramente excessiva. (SARAMAGO, 1998, p. 150).

No trecho antes transcrito, Saramago contradiz o discurso do presidente do Conselho ao afirmar que o vocábulo “todos” é um excesso, ratificando, portanto, que a política de Caetano é fortemente restritiva e repressora, já que, segundo Mário Soares (1973), ela impõe-se muito mais como uma política de continuidade do que de mudança.

A política impositiva de Marcello Caetano não se restringe apenas à segurança da nação, como afirma o presidente, mas estende-se invariavelmente a outras esferas, que remetem à cultura artística, aos jornais, ao rádio, à televisão ou qualquer entidade antípoda ao regime:

Que seja lícita aos actos da administração pública, ninguém duvida; que essa crítica se esteja fazendo plenamente, com a latitude que a Lei lhe prescreve ou sequer admite, eis o que não poderá ser afirmado: os efeitos suspensivos do proclamado “estado de subversão” não se limitaram na prática, às questões de segurança (mesmo entendida em sentido lato), antes abrangeram e abrangem todos os dias domínios que mesmo o mais severo rigor deveria considerar pacíficos. Em suma: a crítica é lícita, mas não admitida, ou variavelmente admitida consoante as circunstâncias e sem que destas seja dada pública explicação (SARAMAGO, 1998, p.150)

Para Ana Cabrera, a atividade desenvolvida pela censura durante o governo Salazarista-Marcelista em Portugal não se restringiu apenas à imprensa, mas se estendeu, de modo sistemático, ao teatro, cinema, música e atividades editoriais. A censura, salienta a ensaísta, era de ordem “estética, moral, religiosa, política, social e nacionalista” (CABRERA, 2008, p.54), o que demonstra um poder censório irrestrito, capaz de mutilar qualquer forma de arte e impor severas restrições a quem quer que ousasse desafiar a ordem estabelecida. Apesar da repressão intensa imposta pelo Estado à época em que escrevia as crônicas, Saramago não se isenta de sua responsabilidade enquanto escritor engajado, rejeitando o modelo monofônico de Marcello Caetano. Adota, assim, instrumentos de desvio para

esquivar-se do olhar atento da censura, como a linguagem eufemística, por exemplo, presente na crônica “O eufemismo como política.” Se o cronista é aquela *persona* que estabelece vínculos com seu leitor em busca de solidariedade, pode-se dizer que Saramago não só constrói esse vínculo, mas também revela ao seu leitor o discurso camuflado de seus governantes que querem impor à nação uma realidade utópica, desvencilhada do estigma de país pobre e dependente.

1.3. Portugal: da inércia política à letargia cultural

Ao desnudar as mazelas da sociedade como um todo, Saramago também fez severas críticas ao povo português, condenando abertamente a sua falta de cultura, de consciência política e engajamento social, atributos vitais para a instauração de uma sociedade mais justa e livre das amarras das políticas autoritárias do Estado. Provocador e crítico tenaz da socialdemocracia, José Saramago transformou muitos de seus textos em um protesto que transcendia o caráter literário, revelando as negligências e falhas de um governo ortodoxo, que explorou sua população por quase meio século. Em conversa com José Manuel Rodrigues da Silva em dezembro de 1999, o escritor demonstrou um profundo desânimo e ressentimento em relação a sua terra que, muito embora fizesse parte do poderoso pelotão europeu, carecia de um governo que desse à nação perspectivas concretas de melhoria nos setores sociais, econômicos e políticos.

Este país [Portugal] preocupa-me, este país dói-me. E aflige-me a apatia, aflige-me a indiferença, aflige-me o egoísmo profundo em que esta sociedade vive. De vez em quando somos um povo de fogos de palha, ardemos muito..., mas queimamos depressa... (SARAMAGO, 1999 apud AGUILERA, 2010, p.102)⁷

As mais de cento e oitenta crônicas reunidas em *Os Apontamentos* tematizam a censura à imprensa, a burocracia estatal, o atraso português e a má gestão dos recursos governamentais, bem como as dissimulações de informações dadas pelo Estado. Muito embora o marcelismo já se tornasse insustentável já no início dos anos 70, como afirmou Saramago no prefácio da obra, muitas crônicas deixaram de ser publicados por conta da

⁷ José Saramago, balanço do Ano Nobel: “O que vivi foi mais importante que escrever”. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, n.761, 1º de dezembro de 1999. Entrevista a José Manuel Rodrigues da Silva. In: AGUILERA, Fernando Gómez (sel. e org.) *As palavras de Saramago: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

censura, o que levou o escritor a se demitir do jornal no final de 1973, visto que seus ideais pareciam se contrapor ao de Lopes de Souto, administrador do *Diário de Lisboa*, que se mostrava pouco aberto a intervir juntamente com a oposição no âmbito das eleições de outubro daquele mesmo ano, como destacou João Marques Lopes (2010).

Essas crônicas portam reflexões de ordem social, cultural, econômica e política, que vão ganhando tons por meio de uma voz que ora se entenece mediante as angústias, frustrações e injustiças contra o povo português, ora dispara um discurso cáustico e assertivo contra a nação lusa, alheia ao seu entorno socioeconômico e político. Além de explicitar as imperfeições de um país atrasado social e culturalmente, Saramago também promove dentro deste universo multifacetado de *Os Apontamentos* uma discussão sobre as deficiências cardinais da sociedade contemporânea, revelando temas de matriz universalizante, como a subalternização do indivíduo, temática que aflora em “O Dia Internacional da Mulher” e “Em Houston, cidade dos Texas.”.

No universo temático polivalente de *Os Apontamentos*, Saramago estabelece uma estreita relação com a arte, condição *sine qua non* para a manutenção da memória de uma sociedade, da história e da compreensão de mundo. Neste grupo temático que integra este primeiro capítulo da tese, Saramago demonstra claramente sua preocupação com a arte, particularmente no âmbito da pintura, escultura e literatura. Em “Ter pouco e desbaratar”, crônica publicada em 2 de junho de 1972, Saramago reflete sobre a produção artística portuguesa, observando que a nação lusa pouco fez para manter uma tradição artística “homogênea e numerosa” (SARAMAGO, 1998, p.44), orientando-se muito mais para as “severidades e securas de uma religião inimiga dos gozos do mundo, do que para o culto sensual da arte, prazer das mãos e dos olhos”. (SARAMAGO, 1998, p.44). O título remete a um país que pouco faz para conservar sua produção artística, para evidenciar o descaso – do povo português e das autoridades - com o pouco que se conserva das obras artístico-literárias.

Tolhida pela política religiosa, endossada pela indiferença e intransigência do Estado, a arte, além de sofrer os duros golpes dos fenômenos naturais, também é alvo de uma rede de ambiciosos empresários que se apropriam indevidamente de um patrimônio pertencente ao povo português:

As guerras, os incêndios, os terremotos destruíram ou danificaram irremediavelmente muito do pouco que se criou. Hoje, encontramos-nos na modesta situação dos remediados que se limitam a defender, melhor ou pior, o que possuem. Mesmo isto, porém, é duvidoso. Estarão convenientemente protegidos os grandes monumentos (em relação a sua segurança, nem sempre), mas o mesmo não se poderá dizer da pequena obra, da escultura maneirinha, do azulejo anônimo, da

pintura de mestre secundário, que alargam sobre o País uma rede mediana, mas preciosa. (SARAMAGO, 1998, p.44-45).

Neste microcosmo transfigurado pelo escritor, Saramago não só critica o apagamento artístico cultural luso, potencializado pelo alheamento do cidadão, que fatalmente ignora seu próprio patrimônio artístico-cultural, como também exalta a arte popular, exercitando sua empatia, afeição e admiração pelo pequeno artista português, cuja arte converge para a escultura maneirinha, o azulejo português e a pintura propagada pelos mestres secundários. Observa, ainda, que o acervo artístico pertencente a Portugal encontra-se, muitas vezes, nas mãos de ambiciosos negociantes que fazem da arte propriedade particular, excluindo o povo português da fruição de seu próprio patrimônio artístico.

A decadência artística portuguesa, no domínio religioso, é exemplificada com o fato de que a Igreja menospreza a arte maneirinha, dando lugar a figuras culturalmente destituídas de caráter artístico, sinalizando para esculturas que incorporam uma emoção superficial e débil, fruto, possivelmente, da ortodoxia clerical, que comunga dos mesmos arroubos ideológicos da política de Marcello Caetano.

Se a produção artística contemporânea sofrera com descaso do Estado, a chamada arte menor, mencionada por Saramago, também foi alvo da rejeição das autoridades governamentais, sendo ignorada pelo próprio cidadão luso, que, aos olhos do cronista, abdica de sua própria herança cultural:

O inventário desta riqueza de pobre está incompleto. Acresce que o dispositivo legal de proteção se mostra, em muitos casos, incapaz de penetrar e vencer barreiras do interesse particular quando não é de todo inadequado por revelarem de foro privilegiado as obras em causa. Multiplicam-se os casos de igrejas despojadas do seu acervo artístico, substituído por exemplares de uma arte religiosa convencional, mais interessada em representações sentimentalistas do que em expressões de arte autêntica. Esculturas de antigos canteiros, talvez inábeis, mas dotados de um génio popular merecedor de toda a atenção, cedem o seu lugar nos nichos ou nos altares a banais figuras, talvez canonicamente respeitáveis, mas artisticamente nulas (SARAMAGO, 1998, p.45).

A negligência com obra de arte portuguesa é fruto de uma política atrelada, segundo António de Figueiredo (1976), aos interesses da Igreja que se sobrepõem aos do povo português. Para Figueiredo, tal política resultou na mutilação das artes portuguesas, sobretudo na dramaturgia:

[...] Mais do que na maioria dos países da Europa Ocidental, a arte portuguesa é quase exclusivamente dedicada à glória da Igreja, dos Reis, do Império. Todos os grandes escritores clássicos, desde Gil Vicente a Camões, viram os seus trabalhos mutilados pela censura inquisitorial; e se existiram alguns equivalentes a

Shakespeare, o medo da perseguição terá sido suficiente para os reduzir à ‘escala portuguesa’. (FIGUEIREDO, 1976, p.147).

A arte assume para Saramago um caráter crucial enquanto forma de conhecimento, protesto ou resistência, denotando um escritor atento à herança artística do país, vocacionado pelo seu ideal iberista. O cronista também aproveita esse *locus* para deliberar seu julgamento sentencioso em relação ao desaparecimento de grandes obras literárias pertencentes a Portugal, que passam a ser parte do acervo de colecionadores estrangeiros, salvaguardados pela gestão salazarista/marcelista:

Não é diferente o que se passa no campo do nosso espólio bibliográfico. Temos sido grandes fornecedores de bibliotecas e colecionadores estrangeiros que dispõem de fartos orçamentos e não discutem preços, em chocante contraste com a penúria de meios ou a estreiteza de vistas de algumas autoridades nacionais. E assim, rapidamente, mudam de proprietário tesouros bibliográficos que teríamos o rigoroso dever de guardar, para a honra de quem os escreveu e de quem tinha sabido defendê-los até estes mal-agraçados dias de hoje. (SARAMAGO, 1998, p.45)

A crônica ratifica o apagamento da memória artística enquanto trabalho intelectual e o empobrecimento cultural português, potencializado pela negligência do Estado e pelo alheamento do indivíduo. Denota-se um escritor que neste microcosmo polivalente retrata um português não somente à margem do domínio socioeconômico e político, mas também alheio a sua própria cultura artístico-literária, que se vê diluída em um modelo social hostil, fruto de um persistente analfabetismo e da extrema pobreza, endossado pelo Chefe de Estado.

Se José Saramago utiliza a crônica política para desnudar as vicissitudes de Portugal, escamoteadas pelo modelo fascista de Salazar/Caetano, também é verdade que o escritor não isenta seus compatriotas de uma parcela de culpa, gerada pela falta de interesse político e artístico. Não se poderia esperar um posicionamento diferente de um escritor “de consciência insatisfeita, direto na expressão de seus juízos, fustigador do poder, do autoritarismo econômico-financeiro e da Igreja [...]” (AGUILERA, 2010, p.29), que usou sua voz para se contrapor ao cerceamento das liberdades, desumanização do indivíduo e ao capitalismo desenfreado praticado pelos países ricos ocidentais.

Mesmo enternecido com o sofrimento de seu povo, pressuposto reafirmado em várias obras posteriores aos *Os Apontamentos*, também deixou claro seu ressentimento e indignação para com esse mesmo povo, que, contrapondo-se ao ideal tecnocrata que se impunha na Europa, parecia mostrar total desinteresse pelas artes, pela literatura e pela escultura e, sobretudo pela leitura. Em uma crônica intitulada “Livros, leitores e Leitura”, publicado em 10 de fevereiro de 1973, Saramago inicia o texto ressaltando que “a estatística é uma

utilíssima ciência se lhe exigirmos que a si mesma se explique para além dos números imediatos” (SARAMAGO, 1998, p.80) para afirmar em seguida “que a primeira evidência perde algo dos seus fulgores de superfície e que, por baixo destes, a realidade acaba por denunciar certos sombrios aspectos que ao primeiro relance de olhos não avultavam.” (SARAMAGO, 1998, p.80-81). O que Saramago pondera é a necessidade de a Estatística explicar o que os números efetivamente representam, pois não bastam índices, é necessário que se precise o alcance deles, o que eles efetivamente exprimem sobre realidade. No caso do alto número de publicação dos periódicos e livros, dado como positivo, a partir da quantidade de publicações, Saramago propõe a consideração da qualidade dessas mesmas publicações e a verificação do número de leitores e das preferências de leitura, o que certamente diminuiria o otimismo gerado pelo índice quantitativo das publicações em Portugal.

A argumentação formulada pelo cronista no início da crônica revelará no próximo parágrafo o número de usuários de bibliotecas, relatado em 1972, fato que segundo Saramago, poderia surpreender o leitor, não fosse tratar-se de uma informação irreal, que denota o mascaramento de dados, os quais conduzem falsamente a um cenário social e culturalmente favorecido, consentâneo com os propósitos das autoridades marcelista:

Cremos que esta introdução simples se aplica ao caso da frequência das bibliotecas municipais, reportada a 1972 e agora dada a público. Quando se diz que 186.460 pessoas utilizaram durante o ano passado aquelas bibliotecas, o número apresenta-se com uma imponente capacidade de iludir à primeira vista: teoricamente foi como se um quinto da população de Lisboa tivesse beneficiado do convívio dos livros... Sabe-se, porém, sem necessidade de maior demonstração, que aquele número é falso: em rigor, deveria falar-se em 186.460 pessoas-serviços, porquanto é claro que muitos dos frequentadores das bibliotecas utilizaram mais de uma vez os serviços respectivos. Seria muito útil (mesmo que infinitamente mais trabalhoso) saber quantas pessoas, de facto, identificadas e inconfundíveis, usufruíram da leitura municipal: a verdade modesta tomaria o lugar da campanha atordoadora e mostraria, cremos nós, uns poucos milhares de utentes, rosto enfim verdadeiro da importância numérica da acção cultural das bibliotecas. (SARAMAGO, 1998, p.81).

O percurso desenvolvido pelo escritor traz um ponto de reflexão voltado à pobreza cultural de um país que, dada a sua condição de nação periférica e fronteiriça, exclui a grande massa de trabalhadores da fruição de seu próprio acervo cultural, além de impedir que os trabalhadores ascendam economicamente e se tornem cidadãos emancipados. Ao elucidar que muitos “leitores consultaram 245.102 livros e 289.999 publicações” (SARAMAGO, 1998, p.81), totalizando um número de livros por leitor “inferior a 2 volumes por ano” (SARAMAGO, 1998, p.81), Saramago revela que Portugal reconhece-se como um país atrasado culturalmente em relação aos seus vizinhos e assevera a relação entre Estado e Povo,

em que o primeiro emite as suas falsas verdades para que o segundo as assimile, sem questionar seus pressupostos.

Encontram-se aqui claramente expressos dois paradoxos que incidem continuamente no cenário cultural português, dominado pela uniformidade cultural imposta por Marcello Caetano e seus seguidores. De um lado, Saramago elucida o número quase irrelevante de livros lidos por pessoa, de outro, por sua vez, contrapõe tal dado ao número de leitores que se dedicam à leitura de periódicos, que, muito embora represente um número bastante significativo em termos quantitativos, é visto pelo cronista com cautela:

Mas o número maior que intervém neste balanço apresentado como positivo é justamente aquele a que mais reservas nos obriga. Trata-se daquelas 290.000 publicações periódicas. Negar-se-á que, sem uma discriminação minuciosa do que são essas publicações consultadas, qualquer apreciação está falseada à partida? O mesmo se poderia fazer em relação aos livros, com uma dupla vantagem: conhecer os gostos culturais espontâneos do público frequentador das bibliotecas municipais e realizar, por esse meio, uma amostragem do recheio dessas mesmas bibliotecas: sobretudo quanto ao primeiro ponto, acreditamos que teriam confirmação as nossas previsões, bastante pessimistas, diga-se de passagem. (SARAMAGO, 1998, p.81-82)

As reflexões de Saramago tendem à crítica ao sistema político-cultural português, que revela uma faceta dualística: se, por um lado, a realidade artística portuguesa vê-se tolhida pelo regime vigente, com escassos investimentos no plano cultural, por outro, Saramago denuncia a adesão popular à ideologia do regime, fundada no discurso de Salazar, que, segundo Eduardo Lourenço (1988), apresenta-se como uma figura paradoxalmente nobre e plebeia, que se autoproclama mentor do povo português. O ensaísta também pontua que:

Não foi por acaso que o seu único, mas extraordinário ideólogo, Salazar, se autodefiniu num dia de imodéstia sublimada, como “pobre, filho de pobres.” Jamais dirigente algum soubera encontrar uma tão genial fórmula de identificação mítica com uma sensibilidade nacional filha e herdeira de séculos de pobreza verdadeira, cristãmente vivida como regenerante espiritualmente, para cobrir com ela os privilégios exorbitantes e impunidade mandante da classe a que ele mesmo não pertencia, mas que serviu como uma capacidade e uma inteligência dignas de melhor aplicação. Num só homem, durante décadas, uma parte do povo português (bem mais extensa do que a oposição gostou de imaginar) viu reunidas duas condições opostas cuja estrutura faz parte da tipologia dos contos populares mais clássicos: a do “príncipe e do pobre”, que para a beata e hipócrita burguesia nacional se traduzia na dualidade também exemplar do “ditador e do asceta”, ou do “professor e do monge”. Mas ao contrário da Geração de 70 e diversamente das gerações “nacionalistas” ou “integralistas” a que se podia vincular a sua ideologia, Salazar, conhecia esse Povo de que se proclamava guia sábio e sereno, quer dizer, conhecia-lhe a ancestral condição humilde, a inata ou histórica paciência diante da adversidade, a infinita resignação, a inexpugnável credulidade, realidades sociológicas do mundo rural que poucos homens de Estado ou nenhum souberam utilizar com tão profunda perspicácia. (LOURENÇO, 1988, p.55-56)

A condição servil do português, como sugere Eduardo Lourenço, impossibilita o cidadão comum de se tornar um indivíduo crítico ante a amarga realidade de sua própria nação. Se o chefe de Estado afirma ser um homem proveniente das massas, autoproclamando-se um profundo conhecedor de seu povo e das necessidades deste, é óbvio que o camponês iletrado e alheio aos seus direitos, passa a enxergar até mesmo a sua miséria, seja ela intelectual ou financeira, como um traço digno, não lhe cabendo nenhum questionamento e julgamento, considerando sua condição fatalista muito mais como uma virtude do que um infortúnio.

O parágrafo final mostra o mal-estar e preocupação do escritor, francamente pessimista com a qualidade dos acervos e dos leitores nas bibliotecas, cujo risco permanente é o de tornar-se um amontoado de livros, quando destituídas de “uma actividade paralela estimulante, o indispensável sossego das salas de leitura cobre uma dormência rotineira que encontra o seu prêmio precisamente na ausência de sobressaltos e dinamismo.” (SARAMAGO, 1998, p.82). Finaliza a crônica fazendo um alerta à Câmara Municipal de Lisboa, cujo trabalho deve se ater à qualidade artístico-cultural das obras:

Mas enquanto os serviços camarários responsáveis não se decidirem a averiguar quantas pessoas, de facto, lêem, quais os livros e publicações lidos, por quem, graças a que circunstâncias, impulsos e motivações, qual o grau de qualidade cultural do que é procurado, enquanto não se dispuserem a considerar os números dados, não como balanço final, mas como ponto de partida, permitir-nos-emos pôr em séria dúvida a sua acção como promotores de cultura. Tal como as coisas se apresentam, a Câmara Municipal de Lisboa administra, pura e simplesmente, um depósito de livros... (SARAMAGO, 1998, p.82).

Neste vasto rol de temas que compõe a primeira parte de *Os Apontamentos*, vários outros textos encontram eco e desenvolvimento no domínio da cultura, particularmente no que tange à educação portuguesa no período marcelista, herdeiro do pensamento retrógrado de Salazar.

Em uma crônica publicada em 1 de junho de 1973, intitulado “Sobreviver, ou viver”, o escritor faz reflexões bastante pertinentes sobre as declarações do ministro da Educação Veiga Simão⁸, cujo discurso focaliza a Reforma de Ensino em Portugal e é resumido por Saramago no trecho transcrito a seguir:

⁸ José Veiga Simão foi ministro da Educação em Portugal no final do Estado Novo. Assumiu o cargo em 1970 e deixou a pasta em 1974. Entre 1974 e 1975 foi embaixador de Portugal nas Nações Unidas e professor visitante na Universidade de Yale, onde supervisionou colóquios sobre Sistemas Educacionais no mundo. Atuou como consultor do National Assessment and Dissemination Center e diretor da Portuguese Heritage Foundation (USA). Em 1983, chefiou o Ministério da Indústria e Energia no governo de Mário Soares e em 1997 tornou-se Ministro da Defesa Nacional durante o Governo de António Gutierrez. Universidade de Aveiro. *Theoria poiesis praxis*. José Veiga Simão. Disponível em: <https://www.ua.pt/pt/h/jose-simao>. Acesso em 22 mar. 2020.

Não perde o ensejo o ministro da Educação Nacional de levar a toda a parte a boa nova da Reforma do Ensino, mesmo agora que a Assembleia Nacional deu já a sua aprovação e tudo será, daqui para diante, dar substância viva a uma estrutura legal que acabou por definir-se após alguns embates. Foi em uma reunião do Rotary Clube de Lisboa que o ministro Veiga Simão fez o seu último discurso sobre a matéria, mais uma profissão de fé calorosamente afirmada, como é seu pessoal estilo de governante. (SARAMAGO, 1998, p. 118).

Ao equiparar o discurso de Veiga a uma “profissão de fé”, o escritor português manifesta sua descrença nas palavras proferidas pelo então ministro da Educação, mostrando o *ethos* utópico da Reforma que nada vem acrescentar às esperanças do povo português. Neste sentido, o discurso personificado por Veiga representa, para Saramago, “um bom resumo de situação, quer passada quer actual, por comparação de elementos e números, da qual facilmente se pode concluir o substancial aumento quantitativo verificado em alguns sectores do ensino.” (SARAMAGO, 1998, p.118).

Essa reflexão sobre a profunda crise educacional portuguesa, então com altas taxas de analfabetismo e limitado desenvolvimento do ensino, potencializado pela negligência de Salazar e, posteriormente, de seu sucessor, Marcello Caetano, revelam que Portugal configura-se como uma nação social e culturalmente atrasada. Da mesma forma que as crônicas “Livros, leitores e leitura” e “Ter pouco e desbaratar” elegem a inércia cultural como doença congênita da sociedade portuguesa, que assiste passivamente a sua desmoralização e esfacelamento, “Sobreviver, ou viver” também revela que a sociedade portuguesa vive uma espécie de transe no domínio educacional:

Onde damos inteira razão ao ministro da Educação Nacional é quando diz que da realização das tarefas educacionais que a Reforma programou depende a sobrevivência do País. Mas tememos, porém, que a palavra “sobrevivência” venha, com o uso continuado, a transformar-se em mais um tropo retórico que acabará por não sensibilizar os entendimentos nem sacudir as consciências. Diríamos até que o pensamento mais comum hoje neste nosso Portugal, o estado de espírito mais difundido, será o que encontra apropriada expressão na fórmula “depois de mim, o dilúvio”. Verdade que esse estado de espírito é uma espécie de doença do mundo, mas ela toma entre nós a feição de uma apatia grave, uma forma de astenia desistente que a todos torna espectadores da sua própria inércia. (SARAMAGO, 1998, p.118).

Se o ministro da Educação Veiga Simão sugere em suas declarações que a Reforma Educacional é o ponto de partida para a sobrevivência do país, Saramago, a seu turno, denota um discurso pessimista em que as ações esvanecem e são esquecidas. O discurso de Veiga é desestabilizado por Saramago, que faz uso da expressão atribuída a Luís XV, “depois de mim, o dilúvio” (“*Après moi, le déluge*”), para denotar uma nação que pouco se importa com o seu

futuro, vivendo um estado de letargia. Saramago apresenta uma nação habituada aos descompassos do governo marcelista e às mazelas socioculturais. Quando afirma que a palavra “sobrevivência” pode se “transformar em um tropo retórico”, sugere que a palavra perde o sentido e ações que deveriam ser tomadas pelas autoridades governamentais não são efetivamente levadas a cabo.

A crítica de Saramago congrega, dessa forma, duas vertentes fundamentais, indissociáveis: a primeira retrata as dissonâncias, a burocracia, o cerceamento das liberdades impostas por Marcello Caetano e o ministro Veiga Simão; a segunda, incorpora um discurso, cujas diatribes centram-se no português enquanto cidadão, que, sem vocação questionadora, se rende ao fatalismo.

Se na teoria a Reforma do Ensino, encabeçada por Veiga Simão, representa a melhoria no ensino, fortemente almejada pela sociedade, na prática, tal pressuposto, segundo Stephen R. Stoer (1983) representa apenas uma manobra política que visava à manipulação e à consolidação da educação em benefício próprio, reafirmando a política do Estado Novo por meio das escolas. Stoer afirma que:

[...] a Reforma Veiga Simão não fora elaborada para «democratizar Portugal», sendo até enganadora a expressão “democratização do ensino”, uma vez que o seu real valor, como ponto de partida para um alargamento das elites governativas do País, não só não tinha por objectivo principal tornar a população de Portugal politicamente activa e participativa, como, pelo contrário, almejava manter e consolidar ainda mais o controlo político, sob a capa de alargados benefícios no sector da educação. Na verdade, tanto Wiarda como Keith compararam a reforma do ensino dos anos 70 em Portugal com a experiência ocorrida “noutros regimes tecnocraticamente autoritários”, como o Brasil e Espanha, cujos benefícios no sector da educação foram consistentemente manipulados pelas elites governativas com vista a obter um maior controlo sobre estudantes potenciais ou dissidências populares. (STOER, 1983, p.808)

Embora Saramago não conteste diretamente ou mesmo mencione as diretrizes da Reforma, compreensível para uma época em que a censura imperava, o escritor rebate enfaticamente os pressupostos estabelecidos pela tríade de orações condicionais, revelando a inoperância das autoridades governamentais em solucionar as mazelas da sociedade portuguesa:

Dizem-nos a toda hora: “se não nos instruírmos, não sobreviveremos; se não nos industrializarmos, não sobreviveremos, se não exportarmos, não sobreviveremos”, mas esta constante injunção, como está à vista de toda a gente, não move vontades, nem energias, ou move-as de um modo que não reduz nem sequer de um centímetro os nossos atrasos. (SARAMAGO, 1998, p.119).

Ao contrapor-se ao discurso de Veiga Simão, Saramago faz uma correção cautelar, contestando os sintagmas condicionais, reformulando-os para apontar a inexistência de resultados efetivos. A suposta troca de vocábulos sugerida por Saramago responde, no plano da enunciação, à superação das vicissitudes empreendidas pela idiosincrasia marcelista. O perfil do homem português proposto pelo escritor contrapõe-se àquele homem tacanho, pobre e submisso ao poder. Neste sentido, a fórmula exposta pelo cronista “se não vivermos, não sobreviveremos”, representa, tacitamente, o deslindamento dos discursos alienantes, o nascimento de uma nova vida, isenta de fatalismo, o convite a ser tornar uma voz atuante cívica e politicamente engajada apesar do regime fascista.

A voz saramaguiana aproveita-se propositadamente das declarações de Veiga para ir gradualmente desnudando o que se insere por trás do discurso do ministro. Quando Veiga assevera enfaticamente que “o arame farpado da ignorância será eliminado”, o cronista deliberadamente apropria-se da declaração para dar vazão a reflexões de cunho político:

Afirmou o ministro da Educação Nacional que “o arame farpado da ignorância será eliminado”. A imagem é expressiva e a intenção merece todos os aplausos. Tanto mais que é nesse “arame farpado” que tem estado, precisamente, a nossa dificuldade de viver, tanto mais que esse mesmo “arame farpado” (a imagem é do ministro da Educação Nacional, não é nossa) nos foi proposto, durante longuíssimos anos, como um ideal de vida, a expressão de uma sabedoria suprema que se refugiaria neste canto da Terra e preciosamente nos escolhera e contemplara... (SARAMAGO, 1998, p.119).

Se na voz de Veiga a metáfora responde pelos problemas da educação portuguesa, na voz do cronista, o foro metafórico remete inevitavelmente à censura, ao regime totalitário, cujo arroubo ideológico se ergueu como entrave para o desenvolvimento socioeconômico português. A metáfora do arame farpado é aqui decisiva para remeter à repressão ditatorial do período e Saramago faz questão de ressaltar que tal imagem brotou da fala do Ministro da educação. A metáfora do arame farpado também remete aos campos de concentração nazista, em que as cercas segregavam do mundo os judeus, homossexuais ou quaisquer outras minorias que fossem consideradas inferiores por Adolf Hitler.

Descendente da mesma linhagem das crônicas anteriores “O professor inverno”, publicada em 26 de setembro de 1973, redimensiona os problemas atinentes à infraestrutura dos prédios escolares, desprovidos das condições mínimas para o ensino, o qual revela o descaso das autoridades governamentais:

Das crianças que frequentam as escolas primárias poderíamos dizer que têm todos os problemas e penas dos adultos, e mais um: o frio que vão suportando ao longo dos

Invernos, sentadas na tábua dura da carteira, enregeladas em salas que parecem abertas para o ar livre e agreste, e onde a capacidade de assimilação do ensino se reduz, por isso mesmo ao nível inibitório do desconforto. (SARAMAGO, 1998, p.155)

Neste contexto sócio-histórico, Saramago, além de problematizar as imperfeições físicas e pedagógicas do sistema de ensino, reflete sobre a ignorância vinculada à falta de informação, à rigidez das opiniões, fruto de um provincianismo consubstanciado em hábitos primitivos e crenças infundadas:

As avezinhas chilreantes que habitam as escolas (no dizer precioso de certos estilistas de má memória ou de infância felizmente amimada) são, afinal, uns pobres seres roxos de frio, vítimas dos hábitos trogloditas de um país onde ainda prospera o preconceito de que o aquecimento mesmo das casas faz mal à saúde: poucos povos são tão “espartanos” como o nosso, sem a contrapartida da dureza de carácter que em Esparta havia, segundo rezam as crônicas... (SARAMAGO, 1998, p.155).

A crônica remete, portanto, a uma metáfora comum, adotada por escritores que comparam crianças em idade escolar (geralmente ruidosas e barulhentas) a “avezinhas chilreantes” (pássaros e seus sons agradáveis). Para Saramago, cronista político, aquelas crianças são apenas “pobres seres roxos de frio”, pois a maioria das escolas não dispõe de aquecimento adequado para enfrentar o inverno. Portugal, entre os países europeus, foi sempre um dos mais deficitários nesse quesito. O cronista denuncia o atraso português ao explicitar a crendice de que o aquecimento elétrico causaria danos à saúde se implantado nas escolas e nas casas. Saramago denuncia também a diferença entre infância ‘amimada’, que remete a todos os confortos e cuidados, e da infância de baixa-renda, como a dele e de tantos outros em Portugal. Depois satiriza o fato, afirmando que o rigor físico português (passar frio bravamente para fortalecer o corpo) não encontra equivalência no caráter (rigor, só para os pobres).

O adjetivo “espartano”, cuja acepção dicionarística, remete à austeridade, sobriedade e severidade, segundo a definição do *Dicionário brasileiro Globo* (1993)⁹, aqui, ganha uma nova conotação que contém a diatribe contra o pendor retrógrado do povo português, ignorante e provinciano. Da mesma forma que se comove com o camponês, destituído do direito de usufruir das benesses da nação, também faz uma crítica ao esoterismo, à crendice popular, infundamentada, que vai ganhando contornos expressivos e restritivos dentro da sociedade lusa.

⁹ FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário brasileiro Globo*. 28.ed. São Paulo: Globo, 1993.

A crônica faz uma crítica à negligência do governo, que se mostra indiferente ao caso das escolas portuguesas. A história se repete anos após anos e as promessas feitas pelos gestores não são levadas a cabo, refletindo a incapacidade, conjugado com a falta de vontade das autoridades. As crianças crescerão e se tornarão emancipadas social e economicamente para, juntamente com seus congêneres, viver à sombra de um governo que os manipula, desumaniza e restringe as liberdades. O discurso narrativo fundamenta-se em uma dicotomia: palavra/ação. A primeira remete aos discursos proferidos pelas autoridades, que vão gradativamente se diluindo no cenário hostil do regime, o segundo refere-se à incompletude, aos discursos que não se transformam em ações:

Quando daqui por dois meses o frio apertar, vão mover-se os correspondentes a dar notícia aos seus jornais de que a escola do lugar não tem aquecimento e de que as crianças, vindas das suas frias casas por caminhos frios, tiritam todo o santo dia nas salas inóspitas. Inevitavelmente se farão algumas declarações e será prometido que para o ano se tomarão as providências necessárias, pois as crianças são os homens de amanhã, tudo merecem da nação, etc. Ora, se esta opinião não vai parecer excessivo atrevimento, muito mais importaria que, tendo em conta o frio do Inverno passado, fosse dito o que se fez para resistir ao frio próximo: ou muito desatentos temos estado, ou pouco efeito vai ter o que se tenha feito. (SARAMAGO, 1998, p.156)

A argumentação formulada pelo escritor nas crônicas sobre a cultura artística e, sobretudo, a educação portuguesa é combativa de uma política ideologicamente antípoda à educação enquanto processo emancipatório do cidadão. Se os gestores da Primeira República (1910 – 1926) procuraram atenuar o analfabetismo herdado da Monarquia, conforme destaca José Maria dos Santos Coelho (2015), não se pode dizer o mesmo da política do Estado Novo, encabeçadas pelas figuras de Salazar e Caetano. Muito pelo contrário, para Salazar a falta de instrução interessava ao regime porque “permitia o povoamento do interior, a manutenção da mão-de-obra numa agricultura medievalesca que se aspirava fosse autossuficiente.” (COELHO, 2015, p.24).

Em um país tradicionalmente agrícola, com poucos recursos, tomados por uma indústria incipiente e uma burguesia que aderira ao jogo do governo, restava ao cidadão empobrecido dedicar-se à agricultura arcaica, cujos ganhos davam pouca perspectiva ao camponês, incapaz de conseguir um emprego digno na indústria, dada sua falta de instrução e especialização. António Barreto (1995) resume pontualmente as diretrizes do modelo luso:

Um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, uma religião: forjados há séculos, mantidos durante séculos, estas realidades compunham uma unidade rara e permanente na história. Uma unidade ainda sublinhada pela pequenez da dimensão e a periferia da geografia. Há muito que Portugal conhece um alto grau

de homogeneidade etno-cultural, o que não deixa de ser paradoxal num país com longo passado colonial. As sete partidas do mundo, os descobrimentos marítimos, o império e a emigração constante não tinham criado, no continente metropolitano, uma sociedade plural. A diversidade étnica, cultural e religiosa não era visível na sociedade e na população metropolitanas. A ausência de tradições democráticas ou igualitárias reforçava o carácter fechado da sociedade. Um Estado forte e sempre presente contribuiu para essa unidade, ajudado por uma aristocracia fraca e dependente, por uma incipiente burguesia e por um sistema capitalista débil. (BARRETO, 1995, p.842)

Para Barreto, o sistema agrícola atrasado, o analfabetismo, a religião centralizada e a ortodoxia do Estado concorreram para que a nação lusa se tornasse homogênea, pobre e dependente, alçada a estatuto de colônia na visão dos demais países europeus. Nesse sentido, Saramago centrará todos os seus esforços para revelar as deficiências lusas, dando voz, muitas vezes, aos próprios dirigentes da nação, para, em seguida, revelar, por meio de seu olhar cirúrgico, as mazelas e o medievalismo da sociedade portuguesa, que o governo tenta esconder. Há, portanto, um escritor que não se isenta de seu papel de cidadão e intelectual engajado, e refuta o modelo ortodoxo imposto pela Ordem Estabelecida. Ao afirmar ser impossível desvincular o cidadão do escritor (cf. AGUILERA, 2010, p.341), Saramago cria uma *persona* política que procura “intervir nos conflitos de sua época e a se juntar à corrente das ruas.” (AGUILERA, 2010, p.341). A suas crônicas políticas constituem, portanto, o *locus* em que o escritor revela seu ceticismo, sua indignação e críticas que transcendem suas diatribes contra as autoridades para também recair no povo português, considerado pelo escritor como cidadão alheio ao seu entorno.

CAPÍTULO II

RETRATOS DE UMA NAÇÃO EMIGRANTE

2.1. O *homo viator*

Portugal em Paris¹⁰

Solitário
por entre a gente eu vi o meu país.
Era um perfil
de sal
e abril.
Era um puro país azul e proletário.
Anónimo passava. E era Portugal
que passava por entre a gente e solitário
nas ruas de Paris.

Vi minha pátria derramada
na Gare de Austerlitz. Eram cestos
e cestos pelo chão. Pedacos
do meu país.
Restos.
Braços.
Minha pátria sem nada
sem nada
despejada nas ruas de Paris.

E o trigo?
E o mar?
Foi a terra que não te quis
ou alguém que roubou as flores de abril?
Solitário por entre a gente caminhei contigo
os olhos longe como o trigo e o mar.
Éramos cem duzentos mil?
E caminhávamos. Braços e mãos para alugar
meu Portugal, nas ruas de Paris.

Manuel Alegre. O canto e as Armas.

O poema “Portugal em Paris”, de Manuel Alegre (1936), escrito em 1965, registra o desembarque de milhares de portugueses na Estação Ferroviária de Austerlitz. O texto de Alegre faz poeticamente um retrato da experiência migratória portuguesa, cujo fluxo preferencial estendeu-se particularmente para França, tendo passado, segundo José Carvalho Arroteia (1983) de mais de 2 milhões de emigrantes em 1968 para 3,4 milhões em 1975. É partir de 1960, como aponta Joel Serrão (1976), que a França se torna o centro de convergência da emigração lusa, devido, segundo Serrão, à crise humanitária que acometera os países europeus terminada a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945).

¹⁰ ALEGRE, Manuel. *O canto e as Armas*. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

[...] De facto, após a segunda guerra mundial, a corrente migratória portuguesa iniciou um processo de mudança, de natureza quantitativa e qualitativa, que a atingiu nas suas principais estruturas e que acabou por se impor, de maneira nítida e decisiva, a partir de 1960. Os emigrantes portugueses voltaram-se decididamente para a Europa industrializada, cuja expansão econômica começava a traduzir-se em grande necessidade de mão de obra. E assim o Brasil, que durante muito tempo absorveu quase toda a nossa emigração (em 1925 ainda recebeu 41.518 emigrantes portugueses, o que correspondia a 87,57 por cento do total), acabou por perdê-la, em proveito sobretudo da França: em 1969, por exemplo, só 2537 emigrantes portugueses (1,65 por cento do total) tomaram o caminho do Brasil, enquanto 110.614 (72 por cento do total) entravam em França.

Deste modo, a corrente migratória portuguesa integra-se no movimento geral das migrações que, na segunda metade do século XX (ao contrário do que acontecera em todo o século), se dirige do sul para o norte dos países “subdesenvolvidos” da África, Ásia e Europa mediterrânea para os países altamente industrializados da Europa ocidental (SERRÃO, 1976, p.205-206).

A experiência migratória, entrevista no poema de Alegre, sempre esteve presente nas obras de grandes escritores da literatura, seja na produção romanesca, poética ou na ficção curta. Neste vasto rol de gêneros literários, é possível identificar várias vozes literárias que deram relevo à emigração. Escritores como Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Manuel Alegre, Eduardo Lourenço e o próprio José Saramago deram ao fenômeno um toque muito particular, utilizando-se de diferentes gêneros para elucidar e denunciar um movimento que levou milhares de portugueses a abandonar a provinciana nação lusa e fixar residência em territórios mais prósperos, como Canadá, Alemanha, África do Sul e, sobretudo, a França, como informa Jorge Carvalho Arroiteia.

Nos romances camilianos, por exemplo, é possível identificar, conforme Martina Matozzi (2016), referências diretas ao retorno dos “brasileiros de torna-viagem”, que deixavam o arcaico reino luso em direção ao Brasil para, posteriormente, regressar já enriquecidos a Portugal. Analogamente, “o questionamento da história nacional que inspirava uma emigração para dentro das fronteiras metropolitanas” (MATOZZI, 2016, p.151) já fora referido por Almeida Garrett em *As Viagens na Terra Minha Terra*, quando o narrador percorre Portugal para descobrir um país depauperado e estagnado ou ainda aludido pela “angústia ínsita na criação poética finissecular de Cesário Verde”. (MATOZZI, 2016, p.151)

Mais modernamente, o romance de Fernando Madureira, conforme Matozzi (MATOZZI, 2016, p.135), intitulado *Acidente Ocidental* (1972), relata a história de uma emigração malsucedida e do inevitável regresso a Portugal dos dois protagonistas para diminuir a pena do delito cometido: emigração ilegal. O estilo aparentemente desinteressado da narrativa deixa entrever uma aguda crítica à situação social que Portugal vivia naqueles anos e à questão da emigração.

No mesmo ano em que *Acidente Ocidental* fora publicado, José Saramago daria início ao percurso cronístico no *Diário de Lisboa*. As reflexões de Saramago sobre o conturbado panorama português e europeu deram origem às crônicas políticas, que seriam integradas em uma obra sob o título de *Os Apontamentos*. A partir de então, Saramago daria vida a textos menos prolixos, fundamentados em uma linguagem mais direta, que desnudava abertamente as mazelas da sociedade portuguesa nos anos 70, como por exemplo, a extrema miséria lusa, a alienação do povo português e, sobretudo a emigração. Desse modo, a experiência migratória interceptada por José Saramago nasce em um momento em que escritores como Jorge de Sena, Manuel Alegre e Eduardo Lourenço trazem a lume as duras e cruéis realidades da emigração. Martina Matozzi (2016) define assim a literatura de emigração:

Muita da literatura de emigração das últimas duas décadas do Estado Novo, (sic) questionou os ideais do regime pelo simples facto de que a representação do fenómeno migratório, por si só, punha em causa a sua integridade. No plano destas escritas, os discursos que tiram a autoridade à imagem da mitologia cultural do império e que começam a mostrar, com crueza, as realidades da emigração e do desenraizamento vem principalmente dos exilados, na poesia e nos escritos de Jorge de Sena ou de Manuel Alegre, por exemplo, ou ainda nos mesmos ensaios do também exilado Eduardo Lourenço e nas narrativas de José Rodrigues Miguéis. (MATOZZI, 2016, p.151)

A vasta obra de José Saramago é composta por uma amplitude de temas, que, como já ressaltou Maria Alzira Seixo, fazem um diálogo entre si, revelando um romancista que efetua, por meio de diversos gêneros textuais, uma crítica pertinaz aos modelos sociais, modulados, sobretudo, pelos discursos ideológicos da alta cúpula socialdemocrata. Se levarmos em consideração as afirmações de Seixo, veremos que a obra de José Saramago congrega essa pulsão que revela um entrecruzamento entre os variados gêneros textuais que o escritor usa para outorgar sua postura crítica mediante as adversidades do mundo. Em um artigo intitulado “Meditação sobre uma jangada”, publicado pelo jornal francês *Liberation*, Saramago já anunciava esse diálogo entre suas várias obras, particularmente sobre o fenômeno migratório, ao afirmar que *A Jangada de Pedra* acenava para as desavenças com os europeus tecnocratas, para a migração de todo um país que já se considerava mais latino-americano ou africano do que europeu. Saramago ratifica, desse modo, sua vocação iberista e define as linhas mestras do romance:

A peculiaridade da alegoria era transparente: embora prolongando algumas semelhanças com os motivos do mais comum dos emigrantes, que parte para outras terras e busca a vida, prevalecia neste caso, uma diferença assaz e substancial, a de também comigo viajarem, em tão inaudita migração, o meu próprio País, todo ele, e,

sem que aos espanhóis tivesse pedido antes a devida licença, portanto, sem procuração nem autorização, a Espanha. (SARAMAGO, 1986, p.97).

A temática da emigração que percorre as crônicas de *Os Apontamentos* será retomada em futuros romances, seja por meio de alegorias ou mesmo por um realismo pungente, a exemplo de *Levantado do chão* (1980), romance que narra a luta dos portugueses perante os ricos agricultores, a Igreja e o Estado. A narrativa revela uma atmosfera de miséria e sofrimento, que potencializa o movimento antifascista no Alentejo, no qual Saramago revela suas posições políticas e seu desejo de extirpar a idiossincrasia marcelista. O romance narra a saga da família Mau-Tempo, que, devido à precariedade da agricultura portuguesa e à falta de trabalho, é incapaz de estabelecer residência permanente em um único lugar de Portugal. No trecho abaixo transcrito, o narrador relata a migração dos protagonistas, Domingos Mau-Tempo e Sara da Conceição, para São Cristóvão, já que a situação se agravava em Monte Lavre por falta de trabalho:

Está a família na sua primeira mudança. Vieram de Monte Lavre e São Cristóvão em dia de Verão que acabou chuvoso. Atravessaram todo o concelho de norte a sul, que ideia teria dado na cabeça de Domingos Mau-Tempo mudar-se para tão longe, este homem é um remendão, um landim relaxado, mas em Monte Lavre já a vida se lhe ia dificultando, era o vinho e alguns tratos de mão canhota, Senhor sogro, empresta-me a sua carroça, e o seu burro, que eu vou viver para São Cristóvão, Pois vá e veja se cobra juízo para seu bem, de sua mulher e filho, e traga-me depressa o burro e a carroça, que me fazem falta. (SARAMAGO, 1996, p.24)

Antes de lançar *Levantado do Chão*, José Saramago já traria a lume a pobreza e as limitações de um país que, apesar de um histórico de conquistas e glória no século XVI, possuía estatuto de colônia dentro da Europa industrializada e desenvolvida. Assim como Maria Alzira Seixo, Adriana Alves de Paula Martins (1999), também chamou a atenção para o diálogo entre as crônicas e os demais gêneros literários de Saramago, circunscritos nos discursos de *Deste Mundo e do Outro* e *A bagagem do viajante*. Embora Martins não faça referência às obras cronísticas posteriores (*As opiniões que o DL teve* e *Os Apontamentos*), pode-se afirmar que *Os Apontamentos* representam um microcosmo de muitas obras futuras do escritor, que elucidam cabalmente os contrastes de uma sociedade cujas regras eram ditadas por uma elite ambiciosa, em simbiose com as forças governamentais de Marcello Caetano, além de atualizar motes de repertório universal que não se restringem a Portugal apenas, mas a qualquer nação.

No rol de textos que compõe *Os Apontamentos*, várias crônicas dão destaque ao fenômeno emigratório português, mostrando, embora sucintamente, a preocupação de

Saramago com a saída de seus concidadãos que iam à busca de uma vida desvencilhada das amarras da ditadura salazarista/marcelista, mesmo que a travessia para além das fronteiras portuguesas lhes custassem a própria vida. Incapaz de responder às reivindicações e às necessidades dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, o pequeno país luso testemunhou, como relata Saramago, a partida constante de milhares de portugueses para a França, particularmente nos anos 70. Se para muitos cidadãos a ideia de emigrar parecera romantizada, a realidade interposta pelo escritor contradiz tal imagem efetuando muitas vezes uma leitura sombria do fenômeno migratório português, o que é compreensível para um escritor que tanto defendia a lusitanidade e repudiava o modelo capitalista, declarando-se abertamente contrário ao Mercado Comum Europeu.

Se, por um lado, as crônicas políticas traduzem-se por uma linguagem menos criativa, desprovidas parcialmente de literariedade, cuja escrita se constrói por meio da objetividade e clareza, com motes que respondem aos paradigmas e dilemas sociopolíticos e econômicos portugueses dos anos 70, por outro, Saramago adota muitos expedientes expressivos para elucidar as mazelas portuguesas, tanto que, na crônica “Os franceses de torna-viagem” (SARAMAGO, 1998, p.23-24), recorre a uma lenda portuguesa para introduzir o tema da emigração lusitana, denotando um escritor incapaz de se desvincular de sua vocação literária, cujos traços centrais revestem-se de recursos retóricos eficazes para denunciar os efeitos de uma política de exclusão, injustiça e a desigualdade.

A crônica “Os franceses de torna-viagem” revela um escritor que dosa a linguagem jornalística com pequenos torneios literários para elucidar o problema da emigração, cuja origem está ligada ao subemprego, ao abandono da agricultura, a debilitada industrialização e às dissonâncias de uma política intransigente do Estado Novo. Mesmo que estabelecidos na pátria francesa, a imensa massa trabalhadora vê-se obrigada a retornar a Portugal devido à rarefação de empregos, paulatinamente reduzidos em função da crise que abalara a Europa na década de 70. Saramago inicia a crônica com um preâmbulo que faz referência a uma lenda portuguesa, segundo a qual os bebês portugueses eram trazidos de França, para em seguida refletir sobre o fenômeno migratório português, revelando, dessa forma, seus percalços e incongruências.

O cronista faz uma sátira daqueles portugueses que retornam ao território lusitano, mostrando a deformação de uma situação, que, no início estabelecida como lenda, torna-se verídica ao final da crônica. Saramago adota a expressão “os franceses de torna-viagem” para referir-se ao acultramento dos portugueses emigrantes, que na França ganham nova consciência de que lugar poderia ser o seu no mundo, diverso da tacanhez lusitana, fadada ao

fracasso e encarcerada em uma política estagnada. Esse tema de destaque no conjunto das crônicas comunga do propósito de refletir sobre/representar a temática da experiência migratória, que é acentuada no domínio literário português. A temática migratória está já embutida na lenda que, justificada pelo pudor frente a tudo que se associa à sexualidade, busca explicar o nascimento das crianças portuguesas, gerando a graça simultaneamente cáustica e bem-humorada da crônica, os portugueses são franceses na lenda de origem, assim como parecem franceses os portugueses aculturados, referidos, portanto, como “franceses de torna-viagem”. O escritor faz um aproveitamento máximo do afrancesamento da lenda de origem e da aculturação acarretada pela emigração, revelando o perfil de um novo cidadão português cuja mentalidade denota um caráter contestatário e consciente de seus direitos no conturbado quadro político português:

Quando a educação sexual era, no nosso país uma terra proibida onde só acompanhados de severos e meticulosos guias nos aventurávamos, as crianças (principalmente as oriundas das classes mais abonadas) vinham de Paris, num cestinho, com fitas e laços azuis ou cor-de-rosa, conforme. (SARAMAGO, 1998, p. 23).

Se em *Deste mundo e do outro* (1971) e *A bagagem do viajante* (1973), a linguagem se volta para metáforas, alegorias e aforismos para verbalizar nuances poéticas e expor veladamente o esfacelamento dos modelos democráticos, a corrupção e a subalternização das minorias, os textos de *Os Apontamentos*, com algumas exceções, revelam um escritor cujo *modus operandi* se consubstancia, em linhas gerais, em um escrita mais objetiva, sem abrir mão de torneios linguísticos, como a contenção irônica, a metáfora, a posposição e anteposição dos vocábulos que servem de recursos expressivos que dão à crônica política um tom menos pragmático ao seu torneio narrativo. Neste sentido, o segundo parágrafo da crônica em análise ganha contornos mais técnicos, com números precisos acerca da quantidade de trabalhadores desempregados na França, e expõe de modo sutil a incapacidade da Europa e de Portugal de responderem a uma crise que reverberara em todos os setores sociais e econômicos. Aqui, estamos diante de um escritor cujos traços centrais formalizam-se na escrita jornalística, revelando de forma direta e cáustica as incongruências e assimetrias do modelo capitalista adotado pelas nações desenvolvidas europeias. Cômico dos prognósticos sombrios, Saramago revela a dura realidade dos portugueses que já sentem as reverberações da crise no país vizinho:

Mudaram muito os tempos, e hoje, por essas e outras paragens gaulesas, vivem mais de 600.000 portugueses sem fitas e nem laços – e que tem um futuro sombrio à sua frente. Transformamos a ficção risonha e pueril numa grave realidade. O desemprego, em França, dizem as agências noticiosas, aumenta. Em fins de 1972 deverá haver naquele país 600.000 desempregados, mais 120.000 do que presentemente, o que significa que vai ser muito agitado o mercado de trabalho. (SARAMAGO, 1998, p.23)

Além de lançar um olhar atento às mazelas da sociedade portuguesa, o que denota um escritor cuja visão de mundo é pautada na ética e no desprezo pelas ideias tecnocratas, Saramago também faz uma leitura do panorama socioeconômico europeu, que testemunhou, em meados dos anos 70, uma grave crise econômica. Segundo José da Silva Lopes, esse panorama congrega “o afrouxamento do crescimento econômico, o aprofundamento das crises conjunturais no sistema produtivo, a subida da inflação e o agravamento dos desequilíbrios externos.” (LOPES, 1999, p.195).

Se logo depois da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), como pontua Silva, as nações industrializadas ocidentais passaram por uma fase de pleno desenvolvimento econômico, cujo modelo sistemático de recrutamento de trabalhadores, segundo Maria I. Baganha (1998) motivou milhões de pessoas a deixarem seus países de origem, graças à necessidade de mão de obra que se instalara no pós-guerra, por outro, a crise petrolífera desencadeada no início dos anos 70, bem como o colapso econômico que se seguiu, como pontua Lopes (1999), marca o início de uma nova fase dos fenômenos migratórios dos anos 70. Baganha faz um balanço da nova política migratória adotada pelos países industrializados assim que a crise eclodira, apontando os principais dilemas que o paradigma socialdemocrata trouxe às nações europeias, que imediatamente responderam aos efeitos da crise, como observa Saramago na crônica “Os franceses de torna viagem”, fechando suas fronteiras para novas correntes migratórias que pudessem ocorrer ao longo dos anos 70:

A crise petrolífera de 1973-74, a recessão econômica que se seguiu, bem como as políticas e as políticas restritivas de imigração que então foram implementadas, marcam o início de uma nova fase nos processos migratórios europeus. De facto, até àquela data, as políticas de imigração dos principais países europeus podiam caracterizar-se essencialmente como políticas de “porta aberta”, ou de recrutamento activo de trabalhadores estrangeiros, enquanto **após 1974 assistimos progressivamente à efectivação de políticas migratórias restritivas, que apresentam como principal objectivo impedir a entrada de integrantes económicos nos espaços nacionais respectivos.** (BAGANHA, 1998, p. 234 – negrito meu)

Os textos de *Os Apontamentos*, escritos entre 1972 e 1975, circunscrevem-se, portanto, neste período em que a Europa transformara-se no epicentro de uma crise,

desencadeada pela alta do petróleo em 1973 e pela desregulamentação do sistema monetário internacional, que representou, em suma, o esfacelamento das economias ocidentais, que pareciam incapazes de se recompor perante o recrudescimento da crise econômica. Ao afirmar que haveria 600.000 desempregados na França em 1972, o escritor português expõe de forma sistemática os efeitos de uma crise cujas reverberações foram sentidas em praticamente todas as economias ocidentais, catalisando a redução de empregos e os altos índices inflacionários e, conseqüentemente, o banimento sumário daqueles que já haviam conquistado uma vida mais digna e livre das amarras do Salazarismo.

Se a crônica jornalística do escritor português concentra em seu fio narrativo as dissonâncias de uma sociedade marcada pelo arcaísmo e atraso social, ela também se configura como o *locus* em que se opera uma análise, muitas vezes crítica, da situação dos países europeus nos anos 70, particularmente a França, que fragilizada pela crise, fecha suas portas à emigração e acaba por exigir a saída de mais de 600.000 franceses de torna-viagem. Mesmo que dispostos a executar os trabalhos braçais, como sugere Saramago, as nações industrializadas parecem incapazes de mantê-los em seu território:

[...] Os franceses, que até agora têm se “condescendido” em deixar aos emigrantes os trabalhos duros e sujos, serão forçados, se o movimento actual não se inverter, a disputar esses mesmos trabalhos, eliminando, portanto, a mão-de-obra estrangeira. Prevê-se até que essa ameaça pare, principalmente, sobre os trabalhadores que não procedam de países membros do Mercado Comum ou, mais rigorosamente, da comunidade Económica Europeia – que é o caso de Portugal... (SARAMAGO, 1998, p.23).

Neste sentido, as pressões introduzidas pelo governo francês para conter a emigração e mesmo motivar aqueles emigrantes já estabelecidos nas variadas regiões francesas a retornarem a Portugal oficializa-se com a implantação do Plano Barre. Segundo Anthony Leeds (1983), em 1978, o governo francês ofereceu 10.000 francos e a viagem de retorno aos emigrantes “que se comprometessem a não regressar como trabalhadores” (LEEDS, 1983, p.1037), como forma, possivelmente, de combater o desemprego e atenuar a mão-de-obra excedente na França. Conhecedores das limitações e das incongruências portuguesas, cujo *ethos* confrontava-se com os ideais liberais franceses, poucos portugueses viam a ajuda francesa como um benefício; muito pelo contrário, além de significar o retorno a um país que pouco havia caminhado em termos econômicos, sociais e mesmo culturais, 10.000 francos seriam insuficientes para qualquer tipo de investimento na terra natal, visto que o matiz ideológico do Salazarismo não comungava da implantação de pequenos negócios em Portugal, privilegiando os grandes industriais, comprometidos com sua política.

A crônica de Saramago permite abarcar, portanto, numa visão panorâmica, o drama dos emigrantes portugueses que se veem obrigados a retornar a Portugal, que alçado à condição de país periférico, reconhecidamente arcaico e instável, como afirmam Carlos Almeida e António Barreto (1976), será incapaz de oferecer aos “franceses de torna-viagem” as benesses que a nova pátria lhes trouxera. Ao analisar a realidade política e econômica, o cronista revela um português cuja identidade rompe com o estigma daquele cidadão tacanho, desafortunado e fadado ao confinamento de uma vida insípida, que a nação portuguesa lhe impusera, ironicamente referida pelo autor como “o pequeno planeta provinciano”. Face ao desemprego iminente na França, o português, condicionado agora ao *status* de indivíduo politizado culturalmente, regressará a Portugal, supõe Saramago, para dar continuidade à vida digna que conquistara em França, recusando o modelo retrógrado português:

Não parece nascer de mente perversa e catastrófica a previsão de um regresso gigantesco de portugueses, desempregados de lá, que tornarão ao seu país de origem à busca de um trabalho que lhes permita continuar a viver e a progredir no sentido de dignidade e de responsabilidade que entretanto conquistaram, ou confusamente estavam adquirindo. Estes homens vêm de um mundo que nada tem de comum com o pequeno planeta provinciano e tradicional donde, na sua maior parte, saíram. (SARAMAGO, 1998, p. 23 – negrito meu).

Ciente da realidade nacional de nação empobrecida, atrasada social e economicamente, José Saramago expõe no mesmo parágrafo a discrepância econômica e social entre Portugal e França ao elucidar que os rurais franceses seriam cidadãos muito mais condignamente tratados que a castigada população das províncias portuguesas. Assim, entre o destino de permanecerem em um país marginalizado pelos vizinhos europeus, considerado “um espinho” para o capitalismo, cujos empregos e oportunidades se rarefazem à medida que os anos passam, e a possibilidade de se relocarem para uma país que os tratasse exatamente da mesma maneira que o trabalhador francês, “quer no que se refere a salários mínimos, quer no que diz respeito a seguros sociais e outras garantias” (ROCHA, 1965, p.92), o português deixa suas raízes para se estabelecer em um lugar mais promissor e tornar-se um indivíduo social e politicamente emancipado, longe de um país que nunca se tornara um Estado verdadeiramente moderno e democrático:

Aprenderam que é possível viver doutra maneira, viram, por exemplo que os rurais franceses são como príncipes em comparação com a castigada gente que se arrasta pela nossa província. Quem pode imaginar a que extremos de amargura chega um homem assim? (SARAMAGO, 1998, p. 23)

Se a crônica “Os franceses de torna-viagem” comunga do propósito de refletir sobre o inevitável retorno de trabalhadores portugueses a sua terra natal, condicionados pelo colapso econômico das nações europeias, o texto de Saramago também converte-se em uma importante reflexão sobre a incapacidade do governo português em responder às reivindicações desses compatriotas que regressam ao país luso “num comboio carregado de outros como ele, com alguns francos na algibeira, e um gosto amargo na boca: a bÍlis da derrota.” (SARAMAGO, 1998, p. 24). Ciente da situação econômica portuguesa, recrudescida pela crise mundial, o cronista parece fazer um alerta ao povo luso sobre a letargia portuguesa, tema, aliás, que percorre inúmeros textos de *Os Apontamentos* e alinham-se a um conjunto de crônicas cujo mote temático, faz, muitas vezes, uma análise depreciativa da postura do cidadão português, considerado alienado e inerte mediante o quadro socioeconômico. Saramago finaliza a crônica com indagação, questionando a capacidade do governo português em responder as necessidades dos recém-chegados “franceses de torna-viagem”.

Se a previsão não falhar, virão aí algumas dezenas, senão centenas de milhares de portugueses – os franceses de torna-viagem. Que se faz ou projecta fazer para empregar de novo todos estes compatriotas, para “reciclá-los” em termos de utilidade mútua, isto é, dos interessados directos e do País, não menos directo interessado? Esses milhares de portugueses, que saíram da Pátria para viver melhor, hão-de querer, se a ela voltam, não ter de viver pior. Este pode ser, afinal, o grande “desafio português dos tempos que estamos vivendo. Perdemos-lo ou ganhamos-lo? (SARAMAGO, 1998, p.24)

Além de revelar a face obscura da emigração, cujos traços centrais interpõem várias facetas deste fenômeno, como o rebaixamento moral, a submissão aos empregos braçais e a exploração patronal, Saramago também pondera sobre aqueles indivíduos aproveitadores que nutrem fortes interesses pelo fenômeno emigratório. A ordem dos adjetivos faz um jogo em que a posposição de “directo” remete aos interessados e a anteposição aponta para os interesseiros, referindo-se ao próprio governo marcelista. Segundo Anthony Leeds (1983), a emigração propositadamente empreendida pelo Estado, e por este estritamente monitorada “de vários modos, perpetuou o atraso do Portugal agrícola, tendeu a recriar áreas deprimidas e criou novas formas de dependência externa, com os problemas cambiais e de balança de pagamentos inerentes.” (LEEDS, 1983, p. 1037).

A experiência emigratória entrevista nas crônicas políticas desnuda os dilemas de um povo cujas demandas encontravam-se represadas pela política interna portuguesa, fortalecida pelos laços com a aristocracia agrária, que tornava o progresso e o desenvolvimento da população mais pobre praticamente impossível. O controle sobre a industrialização, exercido

por Salazar, o desprezo pela formação técnica, a manutenção dos baixos salários e a quase ausência de sindicatos que garantissem os direitos trabalhistas, segundo Elizabeth Leeds (1983), desgastaram as difíceis relações entre elite e trabalhadores, promovendo a fuga em massa de portugueses para França, país que acolhia imediatamente até mesmo o emigrante ilegal.

Embora, por um lado, o movimento emigratório português tenha se consumado para Saramago como um fenômeno unilateral, fundamentado na insolvência moral e social – ainda que o escritor reconheça a incapacidade e limitações do governo luso - por outro, a emigração portuguesa deve ser reconhecida, conforme Leeds, como um fenômeno dualístico. Se por um lado ela ganha dimensões restritivas, contribuindo para a escassez da mão de obra e até mesmo para desertificação de alguns territórios, dado “o abandono generalizado do cultivo e quebra substancial nos níveis de produtividade” (LEEDS, 1983, p.1049), por outro, os fluxos migratórios asseguram à economia lusitana uma fonte substancial de divisas estrangeiras¹¹, afirmação também já apresentada na crônica “Voltar é fácil, mas ficar?” de 21 de dezembro de 1973.

A saída de milhares de trabalhadores de Portugal tornou-se um fenômeno tão preocupante que levou o escritor português a escrever no mesmo jornal onde publicara os textos políticos dos anos 70, uma nova crônica que retratava mais uma vez a saga e o drama da emigração lusitana. Em “Histórias da emigração¹²”, publicada no dia 17 de julho de 2009, um ano antes de sua morte, Saramago denuncia uma mazela que parecia longe de ser resolvida, atestando, portanto, a incapacidade e o descaso das autoridades portuguesas em relação a um fenômeno que se arrastava desde os primórdios da corrida ultramarina. Embora publicada trinta anos depois de *Os Apontamentos*, a reflexão efetivada em “Histórias da emigração” em nada destoa de suas antecessoras sobre o mesmo tema o qual é considerado, na visão de Saramago, como um fenômeno extremamente nocivo ao indivíduo, dado seu poder de degradação e rebaixamento moral. A temática do processo emigratório, discutida em *Os Apontamentos*, é retomada pelo escritor português possivelmente devido à crise que se instalara em Portugal a partir de 2010 e se alastrara até 2014, obrigando mais uma vez o povo

¹¹ “As remessas de emigrantes durante os nove primeiros meses de 1974 totalizaram 22.913 contos, de acordo com uma informação do Banco de Portugal (Direcção de Serviços de Estatística e Estudos Económicos). Relativamente a idêntico período ano anterior, verificou-se um aumento de mais de 3 milhões e 600 contos o que quer dizer que o aumento se processou ao ritmo que desde 1970 se vem registando. Segundo a mesma fonte, as remessas totalizaram 14 milhões e 343 mil contos em 1970, passando para 18 milhões e 848 mil contos em 1971, para 22 milhões e 188 mil contos em 1972 e para 26 milhões e 452 mil contos em 1973”. (DIÁRIO DE LISBOA, 1972, p.1).

¹² Crônica originalmente publicada no site *Diário de Notícias*. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniaocaderno-de-saramago/interior/historias-da-emigracao-1310260.html>. Acesso em: 24 fev. 2019.

lusitano a emigrar para países que ainda não tinham sido atingidos pela forte instabilidade econômica que acometera a nação portuguesa. A crônica “Histórias da emigração”, que poderia seguramente integrar o rol das crônicas de *Os Apontamentos*, inicia-se com a menção de uma fábula de La Fontaine intitulada “O lobo e o cordeiro”.

A fábula funciona como recurso retórico de alto rendimento expressivo para atestar o caráter imemorial da emigração portuguesa, decorrente de Portugal ser o país dos grandes navegadores, um país de colonizadores, no período áureo, e, no período de empobrecimento, ver-se reduzido a um país de precários emigrantes. A imposição de partir em busca de melhores condições de vida, dentro ou, sobretudo, fora de Portugal, é, então, tematizada na crônica por meio da fusão do discurso bíblico (“que atire a primeira pedra...”) e do fabular (o lobo mau e o cordeiro), para apresentar ao leitor o lastro antigo e traumático da emigração na história portuguesa:

Que atire a primeira pedra quem nunca teve nódoas de emigração a manchar-lhe a árvore genealógica.... Tal como a fábula do lobo mau que acusava o inocente cordeirinho de lhe turvar a água do regato onde ambos bebiam, se tu não emigraste, emigrou o teu país, se o teu pai não precisou de mudar de sítio foi porque o teu avô, antes dele, não teve outro remédio que ir, e vida às costas, à procura do pão que a sua terra lhe negava. Muitos portugueses morreram afogados no rio Bidassoa¹³ quando, noite escura, tentavam alcançar a nado a margem de lá, onde se dizia que o paraíso de França começava. (SARAMAGO, 2009).

Os mesmos percalços descritos nas crônicas de *Os Apontamentos* também ganham contornos dramáticos em “Histórias da emigração”, explicitando, portanto, as humilhações, os perigos, e os maus-tratos aos quais os cidadãos portugueses são submetidos.

Os que conseguiram suportar as violências de sempre e as novas privações, os sobreviventes, desorientados no meio de sociedades que os desprezavam e os humilhavam, perdidos em línguas que não podiam entender foram a pouco e pouco construindo, com renúncias e sacrifícios quase heróicos, moeda a moeda, centavo a centavo, o futuro dos seus descendentes. Alguns desses homens, algumas dessas mulheres, não perderam nem querem perder a memória do tempo em que tiveram de padecer todos os vexames do trabalho mal pago e todas as amarguras do isolamento social. Graças lhes sejam dadas por terem sido capazes de preservar o respeito que deviam ao seu passado. Outros muitos, a maioria, cortaram as pontes que os ligavam àquelas horas sombrias, envergonham--se de terem sido ignorantes, pobres, às vezes miseráveis, comportam-se, enfim, como se uma vida decente, para eles, só tivesse

¹³ Segundo Ana Galdós Monfort (2017), entre 1957 e 1974, centenas de portugueses morreram afogados tentando cruzar o Rio Bidasoa (em francês Bidassoa), fronteira natural entre Espanha e França. Esses emigrantes fugiam clandestinamente do regime ditatorial de Oliveira Salazar e das Guerras Coloniais entre Portugal e seus territórios africanos para vender sua mão de obra barata na França. Eram invariavelmente vítimas dos chamados “passadores”, que ajudavam nos trâmites da viagem clandestina para a França. Disponível em: <https://unpuerto.com/2017/06/20/migrantes-portugueses-ahogados-bidasoa/>. Acesso em: 15 set.2019

começado verdadeiramente no dia felicíssimo em que puderam comprar o seu primeiro automóvel. (SARAMAGO, 2009).

Na crônica em questão, Saramago faz referência aos portugueses e seu descaso para com os emigrantes (angolanos, moçambicanos, cabo-verdianos, brasileiros chegavam a Portugal e eram maltratados por aqueles que outrora haviam vivido sofrimento igual em França...). Neste sentido, é a falta de solidariedade lusitana que denuncia, é a desumanidade portuguesa que traz à luz. Trata-se de uma crônica, infelizmente, ainda atual do escritor português, porque continua válida na denúncia que faz dos afogamentos de imigrantes rejeitados por países europeus.

Saramago explicita o trauma dos que negam o seu passado de emigrantes e exalta os bravos que fazem questão de manter viva a memória dos tempos atrozes. Finaliza a crônica, contudo, com uma previsão pessimista a respeito daqueles que sobrevivem aos percalços migratórios e, alcançando melhores condições econômicas, tornam-se consumidores e empreendedores, mas, incompreensivelmente, não interrompem o moto-contínuo da dominação e da humilhação. É perceptível neste trecho a evocação do discurso bíblico já que os sintagmas “travessia de águas” (rios, oceanos), “expulsão”, “calvário”, “atirar pedras”, “emigração/êxodo” e “Em verdade, em verdade vos digo” (palavras de Cristo segundo o Evangelho), fazem referências a personagens bíblicas para emoldurar a agonia dos refugiados e os percalços enfrentados por eles antes de chegarem ao seu destino final e depois de aportarem na nova terra:

Esses são os que estarão sempre prontos a tratar com idêntica crueldade e idêntico desprezo os emigrantes que atravessam esse outro Bidassoa, mais largo e mais fundo, que é o Mediterrâneo, onde os afogados abundam e servem de pasto aos peixes, se a maré e o vento não preferiram empurrá-los para a praia, enquanto a guarda civil não aparece para levantar os cadáveres. Os sobreviventes dos novos naufrágios, os que puseram pé em terra e não foram expulsos, terão à sua espera o eterno calvário da exploração, da intolerância, do racismo, do ódio à pele, da suspeita, do rebaixamento moral. Aquele que antes havia sido explorado e perdeu a memória de o ter sido, explorará. Aquele que foi desprezado e finge tê-lo esquecido, refinará o seu próprio desprezar. Aquele a quem ontem rebaixaram, rebaixará hoje com mais rancor. E ei-los, todos juntos, a atirar pedras a quem chega à margem de cá do Bidassoa, como se nunca tivessem eles emigrado, ou os pais, ou os avós, como se nunca tivessem sofrido de fome e de desespero, de angústia e de medo. Em verdade, em verdade vos digo, há certas maneiras de ser feliz que são simplesmente odiosas. (SARAMAGO, 2009).

As ponderações de José Saramago sobre a emigração parecem sempre conduzidas por um fio pessimista, carregado de indignação e questionamento, mesmo nessa crônica escrita em 2009, fato compreensível para um escritor que sofreu, no início dos anos 90, o veto a sua

célebre obra *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), que culminaria posteriormente em sua saída de Portugal para se estabelecer na ilha de Lanzarote, em Espanha.

Se deixar Portugal, para Saramago, consumou-se como escolha e não uma imposição das autoridades governamentais, para a grande massa de trabalhadores provenientes das regiões mais pobres de Portugal, deixar a pátria portuguesa constitui-se como a única alternativa para escapar do provincianismo lusitano e da repressão do Estado. País tardia e limitadamente industrializado, a nação lusitana conservou até os anos 60, segundo Victor Pereira (2014), características de uma sociedade predominantemente rural e arcaica, que certamente destoavam do resto da Europa capitalista.

Para se compreender o fenômeno emigratório português como um todo é preciso considerar vários fatores de ordem política e econômica, já que a pobreza da nação portuguesa se ligava muito mais à política vigente nos anos 70 do que à escassez de riquezas de seu território. Segundo Victor Pereira, a nação portuguesa testemunhou um dos últimos regimes autoritários da Europa Ocidental. Frente a um governo inflexível e tirano, o pequeno país lusitano viu aproximadamente um milhão e meio de cidadãos, quase 70% da população ativa em 1970 e 17% da população total, deixar Portugal em busca de melhores salários e, acima de tudo, de uma pátria que respeitasse e garantisse seus direitos de cidadãos. Fortalecido por uma política estagnada e orientada pelos interesses da classe dominante, a grande massa de trabalhadores via-se no âmago de um sistema que se pautava na doutrinação e na censura dos mais pobres:

A censura elimina qualquer discurso heterodoxo. Massivamente analfabetos, os indivíduos saídos das classes populares não intervêm nem como contribuintes nem como leitores da imprensa. São reduzidos à expressão de simples indivíduos. As classes dominantes falam deles e por eles, arrogando-se uma posição de passa-palavra. (PEREIRA, 2014, p.34)

Mortificados por uma política segregadora, cujo *status quo* refletia a mentalidade de uma elite conservadora, e seduzidos pelas benesses que a França poderia proporcionar, milhares de portugueses enfrentaram as duras viagens em comboios e caminhões-frigoríficos, “viajando durante quinhentos quilômetros sem um minuto de paragem, sem um copo de água, quase sem ar [...]” (ROCHA, 1965, p.114) para tentar a vida em um país democrático e reconhecedor do esforço do trabalhador, ainda que emigrante. Nem mesmo a possibilidade de um eventual fracasso ou, na pior das hipóteses, a perda da vida fez com que esses emigrantes recuassem, o que releva a decadência de Portugal em relação aos demais países.

2.2. A Emigração portuguesa: realidades e dissimulações.

Apesar de a emigração constituir uma das únicas vias para a libertação da vida medíocre que os portugueses levavam, no final dos anos 50, no entanto, o fluxo migratório português para a França era visto, segundo Victor Pereira (2014), por muitos portugueses como uma perturbação à ordem do país, cujo âmago ainda estava atrelado às doutrinas antiliberais, opostas aos ideais iluministas. Neste sentido, o equilíbrio, a hierarquia, a integração em um território e em uma história nacional e à política imperialista constituíam os norteadores da ditadura portuguesa, impedindo, assim, que as classes populares ascendessem social e economicamente na estratificada pirâmide portuguesa. Neste sentido, como pontua Pereira, emigrar significava dissociar-se social e culturalmente do fatalismo arraigado na política portuguesa e economia portuguesa:

[...] a emigração para a França simboliza o movimento, a instabilidade, o desenraizamento, a divisão, a libertação de uma população que se quer submetida. Representa igualmente um desvio relativamente à epopeia colonial. Rompe o *status quo* econômico e social profundamente desigual que o regime defende. (PEREIRA, 2014, p.37).

A crônica “Os emigrantes, hoje e sempre”, publicado no dia 2 de março de 1972, explicita as razões pelas quais os portugueses deixam seu país, instituindo a emigração na topografia dos temas dominantes de *Os Apontamentos*. A crônica discute a interminável saga do emigrante luso, e reflete sobre o papel do governo, que constrói uma imagem positiva “da pequena parte ocidental que a Europa se habituou a olhar com comiseração ou aborrecimento” (MENÉNDEZ, 2007, p.7), escamoteando as deficiências sociais, sobretudo o fluxo emigratório português:

A prática do eufemismo tem sido levada no nosso país a extremos de requintes de cultivo. A tal ponto que, muitas vezes, a ideia a exprimir se torna irreconhecível sob as roupagens de um estilo que teve tempo de se apurar em séculos de pensamento oblíquo. Paradoxalmente, somos também gente que se gaba de falar claro e olhar a direito, características ancestrais de que a história guardou as mais célebres manifestações... (SARAMAGO, 1998, p.33-34)

Nessa crônica de 1972, “Os Emigrantes, de hoje e sempre”, Saramago afirma haver dois traços constitutivos da tradição discursiva portuguesa: a obliquidade e a objetividade. A obliquidade, na construção da crônica, será ilustrada pela posição do Dr. Mário Roseira, que se valerá de eufemismos na Reunião Internacional sobre Segurança dos Trabalhadores Migrados. Saramago se incumbirá, portanto, de desmontar os eufemismos com a apresentação

da realidade crua que eles ocultam. Assim, o desenvolvimento da crônica apresenta a opacidade oculta nas frases reluzentes de Roseira, que se refere, por exemplo, às “circunstâncias diversas da emigração”, generalidade que pouco diz, por aludir a razões imprecisas, às quais Saramago dá objetividade cortante: “baixo nível de vida”. Roseiro alude à “participação dos portugueses no desenvolvimento de outros países”, reduzida por Saramago a “trabalho braçal, físico, violento”. A crônica, portanto, resulta do atrito entre o discurso eufemístico do secretário e a revisão objetivadora feita pelo cronista.

Saramago esclarece, no início do primeiro parágrafo, que Portugal, convertido em país periférico, balizado por um regime antidemocrático, consuma-se como uma nação que por séculos de políticas contraditórias escamoteia suas limitações e deficiências, que se diluem em discursos vazios, para operar como mecanismos de alienação e dissimulações dentro do corrompido sistema sociopolítico português. Se, por um lado, Portugal usa de eufemismos para esconder suas próprias fraquezas, atenuadas por discursos dissimulados, contraditoriamente, o português configura-se como o cidadão direto e objetivo. Escritor atento e defensor de um discurso pautado na verdade, na justiça e no repúdio às economias capitalistas, Saramago faz referência à Reunião Regional Europeia sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, dirigida por Mário Roseira, chefe da 1.^a Repartição da Direção-geral da Previdência do Ministério das Corporações e da Previdência Social. Segundo Saramago, o problema emigratório é atenuado no discurso de Roseira, remetendo, portanto, ao preâmbulo da crônica, que parte de um discurso genérico para converter-se em um discurso específico, formulado no paradigma da emigração portuguesa e suas incoerências. No discurso de Roseira, a experiência migratória portuguesa é balizada como um fenômeno essencialmente banal, o que denota descaso a um percalço social que, segundo Saramago, custara tão caro a Portugal. Ao fazer uso do sintagma “circunstâncias diversas”, Roseira escamoteia as circunspectas razões de ordem política e econômica que potencializam a saída de milhares de portugueses de sua terra natal para refazerem suas vidas em nações econômica e culturalmente mais prósperas:

Por aquilo que se compreende (e por isto se estranha) que na abertura da Reunião Regional Europeia sobre Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes se declarasse (disse-o o presidente da Comissão Organizadora da Reunião, Dr. Mário Roseira): “Pensamos com especial carinho nos trabalhadores portugueses que por circunstâncias diversas foram buscar noutras terras a melhoria das suas condições de existência e participar no desenvolvimento dos países em que trabalham...”. (SARAMAGO, 1998, p.34)

Escritor polêmico e combativo, cujas obras refletem as divergências e assimetrias de uma sociedade em descompasso, endossada na exploração dos menos privilegiados, Saramago transforma a crônica política em um libelo para desmitificar paradigmas, revelar inverdades e engajar o leitor na luta contra as injustiças e a corrupção. Embora admita que atenuar as verdades amargas possa ser sinal de bom senso, quando se quer apresentar o país com sobriedade e comedimento a outras nações, Saramago critica a postura de Mario Roseira, cujos argumentos se fundamentam em uma análise simplista e descompromissada com um fenômeno que, para Saramago, é imemorial e indissociável da história portuguesa e de seus entornos:

Bem sabemos que em discursos formais, mormente se se trata de acolher visitas, é de bom-tom que as verdades um pouco amargas sejam diluídas e se procure transmitir uma imagem doméstica lisonjeira para todos, hóspedes e hospedeiros. Mas, neste caso, tratando-se de matéria assaz conhecida de uns e outros, a ninguém chocaria uma declaração de termos mais abertos. E o público, que não assiste às sessões, mas que as acompanhará através dos jornais, teria a satisfação cívica de ver tratadas as duras realidades da nossa emigração. (SARAMAGO, 1998, p.34).

Saramago revela, portanto, que as “circunstâncias diversas” às quais Roseira se refere são perfeitamente identificáveis e nomeáveis e são decorrências de um sistema que coloca o indivíduo à margem das decisões políticas, econômicas e sociais:

As circunstâncias diversas que levam os portugueses para fora das fronteiras são sérias de mais e antigas de mais para caberem em fórmula tão inócua: chamam-se baixo nível de vida, carência, desconforto na própria terra. O espírito de aventura, se existe, conta tão-somente como factor propiciatório. O espírito de aventura fará turistas, mas não emigrantes, se habitar em pessoa economicamente tranquila e protegida... (SARAMAGO, 1998, p.34).

Saramago descontrói o discurso dissimulado de Roseira, cujo esquematismo ideológico inscreve-se em inverdades e simplificações. Esse esquematismo revela um olhar romantizado sobre a emigração portuguesa, contestado pelo cronista, para quem o fluxo migratório português precisa ser interpretado sob um prisma “menos amável” e mais verdadeiro, visto que a grande massa que parte para os países vizinhos, particularmente a França, fará parte de um grande número de subempregados, absorvidos na mão de obra barata e bruta, muitas vezes sem nenhuma garantia de direitos básicos. Saramago desmonta, portanto, a leveza das afirmações de Roseira, dando às ideias do secretário o peso que os fatos realmente tinham: a presença dos portugueses não tinha repercussão cultural, porque eram sempre periféricos (“presença marginalizada”), ocupados com trabalho pesado, braçal.

E também nos parece que a “participação dos portugueses no desenvolvimento dos países em que trabalham deveria ser vista sob luz menos amável, em particular quanto aos últimos surtos migratórios que nos derramaram pela Europa. Qualquer trabalho prestado constituirá necessariamente participação num desenvolvimento, mas, assim, formulada, essa realidade criará subliminalmente uma imagem de modo algum confirmada pelos factos: o trabalho dos portugueses (da grande massa dos portugueses), nesses países em que se instalaram, é sobretudo braçal, físico, violento, aquilo que por assim dizer, sobra do quadrante profissional aos cidadãos locais. A nossa participação tem, em grande parte, permita-se-nos a expressão, um certo carácter de marginalidade. E a integração harmoniosa dos nossos emigrantes em terras estranhas é precisamente dificultada pelo diminuto peso social e cultural da sua presença. (SARAMAGO, 1998, p.34-45).

O cronista também cogita sobre a posição do leitor, imaginando que talvez não se devesse afirmar de modo tão cru a dureza da realidade dos trabalhadores emigrados. Saramago faz essa suposição para poder afirmar ainda mais intensamente o que denomina “falta de rigor da linguagem” (=linguagem eufemística, oblíqua) do secretário português, cujos eufemismos sobre a emigração reduz os portugueses ao papel inaceitável de ignorantes de sua própria condição.

Dir-se-á que tais considerações são despropositadas no quadro de uma reunião internacional organizada precisamente, conforme as palavras do ministro das Corporações e Previdência Social, para promover “a salvaguarda essencial dos direitos de trabalho e de segurança social dos emigrantes”. À objeção responderíamos que esta “salvaguarda” será, no que nos diz respeito, tanto mais consciente e exigente quanto maior for o rigor da linguagem em que se exprima e que, por sua vez, exprimia a nossa posição de participantes interessados. Os países que aqui mandaram representantes conhecem quem são, o que são e por que emigram os portugueses. Não lhe demos a ideia de que nós o ignoramos. (SARAMAGO, 1998, p.35).

As preocupações de Saramago com seus concidadãos entrevistadas na crônica desmentem os argumentos do Primeiro Ministro Mario Roseira, propalados por um discurso superficial e sem fundamento. Aliás, o escritor português tem razões mais que suficientes para preocupar-se com o trabalhador que sai de Portugal, seduzido pelas promessas dos passadores, que extorquem o camponês humilde e ingênuo, e os submetem às condições mais adversas durante o trajeto para chegar ao país de destino.

Em 1965, o jornalista português Nuno Rocha, juntamente com vários emigrantes, fez um percurso que se estendia por dias até cruzar os Pirineus e finalmente chegar até a França. Recolheu, dessa forma, inúmeros relatos de sucesso, fracasso e angústia, centrados no mesmo discurso: a busca por uma vida digna e melhores salários na vizinha França. Em seus relatos, Rocha legitima as afirmações de José Saramago em relação aos percalços enfrentados pelo emigrante, como as péssimas condições de vida, a exploração patronal e principalmente o

trabalho braçal, rejeitado pela sociedade francesa. Em um de seus relatos Rocha descreve a sua chegada à Villepurs, uma cidade na fronteira com Luxemburgo:

Chovia muito. Procuramos os trabalhadores portugueses e disseram-nos que habitavam os vagões de caminho de ferro. Subimos e encontramos-los. Dentro dos vagões faziam toda a sua vida: dormiam, preparavam as refeições, lavavam a própria roupa. Ocupavam-se no caminho de ferro, num trabalho duro, que ninguém mais fazia senão os portugueses e os argelinos. (ROCHA, 1965, p.49-50).

Em uma obra detalhadamente documentada por meio de entrevistas, fotos e artigos, intitulada *100 ans d'histoire des Portugais en France* (2016), Marie Christine Volovitch-Tavares apresenta impressionantes imagens fotográficas, que parecem dar concretude máxima às denúncias de Saramago, para revelar em detalhe as precárias condições de vida da população portuguesa na França. A imagem mostra o *bidonville* de Francs-Moisins em Saint-Denis, em foto de 1969, data muito próxima das publicações das crônicas de *Os Aparentamentos*, o que nos fornece um referente seguro para dimensionar a precariedade das condições a que Saramago se refere em suas crônicas.

Figura 1 – Imagem de um *bidonville* de Francs-Moisins, em Saint-Denis (1969)



Fonte: VOLOVITCH -TAVARES, Marie Christine. *100 ans d'histoire des Portugais en France*. Neuilly-sur-Seine Cedex: Éditions Michel Lafon, 2016, p.79.

A emigração portuguesa consumou-se, como já citado anteriormente, sobre as bases de certas ideologias, segundo Carlos Almeida e António Barreto (1976), entre as quais o corporativismo, o apoio ao poder e o domínio da elite portuguesa. Detentora dos meios de produção, a classe dominante manteve “uma situação na qual as classes trabalhadoras foram sistematicamente desfavorecidas e ficaram à margem, proporcionalmente, das vantagens e benefícios do desenvolvimento, tendo sido estes conseguidos fundamentalmente à custa dessas classes.” (ALMEIDA & BARRETO, 1976, p.269)

Segundo Fernando Gómez Aguilera, Saramago reitera em seus discursos “uma política e uma ética de compromisso com a realidade” (AGUILERA, 2010, p.342), consoante ao seu ideal prático, que se contrapõe ao utopismo idealista, responsável pelas concepções teóricas de esquerda e que obviamente se diluem nos discursos hipócritas. Potencializado por um tom reivindicativo e cáustico, Saramago critica cabalmente em “A derradeira oportunidade” a utopia como argumento ideológico, interpolada pela voz do ministro de Estado, que dissimula as verdadeiras condições de Portugal enquanto nação. O ministro tenta escamotear o período sombrio pela qual o país passa, utilizando seu discurso retórico para distorcer dados e informações. O desmascaramento do discurso do ministro realizado pelo cronista afirma a improbabilidade de se fugir ao que está colocando diante dos olhos do português:

O discurso que o ministro de Estado pronunciou na sessão de encerramento da Comissão de Planeamento Regional de Centro apresenta o duplo e contraditório aspecto de extrair de um presente reconhecimento sombrio as mais luminosas esperanças de futuro. Porém, e não obstante o decidido entusiasmo de algumas informações (porventura assentes em dados rigorosos ou de fundamentada previsão), é impossível fugir à vertigem diante das tarefas que nos esperam e, sobretudo, diante do que se nos afigura grave escassez de meios técnicos, financeiros e humanos para as enfrentar (SARAMAGO, 1998, p.56-57).

Portugal parece incapaz de manter os passos no mesmo ritmo que os demais países europeus, que exigem da pequena nação lusa uma meta de crescimento nada fácil de ser alcançada, dada sua condição de país periférico:

Ao país põe-se como condição, “para alcançar o grosso do pelotão europeu, no que respeita a certos índices de crescimento económico, cerca do fim do século”, sermos “capazes de atingir e manter no futuro uma taxa de crescimento da ordem dos 7,5 por cento”. Ora, esta taxa, conforme foi também afirmado, é sensivelmente superior à da última década”, o que basta para mostrar, sem margem para dúvidas, a que ponto será difícil satisfazer a condição posta. (SARAMAGO, 1998, p.57)

A crônica além de problematizar a questão emigratória, também questiona o discurso do ministro de Estado, por escamotear as deficiências do país em favor de um ufanismo duvidoso:

Acredita o ministro de Estado não haver motivos de desencorajamento e aponta as razões da sua crença: posição geográfica, disciplina de um povo que sabe esforçar-se até o sacrifício, abundância de capitais próprios e rara facilidade de obter capitais alheios...Não falando já da discutida questão da situação geográfica, até há pouco tida como responsável dos nossos atrasos, importa analisar rapidamente o valor e o significado das outras razões. (SARAMAGO, 1998, p.57).

Enquanto as declarações do ministro de Estado parecem fundamentar-se no empirismo, modulado por suposições, Saramago pondera revelando dados precisos acerca da população que se vê obrigada, em contrapartida, a emigrar para outras nações. Há, portanto, um escritor-leitor, que rebate e rejeita cabalmente as observações do ministro, dissociadas de dados e porcentagens precisos, tolhendo o “otimismo” e a dissimulação governamental. Contrariamente a outras nações que prosperaram diante de adversidades socioeconômicas, Portugal não dispõe, entretanto, de capital humano para legitimar o projeto orquestrado pelo governo, dado o grande fluxo de pessoas que deixam o país. O aforismo “Portugal é pouco mais do que o lugar onde se nasce, vive (mal) e morre” resume pragmaticamente a situação da nação lusa na década de 70: baixos salários, uma agricultura precária, o surto inflacionista, uma economia dependente do capital estrangeiro, e uma política cujo chefe de estado forja informações e dados, a partir da manipulação dos valores e das crenças de todo um povo:

[...] como se pode mobilizar, para as grandes tarefas colectivas, um povo que tem vindo a emigrar em massa, a “debandar”, conforme a expressão do próprio ministro? Nos últimos dez anos a população da Guarda diminuiu 22 por cento, a de Castelo Branco 19 por cento, a de Viseu 14 por cento, a de Coimbra 9 por cento – eis uma parte inquietante do panorama nacional: em nome de quê podem ser mobilizados os que ficaram? De esperanças para o fim do século? A verdade dolorosa, a cujo reconhecimento se quer fugir, é que, para a esmagadora maioria da população, Portugal é pouco mais do que o lugar onde se nasce, vive (mal) e morre. A única saída que resta é a emigração. (SARAMAGO, 1998, p.58)

Ao mesmo tempo em que os recursos concorrem para a melhoria social e econômica de um país depauperado, onde impera uma elite parasitária em perfeita simbiose com as forças governamentais, também é lícito afirmar, como sugere Saramago, que tais capitais destinados ao país, juntamente com o investimento estrangeiro, nem sempre refletem os interesses da população, o que demonstra a política contraditória do Estado Novo.

Quanto aos capitais, são abundantes os próprios, mas nem sempre interessados no que ao País mais interessa. E quanto aos capitais alheios, algumas dúvidas poderiam formular-se sobre a pureza das suas intenções quando prontamente e facilmente derramam nesta internacional corrente de dinheiro que sulca o mundo à procura de dinheiro. Não o temos aqui em abundância, mas o lugar parece fértil. Falta saber quem verdadeiramente virá a colher os frutos da árvore portuguesa... (SARAMAGO, 1998, p.58).

Vocacionado pelos pressupostos iberistas, o excerto antes transcrito traz uma crítica tenaz às nações capitalistas, que, assim como a classe dominante portuguesa, também assumem uma perspectiva egocêntrica, que se fundamenta na exploração e manipulação dos países subalternos, como Portugal e Espanha. Se a nação portuguesa se confirma como um país fecundo, aberto ao capital estrangeiro e às boas intenções provenientes do Estado, por outro, Saramago questiona nas linhas finais da crônica quem serão os verdadeiros beneficiados dessa política, remetendo ao povo português ou à elite lusa, ideologicamente antípoda à inclusão dos menos favorecidos. Fixa-se, portanto, um elemento de dúvida, mimetizado pela inclusão das reticências, recurso utilizado também em outras crônicas.

Marcada pelo mesmo viés pessimista e crítico da crônica anterior, “O português tal qual se vende” denuncia a condição do emigrante português que se afigura como um indivíduo duplamente desenraizado por deixar sua terra natal, dada a política econômica e social portuguesa, e por ver-se obrigado a aprender uma língua estrangeira, “quando muitos deles mal conheciam a sua própria” (SARAMAGO, 1998, p.165). Saramago faz, neste sentido, uma reflexão sobre um indivíduo que, fora de sua pátria, sofre gradativamente a perda de sua identidade para ser absorvido por um ambiente muitas vezes hostil e distinto daquele ao qual está habituado a viver. Situação extremamente deplorável e imoral para a compreensão de um escritor que defendia uma identidade ibérica, comprometido com a língua, com a História, o presente e o futuro de seu país. (cf. AGUILERA, 2010, p.96). Em uma entrevista concedida a Ramón F. Reboiras, para a revista espanhola *Cambio*, em 1995, Saramago questionou o gosto do emigrante português por formas arquitetônicas estrangeiras, que destoariam do modo de vida difícil do camponês luso, denotando a perda da cultura portuguesa em favor de um modelo restrito a países desenvolvidos:

Não pretendo que em Portugal continuem fazendo casas de pedra, porque custam caro, mas também não é permissível que os emigrantes, que não tem culpa de nada, continuem construindo casas baseadas nos castelos do Loire, modelos que não estão ligados à vida difícil que tinham, e sim ao desenvolvimento de países como a França, a Suíça ou a Bélgica... Há uma perda do gosto natural, uma invasão de

formas que não têm nada a ver com o ambiente¹⁴. (SARAMAGO, 1995 apud AGUILERA, 2010, p.101).

Além de problematizar o desenraizamento do cidadão português, Saramago o torna uma figura paradigmática, da qual se vale para denunciar a magnitude do drama de Portugal como nação marginalizada e precária no contexto europeu. Assim, o escritor também questiona a que lugar pertencem Portugal e seu povo quando os considera desenraizados de sua terra natal e sem enraizamento na terra adotiva. A difícil situação dos emigrados portugueses, na visão do cronista, é metonímica da instabilidade de Portugal, já que, assim como os portugueses emigrados não são bem-vindos na França, o país dos Lusíadas não é bem visto na Europa:

Quando ainda as entidades oficiais não estavam no caminho daquelas centenas de milhares de portugueses que haviam emigrado para a França, apontámos neste mesmo lugar o abandono de que aqueles portugueses se tornavam vítimas no tocante à sua própria língua natal. Obrigados pelas circunstâncias à aprendizagem forçada e precária de uma língua estrangeira, quando muitos deles mal conheciam a sua própria, os nossos emigrantes iam tornar-se seres duplamente desenraizados, inseguros no seu instável lugar no mundo... (SARAMAGO, 1998, p.165).

Embora a França tenha aberto suas fronteiras para o trabalhador estrangeiro, devido à carência de mão de obra, que se instaurou no país após o término da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), como destaca W.M. Spellman (2008), a emigração constitui-se como um fenômeno caro ao emigrante português, como afirma Saramago. Se, por um lado, emigrar representa o rompimento com pobreza tanto econômica quanto intelectual, por outro, ela também amalgama em seu cerne, como relata o escritor, inúmeros percalços de ordem cultural, como o preconceito contra a população emigrante portuguesa, dada sua condição de trabalhador iletrado e pouco qualificado, estigmatizado, muitas vezes, como indolente, que vive à custa do governo. Apesar de Saramago ser reconhecido pela sua vocação ibérica, em contraposição aos ideais tecnocratas europeus, o escritor reconhece veementemente que Portugal é incapaz de dar uma vida digna aos seus concidadãos e que, mesmo que as vitórias possam custar caro ao emigrante, e o perigo iminente de a França rejeitá-los futuramente, a vida no país vizinho ainda apresenta melhores perspectivas que a pátria lusa. O escritor elucida suas reflexões:

¹⁴ José Saramago: Soy mucho más ibérico que antes”, *Cambio 16*, Madri, n.1229, 12 de junho de 1995 [Entrevista a Ramón F. Reboiras]. In: AGUILERA, Fernando Gómez (org). *As palavras de Saramago*: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

[...] Destas coisas falámos, sabendo muito bem que mais razões de instabilidade os estavam esperando (algumas hoje patentes), como o tradicional racismo gaulês, a modificação da conjuntura económica francesa que hoje requer o emigrante e amanhã talvez queira dispensá-lo. Digamos agora que uma nova dignidade de trabalho será a melhor arma do nosso emigrante para se firmar em terras onde as vitórias custam caro, mas onde a vida apresenta mais largo horizonte. (SARAMAGO, 1998, p.165).

A crônica política saramaguiana também se interpõe como o *locus* para o escritor atestar e legitimar seu projeto ibérico, fundamentando, em “um reduto defensivo diante da invasão informativa e econômica vinda do Norte da Europa e dos Estados Unidos” (AGUILERA, 2010, p.391). Além de evidenciar as preocupações com o camponês miserável, trágico por forças opostas aos seus interesses, a crônica política saramaguiana deixa transparecer a existência de duas Europas, uma tecnocrata e eurocêntrica e a outra periférica e submissa, da qual Portugal faz parte, submetendo-se aos desejos e imposições da alta cúpula dos países ricos ocidentais. Se, em 1986, dez anos depois da consecução dos textos de *Os Apontamentos*, Portugal tornara-se membro da União Europeia, com a promessa de equiparar-se, pelo menos parcialmente, aos seus vizinhos ricos e centrais, em um texto para o jornal francês *Libération*, Saramago deixava claro em um artigo sugestivamente intitulado “Meditação sobre uma jangada” suas reflexões sobre a Europa, que ainda compartilhava de um paradigma tecnocrata, segregador e narcisista:

A Europa deveria apresentar a juízo o balanço da sua gestão, se não pretende prolongar, com o requinte de processos que os modernos meios de comunicação de massa permitem, o seu pecado ou vício maior, que é a existência de duas Europas, a central e a periférica, mais o consequente lastro histórico de injustiças, discriminações e ressentimentos. Já não falo das guerras, das invasões, dos genocídios, das eliminações selectivas, falo sim da ofensa grosseira que é, além dessa espécie de deformação congénita denominada eurocentrismo, aquele outro comportamento aberrante que consiste em ser a Europa, por assim dizer, eurocêntrica em relação a si mesma. Para os estados europeus ricos e, segundo a opinião narcísica em que se comprazem, culturalmente superiores, o resto da Europa é algo vago e difuso, um pouco exótico, um pouco pitoresco, merecedor, quando muito, da atenção da antropologia e da arqueologia, mas onde, apesar de tudo, contando com as adequadas colaborações locais, ainda se podem fazer alguns bons negócios¹⁵. (SARAMAGO, 2016, p.102)

Defensor do pluralismo ibérico e cômico de uma cultura que se distinguiu dos demais modelos europeus, Saramago registrara em uma entrevista a Xavi Ayén, para a revista espanhola *Magazine* em 2006, suas incertezas acerca do futuro de Portugal, fadado a desvanecer, cultural, econômica e linguisticamente enquanto Estado.

¹⁵ "Meditação sobre uma Jangada" publicado originalmente no jornal francês *Libération* e publicado em português na edição n.55 (Dez.2016) da revista digital *Blimunda*. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/blimunda-55-dezembro-2016/>. Acesso em: 18 maio 2019.

Nessa perspectiva, é visível o desejo de Saramago de manter a língua portuguesa viva, mesmo durante a expatriação. Fernando Aguilera faz referência a esta questão ao afirmar que “Saramago sabia muito bem que a doutrina iberista transcende a dimensão estritamente política, atingindo razões de ordem cultural e linguística.” (AGUILERA, 2010, p.391). O alto sentido que tem da língua como componente fundamental da cidadania o levou a ver com bons olhos os projetos de cultivo da língua pátria no exterior, porém manteve-se cético quanto à possibilidade de execução daqueles projetos:

Voltando, porém, à primeira questão, isso de saber, aprender ou não esquecer a língua natal, alguns e não insignificantes projectos se traçaram depois e se puseram em obra. Contra os hábitos nacionais, não se perdeu muito tempo, embora seja de duvidar que seja possível pôr de pé, lá fora, estruturas de ensino. Mas isto é outra história que só por tabela vem ao acaso, a lembrar-nos que não devemos esperar resultados à altura dos optimismos de praxe... (SARAMAGO, 1998, p.165).

Por outro viés, também se deve ressaltar que o domínio da língua portuguesa, mais do que edificar e legitimar a cultura ibérica *per se*, também representa, segundo Victor Pereira, a aproximação dos filhos de migrantes em relação à pátria lusa e a seus motes ideológicos, que aos olhos da elite representam o apego patriótico e a possibilidade de o emigrante retornar a Portugal futuramente, beneficiando a elite, que se beneficia da mão de obra barata, pautada em salários extremamente baixos quando comparados às demais nações europeias:

[...] O português deve ser, portanto, ensinado a fim de reforçar os laços entre os emigrados e o Estado português. Nesta “primeira era” da emigração portuguesa em França, essa ação não se inscreve tanto numa lógica de expansão da língua portuguesa no estrangeiro, mas na lógica da manutenção. Trata-se de favorecer o regresso dos migrantes. Para que tal regresso possa realmente ser encarado é necessário que as crianças, nascidas de progenitor ou de progenitores portugueses, possam dominar a língua dos seus pais. Caso o contrário, os migrantes sujeitam-se a não voltar a Portugal porque a integração dos filhos, na escola ou no mercado de emprego se revelaria bem difícil e representaria demasiadas desvantagens. Esses elementos ocupam um lugar preponderante na estratégia dos migrantes que partem para assegurar aos filhos a possibilidade de ascensão social. Em suma a ausência de qualquer ensino da língua portuguesa tende a fixar os migrantes em França e a afastá-los sentimental e financeiramente. (PEREIRA, 2014, p. 345-346).

Se a crônica “O português tal qual se vende” extrapola os limites da experiência migratória, reacendendo o embate entre europeus e portugueses/ibéricos, fruto, segundo Burghard Baltrusch (2016), do ressentimento coletivo luso ou mesmo pessoal do escritor, a crônica em questão também faz uma crítica à inexistência de uma efetiva política portuguesa de cultura a partir de seus motivos fundamentais, tais como os livros, os jornais e as revistas,

que, promovidos em língua portuguesa dentro da sociedade francesa, beneficiariam a população lusa:

[...] E muito gostaríamos de alinhar, sem qualquer reserva, nas suas esperanças de prosperidade para o ensino e a prática da língua portuguesa em França (quer por parte dos portugueses que daqui foram quer por parte dos franceses que descobrem ser portuguesa a segunda língua mais falada ali), se não fosse estar-se metendo pelos olhos dentro uma sobra negra que perturba a harmonia de tão mavioso quadro. Referimo-nos à presença daqueles meios materiais de cultura que são o jornal, a revista, o livro, a letra impressa, enfim. Referimo-nos à ausência de tudo isso (SARAMAGO, 1998, p.166).

A temática do desenraizamento e a consequente perda da identidade são reafirmadas nas próximas reflexões de Saramago, para remeter a um país depauperado econômica e culturalmente, valendo-se de uma tríade de adjetivos (“melancólico, cinzento e atrasado”), que desqualificam a edição e a distribuição dos jornais portugueses no exterior, as quais ficariam em desvantagem frente à mídia impressa francesa aos olhos dos emigrados:

Quem quer que ande por Paris (o português de economia média já vai a Paris com perfeita normalidade...) muito terá de palmilhar (a não ser que pertença ao grupo de iniciados que conhece as fontes) para ter a satisfação de folhear um livro, uma revista, um jornal escritos em português de Portugal. É para nós claro que o imigrado, logo que adregue de vencer a barreira da língua, se sentirá mais inclinado à leitura dos jornais franceses do que ao sacrifício de se lançar à busca problemática de um melancólico, cinzento e atrasado jornal português. (SARAMAGO, 1998, p.166).

É perceptível nas crônicas de *Os Apontamentos* que a França se configura como o centro de convergência preferencial dos trabalhadores portugueses. A escolha pelo país vizinho, entretanto, não pode ser dissociada de questões históricas e até mesmo estratégicas, visto que o fenômeno emigratório português se consuma invariavelmente de acordo com um paradigma socioeconômico arcaico adotado pelo governo português, que se acentua durante a política do Estado Novo.

Se até início do século XX o Brasil efetivara-se como polo emigratório português, atraindo milhares de patrícios ao maior país da América Latina, a partir dos anos 50, a França firmar-se-á como o principal polo de atração de imigrantes portugueses. Para Nuno Rocha (1965), escritor e jornalista português que acompanhou o drama da emigração portuguesa em meados dos anos 60, a França convertera-se no “Eldorado francês” para o povo lusitano por inúmeras razões. Em primeiro lugar, a baixa cotação do cruzeiro não dava à população emigrante garantias de uma vida melhor no Brasil, e muito menos estimulava o trabalhador a deixar seu país para arriscar-se em um país com uma economia incerta. Segundo Rocha, as partidas para o Brasil restringiam-se àqueles que possuíam família há muito tempo

estabelecida e com um quadro econômico perfeitamente estável. Além disso, a distância entre Portugal e Brasil era maior do que a distância entre Portugal e o seu vizinho europeu; as longas viagens de barco e os onerosos deslocamentos de avião constituíam fatores inibidores para aqueles que desejavam constituir uma nova vida fora do território luso. O jornalista português também esclarece que:

[...] a emigração para a França oferece a vantagem de uma viagem rápida e pouco dispendiosa; assegura a estabilidade no trabalho e remuneração compensadora; as autoridades francesas permitem a transferência legal dos rendimentos (30 por cento dos salários mensais para os solteiros e 60 por cento para os casados ou tendo filhos a seu cargo); o trabalhador pode, dada a proximidade do país, visitar a família pelo menos uma vez por ano ou fazer-se também por ela visitado; assim, mantêm-se mais firmes as suas relações com a mãe-Pátria. (ROCHA, 1965, p.97-98).

O mesmo tom que percorre as demais crônicas de temática emigratória, persistente nas demais crônicas analisadas, Saramago reafirma em “Todos precisos outra vez” a condição de Portugal como nação limitada e deficiente, controlada por uma elite interessada em beneficiar-se de uma mão de obra barata e abundante e dos acordos firmados com o governo. Denuncia no texto que a situação funcional da nação se tornara tão insuportável econômica e socialmente, que o trabalhador, desconfortável no próprio país, decide deixá-lo:

O menos que se pode dizer dos portugueses que emigraram é que não se sentiam bem na sua terra; o mais que deve admitir-se, é que a vida nela se lhes tornara insuportável, e a palavra só pode parecer excessiva a quem nada saiba ou não tenha querido saber das condições de existência desse milhão de compatriotas nossos que, legalmente ou ilegalmente, atravessaram a fronteira. (SARAMAGO, 1998, p.171)

Politicamente engajado, o escritor explicita em seu discurso uma nação que se torna incapaz de estabelecer vínculos com a classe trabalhadora, sistematicamente segredada das vantagens e dos benefícios do desenvolvimento. Muito pelo contrário, dá-lhes as costas quando esses trabalhadores precisam de trabalho, conforto e salários dignos para viver decentemente:

Censurá-los pelo que fizeram, seria absurdo: o patriotismo é muito mais fácil quando o ventre está satisfeito, e se a pátria (esta ou qualquer outra) tardiamente se lembra ou lhe convém apelar para o emigrante, este tem o direito de perguntar-lhe: “Que fizeste tu por mim, quando eu de ti precisava e para ti trabalhava?” A resposta, no que a nós toca só poderia ser uma: “Nada”. (SARAMAGO, 1998, p.171)

Se, por um lado, a emigração, além de representar a possibilidade de uma nova vida, confere ao país um grande número de divisas, graças ao emigrante que envia capital a sua terra de origem, como pontua Victor Pereira (2014), não se pode dissociar a emigração de

privações até mesmo em sociedades capitalistas altamente desenvolvidas, a exemplo da França. Segundo Saramago, o emigrado não está imune às adversidades das economias capitalistas, como a França. Para o escritor, emigrar pressupõe, muitas vezes, submeter-se aos baixos salários e as condições desumanas de habitação:

Os portugueses sofrem com a separação da Pátria e, longe da sua terra natal, enfrentam problemas difíceis relacionados não só com a falta de habitação condigna como também com as diferenças salariais impostas por empresários gananciosos que, embora lhes aproveitem as qualidades de trabalho, esquecem a condição humana desses trabalhadores, não obstante os vários acordos e tentativas de melhoria que Portugal tem obtido junto dos países que absorvem a nossa mão-de-obra. (SARAMAGO, 1998, p.172).

Uma das características principais da escrita saramaguiana nas crônicas é justamente dar voz a figuras políticas para depois contrapor-se ao seu discurso e desmontá-lo para revelar o que há sob os discursos políticos do Estado. Desse modo, revela ao leitor as verdadeiras intenções da idiosincrasia marcelista, que mascara a realidade ou mesmo adultera os dados factuais do quadro socioeconômico português:

Dizem-nos que agora que “a Nação precisa de todos para realizar a grandiosa obra iniciada”, fórmula que nada acrescenta àquela outra que sentenciava que “todos não somos de mais para continuar Portugal”, e fazem-se iluminadas observações como esta: “Os emigrantes sofrem com a separação da Pátria [...] longe de sua terra natal enfrentam problemas difíceis relacionados não só com a falta de habitação condigna como também as diferenças salariais [...] Empresários gananciosos esquecem a condição humana desses trabalhadores, não obstante os vários acordos e tentativas de melhoria que Portugal tem obtido junto dos países que absorvem a nossa mão de obra.” Formalmente, apesar da imprecisão do que seja obter tentativas de melhoria, nada há a objetar contra a flagrância da imagem que assim retrata o quotidiano do português emigrado: a frase tem seu efeito, é oratória quanto baste, e ainda por cima diz claras verdades... (SARAMAGO, 1998, p.171-172).

O trecho antes transcrito remete ao trecho de uma propaganda marcelista para o regresso dos emigrados. Saramago recorta frases, que, a rigor, remetem verdadeiramente às dificuldades da vida dos portugueses nos países para os quais emigraram. Todavia, coloca em xeque a existência de uma política de relações externas em prol dos emigrados por parte do governo português. A ironia de Saramago ao endossar as palavras governamentais se evidencia quando se vale dos mesmos argumentos, com exceção da inexistente política externa, para justificar a partida dos portugueses para outros países: as péssimas condições de vida e trabalho em Portugal.

As revelações alarmantes de Saramago dialogam, neste sentido, com as denúncias dos jornais franceses da década de 60, particularmente o *Le Figaro* e *Express* que revelam as

péssimas condições habitacionais dos portugueses na França, como afirma o jornalista Nuno Rocha, o que confere à crônica política de Saramago uma força de denúncia:

As barracas encostam-se umas às outras, as mesmas barracas trágicas do nosso Casal Ventoso, da Curraleira. Blocos de cimento, portas e tabiques extraídos de demolições, tábuas desirmanadas formando alpendres, “a casa” constituída por uma camioneta sem rodas e sem flanco; o que resta de um atrelado é vivenda de luxo... Por vezes, num buraco, tapado com vidro grita uma sardineira a oferecer pescado... [...]

O *Figaro* publicava fotos impressionantes de Champigny: o lodo escorrendo à porta das barracas, os portugueses dormindo em esteiras... Pedia a intervenção das autoridades, os franceses das imediações ouviam apavorados o zumbir agressivo dos mosquitos que chegavam em bandos, enraivecidos com o calor – o mesmo calor que levantava cheiros pestilentos e os espargia por muitas léguas em redor. [...] Havia montes de lixo por todo lado. Aubervilliers era a cidade leprosa, com o calor das casas velhas habitadas por gente pobre e roídas pelos ratos – o bairro da lata ficava-lhe na ilharga, o canal corria perto e levava a imundícies mais prontamente do que o carro da Câmara que só vinha de 15 em 15 dias. O pior ainda era Nanterre. Ali não havia o vento que soprava no planalto dantesco de Champigny, nem a frescura do canal que passava em Aubervilliers. (ROCHA, 1965, p.160-161)

As revelações tanto de Rocha como de Saramago explicitam, dessa forma, que embora a França gozasse de alto grau de desenvolvimento econômico, despontando como um Estado plenamente rico, ainda escondia muitas mazelas, perceptíveis nas condições em que viviam os moradores da periferia parisiense. Por exemplo, em Champigny-sur-Mane, referida por Rocha e situada a 12,5 km a leste de Paris, erguia-se, nos anos 1960, a maior favela da França, onde quinze mil pessoas, na maioria portugueses, residiam em barracas.

Em uma crônica de 21 de dezembro de 1973, intitulado “Voltar é fácil, mas ficar?”, Saramago retoma a temática emigratória. O título da crônica já contém forte carga expressiva, que prevê o retorno de milhares de portugueses a sua terra de origem. Se esse retorno se apresenta como uma ação simples, também tem suas claras dificuldades quanto às garantias de um futuro melhor, semelhante àquele alcançado nos países de destino dos portugueses. A indústria incipiente, a pobreza do campesinato e a falta de liberdade sob Marcello Caetano são fatores negativos para o restabelecimento dos emigrantes em Portugal:

O cronista inicia a crônica com um preâmbulo, que remete a uma conferência de Imprensa promovida pelo Ministério da Economia para discutir questões concernentes à falta de alimentos e à construção de uma usina nuclear:

Entre o próximo e o distante de que se falou na última conferência de Imprensa do Ministério da Economia, entre o abastecimento de gêneros alimentícios que faltam hoje e a primeira central nuclear prometida para a década de 80, um outro ponto, que diríamos intermédio, foi afluído: a eventualidade do regresso de dezenas de milhares de emigrantes, acossados pela redução da atividade industrial da industrial Europa. (SARAMAGO, 1998, p. 186-187).

No par de referências temporais "próximo e distante", "próximo" remete a ações de curto prazo previstas na conferência de Imprensa do Ministério da Economia, que Saramago ilustra com o abastecimento de alimentos, então precário, e "distante" é ilustrado pela criação da usina nuclear. Entre os polos da ação imediata (sobrevivência digna) e da ação futura (energia nuclear), Saramago interpõe um ponto médio, de menos destaque na conferência de imprensa, o do retorno dos emigrados, que agrava ainda mais a necessidade de focar a atenção econômica nos problemas sociais mais imediatos.

É preciso lembrar que, como Portugal encontrava-se ainda sob o Estado Novo, as informações que chegavam à população eram obviamente mascaradas pela Imprensa aliada de Caetano. Assim como Salazar, Marcello Caetano propunha o uso da censura como forma de coibir os movimentos das classes populares. Neste sentido, “o regime contava com as elites locais e a polícia política para a manutenção da ordem social” (MARTINHO, 2011, p.16), coibindo qualquer tipo de movimento que ousasse desestabilizar o regime. O formato organicista do regime visava à promoção de Portugal tanto em território nacional como em terras estrangeiras, como um país politicamente aberto e fortalecido. A crônica “Voltar é fácil, mas ficar?” estabelece essa relação com o fenômeno migratório português e essas dissimulações, ou seja, a imprensa, particularmente aquela articulada pelo mecanismo estatal, é orientada a fornecer à população inverdades, deixando transparecer que Portugal é, na verdade, um país distinto daquela nação política e economicamente atrasada.

Desse modo, Saramago enfatiza a "lição de casa" montada pelo discurso político para atender aos propósitos da agenda governamental. O conhecimento prévio das perguntas resulta na artificialidade da discussão, por facultar aos políticos respostas convenientes ("já vêm frias do forno", feliz metáfora para remeter à perda de qualidade das respostas previsíveis do Ministério da Economia). Saramago afirma que as coletivas de imprensa são apenas um cenário de perguntas e respostas, porque inexistente o diálogo sem ensaio prévio nas coletivas governamentais para a imprensa. Nessas coletivas, não há lugar para posições mais pessoais e verdadeiramente esclarecedoras:

Em conferências de Imprensa como esta nenhuma pergunta fica sem resposta, precisamente porque os interrogados nunca são apanhados desprevenidos: as

perguntas são previamente remetidas, estudadas e meditadas, e as respostas, por assim dizer, já vêm frias do forno... Perde-se uma desejada espontaneidade, perde-se a tentação do risco que representa o diálogo directo e verbal, e não sabemos se se ganha clareza. (SARAMAGO, 1998, p.187)

Saramago faz uma dura crítica às autoridades, que não previram, ou mais adequadamente, viraram as costas aos emigrantes portugueses. O discurso de autoridade é questionado pelo uso da frase predicativa "é evidente", à qual se vincula a subordinada subjetiva "que se prepararão [...] as medidas necessárias à reabsorção da força de trabalho que eventualmente regresse ao país". A resposta governamental dada na coletiva de imprensa carece de fundamentação para sua "evidência", pois apenas remete ao futuro (locução adverbial de tempo: "quando necessário"). Saramago contrapõe a aparente clareza de propósitos afirmada na frase à inexistência efetiva de medidas de reabsorção dos emigrados, o que fica claro na sugestiva referência àqueles que, por "instinto de defesa", não retornam a Portugal nem mesmo para as férias. O otimismo governamental, porque carente de ações efetivas, não convence os que partiram em busca de trabalho (alguns vêm apenas em férias, outros nem para isso).

O contrário se diria quando se ouve dizer que “é evidente que, pelos serviços competentes, se prepararão, quando necessário, as medidas necessárias à reabsorção da força de trabalho que eventualmente regresse ao País pelas razões apontadas”. Nada parece mais claro. E contudo custa admitir que a uma declaração feita nestes termos, mesmo adiantando logo o que lhe é evidência, custa admitir, repetimos, que a tomem por bastante os inquietos imigrados portugueses que aí vêm a férias ou que se deixam ficar nos seus lugares de trabalho, obedecendo, talvez, a um instinto de defesa. (SARAMAGO, 187, p.187).

A intenção é, portanto, mostrar que o governo não avalia adequadamente a conjuntura internacional e, para mascarar a realidade, remete ao sensacionalismo da imprensa. Essa crítica permanece atualíssima: políticas governamentais que negam os fatos e acreditam em sua própria e conveniente versão. Não foi diferente no Portugal dos anos 70, cuja ortodoxia salazarista/marcelista pautava-se, como já vimos em outras crônicas, no escamoteamento dos fatos, levando a população a acreditar no mito de uma nação forte e democrática:

Sem dúvida teria sido mais fácil que se aproveitasse a circunstância para uma explicação franca ao País sobre os planos que realmente traçaram os “serviços competentes”, não agora que estamos diante do problema, mas há um ano, há dois anos, quando os primeiros sinais de uma recessão econômica puseram em risco laboral os trabalhadores imigrados. Porque estava em causa mais de um décimo da população portuguesa, gente demasiada para poder ser esquecida, impossível mesmo

de esquecer, ao menos pelo afluxo¹⁶ de dinheiro que fez correr para o País, providencialmente... (SARAMAGO, 1998, p.187)

Em tom cáustico, Saramago finaliza a crônica, sinalizando para uma espécie de aforismo que remete à ineficácia e negligência da política marcelista em estancar o fluxo migratório português e garantir, dessa forma, que os portugueses fiquem em seu país:

E que as almas egoístas não venham dizer-nos que culpados são os emigrantes se vierem a padecer dificuldades por os expulsar a Europa da sua desfalecente prosperidade: seria demonstração de mau gosto (pelo menos) culpar quem emigrou das razões por que emigrou... (SARAMAGO, 1998, p.188)

De fato, Saramago, iberista convicto e declaradamente contrário aos pressupostos das nações europeias, via o movimento migratório com pessimismo e cautela, ainda que ele tenha gerado um grande número de divisas para o país. Para o escritor, a saída da pátria portuguesa, embora representasse o rompimento com aquele estigma do homem tacanho e inerte, também implicaria a perda de sua identidade, e a rejeição futura de seus laços com Portugal.

¹⁶ Segundo Victor Pereira, em 1973, coincidentemente o ano em que as crônicas políticas da primeira parte de *Os Apontamentos* são escritas, as remessas financeiras feitas pelos emigrantes nos países estrangeiros constituíam 9% do PIB de Portugal, equivalendo a 58% das exportações, o que convertia a emigração como um “mal necessário”. Carlos Almeida e António Barreto afirmam que as remessas provenientes da emigração atingiram valores elevados entre 1967 e 1968, totalizando mais de 14 milhões de escudos ao longo desses dois anos. Entre 1956 e 1962, destacam os dois historiadores, as remessas responderam pela principal fonte de divisas externas e foram um dos alicerces da estabilidade financeira portuguesa. Neste sentido, Victor Pereira destaca que a riqueza trazida pelo emigrante português consegue, ainda que parcialmente, cobrir os déficits orçamentários do país; entretanto, segundo o historiador, o saldo negativo orçamentário continua a crescer desde a década de 60, em função da compra de armamento bélico utilizado nas guerras coloniais, “à compra de equipamentos indispensáveis para a industrialização e modernização do aparelho produtivo assim como à compra de bens de consumo (produtos agrícolas) e manufaturados) feita pelos portugueses recém-entrados na sociedade de consumo”. (PEREIRA, 2014, p.70). Pereira ainda ressalta que a emigração provocou o aumento dos salários em Portugal, gerando novas práticas de consumo, condicionadas por aqueles emigrantes de férias na nação lusa, que se tornaram consumidores em potencial de novos gêneros.

CAPÍTULO III
SARAMAGO E REVOLUÇÃO

3.1. Um homem, um sonho

Grândola, vila morena¹⁷

Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade.

Dentro de ti, ó cidade
O povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena

Em cada esquina um amigo
Em cada rosto igualdade
Grândola, vila morena
Terra da fraternidade

Terra da fraternidade
Grândola, vila morena
Em cada rosto igualdade
O povo é quem mais ordena

À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade
Jurei ter por companheira
Grândola a tua vontade

Grândola a tua vontade
Jurei ter por companheira
À sombra duma azinheira
Que já não sabia a idade

Zeca Afonso

No dia 25 de abril de 1974, um golpe de Estado liderado pelo Movimento de Capitães, posteriormente renomeado Movimento das Forças Armadas (MFA), pôs fim a quase meio século de um regime que representou a mais longa ditadura de toda a Europa Ocidental, dando a Portugal a liberdade há tanto tempo almejada e abrindo caminho para o restabelecimento da democracia.

¹⁷ *Grândola, vila morena* é uma composição de José Manuel Cerqueira Afonso dos Santos (1929-1987). A música teria sido escolhida, segundo Lincoln Secco, por seu discurso político, já que Grândola faz referência a uma pequena cidade alentejana, de terras adustas e escassas pessoas. Segundo Secco, “o MFA havia feito uma sondagem informal, junto às forças armadas, sobre o apoio a um golpe militar: 50% eram favoráveis ao MFA; 15% participaram da ação golpista e 10% eram hostis. A ação militar que fez desabar 48 anos de regime fascista começou às 23h do dia 24. Os emissores associados emitiram a senha combinada e o locutor João Diniz anunciou a música “E depois do adeus”, cantada por Paulo Carvalho. O pessoal do 10º Grupo de comandos, reunido junto ao parque Eduardo VII, em Lisboa, já estava preparado para tomar de assalto a RCP. Às 00h30, a Rádio Renascença tocou a música de Zeca Afonso “Grândola, Vila Morena.” (SECCO, 2005, p.37)

O prolongamento das guerras coloniais por mais de uma década, a impossibilidade de Marcelo Caetano em solucionar o quadro instável da guerra e a inevitável derrota desencadearam a crise nas Forças Armadas, de acordo com Raquel Varela (2012), dando início ao movimento revolucionário, que deporia o seu então Representante de Estado, Marcello Caetano, restabelecendo direitos por muito tempo perdidos durante a perversa ditadura salazarista/marcelista. Em um país social e culturalmente estagnado, o 25 de Abril representou, em suma, o caminho que levaria Portugal a sair da crise econômica e política para assumir o posto de nação democrática, sob uma roupagem socialista. Nas palavras de Varela:

A revolução é determinada pela combinação da luta anticolonial com a irrupção das lutas na metrópole e vice-versa, a situação na metrópole reforça a legitimidade dos movimentos de libertação nas colónias e precipita a independência destas num curto espaço de tempo (em 19 meses todas as ex-colónias se tornam independentes). (VARELA, 2012, p.404).

Em meio a esse efervescente quadro político, Saramago, agora atuando como jornalista no *Diário de Notícias*, escreverá um extenso número de crônicas dedicado a esse capítulo da história portuguesa, cujas narrativas descrevem os seus anseios, indagações, e o desejo de levar Portugal ao projeto socialista, indissociável de sua dicção humanística, que busca, entre outras coisas, a igualdade entre os cidadãos.

Diferentemente do primeiro grupo de crônicas reunidos em *As opiniões que o DL teve*, cujos editoriais apontam para uma vertente multifacetada de temas, que congregam textos de economia, cultura, sociedade e política, remetendo a uma nação estagnada, cerceada pela repressão marcelista, e caracterizada pelo abandono da agricultura, da educação, e da cultura, além de impor uma realidade que não condizia com a situação real do país, a segunda parte faz um recorte do período histórico de Portugal pós-Revolução dos Cravos, revelando um escritor que conclama o povo português a lutar pela continuidade da Revolução e pelo estabelecimento da democracia, ameaçada pelos opositores do regime, que se camuflam nas vozes de políticos, autoridades, partidos e das potências europeias, sequiosas pelo desmantelamento do ideário comunista. Se na primeira parte da obra Saramago constrói a figura do português, condicionada por um tom pessimista, em que prevalecem, em linhas gerais, a letargia e o alheamento, em *Os Apontamentos*, o escritor português esclarece que “Os portugueses de agora, que em liberdade se manifestaram no ano passado e em liberdade se manifestam hoje, têm a consciência da responsabilidade que assenta sobre todos e cada um.”

(SARAMAGO, 1998, p.247)¹⁸. É por isso que justifica tacitamente a união Povo-MFA, que resultaria na construção efetiva de um projeto socialista, ameaçado pelos detratores – nas crônicas, o escritor português faz uso da linguagem bélica ao estilo de Lenin, como pontua Pedro Correia (2005), evocando em várias crônicas os vocábulos “inimigos” e “traição” que remetem tanto a figuras políticas, como Mário Soares, como àqueles países que repudiavam os ideais socialistas dentro da Europa.

José Saramago tornou-se membro do Partido Comunista Português (PCP) em 1969, apesar de ter se tornado um adepto dos ideais comunistas muito antes disso. Mesmo depois de ter rompido com o partido, no início da década de 80, o escritor mostrou-se fiel aos princípios ideológicos do comunismo até a sua morte em 2010, mesmo que tivesse que passar “por cima das idas e vindas sofridas pelo marxismo no século XX.” (AGUILERA, 2010, p.356).

Segundo Fernando Gómez Aguilera, a cooperação com o PCP como escritor militante ocorreu ao longo de toda a década de 70, coincidindo, portanto, com importantes acontecimentos da história portuguesa, como a Revolução dos Cravos, que reacendeu a chama de uma democracia por muito tempo esquecida. Além de intervenções de cunho ideológico no Congresso do partido, José Saramago proclamava dentro da organização uma literatura autônoma, centrada na revelação e desmantelamento das vicissitudes e injustiças cometidas pela máquina governamental. Reflexivo, crítico e provocador, não tardou para que Saramago se indispusesse com os demais membros do PCP, provocando logo em seguida a sua saída do partido:

A defesa de sua independência de pensamento e de sua lógica autônoma provocou, vez ou outra, divergências com a direção do partido, gerando sempre uma posição própria, respeitosa e discreta, mas coerente com as tensões características de seu temperamento intelectual. Daí sua insistência em se reivindicar de uma mentalidade socialista – identificava o socialismo como um estado de espírito -, bem como as críticas abertas que fazia sobre as práticas desenvolvidas pelos regimes do socialismo real. (AGUILERA, 2010, p.357).

Se o autor de *A Jangada de Pedra* via o comunismo como via de libertação da socialdemocracia e acesso à melhoria da qualidade de vida, dos salários e da liberdade, por outro, o escritor criticou severamente as práticas defendidas pelos regimes do socialismo real. Embora se manifestasse contrário às atrocidades de Joseph Stalin, o escritor nutria uma profunda afeição por Cuba, único país a desafiar a hegemonia norte-americana dentro do

¹⁸ Trecho extraído de uma crônica da segunda parte de *Os Apontamentos*, publicado no dia 1 de maio de 1975, sob o título “Este segundo Primeiro de Maio.”

continente. Segundo o escritor, sem a adesão cidadã, sem o exercício das liberdades a emancipação deixaria de existir, abrindo caminho para o obscurantismo.

Dado o seu caráter heterodoxo, o tom humanístico que permeia sua obra e suas reflexões enquadra o escritor em um patamar comunista libertário, conciliando ironicamente, dois termos historicamente contrários, ao mesmo tempo em que “associava sua ideologia política a seu código genético intelectual.” (AGUILERA, 2010, p.357). Não poderia, portanto, se esperar uma atitude diferente de um escritor que lutou para revelar as inverdades de um mundo que sucumbia ao capitalismo desenfreado, à mercantilização e à subalternização dos pobres. Cômico das deficiências do matiz comunista, Saramago esclareceu que a ideologia comunista apresentava falhas e dissonâncias, necessitando ser repensada:

Consciente da desorientação e das incertezas que caracterizam a modernidade tardia em todos os aspectos, destacava-se a esclerose e a atonia de que padece o socialismo, sua falta de ideais, e criticava os partidos de esquerda pelo abandono das políticas e reivindicações que lhes são próprias, além de sua incapacidade de se repensar em termos de renovação contemporânea e de fazer frente à implantação do capitalismo global armados com novas ideias poderosas. (AGUILERA, 2010, p.357-358).

Apesar dos paradoxos que acercam o socialismo, que se fundamenta, invariavelmente, em formas de governo autoritárias e intransigentes, Saramago não esconde nas crônicas de *Os Apontamentos* seu desejo manifesto de que Portugal se torne um país socialista, mesmo que se indisponha com os vizinhos ricos europeus e os Estados Unidos.

Em uma crônica de 16 de abril de 1975, sugestivamente intitulado “Cuidemos do que é nosso”, o escritor português denuncia abertamente já no início da crônica as injustiças sofridas por Portugal ao longo de mais de quarenta anos de ditadura, por meio das reticências, traço estilístico que reitera as negligências e os roubos pela ambiciosa elite lusa desde tempos imemoriais. Condena e acusa sentenciosamente a elite lusa de se apropriar dos bens de um povo tão oprimido e marginalizado social e politicamente, além de tornar patente seu descontentamento com o então Chefe de Estado, Marcello Caetano. A crônica mostra um escritor otimista em relação ao processo revolucionário, cujos sinais de “energia profunda acumulada pelas massas populares neste exercício de vontade que dura não tarda um ano, e agora – dia 15 de Abril”. (SARAMAGO, 1998, p.198-199), potencializam os ânimos e o desejo de dar continuidade ao movimento pós-revolucionário, e estabelecer uma sociedade socialista. Saramago, nessas frases iniciais, ecoa entusiasmado um momento de grande e revolucionária esperança, porque estava convencido de que a conquista da liberdade pelo

Povo era líquida e certa e não um jogo de lotaria, em que se pode até apostar, mas há poucas chances de ganhar:

Uma, duas, três... Não a conta que Deus fez, mas as contas que o Povo faz. Perca as dúvidas quem ainda as tenha ou as use como lotaria para futuras desforras. O Povo português fez as contas aos latrocínios de que foi vítima durante tantos anos paciente, tirou a prova real aos roubos cometidos pelos grandes senhores da banca e da finança, pesou na balança as extorsões de gerações de latifundiários – e é porque todas estas contas se fazem, que o processo revolucionário avança e subitamente salta, sinal da energia profunda acumulada pelas massas populares neste exercício de vontade que dura não tarda um ano, e agora – dia 15 de Abril – culmina nas decisões do Conselho Superior da Revolução e de um Governo que, factos à vista, não merece o nome de provisório. (SARAMAGO, 1998, p.198-199).

Se, por um lado, Saramago revela-se panglossiano em relação ao movimento pós-Revolução dos Cravos, exaltando a força revolucionária, empreendida pelas massas, juntamente com o MFA, por outro, o escritor também mostra seus temores em relação a esse período, revelando um mal-estar com os acontecimentos que sucederam o movimento depois de 25 de Abril. Saramago pede ao leitor que fique atento às manobras da elite ambiciosa, outrora dona de Portugal, e que agora sucumbe diante da voz do povo, cômico de seus direitos. Essa mesma elite acuada, que se projetou sob a égide da maternal-democracia, prepara-se, segundo Saramago, para possíveis ataques ao cerne revolucionário.

Escrita um ano depois da eclosão da Revolução dos Cravos, a crônica faz alusão às mudanças que já se anunciavam no conturbado panorama socioeconômico português no ano de 1975. “Cuidemos do que é nosso”, cujo título se apresenta em tom imperativo, representa um alerta para aqueles que supõem que os detratores estariam vencidos, destituídos de suas armas políticas e de seu arroubo ideológico socialdemocrata. Ao contrário, a *persona* crônica de Saramago expressa suas preocupações reiterando que as massas devem estar preparadas “para enfrentar as conspirações do grande capitalismo nacional e internacional” (SARAMAGO, 1998, p.199) representadas por figuras já conhecidas da política portuguesa, a exemplo de Mário Soares, e pelos países europeus, que não viam com bons olhos a instauração de um modelo soviético em plena Península Ibérica, o que poderia disseminar essa ideologia para as demais áreas do continente. Há, segundo Saulo Gomes Thimóteo (2014), duas forças antagônicas que permeiam invariavelmente o tecido narrativo das crônicas: de um lado, sobressai o Povo português, sequioso por um projeto político e econômico que lhes compense pelos longos anos de inação e negligência, de outro, seguem as vozes antípodas ao projeto socialista e ligadas ao capital estrangeiro. Neste sentido, Saramago revela enfaticamente o perigo proveniente daqueles que compactuam com a socialdemocracia.

A feliz metáfora instituída pelo cronista (iguarias arrancadas da mesa dos poderosos) reforça como o povo é peça fundamental dessa engrenagem, que converge, ao que tudo indica, para uma mudança de cunho socioeconômico. Na voz da elite portuguesa, o movimento encabeçado pelas massas ganha tom pejorativo, quando o cronista utiliza o vocábulo “atrevisamento” para referir-se às ações populares, o que denota o tom de desprezo dos poderosos pelo povo português:

Muita gente, porém nestas horas que são de nossa alegria, remói despeitos e raivas, projecta vinganças para breve ou tão cedo possa. Não nos perca, pois, o justo contentamento. De repente, foram arrancadas da mesa dos poderosos as iguarias que muitos julgavam poder conservar pela via dos compromissos em que é fértil a maternal-democracia burguesa. Cuidar que esses senhores engoliriam sem pestanejar os atrevimentos populares, seria perigosa ingenuidade. (SARAMAGO, 1998, p.199).

De acordo com Saulo Gomes Thimóteo (2014), a voz saramaguiana, além de instituir o engajamento como ponto de partida do projeto socialista, busca constantemente a luta contra o retorno ao fascismo, tencionado, como afirma Saramago, pela elite portuguesa. Nas crônicas de *Os Apontamentos*, destaca o ensaísta, o papel de intervenção “não está restrito às personalidades que organizam e orquestram o fenômeno, mas amplia-se à presença do povo – ainda que fluida – do Povo como engrenagem central desse processo revolucionário.” (THIMÓTEO, 2014, p.196), entidade sempre onipresente nas crônicas.

Se é verdade que o binômio MFA-povo, fora instituído logo no início do processo revolucionário, modulados pelo mesmo arroubo ideológico, também é verdade que, dado o caráter muitas vezes desordenado e imprevisível da revolução, a voz do cronista não encontra neste cenário um distanciamento histórico suficiente para avaliar o conjunto panorâmico revolucionário. Não há, portanto, uma visão geral do movimento pós-revolucionário e de seus entornos, que possam dar ao cronista um parecer preciso sobre o movimento. Parece evidente, neste sentido, que Saramago, tão contundente e direto em suas elucidações, não consegue ter uma avaliação pontual sobre a Revolução. Um ano depois da eclosão da Revolução, há um desordenamento no processo revolucionário e uma cisão entre seus componentes políticos. Apesar do tom confuso do movimento que prevalece naquele período, Saramago mostra-se otimista em relação ao governo provisório, elucidando que Portugal está “fazendo história, não apenas a nossa história, mas também a do mundo” (SARAMAGO, 1998, p.199). De fato, a Revolução Portuguesa constituiu um fenômeno exógeno a Portugal, como revela Maria Inácia Rezola (2007), cujas reverberações foram sentidas primeiramente na Grécia, pondo fim à autocracia dos Coronéis e depois na Espanha. A partir de então, Chile, Argentina e Brasil

passariam a integrar o rol de países livres de regimes autocráticos e, posteriormente, nos anos 80, o Leste Europeu também abriria suas portas para a democracia, por muito tempo esquecida.

As medidas anunciadas no plenário do Governo-que-não-merece-o-nome-de-provisório são, no sentido rigoroso da expressão, medidas históricas. Encontramo-nos demasiadamente perto das árvores para podermos ver a floresta, mas é bom que nos habituemos à ideia de que estamos fazendo história, não apenas a nossa própria história, mas também a do mundo. (SARAMAGO, 1998, p.199-200).

Um ano depois do 25 de Abril, Saramago faz um balanço do período pós-revolucionário, reafirmando que o Povo, aquele que outrora vivera sob a sombra de um regime opressor, manteve-se consciente e decidido a lutar pela democracia, mesmo que os ventos possam soprar pela via contrária, como relata Saramago por meio da metáfora do barco à vela. Reafirma categoricamente sua vocação socialista, revelando que aqueles opostos a tal modelo político servem única e exclusivamente a si próprios e não à nação lusa:

Entretanto, contemplemos este país e vejamos o que nele se transformou em um ano apenas. Notemos, particularmente, como o agravamento das condições de vida teve como resposta o reforço do querer revolucionário das massas trabalhadoras. Ultrapassando erros, hesitações, excessos porventura, as massas trabalhadoras nunca perderam o sentido da orientação fundamental, como o barco à vela, forçado por ventos contrários, a navegar à bolina. Esse sentido conduzia e conduz ao socialismo. Nenhum outro destino serve o Povo Português, porque todos seriam modos disfarçados de manter a exploração capitalista. E quem prossegue e preconiza modos tais, a si mesmo quererá servir-se, ao Povo Português não. (SARAMAGO, 1998, p. 199).

Se tanto para Saramago como para figuras políticas como Vasco Gonçalves o socialismo poderia constituir a via de libertação do povo português, que vivera condicionado ao paradigma salazarista/marcelista, modulado por suas limitações e falácias, também é verdade que o caminho que abriria as portas para Portugal e seu povo usufruir das benesses evolucionárias não seria fácil. Ao contrário, os caminhos percorridos pela Revolução retratam sumariamente que o projeto socialista, demasiado extravagante para o gosto de uma Europa capitalista e tecnocrata, sofreria duros golpes ao longo de todo processo pós-revolucionário. As cisões dentro do próprio Movimento das Forças Armadas, já no I Governo Provisório¹⁹, foram apenas o começo do que viria a ser uma sucessão de contravenções,

¹⁹ O I Governo Provisório, empossado no dia 16 de maio de 1974, reunia, segundo Raquel Varela (2012), membros do PCP, dos socialdemocratas do Partido Socialista Português (PSP), e uma ala liberal do Partido Popular Democrático (PPD). Apesar de congregar várias vertentes partidárias, o I Governo Provisório não resistiu aos conflitos sociais desencadeados na capital portuguesa e no ultramar. Varela salienta que a sua queda resultou das cisões dentro do próprio governo e do MFA e da Junta de Salvação Nacional sobre o impasse das guerras coloniais, cujo principal defensor era o general Spínola, que rejeitava a independência das colônias.

comandadas por vozes contrárias ao projeto pós-revolucionário, cujo desejo mostrava-se, muitas vezes, contrário à instauração de uma República Socialista dentro da Europa.

No dia 11 de março de 1975, um golpe frustrado, encabeçado por Spínola, tentou extinguir, segundo Ricardo Noronha (2016), a Comissão Coordenadora do MFA, de cunho marxista e dar mais força aos órgãos constitucionais, abolindo as composições paralelas de poder existentes dentro do cerne das Forças Armadas. Para tal, contava com um grupo de oficiais de sua confiança, “que se opunham à crescente influência da Esquerda Militar no seio do MFA” (NORONHA, 2016, p.74) e que, nos últimos meses de 1974, haviam criado uma estrutura político-militar composta por vários grupos cujo principal objetivo era levar a cabo um golpe de Estado. A eliminação da esquerda militar já era o anúncio de que o socialismo pudesse vir a ser silenciado em breve pelo oposicionismo de Spínola e aqueles antagônicos ao fado socialista na nação portuguesa.

Um mês depois do golpe, Saramago relataria em uma crônica de 18 de Abril de 1975, intitulado “Varinha de Condão, não”, os difíceis caminhos que o pendor socialista teria que percorrer. Nesta crônica, Saramago não só ratifica a posição socialista como única forma de se estabelecer a ordem em um país há tanto tempo negligenciado e oprimido, como também é assertivo ao afirmar que sem o engajamento das massas, Portugal está fadado ao obscurantismo. Se o comunismo se consubstanciava como um acontecimento distante em tempos de distopia, agora ele parece se tornar patente em um cenário carregado de discursos múltiplos e consciências dissonantes.

Neste complexo contexto histórico em que se misturam discursos díspares, polarizados ideológica e moralmente pelos interesses dos diversos grupos integrantes do processo revolucionário, o cronista político reitera sua afeição pelo socialismo em tom exacerbado, motivado, possivelmente pela sua aversão à socialdemocracia. Escrito no período que compreende o IV Governo Provisório (1974 – 1975), marcado, segundo Lincoln Secco (2004), pelas nacionalizações de bancos, empresas de seguros, indústrias e meios de comunicação. Saramago mostra-se aderente ao governo, e assevera que o socialismo já é uma realidade para o povo português. De um futuro utópico distante, o socialismo já se anuncia como marca do novo contexto histórico português:

Aí temos as nacionalizações, a opção socialista, os caminhos apontados para a mudança revolucionária da vida portuguesa. Aí temos aquilo que mesmo depois do 25 de Abril não parecia tão cedo possível e algumas vezes quiseram eliminar para sempre nossos projetos. Da história que ainda está por saber, conhecemos já o suficiente para percebermos os objectivos sucessivamente renovados dos golpes lançados contra a democracia, quando ela apenas aspirava a consolidar-se como tal,

quando os menos ousados de nós imaginavam um socialismo para a segunda geração, e já era muito imaginar. Combate a combate, chegamos à linha que nos separa do futuro, e esse futuro é amanhã. (SARAMAGO, 1998, p.202)

Se, por uma lado, o socialismo já é uma realidade factual em meio ao turbulento panorama português, por outro, próprio escritor, agente desse movimento, por meio de um discurso que revela os detratores, os divisionismos no cerne dos partidos e as falhas dos Governos Provisórios, tenta conscientizar o leitor de que o socialismo não se ergue mediante a sonolência e insolvência daquela nação que outrora fora submissa ao modelo marcelista, projetado sob a égide da tirania e das desigualdades sociais. O socialismo se solidificará mediante a ação cautelar das massas e daqueles partidos aderentes à via socializante. Há, neste sentido, uma contraposição, potencializada pelos sintagmas ação/esforço em oposição a inação/comodismo. O “socialismo à portuguesa” dá margem a que Saramago fustigue a nação como indolente (“preguiça congênita”), passiva, descomprometida com a reconstrução do país em moldes mais justos, o que exigiria determinação e engajamento total e imediato e não a longo prazo.

Aqueles que não estimam o esforço, mas honradamente pensavam que não o poderiam negar chegada a hora, diriam consigo que o socialismo a prazo equivalia a trabalho a prazo, posto o que cada um daria de si a parte habitual – sem mais. Por esta maneira, e graças à magia das instituições, acordaríamos um dia com o socialismo feito, serenamente quase se dar por tal. A isto poderiam alguns chamar socialismo à portuguesa, que em tudo estaria de acordo com a brandura dos nossos costumes e em tudo obedeceria às solicitações de uma preguiça congênita. (SARAMAGO, 1998, p.202).

Protagonista de um momento crucial da história de Portugal, Saramago compreende que o projeto socialista deve ser condicionado pela força das massas, centrada na constante batalha contra aqueles que ensejam derrubá-lo. Se tal modelo político sofre os duros golpes por parte das próprias autoridades, cujas consciências dissonantes empurram a Revolução para diferentes caminhos, também não se pode negar, segundo Saramago, que a socialdemocracia, representada pelas grandes potências ocidentais se torna um perigo dentro do contexto pós-revolucionário. O discurso irônico do escritor recai pontualmente sobre os detratores da conspiração internacional, sinalizando que “o Mundo absorto na contemplação da nossa particular experiência, mostrar-se-ia carinhoso e atento, preocupado em tirar-nos do caminho armadilhas e alçapões, tudo para o nosso bem.” (SARAMAGO, 1998, p.202).

Compartilhando o mesmo horizonte de ideias, em “Varinha de condão, não” o escritor volta a reafirmar que nenhuma outra forma de governo serve à realidade da nova nação lusa. Cômico dos divisionismos partidários, o socialismo, para o escritor, “não é uma avenida larga

por onde possa avançar o País inteiro levando as suas bandeiras brancas e cantando os seus hinos de vitória.” (SARAMAGO, 1998, p.202-203), mas representa a forma mais evidente de contraposição ao *ethos* do regime salazarista-marcelista e daqueles que glorificam o sistema capitalista.

Instaura-se, portanto, o resgate da voz do povo português há muito tempo silenciada pelo paradigma fascista. Há, porém, no discurso de Saramago um tom de ressalva, que contrariando o caráter esotérico, daí à alusão ao sintagma “varinha de condão”, informa que o socialismo não se principia do dia para noite, à moda portuguesa, calcado outrora no cenário letárgico do início dos anos 70, mas de uma simbiose, entre o povo e o Movimento das Forças Armadas, de uma luta constante contra os inimigos internos e externos. O discurso do cronista constrói-se sob um tom ameaçador e aterrador, que prescreve sérias consequências se o socialismo não se integrar ao domínio político da nação portuguesa.

Porém, para usar este estilo de mau gosto, a hora do trabalho soou irrevogavelmente no relógio. Ou prosseguimos a festa e teremos o mais triste funeral da história da Europa, ou arregaçamos as mangas para o esforço duro que nos é exigido agora. Não há alternativa nem meio-termo. É urgente que todos os portugueses o compreendam, que o compreendam completamente, que o compreendam definitivamente. (SARAMAGO, 1998, p.203)

O cronista político ressalta que será preciso muito esforço empreendido pelas massas para a construção do socialismo, cujo resultado de tal empenho corroborará a restituição do que foi roubado do povo português:

Porque o socialismo não é uma varinha de condão, que por obra de sobrenatural mudasse o feio em bonito, o mau em bom o pouco em muito. Menos o poderiam ser simples acções preparatórias como as nacionalizações e a reforma agrária. E isto deve ser dito para que não surjam desânimos prematuros. Deve em termos claros ser explicado ao País, ao Povo Português, que vai ser preciso trabalhar duramente, que vai ser preciso trabalhar já, para que Portugal continue e o socialismo se construa. Mas diga-se-lhe também, e dêem-se as provas todas, de que o produto desse trabalho para o País reverterá e de que não mais o trabalho do Povo irá enriquecer os que à custa dele sempre viveram. (SARAMAGO, 1998, p.203)

O discurso entrevisto nos editoriais de *Os Apontamentos*, mesmo na primeira parte da obra, que leva o título de *As Opiniões que o DL teve*, revela um escritor cujos textos refletem uma postura de combate, questionamento e asserção, que se traduz em um *ethos* utópico, e expressa “uma tendência à projeção de situações diferentes das vividas, ou seja, uma perspectiva de idealização social que, de alguma forma, permitiria a felicidade e o bem estar entre os homens”.(BASTAZIN, 2012, p.64) Neste sentido, Há uma afinidade ideológica do

escritor com os pressupostos socialistas, que aparecem enfaticamente em todas as crônicas, ora convocando o leitor para a luta, ora alertando-o para a iminente ameaça de restauração do fascismo.

Nesta complexa e explosiva atmosfera pós-revolucionária, dominada por divisionismos partidários, as eleições de 25 de abril de 1975 representaram um acontecimento de imensa relevância para Portugal, segundo Kenneth Maxwell (2006), o que se tornou palpável assim que os resultados foram anunciados. “Com uma das mais altas porcentagens de comparecimento às urnas já registradas em uma eleição nacional” (MAXWELL, 2006, p.161), o Partido Socialista Português, liderado por Mário Soares tornou-se vitorioso, seguido pelo Partido Popular Democrático (PPD), de Sá Carneiro e do Partido Comunista Português (PCP), sob o comando Álvaro Cunhal.

Em “Votados e explicados”, de 28 de abril de 1975, Saramago abre a crônica sinalizando para as opiniões, como sempre díspares, em relação às eleições constituinte, pontuando que é preciso definir o cenário eleitoral, bem como os partidos que aderem ao socialismo ou a qualquer outro tipo de modelo político:

Entre os que dizem que as eleições serviram para tudo e os que afirmam que serviram para nada, há espaço para toda a gente e para todas as opiniões. E esta é a primeira razão que as justifica: ordenar-se numericamente os espectros político-eleitoral, de modo que cada um e cada partido, no imediato e no futuro mais próximo, possam prevalecer-se, quando tiverem de esgrimir análises e negociações, dos efectivos mais ou menos numerosos que se alinham sob os diferentes símbolos e siglas (SARAMAGO, 1998, p.212).

O cronista, que cede espaço para a opinião alheia, dá seu parecer sobre o processo eleitoral e esclarece que “as eleições tiveram, pelo menos, a vantagem de clarificar a bruma ideológica que pairava (e de algum modo continua a pairar) sobre o nosso país.” (SARAMAGO, 1998, p.212). Se para o povo português as eleições presidenciais reavivaram o senso político de uma nação por muito tempo tolhida por um regime fascista, para Saramago, por outro lado, o resultado eleitoral revelou-se esclarecedor, mas também causou desconforto e desconfiança, que via no pacto entre MFA e demais partidos, um paradoxo, como por exemplo, o PSP, liderado por Mário Soares, figura que já havia se indisposto com Saramago, possivelmente por centrar seus esforços em uma política aderente ao pelotão europeu:.

A supremacia percentual e de representação parlamentar dos partidos que por nascimento, vocação e programa serão construtores do socialismo, decidiu pela prova real dos números, a confirmação pública do pacto não escrito celebrado entre MFA e o Povo e do pacto escrito e assinado pelo MFA e os partidos. Que um ou outro destes não tenham, nem por nascimento, nem por vocação nem por programa,

o socialismo, não obstante terem assinado um pacto de via única, é uma das contradições do processo político português, além de ser uma contradição de cada um desses partidos, que terão preferido a prudência táctica à afirmação intransigente dos seus princípios programáticos. (SARAMAGO, 1998, p.212).

Nesse quadro instável que vai se desenhando em 1975, Saramago reafirma o papel fundamental do povo português na definição do processo revolucionário, voz atuante e assertiva no combate contra os dissidentes da Revolução: “Aqui, como em todas as coisas, o tempo usará seu crivo. E, para ajudar o tempo, aí estão as massas trabalhadoras, actualmente tão dinâmico motor do processo revolucionário como o próprio MFA.” (SARAMAGO, 1998, p.212).

Saramago escreve essas crônicas entre abril e maio, acreditando ainda firmemente no projeto socialista, impulsionado pelos esforços do MFA e por sua aliança com o Povo. Mesmo que os divisionismos partidários despertem preocupação no escritor, como ele próprio relata, a adesão ao movimento pró-socialista se torna uma constante nas crônicas de José Saramago, que faz o uso exacerbado da nomenclatura bélica, a exemplo de “traidores”, “inimigos” e “sabotadores”. O tom muitas vezes aterrador do escritor nas crônicas configura-se como um alerta para o leitor de que o fascismo poderia seguramente ser reinstaurado em Portugal. Há um escritor que nas primeiras crônicas revela-se cauteloso, mas satisfeito com o caminhar da Revolução.

“Em o décimo não premiado”, crônica escrita um ano depois da Revolução dos Cravos, Saramago revela um país liberto da autocracia marcelista. A metáfora (a palavra explodiu) construída pelo escritor parece remeter à restauração da voz do povo, que, por muito tempo silenciada pela ditadura anacrônica de Salazar e Caetano, retoma seu lugar em um capítulo fundamental da história portuguesa. O cronista lança mão de um dado histórico ocorrido em 1968 na França, quando estudantes franceses, segundo Michel Thiollent (1998), passaram a contestar as reformas no setor educacional, consideradas como tecnocráticas e incapazes de garantir boas perspectivas profissionais aos estudantes universitários franceses. Saramago realça que a grandeza dos acontecimentos pós-Revolução dos Cravos é muito maior quando comparada às manifestações ocorridas na França no final da década de 60. Refere-se, neste trecho, à belíssima tomada dos muros para exposição de palavras de ordem, desenhos, versos que marcaram o período pós-revolucionário e a liberdade de expressão que tornou as cidades portuguesas, não só Lisboa, verdadeiras telas de arte urbana. Dado o perfil questionador de Saramago, o escritor, porém, não perde aqui a chance de cutucar os patrícios:

continuam imbatíveis para discursar, enquanto Saramago começava a angustiar-se à espera das ações consequentes que levariam o país ao socialismo:

Neste outrora tão calado país (um outrora recente, de há um ano apenas, mas que já parece pertencer a outra história e a outra terra), a palavra explodiu. Diante disto, o Maio de 68 francês tem jeito de simples murmúrio, e se as paredes de Paris receberam, a braços, a palavra escrita, que coisa é essa comparada com a espantosa narrativa, ou poema, ou discurso político que por todas as paredes de Lisboa se derrama? Aceitemos, porém, que nisto prevaleça o peso histórico da protestação francesa sobre as nossas incipiências. Mas onde passamos nós ao galarim é na contribuição oral e escrita dos nossos políticos, sejam eles civis ou militares, que todos têm sido pródigos e incansáveis, para nossa edificação própria e informação de alheios. Ao pé disto, os discursos de De Gaulle e Pompidou fazem triste e envergonhada figura. (SARAMAGO, 1998, p.215).

A feliz metáfora utilizada pelo cronista (a palavra explodiu) também se efetiva nas cenas finais de *A Noite*, anunciando, portanto, o fim de uma ditadura de quase meio século. O excerto mimético-realista (COSTA, 1997, p. 112) revela novamente o diálogo entre *A Noite* com a crônica “O décimo não premiado”. O trecho a seguir narra a tomada da RCP (Rádio Clube de Portugal) pelo 10º Grupo de Comandos, reunido no parque Eduardo VII, na capital portuguesa, como pontua Lincoln Secco (2005):

Aconteceu! Aconteceu! (*Suspende-se diante do ajuntamento inesperado, é como se visse, não as pessoas que ali estão mas o que está dizendo que aconteceu. Cláudia vai para ele, mas para o meio caminho.*) É tudo verdade! Há tropas na Emissora, na Televisão, no Rádio Clube. E o Quartel-General, em S. Sebastião, está cercado. E outros locais. Fora de Lisboa, também. Eu escrevo a notícia, tenho aqui os apontamentos, eu escrevo. Esperem, é só um bocadinho, vai ser rápido. Eu não demoro... eu não demoro... (*Não vê mais nada, vê a sua alegria, vê o que lhe mostram as palavras que agitadamente escreve. Ninguém se atreve a fazer um movimento.*) Pronto, já está. Querem ouvir? (SARAMAGO, 1987, p.112)

Do centro da crônica emerge um discurso tomado por um narrador que constrói o seu pensamento e reflexões modulados por metáforas. Assim, o sintagma “poeira de discursos, remete ao alheamento e ao discurso distorcido e ambíguo do Estado, que já se desmantelara, enquanto o sintagma “pepitas e os diamantes” faz referência a um discurso pautado na verdade. O contraste entre os dois sintagmas mimetiza a passagem de Portugal do obscurantismo para o aflorar como uma nação livre, pese embora os inevitáveis contragolpes sofridos. Se as crônicas da primeira parte de *Os Apontamentos* revelam a cartografia de um país destituído de liberdade, debilitado econômica e socialmente, a segunda, já no rastro do período pós-revolucionário do 25 de abril, revela uma nação mais madura e um povo mais atento, em que o cronista agora mostra aquele indivíduo que saiu de seu casulo,

metaforicamente referenciado pela caverna de Platão, cujo mote faz referência à obra do filósofo grego e, a posteriori, também à obra do próprio escritor português, *A caverna* (2000). Uma nova história será anunciada, agora, motivada pelo projeto socialista, dirigida pelas massas e por aqueles aderentes ao movimento:

Por causa desta palavra fácil, é que nos tem sido possível facilitar a história a escrever amanhã: na poeira dos discursos, das entrevistas, das conferências de Imprensa, vão encontrar-se as pepitas e os diamantes (estilo sécio) da verdade... Muito do que antigamente se passava atrás das portas duplas dos gabinetes e entre os reposteiros e as sanefas, surge agora à luz do dia, estremunhadas ainda as novidades pelo insólito do procedimento. E o regalo para o pobre cidadão luso que vivia, sem o saber, na caverna de Platão... (SARAMAGO, 1998, p.215).

Assim como outras crônicas que deram origem a outras obras como a *Jangada de Pedra*, *Levantado do chão* e *O ano de 1993* e *A noite*, no excerto antes transcrito, observa-se claramente ecos de *A caverna*, romance que, segundo Sandra Aparecida Ferreira (2004), tematiza a degradação daqueles indivíduos que não geram lucros nas sociedade capitalistas. No trecho em destaque, o protagonista, Cipriano Algor, liberta-se das correntes que o prendiam a seus congêneres e deixa a caverna desacompanhado. Segundo Ferreira, ao estabelecer um diálogo consigo mesmo, Cipriano, bem como Marta e Marçal se conscientizam de que nenhum ser humano existe isolado; eles coexistem, uma vez que, tendo já refletido sobre suas desventuras, estão aptos a agir coletivamente. Neste sentido, a crônica política de Saramago é um convite ao leitor a sair de sua caverna para, dessa forma, lutar pela Revolução e, assim como Cipriano no futuro, tomar consciência de seu papel enquanto cidadão:

Lá em baixo há seis pessoas mortas, três homens e três mulheres, Não me surpreende, era exactamente o que eu calculava, que deveria tratar-se de restos humanos, sucede com frequência nas escavações, o que não compreendo é por que foram todos estes mistérios, tanto segredo, tanta vigilância, os ossos não fogem, e não creio que roubar esses merecesse o trabalho que daria, Se tivesses descido comigo compreenderias, aliás ainda estás a tempo de ir lá abaixo, Deixe-se de ideias, Não é fácil deixar-se de ideias depois de se ter visto o que eu vi, Que foi que viu, quem são essas pessoas, Essas pessoas somos nós, disse Cipriano Algor, Que quer dizer, Que somos nós, eu, tu, o Marçal, o Centro todo provavelmente o mundo, Por favor, explique-se, Dá-me atenção, escuta. A história levou meia hora a ser contada. Marta ouviu-a sem interromper uma única vez. No fim, apenas disse, Sim, creio que tem razão somos nós. Não falaram mais até chegar Marçal. Quando ele entrou, Marta abraçou-se-lhe com força, Que vamos fazer, perguntou, mas Marçal não teve tempo de responder. Em voz firme, Cipriano Algor dizia, Vocês decidirão a vossa vida, eu vou-me embora. (SARAMAGO, 2005, p.334-335).

O tom otimista, muito embora acautelado do escritor, particularmente nas primeiras crônicas da segunda parte da obra, parece derivado do ambiente propício, do bom relacionamento entre o PCP e o PSP, apesar de suas visíveis diferenças. Esse período de relativo equilíbrio, correspondente aos dois primeiros meses de 1975, em que a revolução “traça um rumo inusitado na Europa ocidental” (VARELA, 2012, p. 406) respondem por um momento em que o MFA efetiva-se como uma vertente autêntica de direção da nação, “que granjeia apoio junto da população” (VARELA, 2012, p.407). Ainda segundo Varela (2012), até março e abril de 1975, “a coligação governamental, com a participação crescente do Movimento das Forças Armadas (MFA), consegue assegurar a governabilidade do país.” (VARELA, 2012, p.412), fato que responde pelo tom positivo no discurso do escritor. A partir do segundo semestre de 1975, entretanto, a coligação entre os dois principais partidos portugueses é dissolvida, acarretando um novo colapso dentro dos meandros da Revolução. O período entre maio e junho, ressalta Varela, é marcado por conflitos trabalhistas, greves e ocupações no Ribatejo e Alentejo, sinalizando para a fragilidade da Revolução e as ingerências partidárias.

É nesse conturbado panorama que Saramago vai construindo suas crônicas, mostrando seus anseios, desejos e frustrações, sempre declarando nessas primeiras crônicas escritas no início de 1975 que nenhum outro modelo político serve a Portugal a não ser o socialismo. Aquele português tacanho, enunciado na primeira parte da obra (*As Opiniões que o DL teve*), cede lugar a um indivíduo mais politizado, longe da inércia congênita portuguesa, o que já sinaliza para as mudanças que viriam acontecer em Portugal, se uma via socialista, evidentemente, se inaugurasse neste palco, ora de contradições, ora de relativa calma, alimentada pelo Movimento das Forças Armadas.

“Este Segundo Primeiro de Maio”, referência ao segundo feriado do dia Primeiro de Maio depois do 25 de Abril, alude às conquistas da classe trabalhadora, proibida anteriormente de se manifestar em feriados públicos. Há no início da crônica uma espécie de poesia que se entrelaça com a militância de Saramago, fazendo referência aos cravos nas mãos da massa trabalhadora e no cano das espingardas dos soldados. A rosa faz referência ao provérbio mar de rosas, poetizando as esperançosas utopias, sem percalços ou adversidades.

Quando há um ano festajámos o Primeiro de Maio, o tempo era de cravos e de Rosas. Era de cravos porque eles floriam nas mãos dos trabalhadores e nas bocas das espingardas da paz. Era de rosas porque a nossa alegria era tanta que maré de rosas parecia ir ser a nossa navegação (SARAMAGO, 1998, p.217)

Ao mesmo tempo em que a Revolução dos Cravos representou a derrubada da última ditadura ocidental da Europa, pela inserção das massas no turbulento cenário de 1975, o pós 25 de abril também representou o fortalecimento de uma nação, que se conscientizou, segundo Saramago, de que a inexistência de liberdade configura a morte de um povo, seja pela inércia, pelo silenciamento das vozes, seja pela morte física. Há na voz do escritor um teor de urgência, que procura persuadir o leitor a abandonar o seu perfil apático para se tornar uma voz ativa e crítica em meio ao movimento revolucionário. A recusa da árdua tarefa de construir uma nova nação implicará na cobrança das futuras gerações pela perda da oportunidade, bem como no esfacelamento do socialismo, que cederá lugar à socialdemocracia:

Então não sabíamos, ou não acreditavam os que crêem ser a liberdade uma conquista que, feita uma vez, assim fica, não sabíamos que duras batalhas haveríamos de travar, que teríamos de ir para a rua dispostos a tudo – porque enfim descobrimos que, neste Portugal de hoje, perder a liberdade não distingue de perder a vida. Este foi um ano de aprendizagem, uma espécie de ensino acelerado, porque o tempo cansou de esperar por nós e seguiu para diante. Agora teremos de correr muito, teremos de cansar os braços e os cérebros, ou a nós nos pedirão contas os nossos filhos pela oportunidade que perdemos. Se a perdermos... (SARAMAGO, 1998, p.217).

Se no primeiro parágrafo Saramago mostra-se cauteloso em relação ao destino do processo revolucionário, emitindo um parecer aparentemente sombrio do cenário pós 25 de abril, logo em seguida, no segundo parágrafo, o escritor se contrapõe ao discurso propalado acima, balizado pelo sintagma “não será assim, porém”, cujo tom adversativo revela que o cronista ainda acredita em uma sociedade socialista, fundamentado na força popular. No trecho transcrito abaixo, Saramago também destaca a concepção desumanizada que o capitalismo tem do trabalhador, que é metonimicamente reduzido a um instrumento, uma parte a mais da engrenagem das indústrias todas que comprou, a preço normalmente baixo, sua força de trabalho. Disso resultam as condições de vida indignas dos trabalhadores. Saramago faz uma advertência severa nessa crônica. A revolução foi feita e é preciso agir, instalar o socialismo, definir planos e metas, tornar os ideais realidade (é visível que está preocupado, temeroso de que os ideais não avancem)

[...] Os portugueses de agora, que em liberdade se manifestaram no ano passado em liberdade se manifestam hoje, têm a consciência da responsabilidade que assenta sobre todos e sobre cada um. É o Dia dos Trabalhadores, o Dia dos que lutam pela libertação ainda necessária onde a liberdade é já um dado imediato. E não jogamos com palavras ao escrevê-lo, pois uma libertação é ainda precisa e só agora se constrói: a da sujeição de uma economia para que os trabalhadores são mais a

enxada ou a chave de parafusos que seguram do que os seres humanos que as manejam. Por isso a luta continua, ainda quando se apresenta os risos da festa. (SARAMAGO, 1998, p.217).

As vozes outrora emudecidas agora ocupam as ruas, mas não por “ameaça contra o Povo que somos, mas por causa desta alegria irreprimível que se expande e vai tornar Portugal inteiro um clamor que se juntará aos clamores dos trabalhadores de todo o mundo”. (SARAMAGO, 1998, p.217). Tal afirmação representa o grau máximo de exaltação da Revolução e dos ideais pró-socialistas, delineando novos horizontes na nação portuguesa, anteriormente tomada pela repressão. Esse gesto reinventado, representado pelo “cantar” e “rir”, sinaliza para o renascimento da liberdade, a alegria de pertencer a uma nação agora livre, sem medo:

Hoje, tornamos a descer à rua. Não por causa de ameaças contra o povo que somos, mas por causa desta alegria irreprimível que se expande e vai tornar Portugal inteiro um clamor que se juntará aos clamores dos trabalhadores de todo o Mundo. Enfim, o Primeiro de Maio já não se festeja sem nós. Pertencem ao passado aqueles dias em que a repressão nos esperava na rua com as cargas, as bastonadas, o carro da água e da tinta, a prisão. Vamos rir e cantar com o dobrado direito que nos dá o tanto termos sofrido. (SARAMAGO, 1998, p.218)

Para que o socialismo se solidifique é, contudo, preciso que “repousem as divergências partidárias enquanto as mesmas não venham a ser confrontadas e conciliadas no trabalho socialista que é do Povo Português.” (SARAMAGO, 1998, p.218) e precisa ser efetivado nessa hora e vez, porque, para Saramago, o socialismo era o único caminho aceitável.

3.2. Da utopia socialista à distopia socialdemocrata.

O percurso cronístico que Saramago faz na segunda da parte da obra de *Os Apontamentos* constitui, segundo Saulo Gomes Thimóteo, “uma gradativa progressão da euforia revolucionária para um desencanto cívico à medida que as crônicas avançam, pois a promessa do socialismo português, para Saramago, parece perder-se nas divagações governamentais.” (THIMÓTEO, 2014, p.193-194). Ao considerarmos esse conjunto, verificamos, como confirma Thimóteo, um escritor que exercita o grau máximo da exaltação do socialismo, sobretudo nas primeiras crônicas desta segunda parte, particularmente naquelas escritas entre abril e maio, para depois incorporar marcas claramente pessimistas no seu discurso reflexivo.

Se nas primeiras crônicas escritas entre abril e maio, Saramago dá indícios de que o projeto socialista era ainda uma realidade factual, partindo da união entre Povo-MFA, como o próprio escritor revela, as crônicas finais apontam para um escritor descrente do projeto socialista e das próprias figuras políticas ligadas, por exemplo, ao VI Governo Provisório, responsável por divorciar-se dos ideais populares. Ao mesmo tempo em que as crônicas “Cuidemos do que é nosso” e “Este Primeiro de Maio” mostram categoricamente uma esperança na bandeira vermelha, buscando a chamada à ação, para parafrasear Thimóteo, por outro lado, os escritos a partir de agosto de 1975 revelam uma desesperança patente no discurso do escritor à medida que avançamos para os meses finais daquele ano. Saramago destaca no fluxo reflexivo das crônicas que o socialismo, enquanto projeto emancipatório de Portugal, vai sofrendo duros golpes do CDS, do próprio PSP, sob o controle de Mário Soares, e das ideologias capitalistas europeias.

Se o escritor nutre forte afeição por Vasco Gonçalves, dada sua inclinação ao projeto socialista, Saramago não poupa esforços para disparar suas críticas ácidas àquelas figuras cujo discurso destoa daqueles empreendidos pelas massas, porque cúmplices de modelos socialdemocratas. Entre as autoridades duramente repreendidas por Saramago estão Mário Soares, Freitas do Amaral e o líder do VI Governo Provisório, Pinheiro de Azevedo.

Em uma crônica de 13 de junho de 1975, sob o título de “CDS: como diria Salazar”²⁰, Saramago se apropria das iniciais do partido do Centro Democrático Social para denotar já no título a predileção desse partido pelos pressupostos salazaristas, o que é compreensível, já que, segundo Maria Inácia Rezola (2007), foi o único partido “a recusar abertamente a sociedade socialista” (REZOLA, 2007, p.148), provocando, desse modo, a ira do escritor português contra o CDS.

O escritor faz referência no parágrafo inicial da crônica à entrevista concedida por Freitas Amaral para a televisão portuguesa. Da mesma forma que um país precisa de alimento para suprir seu povo, este também precisa de elucidações para não se transformar no que outrora o país representara: uma nação centrada no discurso monofônico, cultivado por um senso de mascaramento e dissimulações das próprias autoridades governamentais. Em tom cáustico, Saramago ironiza o CDS ao taxá-lo de vítima do movimento revolucionário:

No nosso modesto entendimento, a Televisão prestou anteontem um assinalado serviço a todos nós, pondo diante das câmaras o Prof. Freitas do Amaral. Na

²⁰ Em uma crônica de 30 de junho de 1975, intitulado “Democracia à medida de quem?”, Saramago faz referência ao pacto assinado entre o CDS e o MFA, trazendo a mesma temática da crônica analisada. Neste sentido, o escritor destaca que “tudo está em que a democracia que o CDS quer é uma democracia a seu jeito, muito na linha dos países da Europa que o Sr. Freitas do Amaral tem tranquilizado.” (SARAMAGO, 1998, p.274).

verdade, o País precisa de esclarecimento como de pão para a boca, precisa do esclarecimento todo, incluindo o do CDS. Este pobre e perseguido partido tem sempre quem lhe acuda quando o fôlego vai faltando, e mal parecia que a Televisão, imparcialíssima senhora, não pegasse pela mão o Prof. Freitas do Amaral para mostrar ao País. Mostrou e foi o que se viu. (SARAMAGO, 1998, p.257).

Diferentemente do que ocorreria nas primeiras crônicas escritas nos anos de 1972 e 1973, em que um escritor mais comedido, embora incisivo na crítica ao governo, as crônicas do pós 25 de Abril inauguram um discurso escancarado, em que Saramago não poupa sua ira para desestabilizar os inimigos da Revolução. Desse modo, a crítica recai pontualmente sobre Freitas, considerado por Saramago um capitalista a serviço das potências hegemônicas europeias. Há uma clara discordância com Freitas do Amaral, um importante representante da democracia cristã e do liberalismo em Portugal (é o criador do Partido do Centro Democrático Social (CDS) e foi candidato a presidência, concorrendo com Mário Soares). Saramago condena as artimanhas do lobo sob pele de cordeiro, já que os modos solenes e respeitosos parecem ser apenas um mascaramento da voracidade capitalista. Para Saramago, a Revolução, com seu ideal distributivo igualitário, não poderia fazer concessões ao liberalismo. Os outros países entram nessa crônica apenas como potências capitalistas temerosas de que o socialismo, e seu ideal de justiça social, dê certo em Portugal e passe a ser exemplo para os demais países. Uma utopia saramaguiana, que nunca se concretizará:

O capitalismo do senhor Freitas do Amaral vale o que valem os capitalismos quando se lhes junta esse modo particular de ser capitalista português ou seu serventuário: esta unção de sacristia, este aparato de aula-magna, esta unha mansa. Tudo para ser modificado, claro, quando estiverem devidamente aprendidas as lições do neocapitalismo prafrentista para o qual Portugal só conta porque é o mais claro grito de afirmação colectiva que hoje se ouve em toda a Europa. (SARAMAGO, 1998, p. 257-258)

Ao mesmo tempo em que o CDS, apoiado por alguns adeptos da ala de extrema direita, configura-se como um partido sólido, legalmente registrado no Supremo Tribunal de Justiça, com todos os seus direitos legitimamente atribuídos, para Saramago o partido de Freitas carece de um ponto crucial: a sua dissociação com o modelo socialista, que para o escritor já basta para torná-lo um partido de contravenções. As terminologias “social” e “democrata”, salienta Saramago, destoam do protótipo leninista:

Excepto um: o de alimentar a contra-revolução. Se a televisão apartidária como se lhe exige, chama o Sr. Freitas do Amaral, é bom que se saiba antes com que armas se vai lutar e quem luta. E ter coragem, perante o País, de dar às coisas os seus nomes e dizer que o CDS nada tem que ver com o socialismo, mesmo que se chame “social”, nem com a democracia, mesmo que se chame “democrático.” Mais: que o CDS não se limita a ser um peso morto na nossa caminhada para o socialismo: é, a vista de toda a gente, inimigo do socialismo. (SARAMAGO, 1998, p.258).

Se as crônicas escritas nos meses de junho e julho ainda mostram um escritor em franca sintonia com a proposta socialista, crente de que esse modelo restituirá definitivamente a democracia em Portugal, ainda que os divisionismos possam revelar o contrário, Saramago também cultivou severas dúvidas nas crônicas deste período. “À espera de Godot” parece ser o divisor de águas entre as crônicas que apresentam um escritor otimista em relação ao socialismo e os textos que inauguram o paroxismo pós-revolucionário em Portugal, mesmo que algumas crônicas escritas posteriormente sinalizem ainda a esperança socialista. Neste texto, o cronista estabelece um diálogo entre o período Pós-Revolucionário e a peça homônima do escritor irlandês, cuja personagem simboliza o interminável estado de letargia, remetendo ao travamento do pós 25 de Abril, que parece amarrado às diversas vertentes políticas, cada qual apontando para um caminho. No início da crônica, Saramago apresenta o resumo da peça, que servirá de recurso expressivo para atestar a inércia pela qual o movimento revolucionário passa. O escritor faz uma breve descrição das personagens, que discutem, argumentam, e mostram seu ódio e rancor, analogamente relacionados com as figuras governamentais e os partidos, que compartilhando de ideias opostas, deixam o manifesto revolucionário de lado e consequentemente os interesses da população. Condena a inatividade, a demora, o excesso de palavras e a escassez de ações no pós-Revolução. Saramago, espírito analítico por excelência, já sabe que os ideais esperados não se realizam apenas com a Revolução. Com os diferentes posicionamentos e diferentes partidos desentendendo-se entre si, ele está já sem esperanças. O socialismo é o Godot da Revolução: Saramago já sabe que não virá efetivamente:

Godot, quem é? Na peça de Beckett, todo o tempo se passa na esfera e na esperança dessa entidade invisível que resolveria todos os problemas, quando chegasse. Quando chegasse, e se chegasse... Quem conhece a peça, sabe que nenhuma diferença há entre o princípio dela e o fim, que a mesma árvore seca cobre ou agride o mesmo esperar e o mesmo desespero. Continuaremos a literatizar? Um pouco mais, apenas, para satisfazer o gosto... Aqueles personagens discutem, ferem-se, alternam ódio e reconciliação, tudo de acordo com a chamada natureza humana, para Beckett idêntica e transmissível de todos os tempos para todos os tempos: tudo se resumiria a um eterno esperar, a um projecto contínuo, só projecto, sem começo sequer de realização, porque sem Godot nada se pode fazer e Godot não vem...(SARAMAGO, 1998, p.262 -263).

Saramago recria a seu modo uma espécie de “Godot de carne, osso e vontade” (SARAMAGO, 1998, p.263), que tomou as rédeas da Revolução em várias ocasiões, mas, devido à coloração partidária e o discurso polifônico, o período pós 25 de Abril vê-se paralisado:

E nós, em Portugal? Godot chegou a 25 de abril, e tornou outras vezes: Junho, Setembro, Março recente, não por predestinação ou favor especial dos deuses, mas porque aqui nos esforçamos todos os que querem a Revolução e a estão fazendo. Este Godot de carne, osso e vontade não precisa das artes da dramaturgia, mas depende da vitalidade de um processo que muitas mãos empurram (bem ou mal) e outras muitas procuram travar. Daí certas paragens, certas suspensões, certas perplexidades e, hoje, diante de um tabuleiro de xadrez, confuso, em que se perdem as melhores argúcias políticas, e como se tudo tivesse voltado a um princípio e recomeçássemos a esperar Godot. (SARAMAGO, 1998, p.263).

Se as massas populares estavam à frente da Revolução, juntamente com o MFA, para vertebrar o projeto socialista e responder aos contragolpes da reação, agora há um novo cenário que remete ao obscurantismo, modulado pela reação que ataca “sem dar espetáculo, como se precisamente jogasse na sobriedade política [...] e aproveitando este baralhar de cartas do Poder que está ocorrendo longe dos nossos olhos.” (SARAMAGO, 1998, p.263). Essas ações que ocorrem nos bastidores da Revolução, sem serem notadas pelo povo português, vão amalgamando o caminho para uma socialdemocracia, que, segundo o escritor, poderá deixar os interesses populares de lado e abrir caminho para aqueles ensejam a doutrina intervencionista estatal. O Poder, consumado como uma entidade indefinida em termos partidários para Saramago, parece decidido a governar sem a interferência das massas, o que institui no discurso do cronista um estado de alerta:

E aqui voltáramos à peça de Beckett: pela primeira vez, em momento de crise, se passam tão poucas coisas à luz do dia e à claras, e tantas tão secretas, nos bastidores. É como se o Poder (onde esteja) desconfiasse do peso das massas populares e da sua distribuição, e, desconfiando, prefira deliberar, apresentar e praticar. Sozinho. (SARAMAGO, 1998, p.263).

Se “À espera de Godot”, escrita no dia 17 de junho, busca refletir sobre o retardamento da Revolução, o que revela as inúmeras perspectivas polifônicas dentro do movimento, a partir de agosto de 1975, as crônicas escritas por Saramago assumirão um tom ainda mais pessimista, em que o projeto socialista é posto em xeque, postergado pelas vertentes da extrema-direita e pelos próprios partidos da ala da esquerda, que vocacionados por suas ambições políticas, redimensionam seus ideais. Esse tom cético inaugurado por

Saramago coaduna-se com os acontecimentos que circundam o V Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves.

As negociações para a consecução do V Governo Provisório foram marcadas por fortes momentos de turbulência, como parecia ser a regra depois de 25 de Abril. No dia 29 de julho de 1975, Melo Antunes deixaria a pasta dos Negócios Estrangeiros, seguido por Jorge Sampaio e João Cravinho do MES (Movimento de Esquerda Socialista). Um mês depois, Otelo Saraiva de Carvalho, adepto da extrema-esquerda, recusa “o apoio do Copcon a um governo ‘forte’ liderado por Vasco Gonçalves.” (VARELA, 2012, p.415). No dia 8 de agosto, quando o V Governo Provisório toma posse, Melo Antunes, Vasco Lourenço, Sousa e Castro, Vitor Alves, Pezarat Correia, Franco Charais, Canto e Castro, Costa Neves e Vitor Crespo assinam um documento cujo principal domínio constituía-se na recusa do “modelo de sociedade socialista de tipo Europa Oriental” bem como na oposição a um modelo “de sociedade social-democrata em vigor na Europa Ocidental” (REZOLA, 2006, p.352-353). O V Governo Provisório nasceria frágil e com seus dias contados.

Um dia depois da ascensão do V Governo Provisório ao poder, Saramago escreveria “A crise continua”, cujas diatribes se dirigiam tacitamente a esse perfil desorganizado e tumultuado em que o movimento pós-revolucionário representa. Se é verdade que a Revolução poderia confluir para um modelo socialista, também não se pode negar que vários fatores colaboraram para que o movimento adquirisse um perfil calcado na socialdemocracia. A crise que se instalara em Portugal levava à cissiparidade dos partidos e a sucessivos golpes e contragolpes que demarcariam os novos contornos da Revolução, gradativamente conduzida para uma Revolução burguesa. Há nas palavras do cronista um retrato de um movimento que traz em seu pendor ideológico as máscaras da socialdemocracia, que é metaforicamente descrita como uma “festa”, em que os participantes transformam os interesses dos eleitores em uma extensão de suas ambições políticas. Nesse sentido, Saramago tem censuras aos procedimentos dos agentes políticos nas dobras da democracia. Entende que ela dá margens a muitas manobras duvidosas e por isso, nem tudo que se apresenta como democrático o é efetivamente. A representação por votos, que parece uma grande conquista, acaba invalidada pelas plataformas amplas dos representantes eleitos, que muitas vezes apresentam muitas promessas, mas nenhum programa. É, portanto, sobre a crise da representatividade que ele está refletindo.

A crise acabou. A crise continua. Acabou a crise ministerial, que assim se denominam situações como esta que temos vindo a viver, quando um governo acaba e outro se procura. Nas chamadas democracias burguesas, o acontecimento é, de

algum modo, uma festa: o pessoal político move-se todo, multiplicam-se os palpites, e o tráfico de influência, por aquele pouco que transparece, assume práticas mais reservadas do comércio. Segundo certas opiniões, esse feito é sacramentado e justificado por sufrágios prévios: os interesses dos eleitores (admissivelmente expressos em votos) representam a plataforma ampla (e quanto mais ampla, mais segura) onde vão evoluir os interesses dos eleitos. (SARAMAGO, 1998, p.314-315).

Depois de apresentar o perfil das chamadas democracias burguesas, Saramago ressalva em altíssimo que as oscilações políticas do pós 25 de Abril são fruto desse divórcio entre a nação lusa e a democracia burguesa. Neste ambiente em que aflora o dinamismo elitista, com pleno domínio da política, todos os acordos pressupõem um jogo de interesses, destituindo o cidadão de qualquer participação política. Vê-se no discurso de Saramago que duas forças complementares concorrem para desestabilizar a vertente socialista no movimento: aquela balizada pelas figuras políticas portuguesas, e aquela empreendida pelos países europeus ricos, como Alemanha, Inglaterra e França e seu aliado, os Estados Unidos.

Porém, nós não vivemos numa democracia burguesa em Portugal – é precisamente por isso que a crise continua. Houvessem Spínola e Palma Carlos logrado os seus objectivos, e hoje faríamos ainda esse mesmo governo, ou outro modificado ao sabor dos jogos eleitorais, lubrificadamente modificado, claro, por aquele subtil jeito de mãos em que se permutam alianças como anéis de casamento. Não estamos ainda livres de cair nessa rede para onde metade do mundo nos empurra e para onde, internamente, procuram atrair-nos quantos da conciliação fazem regra de conduta. (SARAMAGO, 1998, p.315).

Nesse caos político em que vive a Revolução, cingida por forças opostas que operam simultaneamente, Saramago, ao fazer uso da primeira pessoa do plural, para remeter ao *Diário de Notícias* e ao próprio escritor, propõe a pergunta: “Ora, seremos nós, nestes apontamentos, inimigos apostados da conciliação e da paz que ela traria?” (SARAMAGO, 1998, p.315) e revela não ser possível formular uma resposta adequada sem antes evidenciar as forças que compõem tal acordo, que poderia restringir-se àqueles avessos ao socialismo:

Aí está uma pergunta a que não é possível responder por um não ou por um sim. Antes seria necessário averiguar ou prever se da conciliação de hoje se não faria precisamente o domínio de amanhã, e se de anseios legítimos de tranquilidade não passaríamos, em talvez dar por isso, à escamoteação da revolução. (p.315)

Para Mário Mesquita (1994), haveria duas forças opostas atuando no panorama pós-revolucionário, desde o 25 de Abril, fato que teria desencadeado a ira de Saramago contra Mário Soares e principalmente Melo Antunes, que propunha um modelo de governo alinhado ao terceiro mundo, o que, para o escritor português, constituía apenas um pretexto para construir um arquétipo socialdemocrata.

A luta fratricida entre os vencedores de Abril assumiu proporções dramáticas. A principal clivagem da vida política portuguesa já não se situava, em 1975, entre salazaristas e anti-salazaristas. Desde o 11 de Março, o confronto processava-se entre defensores da democracia representativa e adeptos da ditadura de desenvolvimento, sob a forma de "democracia popular" ou de regime "terceiro-mundista" (MESQUITA, 1994, p.508).

Além de transformar a crônica em um libelo contra as contravenções revolucionárias, em que se destaca um ufanismo exacerbado, Saramago exalta cabalmente seu apreço pelo iberismo, transfigurado em um modelo de sociedade única. Concomitante ao Iberismo, estaria o socialismo, que sofreria forte oposição por parte das potências europeias, temerosas da criação de uma país socialista no continente:

Em crise está também o capitalismo. Mas a democracia burguesa, que ameaça, tudo faria para controlá-la, aparar-lhe os piores efeitos e, sempre que possível, transferir para as costas dos trabalhadores a responsabilidade e as custas. Assim vai acontecendo por esse mundo ocidental. Há-de agora parecer singular que um tão pequeno país como este nosso é, cause tantos engulhos às potências grandes e médias. Não sejamos presunçosos: ninguém está a fazer guerra a Portugal; faz-se guerra, sim, a um país que quer construir o socialismo numa Europa que já se tinha habituado à ideia de conservar, por muitos anos, a actual estrutura social e económica. E que tinha já definido a política que tudo isto serviria. (SARAMAGO, 1998, p.316).

Se como já constatamos que Melo Antunes e Mário Soares constituíram os alvos principais da ira de Saramago, também é verdade que José Saramago expõe a *persona* de Vasco Gonçalves como uma das únicas pessoas a defender o socialismo. Em “Ser ou não ser Vasco”, de 23 de agosto de 1975, Saramago intercede por Vasco Gonçalves, mostrando seu apoio ao primeiro-ministro e ao V Governo Provisório, por meio da referência a dois neologismos: “vascófilo” e “vascófobo”, para atestar que o *Diário de Notícias* não é um jornal oficioso, mas um jornal em defesa do povo e contrário a qualquer governante antípoda aos direitos das massas. É claro que isso não oculta o apoio concedido a Vasco, dado o seu perfil socialista. Assevera enfaticamente no início da crônica que os inimigos continuam infiltrados no movimento revolucionário e são contrários aos interesses do povo português. Os detratores querem o desmantelamento e ensejam tolher o alcance daqueles que permanecem fiéis ao modelo socialista, daí o escritor remeter à metáfora da “ponta do nariz”, que restringe o alcance e limita, segundo o cronista, o entorno revolucionário:

Este jornal não é vascófilo. Este jornal não é vascófobo. A grande maioria de quantos aqui trabalham pensam mesmo que limitar a actual questão política a essa pouco imaginosa alternativa não é mais do que lançar poeira nos olhos de quem,

pelo contrário, tem conveniência em mantê-los bem abertos. Aqui estamos interessados em ver um pouco mais longe que a ponta do nariz, que é o alcance em que gostariam de confinar-nos todos aqueles que alimentam outros projectos, não precisamente favoráveis aos interesses do povo: gritar “fora o Vasco!” ou “morra o Vasco!”, é uma tática ostensiva para disfarçar uma estratégia que gostaria de ocultar-se melhor. (SARAMAGO, 1998, p.323).

A Revolução de Abril veio ao encontro dos anseios dos portugueses abastados que, sufocados pela mediocridade salazarista/marcelista, começavam a desejar um mercado comum europeu e relações comerciais com os americanos do norte. Por isso, quando a Revolução ameaça a tornar-se socialista, levando os trabalhadores ao poder, perde o apoio das classes abastadas. Também os oficiais do 25 de abril, definiam-se como progressistas, não eram socialistas (o programa do MFA – Movimento das Forças Armadas deixa isso claro). Assim, uniram-se para travar a Revolução socialista. Saramago, que nunca foi ingênuo, sabe que é disso que se trata, de um ordenamento robusto para impedir o socialismo em Portugal, do qual o “Fora Vasco”, é só uma pontinha visível dos enormes interesses ocultos e discordantes em relação ao ideal socialista

Em meio a esse caos, o movimento revolucionário vai tomando caminhos que o levarão fatalmente ao modelo desejado pelas potências europeias e pelos políticos portugueses avessos à bandeira socialista. O cronista relata que o desejo expresso de destituir Vasco Gonçalves começa a ser percebido pelas massas, o que culminará na sua exoneração, abrindo caminho para o VI Governo Provisório, liderado por Pinheiro de Azevedo:

De tanto gritar “fora o Vasco”, de tanto se acreditar que o Vasco seria lançado às urtigas, de tanto por isso mesmo vir ao de cima o verdadeiro jogo político que estava em trânsito – as pessoas começaram a perceber o que a imprecação e o insulto realmente significavam: fundir no mesmo ódio um nome e um processo revolucionário para simultaneamente os eliminar. (SARAMAGO, 1998, p.323).

O discurso de Saramago revela, no próximo parágrafo, que Vasco Gonçalves é a única figura política que luta em prol do socialismo e a destituição desta figura adepta de Lenin representa, segundo Saramago, o fim da reestruturação democrática no país, reacendendo a chama socialdemocrata. Saramago alerta que se a nação portuguesa se desvencilhar dos caminhos do socialismo sofrerá graves consequências, condenando o povo português a novamente entrar em estado de letargia e opressão:

Repetimos: este jornal não é vascófilo. Seria mesmo vascófobo a partir do momento em que Vasco Gonçalves, por traição sua ou sua incompetência, se opusesse ao caminho para o socialismo. Ora, o que precisamente acontece é que de todo o pessoal político militar da primeira linha, Vasco Gonçalves foi o único capaz de

compreender o que em Portugal se passou a partir do 25 de Abril: a súbita aceleração da luta de classes e a sua extrema agudização, e também a evidência da inviabilidade de soluções sociais-democratas ou de capitalismo reciclado. Portugal será fatalmente oprimido se não for socialista. (SARAMAGO, 1998, p.23)

Ao prever a suposta demissão do primeiro-ministro, o cronista revela “que não falta quem diga, e já o tenha mandado dizer lá para fora, que o afortunado será o general Carlos Fabião, e que haverá dois primeiros ministros, Melo Antunes e Vítor Crespo.” (SARAMAGO, 1998, p.324). Em seguida, Saramago passa a construir sua argumentação para justificar a incapacidade das três figuras para dar continuidade ao governo de Gonçalves, caso este fosse destituído de seu cargo. Centrado em um discurso assertivo, Saramago apresenta as opções referenciais dos supostos substitutos de Gonçalves que, apesar de o escritor pouco revelar sobre Fabião na crônica, sabe-se que o general participou da Revolução dos Cravos e do Golpe de 25 de Novembro, ganhando pouco papel de destaque dentro desses dois episódios da história portuguesa. De acordo com uma crônica de 3 de abril de 2006²¹, publicado no *Diário de Notícias*, Fabião, que se distinguira por ações militares na Guiné, era um homem conhecido muito mais por expressar dúvidas do que certezas, outorgando, dessa forma, as diatribes lançadas por Saramago contra essas figuras políticas. Vítor Crespo e Melo Antunes não escapam do olhar crítico de Saramago

Quanto a Vítor Crespo, leva em abono o seu alto-comissariado em Moçambique, onde contou com a preciosa ajuda de uma Frelimo que em Portugal não temos. Sobre Melo Antunes, ex e dizem que também futuro ministro dos Negócios Estrangeiros, já aqui falamos para protestar contra a falta de saneamento no pessoal diplomático e para estranhar umas suas declarações de negociador desistente... (SARAMAGO, 1998, p.324)

Saramago, portanto, não descarta que essas figuras políticas, sob a roupagem da socialdemocracia, poderão vir a assumir o comando do país a qualquer momento. Se é verdade que as primeiras crônicas escritas no início de 1975 incorporam marcas claramente otimistas em relação ao movimento pós-revolucionário, motivado pela relativa calma que sucedera o 25 de Abril, à medida que transcorremos os meses de setembro e outubro, o fio das crônicas políticas mostra um escritor incrédulo em relação ao projeto socialista. Se antes se acreditava na utopia socialista para Portugal, depois de todas as cisões partidárias, avanços, recuos e contragolpes, a opinião do cronista é cristalina: “Mas que façam governo para

²¹Artigo publicado no *Diário de Notícias*, no dia 03 de abril de 2006, sob o título “Carlos Fabião, um conciliador entre dois fogos.” Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2006/carlos-fabiao-um-conciliador-entre-dois-fogos-638491.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

construir o socialismo, isso é que frontalmente não acreditamos” (SARAMAGO, 1998, p.324).

Aclamado por Saramago, Vasco Gonçalves surge como fomentador do discurso socialista, único representante capaz de levar adiante o projeto desejado pelo escritor. Enquanto não se define esse complexo e confuso cenário político, o povo não consegue seguir adiante com o projeto e para isso há que chamar inclusive os militares à sua responsabilidade:

Em nossa humilíssima opinião, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves é homem para o socialismo, o único entre as figuras históricas do MFA. Se é político para um dia ou para dez anos, não futuramos. Apenas prevemos que ficando ele talvez haja tempo para que se preparem, na boa prática, os futuros dirigentes populares que hão-de construir, firmar e defender a sociedade socialista portuguesa. Ninguém pode fazer o socialismo sem o povo, e o povo não o poderá fazer enquanto este jogo-de-cabra-cega ou de quatro-cantinhos empatar o caminho. A responsabilidade dos militares é hoje tão grande como isto: ajudar o primeiro passo para o socialismo ou ser o seu coveiro. (p.324-325).

Poucos dias antes da exoneração de Vasco Gonçalves, entretanto, na famigerada Assembleia de Tancos, a 6 de setembro de 1975, José Saramago escreveria uma crônica deixando clara sua posição em relação aos partidos políticos revolucionários. Em “Intervalo para acusar”, de 1 de setembro de 1975, resume o panorama revolucionário até aquele momento, já em um tom de dúvida em relação ao pós-25 de abril. Novamente, Saramago contesta o otimismo revolucionário de muitas figuras políticas e questiona se os caminhos que a Revolução toma coincidem com aqueles solicitados pelo povo e para o povo:

Provavelmente a revolução avança. Aos tombos, cambaleando sob golpes vindos de todos os lados, mas avança. Provavelmente. Contudo não é certo que avance tanto quanto as interpretações optimistas propõem, neste legítimo e humano anseio de que as coisas corram no sentido do bom e do bem. Se Vasco Gonçalves sai de primeiro-ministro para chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, se Pinheiro de Azevedo vai de chefe de Estado-Maior da Armada para primeiro-ministro, se ambos são homens do 25 de Abril, se o VI Governo prossegue o trabalho do V, se Corvacho regressa ao Porto, se isto e se aquilo – é fácil dizer, ou desejar, que a revolução continua avançando. Mas avançará realmente? (SARAMAGO, 1998, p.325).

O tom pessimista de Saramago em relação à Revolução fundamenta-se nas manobras políticas daqueles que desejavam o afastamento da esquerda militar e, conseqüentemente, a dissolução do movimento pró-socialista, que ficará ainda mais fragilizado com o afastamento de Vasco Gonçalves, sobretudo, devido a redução da esquerda militar na Assembleia. Raquel Varela (2012) faz um balanço do que ocorrera no dia 5 de setembro de 1975:

No dia 5 de setembro de 1975, o Grupo dos 9 consegue afastar Vasco Gonçalves e isolar a esquerda militar na Assembleia do MFA – que vai ficar conhecida como a Assembleia de Tancos – e no Conselho da Revolução, invertendo nessas estruturas – mas não nos quartéis – a correlação de forças a favor do Grupo dos 9. Na Assembleia determina-se a reestruturação do Conselho da Revolução: os gonalvistas e a esquerda militar, até aí majoritários, ficam com 3 elementos; o Grupo dos 9, com 7. Fazem parte ainda Pinheiro de Azevedo e Morais da Silva, cada vez mais do lado do Grupo dos 9 e Otelo e Costa Gomes, o primeiro com uma posição titubeante, e o segundo, um árbitro das várias frações que politicamente acabará tomando posição ao lado dos Nove também. É o início de um processo de recomposição da hierarquia das Forças Armadas. (VARELA, 2012, 419-420).

O cronista, mediante os desdobramentos políticos que se esboçam no tenso e confuso panorama pós revolucionário em 1975, emite um parecer pessimista sobre o socialismo, que sucumbirá em breve. Neste sentido, Saramago utiliza-se de um recurso bíblico que faz referência ao sacrifício do cutelo para remeter ao esfacelamento do movimento. A exoneração de Vasco Gonçalves habilitaria Pinheiro de Azevedo a assumir o posto de primeiro-ministro, que, para o escritor, representa uma figura antagônica ao socialismo e consequentemente o direcionamento do país ao modelo capitalista:

[...] Ou, pelo contrário, recua nesta paragem que pode ser apenas para respirar, mas que pode também ser a pausa e a imobilidade imposta à vítima para que o cutelo faça com eficiência a sua tarefa? A revolução reúne e concentra as suas forças, ou chegou ao fim delas? Lançado para fora Vasco Gonçalves, revolucionário realmente consequente, será Pinheiro de Azevedo o outro revolucionário que até agora não sabíamos ser? É de socialismo que se trata, ou de qualquer coisa que lhe conservará o nome, mas não a substância? (SARAMAGO, 1998, p.325).

O aforismo proferido por Saramago no início do segundo parágrafo (“Não há revolução onde não houver autoridade revolucionária.”) contesta a organização do movimento, que para o cronista, coloca-se como movimento pós-revolucionário, cuja autoridade vai se esvanecendo, dando margem a manobras, crises e desvios de conduta que levam fatalmente à morte do socialismo. Acusa o Comando Operacional do Continente (COPCON) de ser incapaz de proteger as unidades do PCP, “face aos ataques de que está a ser alvo nas suas sedes.” (VARELA, 2012, p.416).

Não há revolução onde não houver autoridade revolucionária. Se o COPCON assalta, invade e ocupa a 5ª Divisão, mas não protege minimamente instalações de partidos que querem o socialismo – onde está a revolução e a autoridade? Se o comando da Região Centro ameaça com manobras e o resultado delas – que insurreição é esta? Se o acima dito COPCON não está sob a autoridade do chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, mas do Presidente da República – para onde vai a lógica? (SARAMAGO, 1998, p.325).

Segundo João Marques Lopes (2010), Saramago dispara sua crítica contra quase todos os integrantes da esquerda, desde o grupo do Movimento das Forças Armadas (MFA), acusado de ter se dissociado das massas populares, ao COPCON e ao Grupo dos Nove, recriminado pela sua cisão dentro da esquerda militar, fato que comprometeria o endosso socialista. Ainda segundo Lopes, nem mesmo o Partido Socialista (PS), alinhado com a direita e a oposição, é poupado da ira do escritor. O próprio Partido Comunista Português (PCP) também não ficou ileso das críticas de Saramago, já que “rompera a Frente de Unidade Revolucionária (FUR) e dispusera-se a negociar com um espectro largo que poderia avançar para dentro das fronteiras da direita.” (LOPES, 2010, p.77).

Se o comandante do dito COPCON pôde proibir a Vasco Gonçalves a entrada nas unidades sob o seu comando e continuará a proibi-la agora com pretexto na hierarquia – é isto um país de senso comum? Se o PCP forma frente unitária de esquerda e, três dias depois, apela para negociações onde cabem Deus e o Diabo – como havemos, doravante, de definir estratégia e tática? Se os Nove são, ao mesmo tempo, 9 e também 80 por cento das Forças Armadas, conforme aventureiramente juram, se fazem comunicados como se partido fossem, e força como se força tivessem – que Nove são esses e que é isso que querem, que não tem língua franca para o dizerem? Se o PS insulta toda a gente, se fez da calúnia a sua grande especialização – que direita escolheu, que reacção aceita e promove? Não há autoridade revolucionária. Logo, não há revolução. (SARAMAGO, 1998, p.325-326).

O cronista propõe na crônica uma espécie de viagem panorâmica pelo turbulento cenário pós-revolucionário no ano de 1975, mostrando de forma escancarada, para usar a expressão de Saulo Gomes Thimóteo, os acontecimentos que nortearam a Revolução de 25 de Abril. A intenção do cronista é conduzir o leitor a uma reflexão sobre o cenário revolucionário e persuadi-lo de que os inúmeros golpes contra a Revolução podem levá-la a trilhar caminhos que não são para o povo, como fica claro nas inúmeras crônicas que o escritor escreve naquele ano. A Revolução que se fizera para o povo em simbiose com MFA tornou-se débil e caminha para um fim suicida. As ações adotadas pelos fomentadores da Revolução deixaram várias frestas abertas para que os supostos inimigos do 25 de Abril se armassem e golpeassem o movimento posteriormente. No parágrafo transcrito abaixo nos deparamos com um escritor severo e cáustico, que acusa, embora veladamente, figuras políticas como Mário Soares de serem inimigos do povo:

Nisso vieram dar dezesseis meses de lutas, canseiras e trabalhos. Tudo está no papel, quase nada na prática. Porquê? Porque esta revolução com vocação de suicida foi tímida e pacata. Nacionalizou, mas não tornou do povo o que nacionalizou. Prendeu, mas não julgou nem condenou. Afirmou ter aniquilado o capitalismo, mas limitou-se a abrir-lhes as fronteiras para que fosse conspirar noutro lado. Fechou portas de

cadeias, mas esqueceu-se de dar a volta à chave. Quis-se com o povo, mas deixou ficar entre o povo todos os inimigos do povo. (SARAMAGO, 1998, p.326).

Há na crônica uma dicotomia que se constrói por meio da palavra e da ação, em que a primeira define os desejos, os anseios e os discursos polifônicos que habitam o movimento pós-revolucionário, o desejo de que se construa um novo Portugal com o povo e para o povo, a segunda é explicitada pela ação, que não se concretiza, mas se dilui nos divisionismos dos partidos. Entre a palavra/ação, o cronista remete a uma espécie de encenação empreendida por aqueles que desejam corromper o movimento. De um lado, prefiguram os interessados em criar laços com o protótipo socialista, de outro, andam aqueles que desejam um projeto sem o povo, alicerçado em um modelo socialdemocrata:

Tudo isso é exacto, tudo isto é verdade pura. Mas que adianta? Enquanto não for dito e demonstrado que pessoas grupos e partidos são responsáveis por este beco sem saída que é o tudo se ter dito e o nada se ter feito do que se disse andaremos às cegas e aos tombos, atribuindo responsabilidades ao que está diante dos olhos e não ao que se esconde, literalmente manipulados, não pela Informação, como agora é luxo dizer-se, mas por todos aqueles que dessa manipulação, da manipulação que executam por omissão e cortinas de fumo, que fazem o instrumento perfeito das suas ambições e o pano de fundo de um teatro onde outra vez, aos poucos, se convidam os espectadores a sentarem-se e estarem quietos. (SARAMAGO, 1998, p.326).

Nesta encenação à qual faz referência, Saramago usa a metáfora da encenação como recurso retórico mostrar o seu anseio e ceticismo: a quietude dos espectadores no teatro mimetiza o estado de letargia em que Portugal está prestes a entrar. Passa-se, assim, do que outrora fora um movimento das massas, com base socialista, para o retorno aos jogos de poder, agora sob a roupagem da socialdemocracia. A transposição da figura de Molière para o campo evocatório e literário, apregoada pelas “pancadas” do escritor francês sugere que a plateia, mediante a um espetáculo teatral, fique em silêncio. Neste sentido, a plateia refere-se tão somente ao povo português, que diante das “pancadas do destino” terá sua voz silenciada, quem sabe, por mais longos anos, sob a égide de um regime socialdemocrata: “Entretanto, as luzes vão baixando, e não tarda que a penumbra chegue – ou a escuridão. As pancadas de Molière são, afinal, as pancadas do destino.” (SARAMAGO, 1998, p.326-327)

Se o MFA no início do movimento revolucionário comungara do mesmo discurso do povo, nestes meses finais de 1975, havia entrado “numa espécie de reprodução por cissiparidade, de tal modo que onde antes houvera um, começávamos a ver dois, três, se não

quatro”²² (SARAMAGO, 1998, p.329-330), optando por caminhos diferentes daqueles traçados no final de abril de 1974. A partir dos divisionismos dentro do próprio Movimento das Forças Armadas, pulverizados por interesses díspares de cada partido, Saramago revela em “A distância como política”, de 8 de outubro de 1975, que o MFA passou a apresentar uma coloração política inclinada à socialdemocracia, divorciada dos interesses da população:

Para pouparmos um latim que já não se usa, exclamemos em vernáculo: assim acabam as glórias do mundo! E isto sendo as nossas glórias poucas, tão-só a da fidelidade a uma vontade de socialismo que era a do MFA quando se deixou de vias socializantes. Onde isso já vai, senhores! (SARAMAGO, 1998, p.330).

Acreditara-se, segundo Saramago, na formação de uma sociedade desvencilhada daquele modelo anteriormente adotado por Salazar e seu sucessor, bem como naquela forma de governo em que a maternal socialdemocracia privilegia apenas as elites e oprime as massas, obtendo à custa dessas o seu enriquecimento. Para o escritor, o período pós-revolucionário reveste-se de um cenário de falsas aparências em que a participação da camada popular vai se rarefazendo dentro do Pós-25 de Abril. Neste sentido, ele apresenta ao leitor uma visão sombria do movimento:

O Poder, embora consciente da sua fragilidade, procede como se estivesse estabilizado e, tendo começado por exprimir a sua força pela afirmação dela, vai criando progressivamente um vazio, afastando-se das massas, de peito feito, talvez por exigência da sua própria constituição de classe, sem dúvida. (SARAMAGO, 1998, p.331).

As ponderações de Saramago sobre a rejeição ao socialismo fundamentam-se essencialmente nas manobras políticas internas, influenciadas principalmente pelas potências europeias, que, contrárias ao modelo soviético, temiam uma disseminação do socialismo caso Portugal refutasse o modelo socialdemocrata. Segundo Waldyr Rampinelli (2001), os pressupostos do Movimento das Forças Armadas, apresentados à nação no final de abril de 1974, já anunciavam para uma Revolução de cunho burguês, dissociada da roupagem socialista, como desejara Saramago. Isso poderia ser observado na própria origem dos integrantes do MFA, provenientes maioritariamente do proletariado, os quais muitos deles já faziam parte da classe burguesa, como informa Rampinelli.

²² Crônica publicada em 8 de outubro de 1975, na segunda parte da obra de *Os Apontamentos*, sob o título “A distância como política.”

Logicamente que, ao derrubar um regime ditatorial de direita e fascista, a tendência nunca seria para uma revolução socialista, mas burguesa. Foi de fato o que aconteceu e estava expresso no próprio programa político do MFA. Tentava-se destruir os mecanismos de uma ditadura fascista, salazarista e continuada por Marcello Caetano para substituí-la por uma democracia de tipo ocidental, parlamentarista, pluripartidária etc. (CARVALHO apud RAMPINELLI, 2001, p.03).

Quando o movimento revolucionário já está no estágio que poderia levar Portugal à adesão socialista, conduzindo, segundo Rampinelli, a massa trabalhadora ao poder, tanto a classe média como a burguesia portuguesa e os próprios oficiais do MFA, todos progressistas por natureza, não se consumavam como revolucionários “a ponto de buscar um suicídio em termos profissionais” (CARVALHO apud RAMPINELLI, 2001, p.03).

Incomodados e receosos de que Portugal se tornasse uma nação socialista, o que poderia comprometer fatalmente os negócios do mundo ocidental, as autoridades europeias, em parceria com os Estados Unidos, que também não viam com bons olhos um país satélite da União Soviética, procuraram desmantelar o sonho socialista de José Saramago. Para empreender tal projeto, foi enviado a Portugal, em janeiro de 1975, o embaixador Frank Carlucci, peça-chave no desmantelamento dos pressupostos socialistas defendidos por Saramago.

Por isso, Saramago escreverá “Corre, corre, Carlucci”, em referência ao então embaixador norte-americano Frank Carlucci. A crônica, pulverizada de uma corrosiva ironia, recupera os episódios das visitas de Carlucci a Portugal em uma suposta recolha de informações que seria utilizada na travagem da revolução e consequentemente na sua desintegração. Na crônica em questão, Saramago não aprova essas visitas de Carlucci, que goza de total liberdade dentro do território luso e questiona ironicamente se tal privilégio é também dado aos diplomatas portugueses no exterior. A crônica é, segundo João Marques (2010) Lopes, um alerta para as ameaças de um golpe de Estado contrarrevolucionário.

O que é preciso é que se esclareça o povo português acerca destas facilidades de circulação, contacto, visita e conversação de que gozam (e nós não sabíamos) os diplomatas estrangeiros acreditados em Portugal. E também, já que vamos de caminho, se tais facilidades são extensivas a todo o corpo diplomático, e também, por simples escrúpulo de justiça, se os nossos diplomatas gozam lá fora de reciprocidade de grau idêntico...

Queremos saber, por exemplo, se o embaixador português nos Estados Unidos da América do Norte pode, quando lhe der na diplomática vontade, visitar o Pentágono, conferenciar com o *mayor* de Nova Iorque ou fechar-se em gabinetes de comandantes militares, especificamente no da Região Militar Norte dos USA... (SARAMAGO, 1998, p.357).

Se em qualquer outro país, como informa Saramago, nenhuma autoridade autorizaria a intervenção alheia em sua nação, o escritor mostra que em Portugal qualquer intervenção se torna possível, o que confirma a posição de país subalterno e fronteiriço que Portugal representa para os demais países europeus, bem como o descaso por parte de seus vizinhos:

Claro que ninguém acredita que, exceptuando os países colonizados, qualquer governo autorize a intromissão alheia, mesmo que tenha que suportar a conspiração interna de potências estrangeiras, quando a não dismantelar e aniquilar. Claro que, e que, e que. E que. Portugal deve ser a excepção, o que ninguém surpreenderá, tão proclamada tem sido a “originalidade” do nosso processo revolucionário. (SARAMAGO, 1998, p.357).

O discurso proferido pelos americanos, sob a tutela de Carlucci, sempre vista por Saramago com cautela e desconfiança, será no quarto parágrafo desmontado pelo escritor, que, assim como acontece nas demais crônicas, revela o que está por trás das palavras e ações empreendidas, sobretudo por aqueles avessos ao paradigma socialista, como é o caso dos norte-americanos. Saramago declara que “Frank Carlucci interessa-se, sem mal, pelo Norte português, e anda, provavelmente, a apresentar cumprimentos.” (SARAMAGO, 1998, p.357). A partir dessa afirmação, elenca duas possíveis intenções referentes à visita de Frank Carlucci. A primeira, supostamente, considerada de rotina e a segunda, de orientação. Para o cronista, a primeira hipótese deve ser descartada, “pois não demos por deambulações anteriores do mesmo tipo.” (SARAMAGO, 1998, p.358). A segunda, aceita pelo cronista, joga com duas proposições, referindo-se a Carlucci como um ator crucial no dismantelamento da Revolução, juntamente com algumas conhecidas figuras políticas de Portugal que tencionavam apagar qualquer traço pró-socialista.

De orientação, talvez seja, apenas ficando em dúvida se é o embaixador Carlucci que vai orientar, ou se, pelo contrário e a par, vai colher orientações. No primeiro caso, topamos contradição quando se sabe que o embaixador Carlucci afirmou que “nada tem que ver com o ELP, com o MDLP, com a CIA²³ ou com qualquer outra coisa”. A julgar por esta tocante declaração, o embaixador Carlucci é a inocência em pessoa, e, portanto, não pode orientar ninguém. Quanto ao segundo caso, e continuando a apostar na supradita inocência, o embaixador Carlucci teria ido buscar orientações que justamente lhe permitirão deixar de ser inocente... Seja como for, a visita de Carlucci ao Norte do País, nestas horas de crise, é, pelo menos, uma provocação. (SARAMAGO, 1998, p.358).

²³ Na obra *Carlucci vs. Kissinger - Os EUA e a Revolução Portuguesa*, de Bernardino Gomes e Tiago Moreira de Sá, o então embaixador americano em Portugal afirma categoricamente que “Tudo o que a CIA fez foi sob o meu comando. Qualquer acção que possa ter desenvolvido destinava-se a executar a política dos EUA, que era apoiar as forças democráticas em Portugal. A CIA era parte da equipa [da embaixada] e eles faziam o que lhes mandava”. *História*. Recensão. Livro revela que Frank Carlucci comandou atividades da CIA em Portugal em 1975. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/09/22/politica/noticia/livro-revela-que-frank-carlucci-comandou-actividades-da-cia-em-portugal-em-1975-1343564>. Acesso em 17 out. 2019.

Neste contexto, muito embora Saramago não mencione abertamente as figuras políticas que participaram do plano das nações europeias e dos Estados Unidos urdidos para pôr fim ao movimento socialista, segundo o tenente-coronel Otelio Saraiva de Carvalho, em entrevista a Waldyr Rampinelli, Carlucci serviu-se de dois atores fundamentais do período revolucionário para travar a Revolução: o primeiro deles teria sido o Partido Socialista, sob a liderança de Mário Soares, e o segundo, o Grupo dos Nove, responsáveis pelo nascimento dentro das Forças Armadas de um movimento “que acabou travando a revolução socialista, pondo-a nos caminhos da revolução burguesa” (CARVALHO apud RAMPINELLI, 2001, p.04). Ao final da crônica, o escritor ironiza a visita de Carlucci a Portugal: “Não nos tranquiliza nada saber o embaixador Carlucci à solta por esse país fora, a correr de um lado para outro, mesmo só a apresentar cumprimentos. O que não é, evidentemente, o caso. Aguardamos, pois. A nota oficiosa.” (SARAMAGO, 1998, p.359).

Descendente dessa mesma linhagem de crônicas, em que Saramago alerta para um suposto golpe de Estado, que derrubaria de vez o socialismo, o escritor redigiria, como já havia pontuado João Marques Lopes (2010), duas crônicas sugestivamente intituladas “Aviso prévio para golpe?” e “Falemos de golpes”, escritos respectivamente nos dias 19 e 21 de novembro. Nestas duas crônicas Saramago reitera suas desavenças com o VI Governo Provisório e o acusa de ser “um ajuntamento de pessoas interessadas nos seus proveitos de classe, nada dispostas a ouvir a voz dos trabalhadores, e muito menos dispostas ainda a levar por diante o socialismo.” (SARAMAGO, 1998, p.374). É, segundo Saramago, um governo “contra as massas trabalhadoras” (SARAMAGO, 1998, p.374), que “traí, em suma, o mandato que começou por ser o seu.” (SARAMAGO, 1998, p.374). Neste sentido, as reflexões de Saramago coadunam-se àquelas apresentadas por Pedro Mendes, que assevera que o VI Governo Provisório é totalmente destituído de qualquer liderança comunista e a maioria partidária converge para uma vertente socialdemocrata, representada pelo PS, PPD e PCP.

Reprovado taxativamente por Saramago, que o considerava um governo burguês, destituído de qualquer roupagem socialista, o VI Governo Provisório, segundo Raquel Varela, foi marcado por uma série de abalos, como a forte oposição social, protestos militares, invasões de terras, atentado ao primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, ocupação das emissoras de rádio e TV pelo governo e cerco à Assembleia da República (cf.VARELA, 2012, p.421), abrindo caminho para um golpe de Estado, consumado no dia 25 de novembro de 1975. No dia 12 de novembro de 1975, revela Varela, um grande protesto de trabalhadores da construção civil cerca o Palácio São Bento, na capital portuguesa, local onde estava

reunida a Assembleia Constituinte. A partir de então, salienta a ensaísta, a tensão aumenta, provocando uma forte oposição contra o governo de Pinheiro de Azevedo:

A manifestação, que começa por centrar-se nas reivindicações laborais do sector da construção civil e que se radicaliza pela recusa do Ministério do Trabalho em receber os trabalhadores, converte-se rapidamente numa mobilização contra o VI Governo. Uma demonstração de força dos trabalhadores que questionam a própria Assembleia Constituinte, ao sitiar o seu local de reunião e sequestrar os deputados aí reunidos. (VARELA, 2012, p.421)

Após a suspensão das funções, decretada por Pinheiro de Azevedo, um golpe conduzido pelo Partido Socialista, pelo Grupo dos Nove e pela direita militar, com o aval da Igreja e do PCP, mudaria o *status quo* nos quartéis, estabelecendo a disciplina e a ordem, como pontua Varela.

Na noite do dia 25 de novembro, segundo João Marques Lopes (2010), quando os episódios militares motivados pelas provocações direcionadas aos paraquedistas de Tancos tornaram-se aderentes ao golpe, apoiados pelo PS, pela vertente direitista e por uma parcela expressiva da população, José Saramago relataria em uma crônica bastante curta, intitulada “E o socialismo?”, seu desabafo em relação ao projeto socialista, frustrado pelo golpe encabeçado por aqueles que o escritor sempre acusara de traidores nas crônicas. Em tom de desesperança e incredulidade, o escritor inicia seu discurso mostrando-se radicalmente insatisfeito com a postura das forças armadas, e a pergunta do título reitera o desmantelamento do ideal de Lenin e o que aconteceria com tal modelo desejado por Saramago:

O mais cómodo, seria nada escrever. O mais prudente, seria deixar passar a onda que varre o País, este deflagrar das contradições que minam as Forças Armadas, incapazes de, unitariamente, aceitarem o socialismo ou porem-se de acordo sobre um projecto político socialista. (SARAMAGO, 1998, p.379).

Diante do golpe que depusera o VI Governo Provisório e encerrara de vez a proposta socialista, Saramago finaliza o seu discurso formalizando a derrota da ala socialista, que fica sem resposta:

Houve vítimas. Haverá prisões e, provavelmente, condenações. Fica por saber, depois do que aconteceu, o destino disto que se dizia ser o socialismo português. É essa resposta que se exige: em nome de todas as promessas e garantias com que o povo foi contemplado durante ano e meio... Quem pode responder? (SARAMAGO, 1998, p.379).

Após a formalização do golpe, Saramago deixa imediatamente o DN, que foi declarado um jornal “contrarrevolucionário”, de acordo com João Marques Lopes (2010), por um Conselho da Revolução, agora controlado por pessoas antípodas ao Processo Revolucionário em Curso (PREC). Depois de um mês, o jornal voltou a circular pelo país, mas sob outra direção, que comungava com os golpistas do 25 de novembro. Nasceria, dessa maneira, um país aderente à socialdemocracia, colocando um fim ao gonçalvismo e ao sonho socialista, tão exaltado por Saramago nas crônicas.

3.3. Portugal europeu ou Portugal na Europa?

A postura política da Europa capitalista sempre incomodou José Saramago, mesmo depois da adesão de Portugal ao bloco, consumada em 1986. Se na teoria a adesão significaria uma possibilidade de ascensão econômica e política ao panteão das nações europeias ricas, garantindo “o ajustamento da estrutura econômica e um ambiente de estabilidade financeira” (SOUSA, 2000, p.196), na prática, Portugal foi incapaz de se desvencilhar de seu status de nação subalterna, mantendo, segundo Sousa, um modelo burocratizado, o qual se mostrou incapaz de realizar “reformas dos sistemas de justiça, saúde e educação, que continuam a não funcionar eficazmente; as reformas necessárias continuam a ser feitas, apenas, em função dos tempos e das exigências impostas pela UE” (SOUSA, 2000, p.197). Segundo Boaventura Sousa Santos, a adesão da nação lusa à União Europeia criou “a ilusão credível de que Portugal, por se integrar no centro” (SANTOS, 2010, p.64) passaria a ser uma nação central, tornando-se desenvolvida e financeiramente estável. Mesmo depois da adesão, Portugal ainda enfrentava, de acordo com Santos, a desvalorização do trabalho, com “uma das mais degradadas relações salariais” (SANTOS, 2010, p. 64) da Europa. Apesar de proclamarem a igualdade e a união entre os seus membros, a UE adotava uma postura muito mais unilateral e ambígua do que integradora, deixando os chamados países periféricos à deriva e à parte das decisões importantes do bloco.

O descaso da UE em relação a Portugal e aos demais vizinhos pobres resultou na consecução do romance *A Jangada de Pedra* (1986), obra que viria a ser a expressão máxima do iberismo e da lusitanidade de Saramago, configurando, segundo Sandra Aparecida Ferreira (2004), “um imaginário político situado na contramão da integração europeia.” (FERREIRA, 2004, p.22), cujos ideais promulgados pelos chamados países do centro ocultam uma política de exclusão.

Posteriormente, nos anos 90, Saramago voltaria a postular nos *Cadernos de Lanzarote* (1994) seu descontentamento em relação à Europa tecnocrata ao declarar-se “um europeu cético que aprendeu todo o seu ceticismo com uma professora chamada Europa.” (SARAMAGO apud AGUILERA, 2010, 416), confirmando seu desafeto com os demais vizinhos europeus que alçavam Portugal a estatuto de país subalterno. Segundo Fernando Gómez Aguilera, Saramago sempre se mostrou frustrado e resignado com a posição portuguesa dentro do continente, que revelava a existência de diferentes realidades distintas daquela propalada nos discursos:

Desde o início, alertou para as ameaças que se projetavam sobre as identidades nacionais, ao mesmo tempo que antecipava a limitação que se produziria às soberanias e o papel subalterno que Portugal eventualmente desempenharia, consideradas as fortes hierarquias definidas no seio da União Europeia. Mas sua desconfiança se estendia também ao próprio funcionamento interno comunitário. Denunciava a inexistência de uma política conjunta de conteúdos sociais e de coesão estrutural, destacando a prioridade do caráter mercantil da associação (AGUILERA, p.416).

Se *A Jangada de Pedra* configurou-se como uma das primeiras alegorias empenhada em desnudar as faces de uma Europa hipócrita e segregadora, também é verdade que muito antes da consecução do romance em questão, Saramago já havia, de uma forma muito mais direta e cáustica, elucidado em várias crônicas de *Os Apontamentos* a situação portuguesa dentro do complexo panorama socioeconômico europeu, trazendo a lume as contradições da política capitalista europeia, que instituíra como premissa a exploração dos mais pobres, incapazes de se igualar à Inglaterra, França, Alemanha e Itália.

Dos textos contidos em *Os Apontamentos*, cinco crônicas examinam a relação entre a nação portuguesa e europeus, no contexto do pós 25 de Abril, trazendo a lume os interesses das nações ricas que se contrapunham ao formato socialista almejado por Portugal.

“Dar-se ao respeito”, publicada em 14 de abril de 1975, reacende o embate entre europeus e portugueses, já que os primeiros consideram os segundos como periféricos dentro do contexto político europeu.

A crônica recupera episódios históricos à época das conquistas marítimas, elevando o império luso ao estatuto de nação conquistadora e criadora de novas pátrias. O cronista, entretanto, faz uma ressalva logo no início do primeiro parágrafo, contestando o papel de Portugal como nação imperialista ao afirmar o espírito vocacionado de Portugal pelas Guerras Coloniais, cujos resultados catastróficos resultaram, como pontua o escritor, em insensatas perdas humanas, gerando uma séria antipatia por parte da comunidade internacional e dos

próprios portugueses. Ao fazer uso do sintagma nominal “ vaidade fácil”, Saramago remete ao passado glorioso de Portugal. O escritor transpõe para o campo evocatório e literário a figura de Camões, ao fazer referência aos versos “novos mundos ao mundo irão mostrando”, mas considera destino glorioso dos descobridores portugueses como efetivamente pretérito. Além disso, lamenta o perfil colonialista de sua pátria, evocando particularmente os episódios terríveis das guerras coloniais em África. Esclarece que, muito embora Portugal tenha encerrado a colonização, não o fez como deveria, visto que falhara enquanto país líder, mergulhando em uma indigesta e insensata Guerra, que serviu para desviar “avultadíssimas verbas do orçamento”, que deveriam ser usadas no campo social e educacional. (ROSAS, 1999, p.43)²⁴

No tempo em que tínhamos a vaidade fácil, ou alguém a tinha por nós e sem nossa delegação, não faltava dizer que havíamos dado novos mundos ao mundo. Seria a pura verdade se não tivéssemos levado treze longuíssimos anos a regatear, com perda pesada de vidas e bens, o dar verdadeiro que teria sido (como enfim veio a ser) reconhecer aos povos dominados o seu direito de independência. Descobrimos fizemos mas aí temos enodada a gesta por uma guerra que começou por ser absurda para logo se tornar criminosa, sem falar na exploração de sempre e nos morticínios de alternância. (SARAMAGO, 1998, p. 195).

No trecho antes transcrito, Saramago também revela que um povo é sempre polifônico ao afirmar “alguém tinha a vaidade por Portugal.” Pondera que os portugueses são o que sobre eles se disse ao longo da história. No século XX, Saramago já tem clara a dimensão nefasta do colonialismo. Os belíssimos versos de Camões soam extremamente vaidosos, porque esses mundos (os países colonizados) existiam antes dos portugueses, que, arrogantes, se apropriaram deles em benefício próprio. Saramago não é dos que lamentam a queda do Império, pelo contrário, é extremamente crítico aos impérios de todos os tempos e lugares.

Se, por um lado, Saramago evoca no primeiro parágrafo a figura de uma nação, cujas descobertas deram ao mundo e a Portugal glória e poder, mesmo que temporariamente, por outro lado, o escritor português descreve uma nação agora pertencente ao povo português “Alijada de vez a propriedade alheia” (SARAMAGO, 1998, p.195). Destituído de riquezas, e anteriormente sufocado por um governo fascista, Portugal emerge como uma nova pátria, livre de suas ambições imperialistas.

Mais do que um protesto contra as guerras de colonização, alvo de duríssimas críticas de intelectuais portugueses e da comunidade internacional, a reflexão parece sofrer o contrapeso de uma voz que traz a lume o descaso contra Portugal de uma Europa que ora se

²⁴ ROSAS, Fernando. O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo. In: _____ BRITO, J.M. Brandão de (coord.) *Do marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 49-50.

compraz com as mazelas portuguesas, ora as despreza, sobretudo por sua vocação socialista, que representa uma afronta ao Velho Mundo e aos Estados Unidos:

Eis-nos agora senhores deste pequeno mundo que é a Pátria realmente portuguesa alijada de vez a propriedade alheia, mais leves enfim. Com alguma pobreza acumulada, mas de consciência limpa. Sinceramente nos julgámos credores do aplauso de um mundo que (vemo-lo agora melhor) duplamente agia em relação a nós: por um lado, afectava não prezar o regime cá implantado; por outro lado, mantinha em lume baixo o apoio não mais que moral que condescendia em dar às oposições portuguesas. (Ressalvem-se já as raras e honrosas excepções.) (1998, p.195).

As afirmações de Saramago acerca do descaso da Europa para com Portugal dialogam com as reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2011), que evidencia um jogo de interesses, fundamentado na exploração dos mais pobres. Diferentemente dos chamados países do centro, Portugal parecia ser a única nação que seguia na contramão de uma política já decidida pelas potências europeias. A Europa do pós-guerra, Santos, “procurava reinventar (não abandonar) o imperialismo, respondendo às lutas de libertação nacional com o neocolonialismo” (SANTOS, 2011, p. 48), aceitando as independências coloniais sob a “condição de as manter reféns de privilégios de dominação econômica e mesmo militar concedidos às potências ditas ex-colônias.” (SANTOS, 2011, p.48). A nação lusa, por outro lado, avessa aos ditames capitalistas do pós-guerra, fraquejava, optando pelo ultrapassado imperialismo e o velho colonialismo, visto que se mostrara incapaz de ser tornar um colonizador e descolonizador competente, dada suas contradições socioeconômicas. As ponderações de Santos se coadunam àquelas expostas por Saramago na crônica “Dar-se ao respeito” e reacende o embate entre ibéricos e europeus do centro, tema que incidirá dez anos depois na narrativa fantástica de *A Jangada de pedra*. Pondera que mesmo Portugal tendo se tornado uma nação liberta, causou desafetos na comunidade internacional, justamente por optar por uma via socializante. A repetição do vocábulo “antipatia” intensifica o menosprezo das potências ocidentais, que veem o pequeno país luso com desdém e apatia:

Ora, o que aconteceu? Com as ainda e agora dobradamente honrosas excepções, o mesmo mundo que mostrava não gostar de nós faz gala em antigos sentimentos e reincide nas antipatias. Antipatia por termos colônias, antipatia apesar de termos descolonizado; antipatia por nos deixarmos subjugar por um regime fascista, antipatia por sermos livres e exercermos a liberdade; antipatia por tímidos, antipatia por corajosos. Decididamente, o mundo não gosta de nós. (1998, p. 195-196).

Dentro deste multifacetado universo da crônica política saramaguiana afloram discussões políticas, trespassadas por um forte teor cáustico por parte do escritor a respeito do

embate entre Portugal e o polo rico europeu. Ciente das mazelas europeias e portuguesas, Saramago reflete na crônica “Dar-se ao respeito” sobre um comentário do vice-presidente do Bundestag, Kai-Uwe von Hassel²⁵, que registra que o seu país respeitará as eleições lusas contanto que elas sejam livres. O escólio maquinal de Von Hassel, cujos ideais consubstanciavam-se na erradicação da bandeira comunista e socialista nos países europeus, sobretudo em Portugal, como afirma Pedro Mendes (2004), explica, portanto, a posição do chanceler em relação às eleições portuguesas, dado que será rebatido enfaticamente por Saramago:

E o caso vai ao de ponto de, nesta nova situação nossa, conservarem velhos hábitos de displicência países que, pensávamos ingenuamente, deveriam agora aplaudir-nos por obrigação das suas próprias e muito democráticas instituições. Que quererá dizer, por exemplo, aquela impertinente declaração feita há dias pelo Sr. Von Hassel, vice-presidente do Bundestag, de que a Alemanha Federal respeitará o resultado das eleições portuguesas se estas forem “verdadeiramente livres...”? (SARAMAGO, 1998, p.196).

Amparado pela utopia iberista, Saramago, juntamente com outros escritores adeptos do Iberismo, como Eduardo Lourenço, José Régio e Joaquim Namorado, segundo Boaventura de Sousa Santos, defendeu continuamente a emancipação portuguesa dentro da Europa, cujo povo sempre vivera à sombra de seus vizinhos econômica e politicamente emancipados. Com sutil ironia, tão ao gosto do escritor português, Saramago redimensiona nos dois últimos parágrafos da crônica o seu posicionamento em relação à insidiosa argumentação de Von Hassel e esclarece que as eleições portuguesas já triunfaram no seio da Revolução muito antes daquelas se tornarem assunto da agenda alemã:

É claro que estamos felizmente em condições de garantir a Von Hassel que as eleições vão ser libérrimas. Já assim estava decidido antes de Von Hassel se preocupar connosco, quando o calendário ainda não chegara ao 25 de Abril, quando o programa do MFA estava sendo escrito em segredo... (SARAMAGO, 1998, p.196)

Ainda que a crônica de Saramago comungue de uma crítica à política marcelista, cujo *modus operandi* refaz-se na manutenção colonial, como desejava o General Spínola, também é verdade que o escritor português, refratário ao imperialismo das potências europeias, efetua um retrato de Portugal, que se configura como um libelo contra o domínio e a supremacia dos

²⁵ Kai-Uwe Von Hassel foi um político alemão que dirigiu o Bundestag (Parlamento da República Federal da Alemanha) até 1972. A partir de então serviria como vice-presidente do Parlamento até 1976. Entretanto, o chanceler falhou em sua tentativa de buscar a reeleição para o Parlamento alemão em 1980, quando já havia sido delegado ao Parlamento Europeu. Obituary: Kai-Uwe Von Hassel. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/people/obituary-karl-uwe-von-hassel-1260661.html>. Acesso em: 10 jan.2020.

países ricos, que veem Portugal como um entrave ao imperialismo europeu. A série de recursos estilísticos, abalizada pelo inventário de perguntas, é uma resposta do escritor a esse sentimento de desigualdade que vive Portugal, um desejo de libertar-se dessa condição de marginalidade, em que a nação lusa busca sua singularidade identitária. O encadeamento retórico de perguntas aponta para um país que não se rende ao domínio alemão e a inversão da pergunta no último parágrafo, referente ao que a Alemanha faria se Portugal interviesse nas eleições alemãs, retoma o sentimento de igualdade de Portugal mediante os demais países constituintes do Bloco:

Mas vamos a supor que Von Hassel encontrava um motivo qualquer para apregoar que não senhor, as nossas eleições não tinham sido verdadeiramente livres. Em tal caso, como é que a Alemanha Federal iria não respeitar o resultado das eleições portuguesas? Ralharia? Protestaria? Invadiria? Cortaria créditos? Diria a todo que somos indignos do pão que comemos? Decretaria a anulação de nossas eleições? Que pensa a Alemanha Federal (pois em nome dela falou Von Hassel) da inequívoca afirmação de políticos portugueses responsáveis: não perderemos por via eleitoral as conquistas da Revolução. Será que o vice-presidente do Bundestag compreende o que isto quer dizer?

E para terminar: Que faria Von Hassel se nós, atrevidotes e em bicos de pé, disséssemos por cima da fronteira: “Portugal respeitará o resultado das eleições alemãs-federais se estas forem verdadeiramente livres.” (SARAMAGO, 1998, p.196).

O cronista sinaliza, portanto, para nação autônoma, que está à altura dos demais países da União Europeia, refutando a ideia de país periférico e fronteiriço. Saramago quer, portanto, legitimar a identidade portuguesa dentro do bloco e exigir que os demais países europeus concedam voz a Portugal, considerado, por muitos, como um entrave ao capitalismo.

Os textos que versam sobre as difíceis relações entre portugueses e europeus foram escritos no período pós Revolução dos Cravos, o que representou, portanto, perspectivas mais significativas tanto para política interna quanto externa; a primeira porque Portugal deixara de ser uma nação fundamentada em um regime autoritário, dada a queda da censura, a expansão da economia e a abertura política, e a segunda, fundamentada em uma vertente dirigida por Mário Soares, voltada para a adesão portuguesa à Comunidade Econômica Europeia, rebatizada posteriormente de União Europeia. Mesmo que a filiação à União Europeia representasse melhores perspectivas e investimentos no país, Saramago, orientado pelos ideais iberistas, não via com bons olhos a adesão portuguesa ao bloco.

Em uma crônica intitulada “Verdade e Vontade”, escrito em maio de 1975, Saramago revela que tanto a voz narrativa quanto os personagens, representados pelo povo ou pelas autoridades, estão envolvidas na construção da nova história de Portugal, reafirmando nas

entrelinhas o seu desejo manifesto de uma sociedade socialista. É necessário haver, como saliente Saulo Gomes Thimóteo (2014), o apagamento das vontades particulares em detrimento dos desejos coletivos, para que se reescreva a nova história de Portugal, isenta do parasitismo elitista e da maternal democracia que impera na Europa. Neste sentido, ao referir-se aos “vivos”, Saramago remete aos protagonistas do presente, esse tempo em que a história é ainda ação. Segundo Saramago, os que vivem tendem a tudo decidir em benefício próprio, esquecendo que as decisões do presente afetam o futuro da espécie e do planeta. O complexo cenário que então se colocava parece fazer jus a essa grande ilusão de que o tempo presente é o cerne do tempo.

Nós portugueses, estamos talvez a viver a hora de maior responsabilidade da nossa história contemporânea. Apesar de, em todas as circunstâncias, os vivos, pelo facto simples de o serem e de o estarem, tenderem a pensar que o seu tempo é precisamente o mais importante de todos os tempos, o decisivo, aquele que inflectirá o futuro de maneira radical (porque é sempre o nosso futuro que se joga) apesar desta humana vaidade de nos transformarmos em centro do mundo, não cremos que alguma vez estivessem colocados diante de nós tantos e tão graves problemas. (SARAMAGO, 1998, p.243).

Aqui, assim como em outras crônicas da segunda parte de *Os Apontamentos*, Saramago reforça essa tomada de consciência do povo português, muito mais politizado, responsável e atento aos seus entornos. Se, em outros tempos, a consciência coletiva se esvaía, contestada pelo domínio da censura marcelista, agora essa consciência “forma um grande corpo e um grande coração se agitam em Portugal: somos nós que nos levantamos” (SARAMAGO, 1998, p.243). Quase 50 anos depois de um governo fascista, o povo finalmente ganha voz para reaver o que lhe fora roubado, e para trilhar novos caminhos para Portugal. A metáfora construída pelo escritor mostra efetivamente o desejo do povo português de adquirir o seu lugar no país, ao mostrar a vivacidade contraposta à apatia vigente até o ano de 1974.

Ao mesmo tempo em que Saramago revela essa entidade coletiva, consciente de seu papel nesse novo contexto política e socialmente indefinido, dadas as contradições partidárias, o escritor também assevera que a bandeira vermelha, defendida por figuras como Vasco Gonçalves não é compartilhada por todos os portugueses e reitera no trecho abaixo que, pesem embora as conquistas que estão por vir, se o socialismo configurar-se como modelo de governo, há ainda aqueles antípodas ao projeto socialista. Se Salazar e Marcello Caetano tentaram mostrar um país autossuficiente para o mundo, isento de falhas, Saramago

contrapõe-se a tal pressuposto e revela cruamente que Portugal não se configura como uma nação unida, mesmo depois dos acontecimentos do 25 de Abril.

Esse senso coletivo a qual Saramago se refere não circunscreve todas as camadas sociais, ficam assim exclusas as elites, e aqueles que se reconhecem contrários a tal modelo. Neste sentido, os três nomes adjetivos que compõem uma gradação formam um recurso expressivo para lançar sua crítica àqueles que se posicionam contra à corrente pró-socialista. Na primeira sequência, a ordem é dada pelo grau do maior para o menor (traição/sabotagem/provocação: todas as ações são censuráveis, mas a primeira é a mais grave) e na segunda ordem, que repete os adjetivos, vai-se do menor desvio para o maior, a traição. É uma forma efetiva de fazer o julgamento moral dos que buscam impedir o projeto socialista no qual Saramago acredita, lançando mão das mesmas palavras, mas jogando com as intensidades semânticas.

Nós não significa todos nós, infelizmente. Mas não percam tempo a lamentá-lo: o que importa é que tenhamos identificado os traidores, os sabotadores, os provocadores de qualquer espécie e disfarce. Deixemo-nos de idealismos, de imaginar que poderíamos dar ao mundo o formoso exemplo de um povo unido, sem fenda nem mácula. Estão a viver no meio de nós os provocadores, os sabotadores, os traidores; outros saíram daqui como cobardes; outros levaram dinheiro e competência; todos são culpados de crime contra o Povo Português. Bem é que o Povo o não esqueça e que todas estas contas fiquem em aberto. (SARAMAGO, 1998, p.243-44).

No parágrafo seguinte, o cronista, em tom imperativo, ressalta que será preciso que as verdades sejam postas a lume, conclama o povo português à luta constante, que irá convergir para a construção de uma nação socialista. Nesse tumultuado cenário, emerge novamente a figura de Vasco Gonçalves, exaltado e considerado por Saramago como o representante máximo da vertente socialista e também portador de uma voz atuante, que enceta a veracidade dos fatos em seu discurso. A figura gonçalvista quebra aquele estigma de político que reinou durante a era salazarista/marcelista, cujo *modus operandi* caracterizava-se pela corrupção e opressão contra o povo português. O próprio Saramago revela-se perplexo ao ouvir a palavra “verdade” proferida por Vasco Gonçalves, dado o longo período de dissimulações levado a cabo pela Ordem Estabelecida:

Construamos, pois, a nossa vida. Construamo-la em verdade e vontade, pois outro caminho não há. Disto mesmo tem consciência o primeiro-ministro quando declara em Bruxelas: “Eu trago a verdade sobre o que se passa em Portugal.” Estranha, singular sensação esta, depois de tantos anos de cultura da mentira, ouvir na boca de um governante português a palavra “verdade”, e saber que é verdade... E não ter

dúvidas sobre o teor de vontade que impele as palavras e os atos. (SARAMAGO, 1998, p.244).

A crônica em questão alude à ida de Vasco Gonçalves a Bruxelas, onde esteve no dia 28 de maio de 1975, em uma reunião que fora discutido o afastamento português da OTAN, apoiada principalmente pelos Estados Unidos, em virtude da convergência portuguesa para uma democracia de via socializante. A Inglaterra e a Grã-Bretanha consideraram, segundo Pedro Aires de Oliveira (2009), a postura norte-americana precipitada e contraproducente. Neste sentido, Saramago relata que Vasco Gonçalves encontrará simpatizantes, bem como opositores a seus ideais. As palavras finais de Saramago no penúltimo parágrafo retratam Vasco Gonçalves como uma figura equilibrada, movida por seu desejo de mudança e por sua franqueza, que representa uma nação contrária ao capitalismo europeu:

Como suas únicas armas, tem a verdade e a vontade. Nada mais. Não leva no bolso bombas atômicas nem forças armadas poderosas, não pode ameaçar nem dar socos na mesa. Representa um país que é, para outros países, um escândalo no mundo, um factor de perturbação na ordem capitalista, um espinho no pé do imperialismo. Para opor a tudo isso, repetimos, apenas a verdade e a vontade. (SARAMAGO, 1998, p.244).

A citação antes transcrita parece resumir um fragmento narrativo de *A Jangada de Pedra*, em que o narrador saramaguiano acusa os governos europeus de segregarem Portugal, considerando-o um empecilho ao capitalismo do Velho Mundo:

[...] esses governos, em vez de nos apoiarem, como seria demonstração de elementar humanidade e duma consciência cultural efectivamente europeia, decidiram tornar-nos em bodes expiatórios das suas dificuldades internas, intimando-nos absurdamente a deter a deriva da península [...]. [...] os governos europeus, que no passado nunca verdadeiramente mostraram querer-nos consigo, vêm agora intimarnos a fazer o que no fundo não desejam e, ainda por cima, sabem não nos ser possível. Lugar indesmentível de história e de cultura, a Europa, nestes dias conturbados, mostra, afinal, carecer de bom senso²⁶. (SARAMAGO, 1988, p.123).

Côncio das medidas e das políticas encabeçadas pelos países poderosos do bloco, Saramago parecia prever que mesmo com a adesão de Portugal ao bloco, o país ainda estaria preso ao estatuto de subalternização. Nesse sentido, deixou transparecer em “Meditação sobre uma jangada” todo o seu ressentimento contra o Velho Mundo, que se negava a reconhecer Portugal como um país genuinamente europeu:

²⁶SARAMAGO, José. *A Jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Esse romance - «Le radeau de Pierre» - em que arranco a Península Ibérica à Europa, não seria necessário dizê-lo, é o efeito, talvez último, de um ressentimento histórico. Provavelmente, só um português poderia ter escrito tal livro. Mas o seu autor, este autor, declara que estaria pronto a fazer regressar do mar a errante jangada, depois de alguma coisa ter aprendido de vitalmente necessário durante a sua navegação, se a Europa, reconhecendo-se, de facto, incompleta sem a Península Ibérica, viesse a fazer pública confissão dos erros cometidos, das injustiças e dos desprezos com que durante tantos anos tratou dois povos a quem deve muito mais do que aquilo que tem querido reconhecer. Porque, enfim, se de mim se espera que ame a Europa como à minha própria mãe, o mínimo que devo exigir-lhe é que ame a todos os seus filhos por igual e, sobretudo, que por igual os respeite a todos. (SARAMAGO, 2016, p.105)

Se Vasco Gonçalves tornara-se o alvo de duras críticas disparadas pelas potências europeias que se contrapunham a sua visão socialista, na celebre Conferência de Helsínquia, a vítima havia sido o então presidente Costa Gomes, “alvo de um inquérito particularmente cerrado de Wilson e Schmidt sobre as peculiaridades da governação gonçalvista em Portugal” (OLIVEIRA, 2009, p.12).

Na crônica “A Helsínquia, um presidente”, publicado em 29 de julho de 1975, Saramago remete à Conferência de Helsínquia, que trazia em sua agenda os dois grandes blocos rivais da época: a vertente capitalista, liderada pelos Estados Unidos, e a comunista, sob a influência da ex-União Soviética. Ambos se reuniram com o objetivo para negociações sobre um futuro pacífico para o continente europeu. À época da crônica, a presidência da república estava sob o comando de Francisco Costa Gomes, que segundo o escritor “Após alguns dias de hesitações e notícias contraditórias, o caso veio a decidir-se da única maneira admissível: o Presidente da República vai a Helsínquia [...]” (SARAMAGO, 1998, p.302), ainda que tal evento pudesse parecer substancialmente insignificante. Há na voz do cronista um tom de incredulidade ao referir-se à “improficuidade de mil outras conferências e mais “cimeiras” que por este Mundo, e, sobretudo na Europa, fatigam microfones e tradutores.” (SARAMAGO, 1998, p.302).

Se a Conferência de Helsínquia asseguraria inviolabilidade territorial, igualdade de direitos e respeito aos direitos humanos, conforme pontua Mathias Von Hellfeld (2009), para Portugal, ela representou, como afirma Saramago, um entrave ao projeto socialista idealizado pelo escritor e outras figuras do movimento revolucionário, os quais receberiam duras críticas pela tentativa de estabelecer na Europa um modelo destoante do resto das economias industrializadas e capitalistas. Diante da inconstância política pela qual Portugal passava, a lide capitalista não conteria suas diatribes contra a suposta imaturidade portuguesa. Assim, define o panorama que o então Presidente da República enfrentará em Helsínquia:

Que lá nos olharão com aquela peculiar sobranceira dos fortes, ricos e serenos, ou só fortes, ou só ricos, porque serenos não sabemos quem esteja. Que a falta de governo nos coloca em situação de menoridade política. E isto tudo sobre um fundo de desconfiança europeia que dura há mais de um ano e que se cobre de tintas mais escuras à medida que Portugal se decide por um socialismo que põe em causa o precioso equilíbrio capitalista da Europa. Em Helsínquia estaremos postos no pelourinho como réus de uma confusa falta em que os mais países se contradizem, acordantes, porém, a maior parte deles, em nos considerarem um perigo real para a estabilidade política do continente. (SARAMAGO, 1998, p.303).

Se a censura se perpetuou em Portugal por quase 50 anos, um ano depois da eclosão da Revolução dos Cravos, a censura, como alude Saramago, encontraria sua representação nas vozes das nações progressistas europeias, que incutiriam na mente das autoridades portuguesas, vinculadas à Revolução, um complexo de culpa para que o socialismo não se concretizasse:

Isto se diz, e isto serve para uma censura mais ao processo revolucionário português. Imagine-se: um processo revolucionário que não consegue viver com um governo só depois de ter sido derrubado um regime fascista de quase cinquenta anos!...O pior é que estas críticas, as internas como as externas, por insistentes, por abundantes, acabam por criar complexos de culpabilidade em alguns de nossos governantes menos capazes de se provarem como revolucionários. (SARAMAGO, 1998, p.303).

Assim o projeto socialista vai se esvaindo gradativamente e as esperanças de um modelo socialista se diluindo nos discursos do pelotão tecnocrata europeu. Saramago faz aqui uma radiografia da complexa relação entre Portugal e Europa em meio ao processo pós-revolucionário, que também passaria a ganhar conotações socialdemocratas no final de 1975. Há, portanto, uma intenção de levar o leitor português à reflexão sobre os obstáculos e os olhares dissonantes da UE para Portugal e incitá-lo a recusar a ortodoxia imposta pelos vizinhos ricos.

O que Saramago propõe ao longo do texto, além de convidar o leitor a deixar de ser um simples observador dos acontecimentos, é justamente engajar Portugal nessa busca arquetípica incansável por um lugar no mundo, sobretudo o europeu, que o desrespeita e o torna bode expiatório das suas adversidades, como relata Saramago em *A Jangada de Pedra*. Ao mesmo tempo em que a crônica denota o assombro da União Europeia em relação à perspectiva socialista em Portugal, cujas diretrizes põem em risco o equilíbrio das potências ocidentais e apontam para a inevitável propagação do ideal leninista, parece-nos lícito afirmar que a *persona* saramaguiana tenta demonstrar, por meio de um viés ufanista, que a nação lusa precisa se desvencilhar-se da ortodoxia eurocêntrica e constituir uma pátria independente, mesmo que para isso se farte de alguns inimigos. Saramago alerta que o grande mal português

é justamente o “de querer viver de bem com toda gente.” (SARAMAGO, 1998, p.303), o que remete à submissão, aceitação dos dogmas eurocêtricos e à marginalização do país.

Há na voz que se movimenta pelos labirintos da crônica em questão um escritor que demonstra o seu desejo de um país socialista, mas também mostra desconfiança em relação ao movimento pós-revolucionário “porque chegamos ao ponto extremo das nossas opções, porque vencemos (oxalá tenhamos vencido) talvez a mais delicada crise de todas que atravessamos (outras foram mais espetaculares, nenhuma teve esta perigosa subtileza).” (SARAMAGO, 1998, p.303).

Parece-nos que a intenção de Saramago é de resgatar a autoestima da nação portuguesa, há muito tempo perdida e esquecida nos discursos vazios de Salazar e Caetano e da cúpula eurocêntrica. Nesse sentido, o argumento formulado pelo cronista estabelece-se como esse resgate da autonomia e da própria autoestima do povo português, além de confirmar-se como uma espécie de provocação e insulto aos vizinhos europeus, já que Portugal se configuraria como a única nação dentro do hegemônico Velho Mundo a levantar a bandeira socialista. Saramago usa a primeira pessoa do plural para convocar o povo português à utopia socialista: “[...] é hora de dizermos ao Mundo quem somos e o que queremos. Que somos um povo que vai ser livre e independente, que somos um povo que vai construir um socialismo na ponta extrema de uma Europa capitalista.” (SARAMAGO, 1998, p.303).

Nesta complexa relação entre Portugal e Europa tecnocrata, se desenham as linhas mestras orientadas pelas nações ricas do Velho Mundo, que recaem incisivamente na concepção política portuguesa, afinada com a vertente leninista. Encontra-se no trecho transcrito abaixo claramente expresso o ideal mercantil cultivado pela União Europeia. O Velho Mundo, segundo Saramago, fomenta um Portugal submisso, atrelado aos interesses exclusivos das nações ricas:

Que fará essa Europa? Dar-nos conselhos? Mas os conselhos que a Europa dá são aqueles, já conhecidos, que trazem empréstimo ou investimento (ou não trazem) consoante nossa docilidade ou o nosso brio revolucionário. Bons rapazes, não nos faltariam aí os dinheiros mais sólidos da finança europeia. Mal comportados, quando muito far-nos-ão promessas cujo destino é de não passarem disso mesmo: promessas. Que fará então a Europa? (SARAMAGO, 1998, 304).

Revestido pela mesma fibra da crônica anterior, a crônica “Para franqueza, outra tanta”, publicada em agosto de 1975, faz referência à Conferência de Segurança Europeia, sediada na capital finlandesa, Helsinque. Saramago relata um encontro entre o presidente da

República, Francisco da Costa Gomes, e o primeiro-ministro britânico Harold Wilson, que se revela preocupado com a liberdade de Imprensa na nação lusa e sobre o direito de o partido político que obteve a maioria nas eleições formar governo.

Ao mesmo tempo em que Saramago cede a voz ao outro no devir narrativo, o escritor utiliza-se do discurso alheio para desmontar o cinismo descabido de tais autoridades. Se Harold Wilson contesta a liberdade de Imprensa e a formação de um governo em Portugal, Saramago vai desmontando o discurso de Wilson para revelar o real interesse da coroa britânica em Portugal. É no segundo parágrafo que Saramago desestabiliza os argumentos de Harold Wilson, ao afirmar “que é político desde quando ainda vivia e prosperava o ditador Salazar” (1998, p.307), o que sugere existir cinismo e dissimulação no discurso de Wilson, já que pactuara com os ideais do antigo regime de Salazar. A fala do primeiro-ministro centra-se no desejo de extirpar o socialismo de Portugal, o que contraria, segundo Saramago, os interesses do povo português:

[...] veio enfim a acordar para a política do “mais velho aliado” do seu país, disposto (ele, Wilson, e talvez ele, país) a contrariar os nossos interesses e o nosso direito de os defender: uma entrevista “brutalmente franca” (mesmo delicada...) deve ser entendida nas derivantes e conotações de pressão e ameaça, a qual não significará necessariamente o envio da Home Fleet para o estuário do Tejo, como seria fácil nos tempos de antigamente, mas poderá concretizar-se, com toda a simplicidade, no garrote econômico (SARAMAGO, 1998, p.307).

Há na crônica em questão visíveis traços do futuro romance *A Jangada de pedra*, cuja temática, como já assinalamos faz uma crítica contundente à União Europeia e sua cultura capitalista, cujos desdobramentos reverberam em toda órbita terceiro-mundista ocidental, revelando, portanto, sua vocação iberista no cânone literário. Desse modo, o escritor faz uso da aliteração, que, por meio da repetição do fonema “p” nos vocábulos “párias” e “pestíferos”, denota, segundo Nilce Sant’Anna Martins (2011), “surpresa, espanto, raiva, indignação” (MARTINS, 2011, p.54), sentimentos que Saramago faz questão de explicitar em muitas crônicas de *Os Apontamentos*:

A política internacional é, na verdade, um espetáculo deprimente. Entre a hipocrisia e a insolência, entre a intriga e a chantagem, entre a ameaça e o suborno, os países pequenos são tratados como párias e pestíferos, sobretudo se lhes ocorrem veleidades de independência e dignidade nacional. (SARAMAGO, 1998, p.307).

Se a crônica de *Os Apontamentos* compõe o *locus* em que Saramago reflete sobre o momento pós-revolucionário, o qual mostra suas angústias e decepções com a castração do

ideário socialista e dos golpes e contragolpes disparados contra o movimento, o escritor também revela nas suas crônicas o seu euroceticismo, e inaugura no plano da leitura o seu desejo de construir um mundo ibérico, legitimado pelo ideal socialista, dissociado da utopia elitista europeia, que se contrapunha a qualquer forma de coletivização e extinção dos monopólios e latifúndios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A minha posição é de constante interrogação.

*José Saramago. O cerco a José Saramago*²⁷.

Os textos de *Os Apontamentos* apresentam uma multiplicidade de temas, que vão desde a burocracia portuguesa, gerada pelo Estado, até a implacável censura corporificada, em princípio, pela PIDE e posteriormente pela DGS (Direção Geral de Segurança), no governo de Marcello Caetano. *Os Apontamentos* constituem um grupo de crônicas escritas em dois momentos diferentes da vida do escritor enquanto jornalista: a primeira, como já afirmado, refere-se ao período em que Saramago foi jornalista no *Diário de Lisboa*, entre os anos de 1972 e 1973, já o segundo refere-se ao período em que Saramago escrevia para o *Diário de Notícias*, no período pós-revolucionário, um ano depois da eclosão da Revolução dos Cravos. No prefácio da obra, Saramago escreveria sobre a consecução das crônicas, justificando, dessa maneira, a junção dos dois textos – *As Opiniões que o DL teve e Os Apontamentos*:

Juntam-se agora neste volume os dois pequenos livros em que essas experiências, no seu tempo, se configuraram. Toma por título o título de um deles – *Os Apontamentos* –, e não por falta de imaginação para encontrar outro mais atractivo aos olhos do leitor, mas porque não se quis dissimular, nesta ocasião, o que foi a característica formal mais evidente destes textos: a brevidade, a espontaneidade – sinais, quase sempre, duma reacção despreconcebida (diria mesmo: desprogramada) aos estímulos exteriores. (SARAMAGO, 1998, p. 15).

Tratam-se, obviamente, de textos que congregam diferentes temáticas, mas que se complementam, uma vez que os acontecimentos que marcaram o início dos anos 70 em Portugal, como as guerras coloniais, o descaso com o campesinato, a repressão do Estado e a falta de investimento em vários setores sociais e econômicos, estão entre os fatores que levaram à eclosão da Revolução dos Cravos em abril de 1974. A primeira parte da obra abrange textos que discutem a política, a economia e sociedade portuguesa como um todo, revelando as idiossincrasias das figuras políticas e as dissimulações por elas promovidas. Afloram nestas crônicas a estagnação social portuguesa, a repressão à mídia e à produção artística portuguesa, o alheamento do homem português e o desejo manifesto por uma reforma

²⁷ “O cerco a José Saramago”. *Expresso*, Lisboa, 22 de abril de 1989 [Entrevista a Clara Ferreira Alves]. In: AGUILERA, Fernando Gómez (org). *As palavras de Saramago: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

agrária para extirpar os sustentáculos das elites portuguesas. A segunda parte da obra congrega textos sobre o período pós-revolucionário, em que o escritor faz uma reflexão sobre os golpes e contragolpes sofridos pelo movimento revolucionário, além de revelar os supostos inimigos que quererem depor a via socializante e juntar-se ao pelotão capitalista europeu.

Se a primeira parte de *Os Apontamentos* revela um escritor mais comedido, possivelmente devido à censura marcelista, na segunda parte da obra, Saramago lança suas diatribes contra os supostos inimigos da Revolução de uma forma escancarada, sem a mínima preocupação de esconder nomes e partidos, caracterizados pelo intenso divisionismo e ideias dissonantes dentro do movimento revolucionário.

Nestes textos da primeira parte da obra, Saramago procura dissecar, desmistificar e revelar o que julga ser a verdade a seu leitor. Esse esforço oferece aos leitores que vieram depois uma viagem de regresso aos anos de 1972 e 1973, com acesso a importantes reflexões acerca da política, da economia e da cultura lusa. Nas crônicas recolhidas em *As Opiniões que o DL teve*, Saramago apresenta a face contorcida de um país sob a autocracia de Marcello Caetano, “fiel partidário do regime salazarista”. (SOARES, 1973, p.07). Nestes conjuntos de textos, Saramago apresenta uma nação tipicamente agrícola, social e tecnologicamente atrasada, cujos líderes, por meio de uma exegese instrumentalizada, apresentam uma visão distorcida dos fatos, produzindo um otimismo propagandístico, por meio de uma visão romantizada de um país que, em verdade, estava entre os mais pobres da Europa, ao lado de Grécia, Turquia e da própria Espanha, conforme se lê em crônica de 4 de dezembro de 1973, sob o título de “A gasolina e outras coisas”, em que Saramago contradiz o mito da autossuficiência ao relatar a eclosão da crise petrolífera, da qual Portugal não escapa.

Neste sentido, a percepção de Saramago se alinha à de Eduardo Lourenço, que, em *O Labirinto da Saudade* (1988), ironiza Salazar ao afirmar que a nação lusa não vivia em um “país real, mas numa “Disneylandia” qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas” (LOURENÇO, 1988, p.28). De fato, Salazar e seu sucessor queriam convencer os portugueses e ao mundo da autossuficiência de um país aniquilado pela má gestão do Estado. É no discurso de figuras políticas, citadas por Saramago, que se obvia o discurso manipulador do Estado autocrático, que tende a esconder as adversidades, conduzindo o cidadão português a acreditar no que a Ordem Estabelecida pregava. Ainda, segundo Lourenço:

O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa *imagem-curta* (não apenas ideológica, mas

cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da *verdade portuguesa* por ele restituída à sua essência e esplendor. (LOURENÇO, 1988, p.28).

Considerando as afirmações do ensaísta português, que evidenciam a destreza de Caetano para impor ao povo uma imagem que não correspondia à da realidade, é lícito também afirmar que as crônicas políticas de Saramago, particularmente aquelas escritas entre os anos de 1972 e 1973, expõem as falhas do modelo socioeconômico português e o comportamento do povo, que, hipnotizado pela miragem totalizante, permanecia apático, incapaz de se posicionar criticamente face às deficiências e autoritarismo do Estado Novo. Neste sentido, o cidadão comum português apropria-se do discurso manipulador do binômio Salazar/Caetano e o incorpora a sua vida social, política e econômica, desinteressando-se pela política e cultura artística de seu país, aceitando a cosmovisão patriarcal salazarista, origem essencial dos entraves à igualdade entre os cidadãos. O cronista não poupa seus concidadãos, taxativamente acusados de se divorciarem dos interesses da nação e permitirem que as esferas dominantes se mantenham no controle de Portugal. Quando Saramago escreve “Livros, leitores e leitura”, crônica publicada em fevereiro de 1973, critica explicitamente a falta de cultura dos portugueses, em sua maioria destituídos do hábito de leitura, como almeja o Estado Novo.

Em meio a essas dissonâncias, exaustivamente reiteradas por Saramago, podem-se observar em *Os Apontamentos* várias crônicas que relatam o difícil percurso de milhares de portugueses que deixaram o país em busca de uma vida mais digna, longe das pretensões políticas de Marcello Caetano e de sua ortodoxia governamental. É perceptível nesses textos o desalento do escritor português ao relatar a emigração em massa de seus compatriotas, que se tornarão posteriormente indivíduos desenraizados, sujeitando-se a qualquer tipo de trabalho na Europa industrializada. Para Eduardo Lourenço (1999), assim como para Saramago, esse povo sofrido, tolhido pelas ações marcelistas, não se constrange com os duros trabalhos renegados pelos estrangeiros. Adapta-se ao novo ambiente de trabalho, mas seu desejo de retornar a Portugal nunca é abandonado. Deseja, como demonstra Saramago, retornar a sua pátria, entretanto, sabe que o retorno implica inevitavelmente viver em um cenário oposto àquele em que aprendera a viver. Lourenço, assim, define o emigrante português de modo similar às crônicas de *Os Apontamentos*:

Povo emigrante antes de o ser, por vontade ou à força, adaptável, discreto no meio dos outros, sempre pronto, na aparência, a trocar a sua identidade pela dos outros, na realidade nunca abandonou o seu ponto de partida. Quer dizer, a sua verdadeira

pátria, a do sonho adormecido, mas nunca extinto no fundo do seu ser. (LOURENÇO, 1999, p.90).

Os textos políticos de *Os Apontamentos* também explicitam a vocação Ibérica de José Saramago em oposição ao seu ceticismo europeu, recuperado em *A Jangada de Pedra* (1986). Diante de tal multiplicidade regional que compreende os dois países Ibéricos, Saramago defende a criação de uma unidade luso-espanhola, sob um prisma plurinacional de unidade territorial e econômico-administrativa que pudesse preservar a pluralidade cultural de ambos os países. A criação de um único país ibérico, segundo o escritor, reestabeleceria o equilíbrio político-social dentro da Europa, além de beneficiar economicamente o povo lusitano. Em entrevista a Juan Domínguez Lasierra²⁸, José Saramago refere-se à hostilidade da Europa em relação a Portugal e amplia o conceito de Iberismo para o que ele próprio convencionou chamar de transiberismo, cujos preceitos englobariam os países de tradição ibérica na América Latina e na África. Várias crônicas recuperam o projeto iberista de Saramago no período pós-revolucionário, fato compreensível, já que as potências europeias, juntamente com os opositores portugueses ao socialismo, tornaram-se a peça-chave na desconstrução do projeto socialista, tendo como aliados muitas figuras políticas portuguesas de renome, que ajudariam a desmantelar o projeto socialista e levar Portugal a aderir ao modelo político da Europa capitalista.

O ensaísta Eduardo Lourenço compartilha, desse modo, da mesma opinião que o escritor português, quando afirma em *A Europa desencantada* – Para uma mitologia europeia (1994), que Portugal e Espanha “não se sentem “europeus” de pleno direito, como os franceses, os alemães, os belgas, os holandeses e, mesmo, os italianos.” (LOURENÇO, 1994, p.11). Neste sentido, na crônica “Dar-se ao respeito”, publicada em 14 de abril de 1975, Saramago expõe o embate entre Portugal e “europeus”, quando Von Hassel questiona a veracidade das eleições portuguesas no período pós-revolucionário, além de atestar a propaganda negativa empreendida pelas potências europeias para excluir de vez os adeptos do socialismo e impedir a sua expansão para outros pontos da Europa. Pedro Mendes (2004) avalia o posicionamento do pelotão Europeu em relação à política socialista em Portugal no período pós-revolucionário e reafirma o que Saramago escrevera em “Corre, corre, Carlucci”, crônica que expõe, ainda que veladamente, as manobras dos Estados Unidos para

²⁸ “Saramago, el pesimista utópico”, Turia, Teruel, n.57, 2001. [Entrevista a Juan Domínguez Lasierra] In: AGUILERA, Fernando Gómez (sel. e org.) *As palavras de Saramago*: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

desestabilizar o projeto socialista, transformando Portugal em um regime oposto ao da União Soviética.

Em síntese, entre Maio e Julho de 1975 a CEE como actor supranacional, bem com os actores nacionais e transnacionais que a compõem - sobretudo a RFA e a Internacional Socialista - exerceram uma estratégia negativa de condicionalidade democrática importante que influenciou o desenvolvimento da institucionalização democrática, nomeadamente, ao recusar a eventual tendência experimental de um socialismo português para lá da democracia liberal europeia. Este efeito de negação teve, sobretudo, o contra-efeito de afirmação do estabelecimento de uma moldura político-institucional europeia à qual Portugal se adaptou. Este processo realizou-se essencialmente através da *europeização* do PS socialdemocratizando-o, mas também da europeização de alguns dos fundamentais *pivots* do MFA, nomeadamente, Melo Antunes e Vítor Alves. Assim, não nos parece despidendo que o "Documento dos Nove", com o peso institucional que se lhe reconhece na recentragem democrática do MFA, seja de todos os documentos do MFA o mais europeu. Nele aparece pela primeira vez num documento do MFA a necessidade de "fortalecer e aprofundar os laços com certas áreas económicas (Mercado Comum EFTA)" (MENDES, 2004, p.185-186).

A segunda parte da obra também fornece um conjunto de textos que compreende o movimento pós-revolucionário de 25 de Abril de 1974, também organizado cronologicamente assim como aqueles da primeira parte da obra. Esses textos congregam uma espécie de euforia nas crônicas escritas entre abril e maio, em que o escritor português exalta o socialismo, revitalizado pela união povo e MFA. A glorificação de tal modelo político se torna uma espécie de obsessão e mesmo uma utopia em que o escritor assevera enfaticamente que a desintegração desse arquétipo político constitui para Portugal o regresso ao fascismo e a extenuação definitiva da democracia. Se as crônicas escritas no primeiro trimestre de 1975 mostram um escritor ainda convicto da validade de tal modelo, motivado pela relativa calma que se instalara em Portugal, a partir de agosto daquele mesmo ano, porém, as crônicas de Saramago adquirem um tom mais cético em relação ao futuro da nação lusa, já antecipando o fracasso do modelo socialista, que seria instituído no país.

Considerando todos esses argumentos acima descritos, é lícito destacar que *Os Apontamentos* se inscrevem na obra de José Saramago como um conjunto de textos de grande importância para a interpretação da economia, política e cultura portuguesa do início dos anos 70, bem como para a compreensão do movimento pós-revolucionário de 25 de abril, cujo projeto socialista fracassou sob a luz de movimentos internos e externos que aderiram fortemente ao dismantelamento do ideal socialista.

Maria Alzira Seixo (1999) e Adriana Alves de Paula Martins (1999) observaram em seus ensaios sobre Saramago o diálogo das crônicas literárias de *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante* com a produção romanesca do escritor, ressaltando as reverberações

que esses dois trabalhos tiveram em obras como *Ensaio sobre a Cegueira*, *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e *Levantando do Chão*. Considerando que nenhuma das duas ensaístas mencione a relevância de *Os Apontamentos* para as demais obras de Saramago, é importante ressaltar que, além de repositório histórico-social, esse conjunto de crônicas políticas também focalizam temas que repercutirão nas obras vindouras, como o *Ano de 1993*, *A Caverna* e a *Jangada de Pedra* e *Levantado do chão*. Muito embora estejamos diante do escritor-jornalista ao nos referirmos a *Os Apontamentos*, é lícito afirmar que Saramago não se desvincula do processo criativo literário para escrever as crônicas jornalísticas. Desse modo, os aforismos, os exórdios, as metáforas e a ironia constituem torneios linguísticos altamente expressivos que dão força e beleza a esses editoriais que revelam, em suma, o espírito combativo do escritor e o seu desejo de transformar Portugal em uma nação socialista, dissociada da ganância e do espírito opressor da União Europeia.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Cristina Spínola. *Saramago e os jornais: os anos de 1968 a 1975*. 2014. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Instituto Politécnico de Lisboa, Lisboa, 2014

AGUILERA, Fernando Gómez (org). *As palavras de Saramago: catálogos de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALEGRE, Manuel. *O canto e as Armas*. Alfragide: Dom Quixote, 2017.

ALMEIDA, Carlos; BARRETO, António. *Capitalismo e emigração em Portugal*. 3.ed. Lisboa: Prelo, 1976.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. *A emigração portuguesa*. Suas origens e distribuição. 1.ed. v.79. Amadora: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.

AS REMESSAS dos imigrantes aumentam. *Diário de Lisboa*, n. 18679, Ano 54, Sábado, 1 fevereiro 1975, CasaComum.org, Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_4609 (2019-5-29). Acesso em 20 abr. 2019.

BAGANHA, Maria Ioannis B. Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista crítica de Ciências Sociais*, n.52/53, novembro 1998/fevereiro 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/ADM/Downloads/Migra%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais%20em%20Portugal.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BALTRUSCH, Burghard. Nos 30 anos d'A *jangada de pedra*: José Saramago e a atualidade do discurso da “trans-ibericidade” *Revista de História e Estudos Culturais*. Julho – dezembro de 2016, v.13, ano 13, n.2. Universidade de Vigo. Cátedra Internacional José Saramago. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF38/Artigo_0_secao_livre_Burghard_Baltrusch_Fenix_Jul_Dez_2016.pdf. Acesso em: 20 set. 2019.

BARRETO, António. Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995. *Análise Social*, v.30 (134), 1995 (5. °), 841-855. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223388784X1kPT5fa3Yr88TD2.pdf>. Acesso em 19 set. 2019.

BASTAZIN, Vera. Utopia como ato escritural. *FronteiraZ*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária, [S.l.], n. 4, out. 2012. ISSN 1983-4373. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/fronteiraz/article/view/12448>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BOBBIO, Norberto. *Os Intelectuais e o Poder*: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad. Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

BRITO, J.M. Brandão de (coord.) *Do marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.

CABRERA, Ana. A censura ao teatro no período marcelista. *Media & Jornalismo*, (12) 2008, p.27-58. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/03/n12-a-censura-ao-teatro-no-perodo-marcelista.pdf>. Acesso em: 7 set.2019.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler*. 5.ed. São Paulo: Ática, 1987. p.4-13.

CARLOS Fabião, um conciliador entre dois fogos. *Diário de Notícias*. Lisboa, 03 abril 2005. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2006/carlos-fabiao-um-conciliador-entre-dois-fogos-638491.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

CHILDS, David. Obituary: Karl-Uwe von Hassel. *The Independent*. Sábado, 10 maio 1997. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/news/people/obituary-karl-uwe-von-hassel-1260661.html>. Acesso em: 10 jan. 2020.

COCHOFEL, João José. *Breve*. Alfragide: Caminho, 2010.

COELHO, José Maria dos Santos. O ensino primário no Estado Novo português. *Aurora*: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.8, n.22, p. 20-37, fev.-mai. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/5504/17558>. Acesso em: 18 set. 2019

CORREIA, Pedro. Quando Saramago exigia “violência revolucionária”. *Diário de Notícias*, 26 ago. 2005. Disponível em: <https://www.dn.pt/arquivo/2005/quando-saramago-exigia-violencia-revolucionaria-620488.html>. Acesso em: 19 ago. 2019.

COSTA, Horácio. *José Saramago: o período formativo*. Lisboa: Caminho, 1997.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (dir.), COUTINHO, Eduardo de Faria (co-dir.). *A literatura no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1971. v.6, p. 105-128.

FERNANDES, Francisco; LUFT, Celso Pedro; GUIMARÃES, F. Marques. *Dicionário brasileiro Globo*. 28.ed. São Paulo: Globo, 1993.

FERREIRA, Sandra A. *Da Estátua à Pedra*. A fase universal de José Saramago. 2004. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

FIGUEIREDO, António de. *Portugal: 50 anos de ditadura*. Trad. J.M.Martins Dias e Maria Manuela Palmerin. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FRYE, Northrop. *Anatomia da Crítica*. Trad. Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973.

HELLFELD, Mathias von. Ata final de Helsinque iniciou cooperação político-econômica na Europa. *Deutsche Welle*, n.22. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/ata-final-de-helsinque-iniciou-coopera%C3%A7%C3%A3o-pol%C3%ADtico-econ%C3%B4mica-na-europa/a-4275708>. Acesso em 18 nov.2019.

JOSÉ Veiga Simão. *Theoria Poiesis Práxis*. Universidade de Aveiro. Disponível em: <https://www.ua.pt/pt/h/jose-simao>. Acesso em 22 jan. 2020.

LEEDS, Anthony. Agricultura, política nacional, subdesenvolvimento e migração em três regiões de Portugal. *Análise Social*. vol. 19 (77-78-79), 1983-3. °, 4. ° 5.°, p.1023-1043. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465815V1hUT8yx4Rv25QK2.pdf>. Acesso em 10 maio 2019.

LEEDS, Elizabeth. Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural. *Análise Social*, v. 19, 1983, p.1045-1081. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465854N3aFW0np4Wg21ET8.pdf>. Acesso em 12 fev.2019.

LOPES, João Marques. *Saramago – Biografia*. São Paulo: Leya, 2010.

_____. “O Diário de Notícias a serviço da classe operária e do socialismo”. In: _____. *Saramago – Biografia*. São Paulo: Leya, 2010. p.69-85

_____. “Poesia, crônica e jornalismo” (1966-1973). In:_____ *Saramago – Biografia*. São Paulo: Leya, 2010. p.51-68.

LOPES, José da Silva. *A economia portuguesa desde 1960*, Lisboa: Gradiva, 1999.

LOURENÇO, Eduardo. *A Europa desencantada*. Para uma mitologia europeia. Lisboa: Visão, 1994.

_____. *O labirinto da saudade*. 3.ed. Lisboa: Dom Quixote, 1988.

_____. *Portugal como destino seguido de mitologia da saudade*. Lisboa: Gadiva, 1999.

MÁRIO Emílio de Moraes Sacramento. *Câmara Municipal de Ilhavo*. Disponível em: <https://www.cm-ilhavo.pt/pages/1014>. Acesso em: 16 nov.2019.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. O Pensamento Autoritário no Estado Novo português: algumas interpretações. *Locus: Revista de História*, v. 13, n. 2, 29 ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20162>. Acesso em: 23 out.2019.

MARTINS, Adriana Alves de Paula. A crônica de Saramago ou uma viagem pela oficina do romance. In: *Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 151/152, jan. 1999, p. 95-106. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=151&p=95&o=p>. Acesso em 18 abr. 2018.

MARTINS, Nilce Sant’Anna. *Introdução à Estilística: a expressividade na língua portuguesa*. 4.ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2011.

MATOZZI, Martina. *Portugueses de torna-viagem*. A Representação da Emigração na Literatura Portuguesa. 2016. Tese (Doutorado em Patrimônios de Influência Portuguesa: Estudos Culturais) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

MAXWELL, Kenneth. *O império derrotado*. Revolução e democracia em Portugal. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MENDES, Pedro. A dimensão internacional da transição democrática em Portugal: a influência da Europa. *Cepese* – Centro de Estudos da População, economia e Sociedade, 2004, p.171 – 192. Disponível em: <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/desafios-da-democratizacao-no-mundo-global/a-dimensao-internacional-da-transicao-democratica-em-portugal-a-influencia-da-europa>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MENDES, Pedro Emanuel. Os dilemas da renovação na continuidade e o legado de Marcello Caetano: do outono ao inverno. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0205, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0205>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MENEGAZ, Ronaldo. Mofina Mendes e o pote de azeite, antes e depois. *Convergência Lusíada* n. 27, p.66, 26 ago. 2017 Disponível em: <https://convergencialusiada.com.br/rcl/article/view/150>. Acesso em 10 mar. 2020.

MENÉNDEZ, Fernanda Miranda. Salazar ou a conquista discursiva do poder. *Veredas* – Revista de Estudos Linguísticos, 2007, v.10, n.1 e 2. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/artigo111.pdf>. Acesso em: 18 set. 2019.

MESQUITA, Mário. O Caso República – um incidente crítico. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v.16, 1994. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41989/1/O_caso_republica.pdf. Acesso em: 24 out.2019.

MONFORT, Ana Galdós. Migrantes portugueses ahogados em el Bidasoa: 14 dados poco conocidos. *Um puerto que cambia* – Historias sobre migraciones para una sociedad en transformación. 20 jun.2017. Disponível em: <https://unpuerto.com/2017/06/20/migrantes-portugueses-ahogados-bidasoa/>. Acesso em: 15 set.2019

MOUTINHO, Isabel. A crônica segundo José Saramago. In: *Colóquio/Letras*, n. 151/152 (José Saramago: o ano de 1998), Janeiro-Junho, 1999, p. 81-91. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=151&p=81&o=p>. Acesso em: 10 maio 2017.

NEVES, Margarida Braga. Nexos, temas e obsessões na ficção breve de José Saramago In: *Colóquio/Letras*. Ensaio, n. 151/152, Jan. 1999, p. 117-141. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=151&p=117&o=p>. Acesso em: 16 maio 2017.

NORONHA, Ricardo. Anatomia de um golpe fracassado: 11 de março de 1975. *Ler história*, n.69, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2487>. Acesso em: 10 out.2019.

OLIVEIRA, Pedro Aires de. O Flanco Sul sob tensão. A NATO e a Revolução Portuguesa, 1974 -1975. *Relações Internacionais*. n.21, Lisboa, mar. 2009. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992009000100004. Acesso em: 27 out. 2019.

ORWELL, George. *Why I write*. Nova York: Penguin Books, 2005.

PALMA-FERREIRA, João. *Deste Mundo e do Outro. Colóquio/Letras*. Recensão n. 6, Mar. 1972, p. 83-84. Disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/cat/sirius.exe/issueContentDisplay?n=6&p=83&o=p>. Acesso em: 19 jul.2018.

PEREIRA, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas & Debates, 2014.

PINA, Licínio Manuel Prata. *A eficiência nas caixas de crédito agrícola mútuo*. 2012 Dissertação (Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Nacional) - ISCTE – Business School – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.

PORTELLA, Eduardo. “A crônica brasileira da modernidade.” In: *Ensaio: Crônica, teatro e crítica*. v.1. 2ª Bienal Nestlé de Literatura Brasileira. São Paulo: Norte Editora, 1986, p.7-13.

RAMPINELLI, Waldyr. Por que a Revolução dos Cravos deixou de ser socialista? Entrevista com o tenente-coronel Otelo Saraiva de Carvalho. *Lutas Sociais*, n.8, 2002. Disponível em:> <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18916>>. Acesso em: 20 out. 2019.

REIS, Carlos. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, 1998

REZOLA, Maria Inácia Rezola. *25 de Abril – Mitos de uma revolução*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007.

ROCHA, Nuno. *França: a emigração dolorosa*. Lisboa: Ulisseia, 1965.

RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve História da Censura Literária em Portugal*, v.54, 1.ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

RODRIGUES, Márcia Regina. *Traços épico-brechtianos na dramaturgia portuguesa: o render dos heróis, de Cardoso Pires, e Felizmente há luar!, de Sttau Monteiro* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 147 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/dmxrg/pdf/rodrigues-9788579831140.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

ROSAS, Fernando. O marcelismo ou a falência da política de transição no Estado Novo. In: BRITO, J.M. Brandão de (coord.) *Do marcelismo ao fim do império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p.49-50.

ROSSETTI, Regina. *Humor e Riso na Cultura Midiática: Variações e Premências*. São Paulo: Paulinas Editora, 2012.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

SÁ, Tiago Moreira de. Livro revela que Frank Carlucci comandou actividades da CIA em Portugal em 1975. *Público*. 22 set. 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/09/22/politica/noticia/livro-revela-que-frank-carlucci-comandou-actividades-da-cia-em-portugal-em-1975-1343564>. Acesso em: 17 out. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Portugal: ensaio contra a autoflagelação*. São Paulo: Cortez, 2011.

SARAMAGO, José. *A Bagagem do viajante: crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *A caverna*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. *A Jangada de pedra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *A Noite*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1987.

_____. *As opiniões que o DL teve*. Lisboa, Seara Nova, 1974

_____. *Deste Mundo e do Outro*. 2.ed. Lisboa: Caminho, 1985.

_____. *Ensaio sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Levantado do chão*. Rio de Janeiro: Record, 1979.

_____. *O Ano de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. *Os Apontamentos*. Crônicas políticas. Lisboa: Caminho, 1998.

_____. Histórias da emigração. *Diário de Notícias*, 17 julho 2009. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/caderno-de-saramago/interior/historias-da-emigracao-1310260.html>. Acesso em: 24 fev. 2019.

_____. “Meditação sobre uma jangada”. *Blimunda*, n.55, 2016. Disponível em: <https://www.josesaramago.org/blimunda-55-dezembro-2016/>. Acesso em: 18 maio 2019.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. São Paulo: Alameda, 2004.

_____. *25 de abril de 1974 – A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEIXO, Maria Alzira. *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999.

SERRÃO, Joel et al. *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa – Antologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

SILVA, Manuela. Crescimento econômico e pobreza em Portugal (1950 – 74). *Análise Social*, v.18 (72-73-74), 1982-3. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223460686F9hLV4qa3Cc40CE0.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2019.

SOARES, Mário. *Caminho difícil: do salazarismo ao caetanismo*. Rio de Janeiro: Lido, 1973.

_____. As eleições não são livres. In: _____ *Caminho difícil: do salazarismo ao caetanismo*. Rio de Janeiro: Lido, 1973, p.40-43.

SOUZA, Fernando. Portugal e a União Europeia. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Scielo, v.43, n.2. Julho, Brasília – Julho – Dezembro, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292000000200009. Acesso em 15 set. 2019.

SPELLMAN, W. M. *Uncertain Identity*. International migration since 1945. Londres, Reaktion Books, 2008.

STOER, Stephen R. A reforma de Veiga Simão no ensino: projecto de desenvolvimento social ou “disfarce humanista”? *Análise Social*, v.19 (77-78-79), 1983-3º, 4º, 5º, 793-822. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223465326H7aDW8sd7Bn98GQ5.pdf>. Acesso em: 26 jan.2020.

THIMÓTEO, Saulo Gomes. A crônica de José Saramago: voz contrária a um semear de palavras carunchadas. *Estação Literária*. Londrina, v.11, p.183-194, jul.2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/estacaoliteraria/article/view/28229>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. *Entre o literário e o político: as formas de conscientização nas crônicas de José Saramago*. 2010. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____. *“Está lá tudo”*: o constructo literário nas crônicas de José Saramago. 2014. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

THIOLLENT, Michel. Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Tempo Social*, v.10, n.2, 1998, p.63-100, 11. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86781>. Acesso em: 10 maio. 2020.

VARELA, Raquel. Um, dois, três MFA: O Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. *Revista Brasileira de História*, v.32, n.63, 2012, p.403-425. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbh/v32n63/en_19.pdf. Acesso em: 16 ago.2019.

VOLOVITCH -TAVARES, Marie Christine. *100 ans d’histoire des Portugais en France*. Neuilly-sur-Seine Cedex: Éditions Michel Lafon, 2016.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALBINO, Adriano. *Emigração (100 anos) século XX*. A diáspora dos portugueses. São Paulo: Edições Loyola. 1999.

ALVES, Jorge Fernando et al. *Porto de partida – Porto de chegada*. A emigração portuguesa. 1.ed. Lisboa: Âncora Editora, 2003.

AMARAL, Luciano. Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950 – 1975). *Análise Social*, XXIX (128), 1994 (4º), p.889-906. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377900O7jBJ3zl9Px04XU4.pdf>. Acesso em 5 dez.2019.

AMORIM, Cláudia. Nas fissuras da península e do sujeito: *A jangada de pedra*, de José Saramago. *IPOTESI*, Juiz de Fora, v. 15, n. 1, p. 111-118, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2012/03/14-fissuras.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

AVILLEZ, Maria João. *Mário Soares – Ditadura e Revolução*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

AZEVEDO, José Maria. *Os nós da rede - O problema das escolas primárias em zonas rurais*. Lisboa: Asa, 1996.

BAGANHA, Maria Ioannis B. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, v. 29, n.128, 1994, p.959-980. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223378081S4cET4df4Yh89IX7.pdf>. Acesso em: 11 ago.2019.

BRANDÃO, José. *História da pobreza em Portugal*. Nove séculos de bancarrotas, resgates e má gestão, de Afonso Henriques à Troika dos nossos dias. Pedro do Estoril: Saída de Emergência, 2014.

CALBUCCI, Eduardo. *Saramago: um roteiro para os romances*. São Paulo: Ateliê, 1999.

CHANEY, Rick. *Regional emigration and remittances in developing countries: the Portuguese experience*. Nova York: Praegers Publishers, 1986.

CUNHAL, Álvaro. *A questão agrária em Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CUTILEIRO, José. *Ricos e Pobres no Alentejo*. (Uma sociedade rural portuguesa). Lisboa: Sá da Costa, 1977.

FERNANDES, Rogério. *Ensino: sector em crise*. Lisboa: Prelo, 1967.

GIL, José. *Portugal, Hoje: O Medo de Existir*. 12.ed. Lisboa: Relógio D'Água, 2008.

_____. *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio D'Água, 1995.

LAINS, Pedro. *Os progressos do atraso*. Uma Nova História Econômica de Portugal (1842 – 1992). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

MARTINS, Oliveira Joaquim Pedro de. 3.ed. *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 1994.

MEDEIROS, Fernando. *A sociedade e a economia portuguesa nas origens do salazarismo*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1978.

REBELO, José. *Formas de legitimação do poder no salazarismo*. Lisboa: Livros e Leituras, 1998.

RODRIGUES, Maria João. *O sistema de emprego em Portugal*. Crises e mutações. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SARAMAGO, José. *Saramago: “soy um comunista hormonal”* Conversaciones com Jorge Halperín. Buenos Aires: Le Monde diplomatique, 2002.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*. Sondagem histórica. Lisboa: Horizonte, 1977.

SLOTEDIJK, Peter. *Se a Europa despertar: reflexões sobre o programa de uma potência mundial ao final da era de sua letargia política*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

VARELA, Raquel. O Partido Comunista Português e a esquerda militar. *Ler História*, n. 63, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/352>. Acesso em: 17 jun.2019.